

Segurança e Defesa:

Conflitos
Criminalidade
Tecnologia da Informação



Organizadores

Silvia dos Santos de Almeida

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Clay Anderson Nunes Chagas

UNIVERSIDADE
CAMPUS VIÇOSA
uniç



Prefácio

A violência tem atingido diretamente o modo de vida das pessoas, pois, o sentimento de insegurança causado pela violência tem sido uma das maiores preocupações dos cidadãos em todo mundo. E certamente, operacionalizar com base em discussões científicas com ênfase na busca de saberes para encontrar novos meios, técnicas, metodologias e mudanças de ações visando à melhoria do bem-estar das pessoas é de fundamental importância em qualquer sociedade.

A experiência e a composição multidisciplinar dos autores no campo da Segurança e Defesa merecem destaque, pois propicia a compreensão mais profunda de questões relacionadas ao Conflito, Violência de Gênero, Violência Urbana, Crimes Tecnológicos, Saúde, Educação e Tráfico de Pessoas.

SEGURANÇA E DEFESA
CONFLITOS, CRIMINALIDADE E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ



UNIVERSIDADE DE CABO VERDE

Reitor

Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor

Gilmar Pereira da Silva

Chefe de Gabinete

Marcelo Quintino Galvão Baptista

Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Edmar Tavares da Costa

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Rômulo Simões Angélica

Pró-Reitor de Extensão

Nelson José de Souza Júnior

Pró-Reitor de Relações Internacionais

Horacio Schneider

Pró-Reitor de Administração

João Cauby de Almeida Júnior

Pró-Reitora de Planejamento e

Desenvolvimento Institucional

Raquel Trindade Borges

Pró-Reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal

Karla Andreza Duarte Pinheiro de Miranda

Prefeito

Adriano Sales dos Santos Silva

Reitora

Judite Medina do Nascimento

Vice-Reitor para as Relações

Internacionais e Cooperação

António Lobo de Pina

Vice-Reitora para a Extensão Universitária

Astrigilda Silveira

Pró-Reitora para a Pós-Graduação e

Investigação

Sónia Silva Victória

Pró-Reitor para a Graduação e CESP

João Gomes Cardoso

Administrador-Geral

Mário Lima

Director de Gabinete

Salvador Moniz

Brasil

Edições UFPA

Cabo Verde

Edições Uni-CV

Conselho Editorial

António Maia de Jesus Chaves Neto (ICEN/UFPA)

Cássia Maria Carneiro Kahwage (ICEN/UFPA)

Dioniso de Souza Sampaio (Campus de Bragança/UFPA)

Edson Marcos Leal Soares Ramos (ICEN/UFPA)

João Crisóstomo Weyl de Albuquerque Costa (ITEC/UFPA)

Maria do Socorro da Costa Coelho (ICED/UFPA)

Paulo Pimentel de Assumpção (ICS/UFPA)

Réia Silvia Lemos da Costa e Silva Gomes (ICB/UFPA)

Silvana Nascimento da Silva (PROEX)

Verónica do Couto Abreu (ICSA/UFPA)

Silvia dos Santos de Almeida (ICEN/UFPA)

Marcelo Quintino Galvão Baptista (IFCH/UFPA)

Clay Anderson Nunes Chagas (IFCH/UFPA)

Maély Ferreira Holanda Ramos (ICED/UFPA)

Adrilayne dos Reis Araújo (ICEN/UFPA)

Ana Patrícia de Oliveira Fernandez (IFPA)

SEGURANÇA E DEFESA
CONFLITOS, CRIMINALIDADE E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO

Silvia dos Santos de Almeida
Edson Marcos Leal Soares Ramos
Clay Anderson Nunes Chagas
(Organizadores)

UFPA / Edições Uni-CV
Editoras
Brasil / Cabo Verde - 2016

Ficha Catalográfica:

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Biblioteca Central / UFPA – Belém – Brasil

Biblioteca / Uni-CV – Praia–Cabo Verde

Segurança e defesa: conflitos, criminalidade e tecnologia da informação. /
organizadores: Silvia dos Santos de Almeida, Edson Marcos Leal Soares
Ramos, Clay Anderson Nunes Chagas. — Belém: UFPA, 2016.
— Praia: Edições Uni-CV, 2016.

272 p.: il, 23 cm

ISBN 9788563728395 (Brasil)

ISBN 9789898707307 (Cabo Verde)

ISBN 9788563728401 (E-book)

1. Violência – Pará. 2. Conflito social – Pará. 3. Segurança pública
– Pará. 4. Criminalidade – Pará. I. Almeida, Silvia dos Santos de, org.
II. Ramos, Edson Marcos Leal Soares, org. III. Chagas, Clay Anderson
Nunes, org.

CDD: 23. ed. 303.6098115

Agradecimentos



Somos gratos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES - Brasil, que possibilitou a parceria entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) na elaboração dos artigos. Estendemos nossa gratidão aos professores e bolsistas vinculados ao Grupo de Estudos e Pesquisas Estatísticas e Computacionais (GEPEC) e Laboratório de Sistema de Informação e Georreferenciamento (LASIG) pelas contribuições e trabalho árduo. Agradecemos especialmente à Laize Santos da Cruz Oliveira, José Ailton Nunes de Lima, Leandro Orlando Sousa da Silva e Wallace Pacheco Pereira pelas suas valiosas contribuições.

Prefácio

A violência tem atingido diretamente o modo de vida das pessoas, pois, o sentimento de insegurança causado pela violência tem sido uma das maiores preocupações dos cidadãos em todo mundo. E certamente, operacionalizar com base em discussões científicas com ênfase na busca de saberes para encontrar novos meios, técnicas, metodologias e mudanças de ações visando à melhoria do bem-estar das pessoas é de fundamental importância em qualquer sociedade.

A experiência e a composição multidisciplinar dos autores no campo da Segurança e Defesa merecem destaque, pois propicia a compreensão mais profunda de questões relacionadas ao Conflito, Violência de Gênero, Violência Urbana, Crimes Tecnológicos, Saúde, Educação e Tráfico de Pessoas. Os resultados das pesquisas demonstram ser extremamente necessária a adoção imediata de políticas que visem ao enfrentamento da violência, com o intuito de evitar que esta tome proporções ainda mais alarmantes.

Finalmente, esta obra é destinada aos gestores, pesquisadores, profissionais, aos estudantes de graduação e pós-graduação em Segurança e Defesa e a todos aqueles que se preocupam em encontrar soluções para os problemas relativos à temática.

Os Autores

ISBN

Brasil



Cabo Verde



SUMÁRIO

Crescimento da criminalidade: externalidade dos projetos de mineração nos municípios de Canaã dos Carajás e Parauapebas – PA	11
<i>Brenno Morais Miranda, Clay Anderson Nunes Chagas</i>	
A ação da Corregedoria da Polícia Militar do Estado do Pará nos anos de 2011 a 2014	25
<i>Albernando Monteiro da Silva, Clay Anderson Nunes Chagas</i>	
Ghetto Soldjas: As Ciências Sociais e o estudo da criminalidade urbana em Cabo Verde. Apontamentos teórico-empíricos	37
<i>Redy Wilson Lima, Katia Cardoso</i>	
Por onde andam os cavalos: um estudo sobre o policiamento montado no bairro do Bengui	49
<i>César Luiz Vieira, Andréa Bittencourt Pires Chaves</i>	
Segurança Pública: dilema da reforma e o desafio da descentralização das políticas de segurança em Cabo Verde	59
<i>José Maria Gomes Rebelo</i>	
A relação entre infraestrutura e acidentes de trânsito a partir do índice de qualidade da rodovia BR-316 nos quilômetros 0 a 10	69
<i>Irlando Ricardo Monteiro Lopes, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Silvia dos Santos de Almeida, Henrique Antonio Monteiro Lopes, Cristiane Nazaré Pamplona de Souza</i>	
Homicídio em Belém-PA: perfil socioeconômico das vítimas e do óbito a partir dos registros de cadáveres necropsiados no Centro de Perícias Científicas Renato Chaves	89
<i>Isabella Fonseca Torres Vilaça, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Silvia dos Santos de Almeida, José Luiz de Carvalho Lisboa</i>	
Estimativa da idade e sua aplicação na Segurança Pública	99
<i>Maria Betânia Moraes Lisboa, Silvia dos Santos de Almeida, Adrilayne dos Reis Araújo, Edson Marcos Leal Soares Ramos</i>	
Perfil de vítimas de delitos na Região Metropolitana de Belém, Pará, Brasil	109
<i>Cristiane Nazaré Pamplona de Souza, José Luiz de Carvalho Lisboa, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Silvia dos Santos da Almeida, Adrilayne dos Reis Araújo</i>	
A inclusão de pessoas com deficiência na atividade policial	119
<i>Tainah Sousa do Nascimento, Andréa Bittencourt Pires Chaves, Amaury Suzart Farias da Silva, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Flávia Siqueira Corrêa</i>	
O desemprego como fator determinante para o crime de homicídio no Brasil: uma abordagem teórica	129
<i>Kelly Serejo Fonseca, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Adrilayne dos Reis Araújo</i>	
A estrutura organizacional da Polícia Civil do Pará – Brasil: hierarquização e sistematização	135
<i>Thats Maia Carvalho Bezerra, Edson Marcos Leal Soares Ramos</i>	

A problemática do suicídio juvenil em Cabo Verde: um olhar multidisciplinar	147
<i>Euclides Fernandes Correia</i>	
Abuso sexual contra a criança e o adolescente: Cidade da Praia – Cabo Verde	159
<i>Élida Maria Fortes dos Santos, Sílvia dos Santos de Almeida, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Clay Anderson Nunes Chagas</i>	
Delinquência juvenil na Cidade da Praia – Cabo Verde: uma síntese mediante técnicas estatísticas	171
<i>Mikael António Robalo Tavares, Sílvia dos Santos de Almeida, Edson Marcos Leal Soares Ramos</i>	
O fenômeno <i>Thug</i> e violência urbana em Cabo Verde	183
<i>Manuel António Alves, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Sílvia dos Santos de Almeida, José Luiz de Carvalho Lisboa</i>	
“Novo Cangacho” - sua incidência no Estado do Pará e sua relação com o tráfico de drogas	197
<i>Carlos André Viana da Costa, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Sílvia dos Santos de Almeida, Adrilayne dos Reis Araújo</i>	
Percepções e sentimentos sobre a revitimização da violência vivenciada por mulheres em Santarém-Pará	207
<i>Auricélia Costa de Aguiar Silva, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Adrilayne dos Reis Araújo, José Luiz de Carvalho Lisboa, Sílvia dos Santos de Almeida</i>	
Reflexões sobre estresse em bombeiros	219
<i>Alyne Giselle Camelo Louzeiro, Cesar Luiz Vieira, Jaime Luiz Cunha de Souza</i>	
Violência Doméstica: reflexões sócio-jurídicas sobre a aplicabilidade e eficácia da Lei Nº 11.340/06 na atuação da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), no período de 2014 a 2015, em Belém do Pará - Brasil	231
<i>Adriana de Aviz, Thaís Maia Carvalho Bezerra, Samuelson Yoiti Igaki, Edson Marcos Leal Soares Ramos</i>	
Papel dos centros de toxicologia na defesa e segurança de um país	241
<i>André Pedro Neto, Ineldo Ruiz Arcia, Daisy Valente, Catarina Gregório Gaspar</i>	
Quem protege o protetor: ocorrências com morte de policiais militares no Pará (2011 a 2013)	249
<i>Edimar Marcelo Coelho Costa, Luís Fernando Cardoso e Cardoso, Rosineide Moura Pessoa Costa, César Luiz Vieira</i>	
O papel da Polícia Judiciária de Cabo Verde	263
<i>Natal Eugénio Silva Bans de Portela e Prado, Clay Anderson Nunes Chagas</i>	
Índice Remissivo	271

CAPÍTULO 1

Crescimento da criminalidade: externalidade dos projetos de mineração nos municípios de Canaã dos Carajás e Parauapebas – PA

Brenno Morais Miranda

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP/UFPA), coordenador de Análise Criminal (SEGUP/PA) e professor do curso de Direito da Faculdade Maurício de Nassau. Belém – Pará – Brasil. brenno.morais.miranda@gmail.com

Clay Anderson Nunes Chagas

Doutor em Planejamento Socioambiental (UFPA) e professor dos programas de pós graduação em Geografia e em Segurança Pública e da Faculdade de Geografia e Cartografia da UFPA e da UEPA. Belém – Pará – Brasil. claychagas@yahoo.com.br

Resumo

O modelo de desenvolvimento imposto ao Estado do Pará, o transformando em um almoxarifado de recursos minerais voltados para a exportação, os quais correspondem a 70% da pauta de exportação e que desde o advento da Lei Kandir representa um prejuízo tributário de 21,5 bilhões de reais. Esse modelo impõe aos municípios paraenses uma dinâmica social de contrastes entre indicadores econômicos e sociais, além de provocar um intenso movimento migratório, não somente para as cidades polos da exploração minerária, como também para os municípios do seu entorno, aumentando abruptamente a população, que nem sempre absorvida pelas grandes empresas, ficam a engrossar verdadeiros bolsões de miséria. Os serviços públicos, principalmente a saúde, o transporte urbano, a educação, e a segurança pública são levados à exaustão, ficando sem poder atender aquela demanda, para a qual, não estavam preparados. Com os municípios de Canaã dos Carajás e Parauapebas, não foi diferente.

Palavras-chave: Estado do Pará. População. Segurança Pública.

Introdução

A dádiva de província mineral concedida pela natureza à Amazônia vem se transformando em maldição, em decorrência do papel de mero exportador de produtos *in natura* ou semielaborados, pois lhe sobram problemas socioambientais advindos dos grandes projetos, as chamadas externalidades negativas, ou seja, efeitos indesejados da exploração econômica realizada no Estado do Pará, tais como: o inchaço populacional e o crescimento da violência.

Em decorrência desta dinâmica lucrativa para poucos e cruel para muitos, principalmente para a população mais humilde, se impõe a necessidade de um estudo reflexivo sobre a relação entre o crescimento populacional, advindo da instalação dos projetos de mineração, nos municípios de Canaã dos Carajás e Parauapebas, que despontam como os principais centros da indústria mineral no Estado do Pará, e o aumento da criminalidade, sobretudo dos crimes de homicídio, furto e roubo.

Objetivo

O presente artigo objetivou a estudar a influência dos projetos de mineração na criminalidade dos municípios do projeto. Especificamente, pretendeu-se demonstrar que a instalação dos projetos de mineração ocasionou aumento do fluxo migratório para a região, provocando a formação de bolsões de miséria, refletindo diretamente nos índices de criminalidade dos municípios centrais. Com isso, pretendeu-se demonstrar que é necessário por parte do poder público maiores ações no enfrentamento da criminalidade, e especial atenção à instalação de grandes projetos.

Material e métodos

Para atingir os objetivos propostos foi realizada revisão bibliográfica sobre a dinâmica da mineração no Estado do Pará, sobre as externalidades decorrentes de atividades econômicas, em especial daquelas oriundas da exploração ou instalação de empreendimentos minerários, sobre o crescimento populacional no Estado do Pará e municípios de Canaã dos Carajás e Parauapebas, e ainda, foi utilizada a técnica de análise descritiva dos dados de criminalidade.

Assim, foram utilizados relatórios do Sindicato das Indústrias Minerárias do Estado do Pará (SIMINERAL), do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), publicações governamentais do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará (IDESP), artigos e livros ligados à temática minerária, ambiental, bem como, aqueles relacionados ao estudo da criminalidade e violência. Deste modo, construiu-se um pensamento concatenando em três pilares essenciais: a exploração minerária; o crescimento populacional; e o crescimento da criminalidade.

Resultados preliminares

De acordo com os dados do IBRAM (2011), o crescimento da economia mineral é tão acentuado, que o valor da produção mineral brasileira no período de 2001 a 2011 teve um crescimento de 550%, saltando de 7,7 bilhões para 50 bilhões de dólares, tendo, ainda, um crescimento de 10% a 15% anual pelos próximos três anos, e representando um saldo positivo na balança comercial no ano de 2010 de 27,6 bilhões de dólares e com estimativa de alcançar o incrível patamar de 33 bilhões de dólares em 2011. No Brasil, o Pará é o 2º maior produtor de minérios, ficando atrás apenas de Minas Gerais.

Segundo Vasquez et al. (2008), de acordo com os dados do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), a vocação mineral do Estado do Pará ficou consubstanciada a partir da descoberta da principal e mais exuberante reserva mineral de ferro na Serra dos Carajás.

A partir dos dados disponibilizados no 3º Anuário da Mineração SIMINERAL (2014), percebe-se que as exportações paraenses atingiram em 2013 US\$15,8 bilhões, sendo que a indústria da mineração e transformação mineral responderam por 88% do montante. Todavia, é necessário ressaltar que dos US\$13,9 bilhões oriundos da indústria da mineração, 86% são de extrativa mineral e apenas 14% de transformação mineral (Tabela 1).

Tabela 1: Exportação do Estado do Pará no período de 2009 a 2013 – US\$

Ano	Categoria	Quantidade
2009	Total do Pará	8,345,255,133
	Total mineral	7,115,279,993
	Extrativa mineral	4,874,956,166
	Transformação mineral	2,240,323,827
2010	Total do Pará	12,835,420,476
	Total mineral	11,103,121,086
	Extrativa mineral	8,513,688,042
	Transformação mineral	2,589,433,044
2011	Total do Pará	18,336,604,195
	Total mineral	16,831,529,839
	Extrativa mineral	10,515,578,014
	Transformação mineral	2,623,034,034
2012	Total do Pará	14,795,448,748
	Total mineral	13,138,612,048
	Extrativa mineral	10,515,578,014
	Transformação mineral	2,623,034,034
2013	Total do Pará	15,852,091,025
	Total mineral	13,942,641,311
	Extrativa mineral	12,019,163,371
	Transformação mineral	1,923,477,940

Fonte: 3º Anuário Mineral do Estado do Pará SIMINERAL (2014, p.195).

Ainda de acordo com SIMINERAL (2014), o minério de ferro em 2013 foi responsável por US\$ 9,8 bilhões dos bens exportados pelo Estado do Pará, correspondendo a 70,70% das exportações paraenses, sendo que desse volume 51,30% foi destinado para a China, o que demonstra grande dependência.

Segundo Wanderley (2009), a atividade mineradora desenvolvida no Pará, como se percebe é altamente lucrativa, no entanto, também altamente geradora de danos ao meio ambiente, pois não é possível explorar os recursos minerais sem provocar mudança na superfície e destruição dos biomas, incidindo invariavelmente em alterações nos lençóis freáticos, poluição da água, assoreamento de rios, destruição da

fauna e flora. Além de impactar de forma descontrolada as comunidades locais à periferia do empreendimento, refletindo carências e desequilíbrios sociais. Por estes motivos, Moreira (2003) entende que em decorrência dos riscos envolvidos nos processos operacionais sobre o meio físico – solo, água, ar – a mineração é avaliada com bastante reserva pela sociedade, fundamentalmente por três aspectos negativos principais: poluição ambiental, destruição do meio ambiente e falta de responsabilidade social.

O crescimento populacional é um exemplo de externalidade no entorno do projeto, pois a instalação do empreendimento, e até mesmo a mera especulação de sua instalação, invariavelmente ocasiona um *boom* populacional nos municípios vizinhos. Exemplo disso foi o garimpo de Serra Pelada, conforme relata Teixeira e Beisiegel apud Corrêa e Carmo (2010, p. 7):

Com o fenômeno de Serra Pelada, todo planejamento foi atropelado pela avalanche humana que se abateu sobre a região – o contingente previsto de 5 mil pessoas transformou-se em 50 mil, originando a ocupação desordenada associada ao grande número de garimpos que proliferaram por toda área.

Para Palheta da Silva (2013a), a instalação de grandes projetos relacionados à mineração influenciou o crescimento populacional dos municípios mineradores e vizinhos, entretanto, o equipamento urbano desses não acompanhou o crescimento populacional, tornando a falta de planejamento um entrave no território paraense, pois as pessoas se concentram cada vez mais nessas cidades em busca de empregos e melhores condições de vida.

De acordo com Chagas, Santana e Silva (2013), a urbanização acelerada e o processo de migração interregional provocaram um rápido crescimento da população, ocasionando o “fenômeno da violência”, que é latente na população mais pobre, que vive em condições precárias, com ausência de direitos básicos como saneamento, moradia e segurança pública. Assim posiciona-se Beato Filho (2012, p. 70):

O fenômeno de maior estreitamento associado ao crescimento dos homicídios no Brasil é a urbanização. A rigor, poderíamos dizer que os crimes violentos

são fenômenos urbanos associados a processos de desorganização nos grandes centros urbanos, nos quais os mecanismos de controle se deterioram, tal como ocorreu também em outros países.

Palheta da Silva (2013a) compartilha desse entendimento ao afirmar que a organização econômica imposta ao território em que se instala o projeto de mineração provoca um fluxo migratório em busca de empregos e novas oportunidades para ambientes que não estão preparados para receber tamanho contingente populacional. Em geral, especula-se somente sobre os impactos positivos da instalação dos projetos, como o aumento da arrecadação e geração de empregos, todavia, existem outros fatores cruciais e negativos como o inchamento das cidades, o crescimento da violência e a proliferação de endemias.

De acordo com Furtado e Urias (2013), a mineração pode representar um enclave econômico na região, pois a sua especificidade inviabiliza o encadeamento de atividades produtivas. Além disso, em decorrência de os bens explorados serem em sua grande parte destinados ao mercado externo, quando os preços sobem, há uma corrida das empresas para agilizar a oferta, por meio de construções de estruturas ou operações de novas minas, ocasionando um salto nos empregos e elevação dos investimentos. Contudo, quando existe o movimento contrário, redução da demanda e baixa de preços, o caminho natural é a redução da produção e fechamento de minas, gerando impactos sociais como o desemprego e depreciação da renda.

Para Furtado e Urias (2013) as regiões de mineração são obrigadas a conviver com elevadas oscilações populacionais, no emprego e na renda local, o que pode gerar aumento da criminalidade e das taxas de delinquência juvenil, elevação no consumo de entorpecentes e bebidas alcoólicas e até mesmo o enfraquecimento da comunidade local.

No entendimento de Palheta da Silva (2013b), são os municípios que devem ser privilegiados para análise, pois neles se evidenciam as formas de relações sociais, sejam elas oriundas de atores econômicos locais ou externos ao município, sendo possível constatar as complexidades territoriais. Por isso, neste estudo, foram escolhidos os municípios de Canaã dos Carajás e de Parauapebas, que concentram os maiores investimentos minerários no Estado do Pará.

Os dados do IDESP (2014) demonstram a proeminência desses municípios. No ano de 2012 estiveram entre os 10 municípios com maior PIB do Estado, de um total de 144 municípios. Da mesma forma, eram os primeiros colocados em PIB *per capita*, Canaã dos Carajás (R\$107.164,00) e Parauapebas (R\$100.598,00), bem acima da média estadual de R\$11.679,00 e distante do último colocado, Curralinho (R\$2.720,00).

Em relação à população, segundo os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os municípios de Canaã dos Carajás e Parauapebas demonstram um forte crescimento populacional no período de 2008 a 2013.

Tabela 2: Quantitativo populacional do Estado do Pará e municípios de Canaã dos Carajás e Parauapebas no período de 2008 a 2013

Ano	Circunscrição	Quantidade
2008	Canaã dos Carajás	26.135
	Parauapebas	145.326
	Pará	7.321.493
2009	Canaã dos Carajás	27.675
	Parauapebas	152.777
	Pará	7.431.020
2010	Canaã dos Carajás	26.716
	Parauapebas	153.908
	Pará	7.581.051
2011	Canaã dos Carajás	27.928
	Parauapebas	160.228
	Pará	7.688.593
2012	Canaã dos Carajás	29.101
	Parauapebas	166.342
	Pará	7.792.561
2013	Canaã dos Carajás	31.062
	Parauapebas	176.582
	Pará	7.969.654

Fonte: IBGE, 2013.

No período em análise na Tabela 2, verifica-se que houve um aumento de 18,85% da população entre os anos de 2008 e 2013 no município de

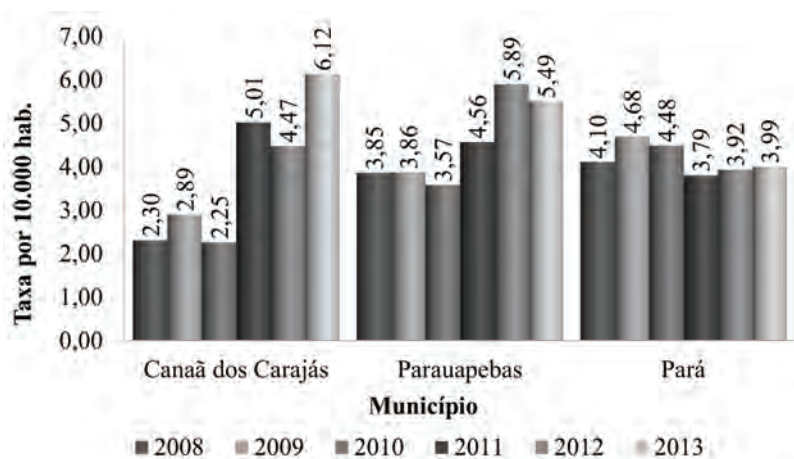
Canaã dos Carajás. Enquanto que em Parauapebas esse crescimento foi de 21,50%. Nota-se que em ambos, o incremento populacional foi superior aos 8,85% experimentados pelo estado para o mesmo período.

Para analisar o efeito desse crescimento populacional na criminalidade nos municípios de Canaã dos Carajás e de Parauapebas foram elencados, por meio de dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará, os registros que melhor representam a criminalidade: homicídio, furto e roubo.

Para que se conseguisse a neutralização do crescimento populacional nos resultados da pesquisa e possibilitar comparações, optou-se pela utilização da taxa de crimes por 10.000 habitantes.

Ao analisar a Figura 1, que demonstra a taxa de homicídios, observa-se até o ano de 2010 que os dois municípios possuíam taxas inferiores às do estado, entretanto, a partir de 2011 essas taxas se elevaram de tal maneira que ultrapassaram a média estadual, permanecendo deste modo até o fim do período analisado.

Figura 1: Taxa de homicídio por 10.000 habitantes no Estado do Pará e municípios de Canaã dos Carajás e Parauapebas no período de 2008 a 2013



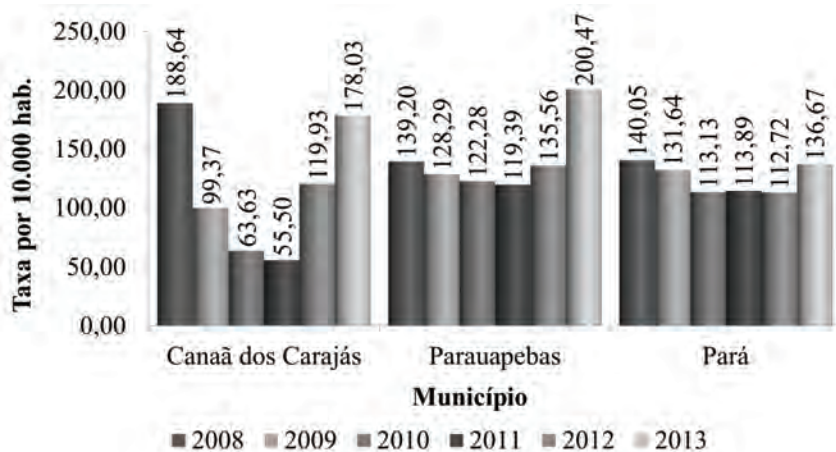
Há de se evidenciar que o município de Canaã dos Carajás experimentou um crescimento drástico neste delito, pois em 2011 houve um incremento de 126,67% em relação a 2010, apresentando pequena redução em 2012 (-10,78%) e posterior crescimento de 36,91% em 2013.

Em relação a Parauapebas nota-se que nos anos de 2008 e 2009 as taxas de homicídio eram homogêneas chegando, até mesmo, a apresentar redução de -7,51% em 2010. Todavia, em 2011 houve um incremento de 27,73%, comportamento repetido em 2012 com incremento de 29,17% e posterior redução em 2013 de apenas -6,79%.

Ambos os municípios apresentaram comportamento divergente do estadual, que após uma tendência de crescimento nos anos de 2008 e 2009, apresentou redução de -4,27% em 2010, seguindo de nova redução de -15,40%, em 2011. Entretanto, em 2012 houve incremento de apenas 3,43% e em 2013 de apenas 1,78%, demonstrando comportamento padronizado e crescimento pouco expressivo.

Na Figura 2, que demonstra a taxa de furto, há de se evidenciar que o município de Canaã dos Carajás experimentou um crescimento drástico neste delito, pois em 2012 houve um incremento de 116,09% em relação a 2010, interrompendo uma redução significativa que vinha ocorrendo desde 2008, no ano seguinte também apresentou crescimento acentuado chegando a 48,44% em relação a 2012.

Figura 2: Taxa de furto por 10.000 habitantes no Estado do Pará e municípios de Canaã dos Carajás e Parauapebas no período de 2008 a 2013



Já o município de Parauapebas vinha apresentando redução gradativa até o ano de 2011, chegando ao menor índice da série. Entretanto, em 2012 apresentou incremento de 13,54% em relação a 2011. Em 2013 esse

crescimento foi mais significativo, pois houve incremento de 47,88% em relação ao período anterior.

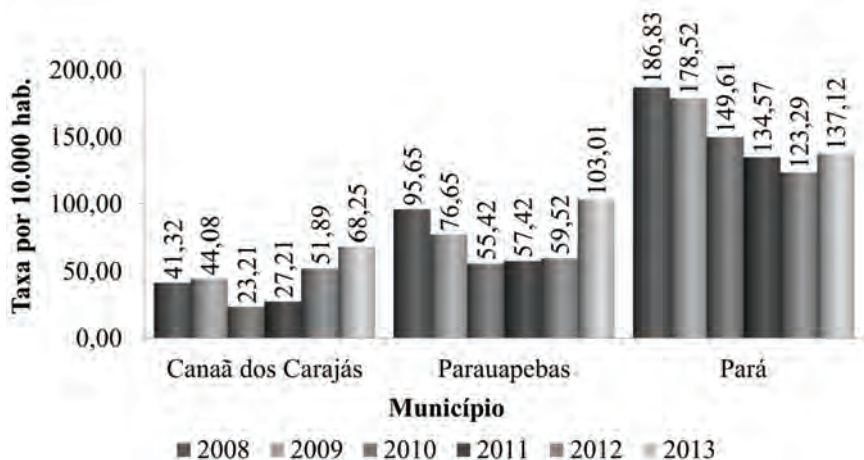
Em relação ao comportamento da taxa de furtos por 10.000 habitantes em nível estadual nota-se que entre os anos de 2008 e 2012 houve redução gradativa do índice, sendo este comportamento interrompido no ano de 2013 com uma elevação de 21,25% em relação ao ano de 2012.

Na Figura 3, que demonstra a taxa de roubos, observa-se até o ano de 2011 que o município de Canaã dos Carajás vinha demonstrando tendência de redução do índice, sequência esta interrompida no ano de 2012 com um crescimento de 90,70% em relação a 2011 e continuada em 2013, com incremento de 31,53%.

O município de Parauapebas experimentou a redução da taxa de roubo por 10.000 habitantes até o ano de 2010, quando este ciclo foi interrompido pelo crescimento de 3,60% em 2011, seguido de 3,65% em 2012 e impulsionado em 2013, por uma elevação de 73,07%.

Apesar dos municípios apresentarem taxas menores que as estaduais, o comportamento do delito nestes municípios se diferencia do apresentado no Estado, que seguiu uma tendência de redução até o ano de 2012, interrompida pelo incremento de 11,22%, em 2013. Todavia, os crescimentos percentuais registrados em Canaã dos Carajás e Parauapebas são bem superiores aos do Estado.

Figura 3: Taxa de roubo por 10.000 habitantes no Estado do Pará e municípios de Canaã dos Carajás e Parauapebas no período de 2008 a 2013



Após vislumbrar o cenário existente da criminalidade nos municípios de Canaã dos Carajás e Parauapebas e no Estado do Pará, e encontrar meios adequados de mensuração, é preocupante a conclusão que se alcança: os municípios estão entregues a um estado de barbárie. Não seria necessário nem mesmo se estender aos crimes de furto e roubo para chegar a essa constatação, bastaria que se ativesse ao crime de homicídio, pois apesar da violência não se restringir apenas ao crime que ceifa a vida, é nele que esta atinge seu ápice, conforme bem aduz Waiselfisz (2011, p. 12):

Nem toda, sequer a maior parte das violências cotidianas, conduzem necessariamente à morte de algum dos protagonistas. Porém, a morte representa, *per se*, a violência levada a seu grau extremo. Da mesma maneira que a virulência de uma epidemia é indicada, frequentemente, pela quantidade de mortes que ela origina também a intensidade nos diversos tipos de violência guarda uma estreita relação com o número de mortes que causa.

É certo que ainda são obscuras grande parte das motivações de inúmeros homicídios, e com isso surgem diversas especulações que vão desde a ligação com narcotráfico ou desestruturação familiar, dos conflitos religiosos ou fundiários ou até mesmo da atuação de grupos milicianos.

Contudo, é imperioso que haja um melhor planejamento dos órgãos competentes para aplacar a onda de violência que se alastra nos municípios do interior do Pará. São necessários investimentos não apenas privados, mas políticas públicas que possibilitem o surgimento de uma cadeia produtiva nesses municípios, desvinculada da dependência da atividade minerária, de forma a possibilitar a subsistência desses municípios até mesmo após o exaurimento das atividades.

Indicação do estágio da pesquisa

A pesquisa encontra-se finalizada, tendo resultado em monografia para obtenção do título de Especialista em Sociedade e Gestão de Segurança Pública pela Universidade Federal do Pará, sendo objeto de aprofundamento a nível de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da mesma Universidade Federal.

Referências

BEATO FILHO, Claudio Chaves. *Crimes e Cidades*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

CHAGAS, C. A. N.; SANTANA, L. L. S.; SILVA, M. P. O uso da produção cartográfica na análise do território e da violência no bairro do Guamá, Belém-PA. *Revista Geonorte*, Edição Especial 3, v. 1, n. 8, p. 1600-1613, 2013.

CORRÊA, V. M. S.; CARMO, R. L. Impactos socioambientais e demográficos do processo de ocupação da atividade mineradora na região sudeste do Pará nos Censos Demográficos de 1970 a 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS: POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: DECIFRANDO CONEXÕES, 17. Caxambu-MG, 2010. *Anais...* Campinas-SP: ABEP, 2010. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/eixo_1/abep2010_2213.pdf> Acesso em: ago. 2014.

FURTADO, J.; URIAS, E. *Recursos naturais e desenvolvimento: estudos sobre o potencial dinamizador da mineração na economia brasileira*. 1. ed. São Paulo: IBRAM, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estimativa de população enviada ao Tribunal de Contas da União*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2013/default.shtm>. Acesso em: ago. 2014.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Mineração. *Informações e análises da economia mineral brasileira*. 6. ed. Brasília, 2011.

IDESP. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará. *Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Pará*. 2012. Belém, 2014.

MOREIRA, H. F. *O desenvolvimento sustentável no contexto do setor mineral brasileiro*. 2002. Monografia (Pós-Graduação em Gestão Ambiental) – Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

PALHETA DA SILVA, J. M. Uso do território e impactos socioambientais da atividade mínero-metalúrgica nas cidades de Parauapebas e Canaã dos Carajás no Estado do Pará Região Norte do Brasil. In: ENCUESTRO

INTERNACIONAL DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, Lima, 2013. Reencuentro de Saberes Territoriais Latinoamericanos. Lima: UNP, 2013a. v. 01. p. 23-43.

_____. *Território e mineração em Carajás*. 1. ed. Belém: GAPTA/UPFA, 2013b.

SIMINERAL. Sindicato das Indústrias Minerárias do Estado do Pará. *Anuário Mineral do Estado do Pará*. 3. ed. Belém, 2014.

VASQUEZ, L. V.; ROSA-COSTA, L. T.; SILVA, C. G.; RICCI, P. F.; BARBOSA, J. O.; KLEIN, E. L.; LOPES, E. S.; MACAMBIRA, E. B.; CHAVES, C. L.; CARVALHO, J. M.; OLIVEIRA, J. G.; ANJOS, G. C.; SILVA, H. R.; VASQUEZ, M. L.; ROSA-COSTA, L. T. *Geologia e Recursos Minerários do Estado do Pará: Sistema de Informações Geográficas – SIG: Texto explicativo do mapa geológico e de recursos minerais do Estado do Pará*. VASQUEZ, M. L.; ROSA-COSTA, L. T. (Orgs.). Belém: CPRM, 2008.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

WANDERLEY, L. J. M. Conflitos e impactos ambientais na exploração dos recursos minerais na Amazônia. *GEOPUC - Revista do Departamento Geografia da PUC-Rio*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 1-26, 2009.

CAPÍTULO 2

A ação da Corregedoria da Polícia Militar do Estado do Pará nos anos de 2011 a 2014

Albernando Monteiro da Silva

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e agente público do Estado do Pará. Belém – Pará – Brasil. albernando@ig.com.br

Clay Anderson Nunes Chagas

Doutor em Planejamento Socioambiental (UFPA) e professor dos programas de pós-graduação em Geografia e em Segurança Pública e da Faculdade de Geografia e Cartografia da UFPA e da UEPA. Belém – Pará – Brasil. claychagas@yahoo.com.br

Resumo

Objetiva demonstrar as atividades do órgão correcional da Força Pública paraense, expondo os números obtidos por meio de tabelas com informações acerca de procedimentos instaurados, espécies punitivas adotadas, transgressões cometidas e medidas cautelares estabelecidas. Os dados externam um trabalho voltado ao controle interno, possibilitando o planejamento de ações tanto reativas quanto preventivas para o aprimoramento da ética e da deontologia dos policiais militares paraenses. Esses dados demonstram a instauração de 12114 (doze mil, cento e catorze) procedimentos investigativos contra policiais militares, enquanto foram aplicadas 1396 (mil trezentos e noventa e seis) punições depois de devidamente investigados. Conclui-se que não há uma política de controle estabelecida voltada para uma atuação pró-ativa da Corregedoria, e, ainda, que as punições de cerceamento de liberdade que somam 1060 (mil e sessenta) não foram cumpridas por ausência de local adequado. Quanto ao universo apresentado de procedimentos instaurados contra policiais militares, constatou-se que houve uma diminuição sistemática de investigações oficiais nos anos de 2011 a 2014. Dentre os fatores responsáveis por essa realidade reside a ação pró-ativa de contato com a tropa numa tentativa de levar conhecimento voltado à capacitação e conseqüente diminuição de atos desviantes. Porém, essa conduta pró-ativa existe, mas, é incipiente, uma vez que não há uma política de controle estabelecida de forma legal com fim de trabalho preventivo. É na sua maioria repressiva a atuação da Corregedoria da PMPA.

Palavras-chave: Órgão Correcional. Transgressões. Medidas Cautelares.

Introdução

A Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA) possui como controle interno um órgão denominado Corregedoria Geral cuja circunscrição abrange todo seu território. Dos 144 (cento e quarenta e quatro) municípios, 13 (treze) foram escolhidos como sedes de Corregedorias que se compõem de comissões permanentes, sendo constituídas por oficiais e praças, com efetivo total de 135 (cento e trinta e cinco) policiais militares exercendo exclusivamente a atividade correcional.

Os dados que serão apresentados foram obtidos na própria Corregedoria em solicitação feita no ano de 2015, e se referem às atividades desenvolvidas por esse órgão entre os anos de 2011 e 2014. Essas ações mensuradas são fundamentais para controle de agentes públicos policiais que trabalham utilizando arma de fogo e monopolizam o uso da força.

Assim, a análise do esforço desenvolvido pelo órgão correcional possibilita uma compreensão da sua produção, de seus resultados e de possíveis ações de melhorias com escopo de aprimorar as técnicas aplicadas no controle da disciplina tencionando a melhora do agente e do consequente serviço público prestado.

Com esse escopo acadêmico serão expostos neste artigo os dados referentes aos policiais militares quanto às penalidades aplicadas, às principais denúncias registradas em boletins, ao enquadramento das sanções aplicadas pela autoridade administrativa, aos processos e procedimentos investigatórios instaurados.

Objetivos

O artigo tem como principais objetivos: a) demonstrar as atividades da Corregedoria Geral da Polícia Militar do Estado do Pará; b) investigar os procedimentos instaurados, espécies punitivas adotadas, transgressões cometidas e denúncias registradas pela Corregedoria Policial Militar Paraense, e; c) identificar as oportunidades de melhoria do órgão correcional da Polícia Militar do Pará.

Metodologia

Para alcançar os objetivos utilizaram-se os seguintes procedimentos metodológicos. Primeiramente os dados apresentados nesse artigo foram

coletados na Corregedoria Geral da Polícia Militar do Pará e se referem ao período de 2011 a 2014, que foram analisados de forma quantitativamente e qualitativa. A metodologia permite uma análise objetiva demonstrando o indicativo de como as ações planejadas pela PMPA são desenvolvidas na ponta pelos agentes operacionais, destarte, temos a escorreta compreensão das atividades ilícitas em contraposição aos preceitos éticos do código que regula a conduta desses aplicadores da lei.

Os dados apresentam registros realizados na Corregedoria por pessoas residentes em todo Estado do Pará. Esse universo, contudo, apresenta acentuada subnotificação em razão de não expressarem a real denúncia de todas as pessoas que residem na totalidade de municípios paraenses, e sim apenas nas sedes da Corregedoria presentes no interior do estado. Contudo, mesmo sendo um dado incompleto, traduz de qualquer forma uma realidade desviante presente nas sedes que concentram maior contingente populacional (AZEVEDO, 2012).

Quanto à natureza da pesquisa realizada foi do tipo básica, de forma quantitativa, com objetivo descritivo, pois visa apenas descrever as características e resultados do fenômeno estudado, por meio do procedimento técnico documental registrado no órgão correcional da Polícia Militar paraense. O método científico adotado foi o dedutivo de pesquisa, os dados foram tabulados e os resultados analisados e discutidos.

Resultados preliminares

A efetiva realização da missão legal da Polícia é assegurar a legítima defesa dos interesses sociais e não deixar de garantir aos cidadãos, os reais destinatários do serviço público, tudo o que as normas éticas e deontológicas da sua instituição preveem (SOUSA, 2009).

Como dever do Estado, a prestação de segurança pública deve nortear a Polícia como atividade indissociável da proteção à comunidade, aprofundando-se, efetivamente, na concepção de Estado de Direito em detrimento de uma possível ação desvirtuante das condutas que regem a ética e a moral dos policiais militares da Polícia Militar do Pará (DWORKIN, 2001).

Importante distinção das penalidades deve ser esclarecida para uma correta compreensão da Tabela 1. As espécies punitivas de repreensão,

detenção, prisão e reforma se aplicam a todos os policiais militares sem distinção de sua classe hierárquica, ao passo que o licenciamento e a exclusão se aplicam aos praças da corporação e a demissão aos oficiais.

A graduação dos praças inicia com soldado e continua na seguinte hierarquia crescente: cabo, 3^o sargento, 2^o sargento, 1^o sargento e subtenente, sendo responsáveis pela execução do policiamento. A carreira dos oficiais, em regra tem como início no posto de 2^o tenente, seguindo-se em 1^o tenente, capitão, major, tenente coronel e coronel (último posto da corporação Polícia Militar em todo Brasil, em razão do decreto-lei 667/1969 que foi recepcionado pela Constituição de 1988 e continua em vigor) sendo responsáveis pela gestão da instituição (BRASIL, 1988).

Das 660 (seiscentas e sessenta) prisões e 400 (quatrocentas) detenções aplicadas entre os anos de 2011 a 2014, totalizando 1060 (mil e sessenta) cerceamentos de liberdade, nenhuma foi efetivamente cumprida, e isso decorre de alguns fatores factuais como não haver local adequado e digno a esse cumprimento, mesmo em Belém, capital do Estado do Pará, e também não haver contrato administrativo firmado com qualquer pessoa física ou jurídica destinada a fornecimento de alimento aos policiais segregados disciplinarmente. Assim, não há como aplicar essas reprimendas sem se atingir a dignidade humana do agente público.

Tabela 1: Quantidade e percentual de penalidades aplicadas aos policiais militares do Pará nos anos de 2011 a 2014

Penalidade	Ano							
	2011		2012		2013		2014	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Repreensão	26	10,44	83	18,21	55	18,09	58	14,99
Detenção	60	24,10	136	29,82	101	33,22	103	26,61
Prisão	145	58,23	215	47,14	139	45,72	161	41,60
Reforma	0	0,00	5	1,10	3	0,99	1	0,26
Licenciamento	7	2,81	6	1,32	2	0,66	46	11,89
Exclusão	11	4,42	11	2,41	4	1,32	18	4,65
Total	249	100,00	456	100,00	304	100,00	387	100,00

Fonte: Corregedoria Geral da PM do Pará (jan. 2015).

Ainda não existem estudos que possam comprovar se essa falta de cumprimento da sanção disciplinar de maior incidência 1060 (mil e sessenta) está contribuindo para uma sensação de impunidade e crescente indisciplina na instituição.

Observa-se ainda que no interregno temporal demonstrado nenhum oficial da Polícia Militar foi demitido, ao passo que 70 (setenta) praças foram excluídos ou licenciados da corporação. Esse dado representa uma forma diáfana de corporativismo com os agentes que são responsáveis pela gestão da corporação, mesmo que ontologicamente não haja diferença entre agentes públicos, pois, todos pertencem ao Estado burocrático (WEBER, 1982).

A Tabela 2 apresenta dados referentes às denúncias registradas em boletim de ocorrência por pessoas que se deslocaram até a Corregedoria quer em Belém ou nos municípios sedes e materializam suas irresignações.

Tabela 2: Quantidade e percentual das principais denúncias registradas em Boletim de Ocorrência Policial Militar (BOPM) na Corregedoria nos anos de 2011 a 2014

Boletim de ocorrência	Ano							
	2011		2012		2013		2014	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Agressão física	370	33,95	342	27,50	262	23,17	209	22,69
Abuso de autoridade	180	16,51	243	19,53	204	18,04	164	17,81
Ameaça	171	15,69	220	17,68	182	16,09	151	16,40
Violação de domicílio	100	9,17	123	9,89	107	9,46	71	7,71
Constrangimento ilegal	66	6,06	77	6,19	87	7,69	44	4,78
Outras denúncias	203	18,62	239	19,21	289	25,55	282	30,61
Total	1.090	100,00	1.244	100,00	1.131	100,00	921	100,00

Fonte: Corregedoria Geral da PM do Pará (jan. 2015).

As cinco primeiras incidências dos fatos narrados nesses boletins foram classificados pelo órgão correcional como graves condutas que violam a dignidade humana em sua própria condição física e intelectual. Assim, foram classificadas como: agressão física, abuso de autoridade,

ameaça, violação de domicílio e constrangimento ilegal; que juntas somam 82% (oitenta e dois por cento) de tudo que é registrado pela população na própria Corregedoria.

As Tabelas 2 e 3 apresentam semelhanças nos seus dados, pois ambas demonstram um rol das principais transgressões cometidas por policiais militares entre os anos de 2011 e 2014, contudo se diferenciam em razão da primeira conter o universo de denúncias feitas por pessoas que se sentiram atingidas por ações policiais e registraram suas insatisfações em boletins de ocorrência; e a segunda, por outro lado, contém o mesmo rol das principais transgressões, porém se referem às penalidades aplicadas pela autoridade administrativa julgadora.

Esse rol de transgressões apresentado nas Tabelas 2 e 3 é muito mais amplo. Na sua totalidade abrange as seguintes classificações: agressão física, abuso de autoridade, ameaça, violação de domicílio, constrangimento ilegal, conduta irregular, ofensa verbal, disparo de arma de fogo, apropriação indébita, trabalhar mal, furto, exigir ou solicitar vantagem indevida, não saldar dívidas, homicídio, danos materiais, tentativa de homicídio, roubo, tortura, acidente de trânsito, baleamento, desrespeito, abuso contra dignidade sexual, atraso em procedimento, descumprimento de ordem, desistência de denúncia e esbulho.

Conforme demonstrado, as cinco primeiras classificações da Tabela 2 somam 82% de todos os registros feitos pela população em geral contra as ações policiais com a respectiva classificação do órgão correccional. Assim, no momento que denunciam, narram apenas os fatos circunstanciadamente, cuja primeira informação se refere à identificação pessoal em razão da vedação constitucional do anonimato. Em seguida, informam a possível identificação dos policiais acusados, dia, hora e local do fato e, por fim, narram a ação policial desviante. Após registradas essas informações a autoridade administrativa classifica o fato narrado em uma das espécies contidas nas Tabelas 2 e 3.

Após a formalização das denúncias, são instaurados procedimentos perscrutadores que garantem o devido processo legal aos policiais militares identificados como autores de ações desviantes lhes proporcionando a ampla defesa e o contraditório.

Enfim, julgado seu processo pela autoridade administrativa, a penalidade aplicada (Tabela 3) é diferente da Tabela 2. Agora os dados

apresentados se referem às efetivas punições sofridas pelos policiais militares paraenses depois das apurações realizadas. Constam nesses novos dados que 61% (sessenta e um por cento) das reprimendas disciplinares se referem à falta de serviço, trabalhar mal, descumprimento de ordem e agressão física.

É um fenômeno interessante a inferência no cotejo entre as Tabelas 2 e 3, uma vez que a população do Estado do Pará se queixa na Corregedoria de ações que correspondem a ilícitos administrativos e penais e recebem como resposta um resultado com maior incidência no controle interno do que externo, uma vez que há uma diferença destoante entre a violência física representada na Tabela 2 e a punição devidamente efetivada de falta ao serviço, conforme a Tabela 3.

Tabela 3: Quantidade e percentual dos enquadramentos de transgressões aplicadas a policiais militares nos anos de 2011 a 2014

Transgressão	Ano							
	2011		2012		2013		2014	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Falta de serviço	138	28,22	138	32,70	55	19,03	78	21,73
Trabalhar mal	53	10,84	57	13,51	51	17,65	53	14,76
Descumprimento de ordem	67	13,70	40	9,48	13	4,50	11	3,06
Agressão física	38	7,77	29	6,87	23	7,96	44	12,26
Demais transgressões	193	39,47	158	37,44	147	50,86	173	48,19
Total	489	100,00	422	100,00	289	100,00	359	100,00

Fonte: Corregedoria Geral da PM do Pará (jan. 2015).

Percebe-se por esses dados que os desvios de conduta, em tese, não são somente aquelas ações que contrariam as leis pátrias, mas também o próprio regramento da Organização das Nações Unidas (ONU) que, por meio de resolução, demonstrou que a atividade policial deve centrar-se no cidadão, e nele se ter todo respeito assegurado segundo os direitos humanos. Para tanto foi criado assim um código de conduta para os encarregados pela aplicação da lei, em que pese ser ilustre desconhecido da maioria dos policiais (ONU, 1979).

Não obstante, alguns policiais insistem em infringir tais regras, de maneira bastante acentuada, como se fossem verdadeiros juízes e executores de um ordenamento fictício alicerçado na vingança e em camadas socioeconômicas diferenciadas (BAYLEY, 2006).

Traduzem, enfim, esses dados a insatisfação do público-alvo da atividade policial militar, ou seja, o cidadão paraense, que se dirige até o órgão correcional, com o fim de denunciar o que entende ser desvios de conduta da atividade policial militar.

Por procedimentos se entende as investigações oficiais instauradas para apurar desvios de conduta de qualquer policial militar, sem a necessidade de assegurar uma defesa, pois, são instrumentos inquisitivos e preparatórios. Assim, a sindicância é preparatória para o processo administrativo disciplinar, ao passo que o inquérito é preparatório para o processo penal que se desenvolve com a judicialização da ação policial investigada.

Na PMPA, os processos administrativos disciplinares compõem um gênero que contém as seguintes espécies: Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS), Conselho de Disciplina (CD) e Conselho de Justificação (CJ).

O CD é destinado aos praças com estabilidade assegurada, que no caso da Força Pública paraense ocorre com dez anos de serviço e tem a finalidade de verificar a possibilidade de exclusão do praça da corporação, cuja autoridade administrativa com competência para tal feito é o Comandante Geral da PMPA. Já o CJ é aplicado aos oficiais com fim de se analisar a possibilidade de demissão ou não desses agentes públicos, tendo como autoridade administrativa com essas atribuições condenatórias o Governador do Estado. Portanto, o uso do CD ou CJ se baseia em critérios de hierarquia.

Um dado interessante apresentado na Tabela 4 se refere à tendência de diminuição da quantidade total de processos e procedimentos instaurados desde o ano de 2011 até o ano de 2014. Esse fenômeno ocorreu em razão da atuação pró-ativa do órgão correcional que aproveitando os dados da Tabela 2, ou seja, as denúncias formuladas pela população por meio de BOPM, contra atos de policiais militares em todo Estado do Pará, criou uma cartilha com lições sobre o que seria agressão física, abuso de autoridade, ameaça, violação de domicílio e constrangimento ilegal.

Tais capacitações foram executadas por oficiais da própria Corregedoria com o fim de atingir um público-alvo composto por policiais militares operacionais.

É inadmissível a reação individual desligada da legalidade, da ética e da técnica, já que normalmente resulta em lesão a direito daquele que sofre a intervenção. Não existe, por exemplo, o dever legal para os policiais de lesionar um infrator, e essa informação como tantas outras deve ser trabalhada em constante capacitação como forma de prevenção de desvios de conduta (CARVALHO NETO, 2000).

Tabela 4: Quantidade e percentual de procedimentos e processos instaurados contra policiais militares nos anos de 2011 a 2014

Instauração	Ano							
	2011		2012		2013		2014	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Sindicância	2081	54,48	1529	49,76	1085	37,45	787	33,86
IPM	562	14,71	568	18,48	894	30,86	680	29,26
PADS	1137	29,76	932	30,33	858	29,62	762	32,79
CD	37	0,97	40	1,30	57	1,97	88	3,79
CJ	3	0,08	4	0,13	3	0,10	7	0,30
Total	3820	100,00	3073	100,00	2897	100,00	2324	100,00

Notas: IPM: Inquérito Polícia militar; PADS: Processo Administrativo Disciplinar Simplificado; CD: Conselho de Disciplina; CJ: Conselho de Justificação.

Fonte: Corregedoria Geral da PM do Pará (jan. 2015).

As medidas cautelares analisadas na Tabela 5 se referem aos Autos de Prisão em Flagrante Delito (APFD) procedidos contra policiais militares. O APFD é uma medida cautelar de cerceamento de liberdade presidido pela Corregedoria quando ocorrem crimes militares, ou seja, tem que haver conexão com a função policial militar. Também é presidido pelo delegado da Polícia Civil nos crimes comuns, ou seja, as ações criminosas desenvolvidas por policiais militares quando estão de folga.

A prisão em flagrante delito é considerada no ordenamento brasileiro como exceção à regra que é a liberdade (GOMES, 2008). Dessa forma, dos 295 (duzentos e noventa e cinco) policiais militares presos entre 2011 e 2014, a maioria absoluta se livrou e ficou solto em seguida, após a análise

obrigatória dos autos por um juiz de direito. Quando há necessidade de se manter a segregação do policial militar que praticou conduta criminosa a autoridade administrativa solicita ao Poder Judiciário a conversão da prisão em flagrante delito para prisão preventiva que possui como critérios a periculosidade do acusado, bem como seu ânimo para fugir ou atrapalhar as investigações.

Contudo, esse dado é de suma importância, pois representa uma resposta imediata da Corregedoria ou mesmo do Estado administração quando tal segregação se materializa pelo delegado de polícia, contra atos criminosos cometidos por policiais militares no exercício de sua função ou em razão dela. Nesse sentido, o objetivo é desacelerar o ímpeto criminoso de policiais desviantes que entendem serem remotas as possibilidades de serem flagrados por crimes cometidos quando estão no exercício de suas atribuições legais (BECKER, 1968).

Os policiais que compõem a Corregedoria fazem parte da estrutura da Polícia Militar, não possuem carreira específica e mantêm ligações muito fortes com a instituição. Podem ainda a qualquer momento serem removidos de volta à tropa e labutarem lado a lado com aqueles que num outro momento investigavam ou mesmo aplicado sanções disciplinares ou ainda cumprido medidas cautelares ou mandados de prisão. Assim, estão os policiais da Corregedoria em situação de vulnerabilidade frente aos risco que decorrem de sua atuação sem uma devida contrapartida de segurança do próprio Estado (MACAULAY, 2012).

Tabela 5: Medidas cautelares aplicadas contra policiais militares entre os anos de 2011 e 2014

APFD	Ano							
	2011		2012		2013		2014	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Crime comum	29	39,73	22	29,33	23	27,06	34	54,84
Crime militar	44	60,27	53	70,67	62	72,94	28	45,16
Total	73	100,00	75	100,00	85	100,00	62	100,00

Fonte: Corregedoria Geral da PM do Pará (jan. 2015).

Mais ainda se entende que urge o direcionamento de ações anteriores à prática de atos contrários à ética com fim de diminuir as incidências dos

ilícitos, bem como das investigações instauradas que limitam a atividade policial e são verdadeiros gastos orçamentários do Estado Paraense, uma vez que o custo de um processo administrativo disciplinar, segundo dados da Corregedoria Geral da União, pode chegar ao valor de R\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais) (ALVES, 2013).

Referências

ALVES, L. S. Ajustamento de conduta e poder disciplinar. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE JURISTAS, 10., 2013, Lisboa e Coimbra. *Anais...* Lisboa e Coimbra: Universidade Lusófona de Lisboa, 2013.

AZEVEDO, A. L. V. *Uso das estatísticas criminais e planejamento das atividades policiais: um estudo sobre a percepção dos profissionais de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro*. 2012. 262 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10171/Tese%20Ana%20Lu%20c3%20adsa%20V.%20de%20Azevedo%20Vers%20a3o%20Definitiva.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: abr. 2015.

BECKER, G. S. Crime and punishment: an economic approach. *The Journal of Political Economic*. The University of Chicago Press, v. 76, n. 2, p. 169-217, 1968. Disponível em: <www.jstor.org/discover/102307/1830482>. Acesso em: abr. 2015.

BAYLEY, D. H. *Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa*. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

CARVALHO NETO, I. *Responsabilidade do Estado por atos de seus agentes*. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

DWORKIN, R. *Uma questão de princípio*. 2. ed. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GOMES, Luiz Flávio. Penas alternativas como regra. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, v. 13, n. 1782, maio 2008. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/11277>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MACAULAY, F. *Problems of police oversight in Brazil*. Londres: Centre for Brazilian Studies. Institute of Latin American Studies, University of London, 2012. Disponível em: <http://www.brazil.ox.ac.uk/_data/asserts/pdf_file/0011/9398/Macaulay33.pdf> Acesso em: abr. 2015.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. *Código de Conduta para Encarregados pela Aplicação da Lei: Resolução 34/169*, da Assembleia Geral da ONU. 1979.

PARÁ. Lei Ordinária Nº 6.833/2006. Dispõe sobre o código de ética e disciplina da Polícia Militar do Pará, PA. *Diário Oficial do Estado Pará*, Belém, 2006.

SOUSA, A. F. *A Polícia no Estado de Direito*. São Paulo: Saraiva, 2009.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Tradução: Waltensir Dutra. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

CAPÍTULO 3

***Ghetto Soldjas*: as Ciências Sociais e o estudo da criminalidade urbana em Cabo Verde - Apontamentos teórico-empíricos**

Redy Wilson Lima

Doutorando em Estudos Urbanos (FCSH-UNL e ISCTE-IUL). Praia – Santiago – Cabo Verde. redywilson@hotmail.com

Katia Cardoso

Investigadora do Centro de Estudos Sociais e Doutoranda no Programa Pós-colonialismos e Cidadania Global (CES/Universidade de Coimbra). Coimbra – Portugal. katiacard@gmail.com

Resumo

Este artigo é suportado por pesquisas de cariz qualitativo realizadas na cidade da Praia, entre os anos 2007 e 2012, tendo como objeto empírico o estudo da criminalidade juvenil urbana protagonizada pelos denominados *Thugs* e como objetivos principais compreender de que forma esses jovens se mobilizam; o porquê da apropriação de um estilo de vida juvenil dos guetos norte-americanos e as razões que fazem com que um Estado tido como modelo na África em matéria de democracia e boa governação apresente níveis de criminalidade urbana superior a um Estado internacionalmente considerado como “falhado”, como é o caso da Guiné-Bissau. Sendo assim, é pretensão deste *paper* discutir a pertinência teórica do quadro analítico utilizado no estudo da criminalidade urbana em Cabo Verde.

Palavras-chave: Criminalidade Juvenil. Cidade da Praia. *Thugs*.

Introdução

As Ciências Sociais e o estudo de gangues de rua

Nos EUA, inicialmente as gangues juvenis foram sociologicamente analisados a partir do discurso da delinquência juvenil. No entanto, mais recentemente, o foco foi deslocado do “jovem delinquente” para a “gangue delinquente”. Segundo Arnold (1966 apud Brotherton e Barrios, 2004), as gangues definem-se tendo em conta as seguintes características: estrutura; crime/delinquência; território; integração/coesão; conflito; agenda anti-social e percepção comunitária.

O estudo sociológico das gangues no século passado pode, no entender de Brotherton e Barrios (2004), ser dividido em quatro períodos: a) entre 1920 e 1930, em que as teorias de desorganização social, do conflito cultural e do desvio dominaram; b) entre 1950 e 1960, dominado pelas teorias subculturais, das estruturas de oportunidades, da rotulagem e do quase-grupo; c) entre 1970 e 1980, dominado pela teoria da subclasse e d) a partir dos anos de 1990, com o domínio da teoria da contingência social e econômica.

No entanto, defendem que em todos esses estudos a relação entre gangues e delinquência surge como tese central e que esta centralidade leva a que se ignore aquilo a que chamam de possibilidades políticas das gangues que incluem questões como: a espiritualidade na cultura de gangues; as redefinições das subculturas resistentes ao longo do tempo; o papel da educação capitalista na reprodução das suas identidades e as suas lutas pela autonomia espacial e social.

Partindo da perspectiva marxista dos movimentos sociais, criticam os estudos anteriores alegando que têm dado pouca atenção à capacidade política dos membros das gangues para transformarem o seu ambiente e mudarem-se a si próprios. Neste sentido, investem numa abordagem teórica alternativa: a partir da expressão “organizações de rua” concebem as gangues e seus membros como possíveis agentes de mudança, grupos sociais capazes de se adaptarem a um universo marcado por relações de poder desiguais, visto serem dotados de um repositório ativo de conhecimento de resistência sociocultural, ao mesmo tempo que funcionam como reprodutores do sistema de valor cultural dominante.

Devido ao fato da literatura especializada estar centrada apenas nas relações existentes entre gangues e a política em contextos de competição

eleitoral, na perspectiva de Brotherton e Barrios (2004), tem-se ignorado o seu papel enquanto entidade política, não obstante as atividades de militância política protagonizadas nos anos de 1960 junto de grupos revolucionários (HAGEDORN, 2007b). Esta ausência é explicada, por um lado, pelo desaparecimento ou perda de influência das antigas máquinas políticas das cidades e, por outro, porque os estudos das gangues focam-se quase sempre em adolescentes pertencentes à classe trabalhadora que nunca se associaram à política, mesmo na chamada “década da juventude” dos anos de 1960 (JANKOWSKI 1991 apud BROTHERTON; BARRIOS, 2004).

Por nunca terem sido considerados como um empreendimento colectivo capaz de estabelecer uma nova ordem de vida, Brotherton e Barrios (2004) afirmam que raramente as gangues foram abordados a partir de uma perspectiva de movimentos sociais. Para Brotherton (2007), o caminho mais eficaz na fuga da condição de oprimido é os membros das gangues se transformarem em movimentos sociais tendo a rua como base. Nessa mesma linha, Barrios (2007, p. 227) mobilizando a noção “espiritualidade de libertação”, tomado como uma das estratégias utilizadas por algumas gangues, argumenta que através dela pode se preservar a identidade de grupo, para além de capacitar os membros a continuar a luta de libertação contra a dominação social e racial a que estão sujeitos.

Tendo como base empírica as gangues latinos nos EUA, este autor advoga ainda que a fonte da espiritualidade de libertação é aquilo a que chamam de “nuestra realidad”. Ou seja, que a realidade humana manifesta-se num tempo e espaço específico e nunca num vazio. Desta feita, ao falarem “da sua realidade”, estão a falar sobre o seu cotidiano social, político e económico, sobre o significado de serem latinos e latinas numa sociedade racista. Ela fornece-os uma consciencialização sociopolítica e dota-os de uma identidade de resistência contra aquilo a que o autor chama de “espiritualidade de opressão historicamente interiorizada” (BARRIOS, 2007, p. 227).

Neste contexto, “raça” emerge como uma questão central na análise das gangues enquanto fenómeno social, embora não tenha sido mobilizada em algumas formulações teóricas relevantes, como por exemplo a da Escola de Chicago. Hagedorn (2007b) explica que esta não mobilização deveu-se à luta contra o racismo existente na época e foi uma forma de “fugir à questão”, afastando assim os estereótipos associados à população negra e impedindo que os imigrantes fossem hostilizados pelo público nativo. No

entender Hagedorn (2007c), “raça” tem sido um importante mecanismo de auto-identificação grupal das gangues e, por conseguinte, deverá ser tomada em consideração pelos estudos sobre o tema. Hagedorn (2008) ressalva ainda que a globalização obriga a que se tenha também em conta, nos estudos deste tipo de agrupamento social, os efeitos da aglomeração urbana, a informalização, a gentrificação e a geografia de exclusão.

Em Cabo Verde, os estudos existentes sobre a criminalidade urbana poderão ser tipificados da seguinte forma, tendo em conta os propósitos e as instituições de financiamento: a) resultado de consultorias encomendadas por instituições públicas financiadas por organizações internacionais (SOUSA, 2013; FONSECA, 2012; PRIETO, 2012; FURTADO; PINHEIRO; ALMEIDA, 2011; UNODC, 2011; FERNANDES; DELGADO, 2008); b) para obtenção de títulos acadêmicos (ALVES, 2014; CARDOSO, 2014; MONTEIRO, 2014; STEFANI, 2014; TAVARES, 2014; BARROS, 2013; DIAS, 2010; GERTRUDES, 2013; TAVARES, 2012; MONTEIRO, 2011; MONTEIRO, 2010); c) financiados por agências de investigação (CARDOSO, 2014; ZOETTL, 2014; PEÇA, 2012; BORDONARO, 2010; 2012a; 2012b; ROQUE; CARDOSO, 2012; 2013; 2008); e d) independentes (LIMA, 2015; 2012a; 2012b; 2010; VARELA; LIMA, 2014).

Esses estudos, em sua maioria, fundamentam-se em preceitos explicativos sociológicos de base do fenômeno da delinquência juvenil: a existência de patologias ao nível de personalidade; uma orientação por determinados tipos de valores e ideais alternativos ou opostos à constelação moral dominante; um déficit anômico ocorrido nos processos de socialização por relação aos valores e normas dominantes. No entender de Chaves (2012), não obstante numerosos trabalhos de pesquisa ou de reflexão teórica contestarem estes preceitos explicativos, eles são comumente assumidos como indiscutíveis por parte dos investigadores e técnicos que trabalham com a questão da delinquência.

Mais recentemente, uma importante achega foi dada por Roque e Cardoso (2012), ao chamarem a atenção para a tendência dos estudos sobre a violência, de uma forma geral, ignorarem a componente política através da substituição da noção de violência política pela violência social (MOSER; ROGERS, 2005), numa época em que a desigualdade e a marginalização social têm estado na base de inúmeros motins urbanos em nível mundial. Para estas investigadoras, o maior desafio atual no estudo

da violência é enfrentar a sua progressiva despolitização e consequente deslegitimação e criminalização.

Esta nova abordagem vai ao encontro da defendida por Brotherton e Barrios (2004), que, tal como Hagedorn (2008; 2007a; 2007b; 2007c), percebem as gangues como atores sociais. Fugindo das teorias formuladas pela criminologia tradicional que insiste em ver as gangues enquanto variáveis dependentes, como produto da desorganização social, das famílias desestruturadas ou da socialização de rua e os seus membros como rapazes problemáticos, com capital social e humano limitado ou atormentados pela pobreza, estes autores argumentam que as gangues devem ser tomados como variáveis independentes, isto é, enquanto atores sociais que constroem a sua identidade de forma agressiva. Ou seja, como um grupo social com uma identidade de resistência, que na linha de Castells (2003 [1997]) é forjada por atores que, situando-se em posições subalternas, desvalorizados e/ou estigmatizados pela lógica de dominação, moldam identidades contra-hegemónicas e edificam trincheiras de defesa e de resistência em relação às instituições dominantes.

Cabo Verde e o contexto das novíssimas guerras

Em 2006, o aumento dos assaltos à mão armada, o confronto entre grupos rivais e as execuções sumárias começaram a preocupar a população cabo-verdiana nos dois maiores centros urbanos do país, Praia e Mindelo, elevando a percepção de insegurança a níveis inéditos e assustadores (AFROSONDAGEM, 2012).

Para Lima (2015), este cenário configura o que Moura (2010), na esteira de Kaldor (1999), designou de novíssimas guerras, um novo tipo de conflitualidade violenta que irrompe nos grandes centros urbanos em nível mundial, em que grupos armados dominam microterritórios em países aparentemente em situação de paz.

A partir dos anos de 2000, Cabo Verde tem apresentado uma alta taxa de homicídios, com maior incidência na Praia. Segundo dados oficiais da polícia, de 2006 a 2012, foram registados 281 homicídios em todo o país, uma média de 40.1 por ano, com a capital do país na dianteira do *ranking* nacional com 144 registos, uma média de 20.6 por ano. O ano de 2012 foi o mais mortífero e dos 33 homicídios registados no ano de 2011 na Praia, 28 estão direta ou indiretamente ligados à guerra das gangues de rua.

De acordo com Lima (2015), a combinação de fatores como o rápido crescimento urbano e a falta de infraestrutura de habitação (FURTADO; PINHEIRO; ALMEIDA, 2011), o aumento da desigualdade social (ADORNO, 2002) e da desadequação formação/emprego na camada juvenil (FORTES, 2011), a disponibilidade crescente de armas de fogo (REIS; RODRIGUES; SEMEDO, 2008), a emergência do narcotráfico (LIMA, 2014; ZOETTL, 2014; AFROSONDAGEM, 2012), do tráfico de armas e de grupos armados e organizados e semi-organizados (LIMA, 2015), a cultura da masculinidade (BORDONARO, 2012b) e a cultura de violência historicamente legitimada (LIMA, 2010; VARELA, 2010) são alguns dos fatores que estão na raiz da explosão da violência direta urbana que irrompeu nos anos de 2000 em Cabo Verde, mais especificamente na sua capital.

Esta proposta de um olhar caleidoscópico sobre a causalidade da violência juvenil e da criminalidade em Cabo Verde encontra-se na contramão da perspectiva dominante que, designadamente nos primeiros anos do surgimento desses fenômenos, baseou-se na criação de um pânico moral, alimentando o imaginário popular através de discursos mediáticos e políticos, que reproduziram imagens estereotipadas e redutoras dos jovens dos bairros ditos periféricos e pobres da capital (numa clara lógica de “criminalização da pobreza”), por um lado, e dos deportados dos EUA, por outro, numa busca de bodes expiatórios “externos” (BORDONARO, 2012a; CARDOSO, 2012; PEÇA, 2012). Em relação a estes últimos, prevalece uma visão homogeneizante e estigmatizante que ignora o mecanismo regulatório global que origina esses fluxos e considera os deportados exclusivamente como criminosos violentos e os grandes mentores das gangues em Cabo Verde. Ora, apesar de uma potencial contribuição para a alteração do *modus operandi* dos grupos de jovens e o desafio que alguns deportados representaram para a atuação policial, nomeadamente em 2005, com a perpetração de crimes relacionados com o tráfico de drogas – evidenciando um nível de “profissionalização” que não se compagina com o (aparente) “amadorismo” dos *Thugs* – a identificação dos deportados como os impulsionadores do surgimento dos *Thugs* parece-nos excessiva. O desconhecimento da razão da expulsão do país de acolhimento, as situações de exclusão e inadaptação no processo de (re)integração no (suposto) país de origem e pouco destaque dos “casos de

sucesso” são alguns dos fatores que contribuem para fomentar o binômio deportação-criminalidade/violência (CARDOSO, 2012).

Não obstante, em janeiro de 2013, Lima (2015) contabilizou 92 gangues de rua ativos na Praia e 13 no Mindelo. No triênio 2010/12 estavam abertos 26 confrontos entre grupos de jovens armados, sem contar com os ajustes de contas entre as facções nacionais do narcotráfico, cujas características configuram aquilo que se convencionou chamar de “gangues híbridas” (STARBUCK; HOWELL; LINDQUIST, 2001), pela pertença dos seus membros a múltiplas gangues; regras e códigos pouco claros; existência de membros masculinos e femininos; utilização de símbolos e *tags* de diferentes gangues; cooperação com gangues rivais em atividades delituosas e constantes fusões entre pequenos grupos.

Este tipo de gangues, constituídos habitualmente por adolescentes sem uma carga ideológica vincada, surgiu nos finais dos anos de 2000 como resultado da política de repressão iniciadas em 2005. Recorrendo à tipologia de Sullivan (2000), verifica-se que as gangues de rua cabo-verdianas têm seguido os padrões transformacionais das gangues de outras geografias, uma vez que a par das tradicionais gangues de rua (em que se encontram os *Thugs*), que funcionam como protetores de bairro (BORDONARO, 2012b; LIMA, 2012a; 2010), encontram-se gangues orientadas para o mercado de droga e uma nova geração que mistura elementos políticos e mercenários.

Com o processo de pacificação (re)iniciado em 2011, através da utilização de uma espécie de poder inteligente (NYE JR., 2012) conciliando uma intensa repressão policial nos bairros tidos como problemáticos e o financiamento de projetos sociais promovidos por associações comunitárias cooptadas pelas instituições estatais, os confrontos armados reduziram e, a partir de 2013, novas formas de protagonismo social e novos espaços de afirmação e contestação social e político foram paulatinamente substituindo as gangues de rua enquanto espaços de inserção social e coesão identitária (LIMA, 2014). Desses, destacam-se Korrenti Ativizta e Sankofa, organizações de rua que segundo Stefani (2014) apresentam continuidades do modelo *Thug*, integrados por ex-membros de gangues de rua, ex-presidiários e ativistas socioculturais, que a partir de uma lógica transcomunitária e de apropriação dos ideais de Amílcar Cabral reivindicam a (re)africanização dos espíritos e apelam a uma nova revolução.

Conclusão

A criminalidade juvenil urbana ocupa, há uns anos a esta parte, um lugar de destaque na lista de preocupações sociais e de temas candentes e fraturantes em Cabo Verde.

As propostas teóricas de análise deste fenómeno dão conta disso mesmo, revelando uma relativa prevalência de abordagens tradicionais e monocausais dos grupos juvenis violentos.

Em termos de respostas governamentais (legislativas ou policiais), à semelhança do que acontece noutros quadrantes geográficos, tem-se verificado o predomínio de uma linha repressiva que bloqueia, muitas vezes, o acesso às causalidades mais remotas e à percepção das demais camadas de violências que envolvem a violência direta perpetrada pelos *Thugs*.

Referências

ADORNO, S. *Exclusão socioeconômica e violência urbana*. **Sociologias**, Porto Alegre, a.4, n.8, p. 84-135, 2002.

AFROSONDAGEM. *Relatório sobre violência e criminalidade na Cidade da Praia*. Praia, 2012.

ALVES, M. A. *Delinquência juvenil e criminalidade na Cidade da Praia*. Uma pesquisa em torno do fenómeno “Thug” e violência urbana. 2014. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública: Gestão de Defesa Social e Mediação de Conflitos) – Uni-CV, 2014.

BARROS, N. V. *Criminalidade juvenil na cidade da Praia: os casos dos grupos de Thugs*. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Lisboa: ISCTE-IUL, 2013.

BARRIOS, L. Gangs and spirituality of liberation. In: HAGEDORN, J. M. (Ed.). *Gangs in the global city*. Alternatives to traditional criminology. Chicago: University of Illinois Press, 2007. p. 223-247.

BORDONARO, L. Semântica da violência juvenil e repressão policial em Cabo Verde. In: BARROS, J.; PINA, L. (Coord.), *Revista Direito e Cidadania (Edição Especial – Política Social e Cidadania)*, n. 30, p. 169-190, 2010.

_____. Tolerância Zero Crioula: Cabo Verde. In: PUREZA, J. M.; ROQUE, S.; CARDOSO, K. (Org.). *Jovens e trajetórias de violências*. Os casos de Bissau e da Praia. Coimbra: Almedina/CES, 2012a. p. 83-106.

_____. Masculinidade, violência e espaço público: notas etnográficas sobre o bairro Brasil da Praia (Cabo Verde). In: MARCON, F.; BORDONARO, L. (Org.). *Revista Tomo* (Dossiê: Juventudes, expressividades e poder em perspectivas cruzadas), n. 21, p. 101-136, 2012b.

BROTHERTON, D. C. Toward the gang as a social movement. In: HAGEDORN, J. M. (Ed.). *Gangs in the global city*. Alternatives to traditional criminology. Chicago: University of Illinois Press, 2007. p. 251-272.

BROTHERTON, D. C.; BARRIOS, L. *The almighty latin king and queen nation: street politics and the transformation of a New York City gang*. New York: Columbia University Press, 2004.

CARDOSO, E. F. *Delinquência juvenil na cidade da Praia* (Cabo Verde). 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia Forense e da Exclusão Social) - ULHT, Lisboa, 2014.

CARDOSO, K. Thugs e violências: mitos, riscos e omissões. In: PUREZA, J. M.; ROQUE, S.; CARDOSO K. (Orgs.). *Jovens e trajetórias de violências*. Os casos de Bissau e da Praia. Coimbra: Almedina/CES, p. 19-56, 2012.

CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. O poder da identidade, Volume II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003 [1997].

CHAVES, M. *Casal ventoso: da gandaia ao narcotráfico: marginalidade económica e dominação simbólica em Lisboa*. (Estudos e investigações; 13). Lisboa: ICS – imprensa de Ciências Sociais, 2012.

DIAS, J. J. *Percursos em transgressão nos jovens delinquentes na cidade da Praia – Cabo Verde: fatores de risco e de protecção*. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Justiça) - ISMAI, Maia, 2010.

FERNANDES, G.; DELGADO, J. P. *Estudo Sobre os Jovens em Conflito com a Lei*. Ministério da Justiça: Direcção-Geral dos Serviços Penitenciários e de Reinserção Social, Praia, 2008.

FONSECA, J. C. O ‘programa constitucional’ cabo-verdiano para a infância e a juventude e as grandes orientações em sede de protecção penal de crianças e adolescentes, medidas tutelares educativas e direito penal de jovens delinquentes. In: SILVA, M.; PINA, L.; MONTEIRO Jr., P. (Org.), *Estudos em Comemoração do Quinto Aniversário do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais*. Praia: ISCJS, 2012. v. 2, p. 193-234.

FORTES, C. M. *Estudo diagnóstico sobre a juventude, inovação e inserção sócio-económica*. Praia: Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, 2011.

FURTADO, C.; PINHEIRO, A.; ALMEIDA, H. *Estudo sobre a relação da organização do espaço urbano e a violência urbana em Cabo Verde*. Praia: Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, 2011.

GERTRUDES, J. C. R. *Violência urbana: estudo de caso do bairro de Tira Chapéu*. 2013. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública: Gestão de Defesa Social e Mediação de Conflitos) - Uni-CV, Praia, 2013.

HAGEDORN, J. M. *A world of gangs: armed young men and gangsta culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

_____. Introduction: globalization, gangs, and traditional criminology. In: _____. (Ed.). *Gangs in the global city*. Alternatives to traditional criminology. Chicago: University of Illinois Press, 2007a. p. 1-10.

_____. Gangs, institutions, race, and space: the Chicago School revisited. In: _____. (Ed.). *Gangs in the global city*. Alternatives to traditional criminology. Chicago: University of Illinois Press, 2007b, p. 13-33.

_____. Gangs in late modernity. In: _____. (Ed.). *Gangs in the global city*. Alternatives to traditional criminology. Chicago: University of Illinois Press, 2007c. p. 295-317.

KALDOR, M. *New and old wars: organized violence in a global era*. Polity Press/ Stanford University Press, 1999.

LIMA, R. W. A imprensa escrita e a cobertura dos conflitos entre gangues de rua em Cabo Verde. In: BUSSOTTI, L.; BARROS, M.; GRÄTZ, T. (Ed.). *E-book media freedom and right to information in Africa*. Lisboa: CEI-IUL (ISCTE-IUL), 2015. p. 99-123.

_____. “_____”. Jovens e processos de afirmação na cidade da Praia, Cabo Verde. *P@X - Boletim Online da Linha de Estudos para a Paz* (Tema: Contestação e transformação política: uma exploração dos padrões em diferentes países e regiões), n. 25, p. 16-17, 2014.

_____. Delinquência juvenil coletiva na Cidade da Praia: uma abordagem diacrónica. In: PUREZA, J. M.; ROQUE, S.; CARDOSO, K. (Org.). *Jovens e trajetórias de violências*. Os casos de Bissau e da Praia. Coimbra: Almedina/CES, 2012a. p. 57-82.

_____. Bairros desafiliados e delinquência juvenil: o caso do bairro da Achada Grande Trás. In: SILVA, M.; PINA, L.; MONTEIRO Jr., P. (Org.). *Estudos em Comemoração do Quinto Aniversário do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais*. Praia: ISCJS, 2012b. v. 2, p. 123-151.

_____. Thugs: vítimas e/ou agentes da violência? In: BARROS, J.; PINA, L. (Coord.), *Revista Direito e Cidadania (Edição Especial – Política Social e Cidadania)*, n. 30, p. 191-220, 2010.

MONTEIRO, J. S. *Delinquência juvenil e a sua origem familiar na ilha de Santiago de Cabo Verde*. 2014. Dissertação de Mestrado – Segurança Pública: Gestão de Defesa Social e Mediação de Conflitos. Praia: Uni-CV, 2014.

MONTEIRO, M. C. R. *Consumo do álcool e das drogas ilícitas nos grupos gangues/thugues da cidade do Mindelo e da Praia*. 2011. Dissertação de Mestrado – Psicologia – área clínica e de saúde. Mindelo: Universidade da Beira Interior, 2011.

MONTEIRO, J. J. T. *Para uma perspectiva sociológica do fenómeno “Thug” na cidade da Praia: Estudo de caso em Achada Grande Frente e Lém Ferreira*. Memória monográfica – Sociologia. Praia: Universidade Jean Piaget, 2010.

MOSER, C.; ROGERS, D. *Change, violence and insecurity in non-conflict situations*. London: Overseas Development Institute, 2005. (Working Paper, 245).

MOURA, T. *Novíssimas guerras: espaços, identidades e espirais da violência armada*. Coimbra: Almedina/CES, 2010.

NYE JR., J. S. *O futuro do poder*. Tradução de Luís Oliveira Santos. Lisboa: Temas e Debates, São Paulo: Benvirá, 2012. 317 p.

PEÇA, M. Entre o real e o percebido: Estudo exploratório do discurso mediático sobre a violência urbana na Praia (2005 e 2009). In: PUREZA, J. M.; ROQUE, S.; CARDOSO, K. (Org.). *Jovens e trajetórias de violências*. Os casos de Bissau e da Praia. Coimbra: Almedina/CES, 2012. p. 107-145.

PRIETO, A. P. Urban youth violence in Cape Verde. The communication for development approach. *Apresentation in International conference youth and democratization in Africa: lessons learned and comparative experiences*, 1/3 November. Adis Abeba: United Nations Convention Center, 2012.

REIS, D.; RODRIGUES, F.; SEMEDO, J. *Inquérito às famílias sobre armas ligeiras e de pequeno calibre em Cabo Verde – Relatório final*. Praia: Afrosondagem, 2008.

ROQUE, S.; CARDOSO, K. *Por que razão os jovens se mobilizam... ou não?* Jovens e violência em Bissau e na Praia. Dakar: CODESRIA, 2008.

_____. Conclusões. Dos atores às trajetórias: desafios de uma análise centrada na ‘modernidade’ das violências. In: PUREZA, J. M.; ROQUE,

S.; CARDOSO K. (Org.). *Jovens e trajetórias de violências*. Os casos de Bissau e da Praia. Coimbra: Almedina/CES, 2012. p. 293-297.

_____. Entre a marginalização e a securitização: jovens e violências em Cabo Verde e na Guiné-Bissau. *Revista Cabo-verdiana de Ciências Sociais*, ano 1, n. 1, p. 61-84, 2013.

SOUSA, N. A outra face do janus cabo-verdiano: uma análise crítica da violência juvenil em Cabo Verde. *Revista Cabo-verdiana de Ciências Sociais*, n. 1, p. 27-59, 2013.

STARBUCK, D.; HOWELL, J. C.; LINDQUIST, D. J. *Hybrid and other modern gangs*. Washington: Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention's, 2001.

STEFANI, S. *Sujeito ómi. Construzioni di mascolinitá nella realtà urbana di Praia (Cabo Verde)*. 2014. Tese (Mestrado em Antropologia Cultural) - Università di Torino, Torino, 2014.

SULLIVAN, J. P. Urban gangs evolving as criminal netwar actors. *Small Wars and Insurgencies*, v. 11, n. 1, p. 82-96, 2000.

TAVARES, L. *Influência da violência social sobre as relações afetivas de jovens e a prevenção do VIH/SIDA*. Estudo de caso nos bairros de Eugénio Lima e Brasil na cidade de praia, Cabo Verde. 2014. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – UniCV – Universidade de Cabo Verde, Praia, 2014.

TAVARES, R. P. *Prevenção da delinquência juvenil em Cabo Verde: contributo para o desenho de um instrumento de política pública*. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - ISCTE-IUL, Lisboa, 2012.

UNODC. *Cabo Verde. Relatório de avaliação do sistema de justiça juvenil*. Praia, 2011.

VARELA, A.; LIMA, R.W. Esferas (ocultas) de participação política dos jovens na cidade da Praia, Cabo Verde: do político ao parapolítico. In: CUNHA, P.; BAQUERO, R. (Org.), *Revista Debates* (Dossiê Juventude e Política), v. 8, n. 2, p. 11-37, 2014.

VARELA, A. A violência em Cabo Verde: entre a fantasmagoria da história, a desterritorialização das tensões sociais e novos agenciamentos, comunicação apresentada no *Colóquio Segurança e Violência em Cabo Verde*, 21 de abril. Assomada: Universidade de Santiago, 2010.

ZOETTL, P. A. Morabeza, cash or body: prison, violence and the state in Praia, Cape Verde. *International Journal of Cultural Studies*, Disponível em: <http://ics.sagepub.com/content/early/2014/04/25/1367877914528530.refs.html>. Acesso em: jun. 2014.

CAPÍTULO 4

Por onde andam os cavalos: um estudo sobre o policiamento montado no bairro do Bengui

César Luiz Vieira

Mestre em Segurança Pública (UFPA), Bacharel em Direito (UFPA) e Oficial da Polícia Militar do Estado do Pará. Belém – Pará – Brasil . cesarvieirars@hotmail.com

Andréa Bittencourt Pires Chaves

Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. andreachaves@ufpa.com

Resumo

Aborda a forma como a Polícia Militar do Estado do Pará, por meio da modalidade de policiamento montado, desenvolve seu trabalho em um bairro periférico da capital paraense denominado Bengui. O objetivo é analisar a forma como a comunidade lá residente, estudantes, moradores e comerciantes, percebem a sensação de segurança naquele bairro. Na realização da pesquisa foi utilizada a abordagem quantitativa com a aplicação de questionários aos grupos, com a seguinte divisão: 50 (cinquenta) moradores residentes a mais de 10 anos no bairro segundo seus depoimentos, 50 (cinquenta) estudantes matriculados em cada uma das três escolas de ensino médio do bairro, totalizando 150 (cento e cinquenta) questionários e 37 (trinta e sete) comerciantes localizados na Rua Ajax de Oliveira, via principal do local e onde ocorre a maior movimentação de comércios, com mais de 10 anos estabelecidos naquele bairro, segundo seus depoimentos. Essa quantidade de questionários permitirá uma margem de erro estatístico menor de 5%. O tempo espacial de 10 anos é proporcional ao tempo de chegada da cavalaria no bairro. O texto está dividido em quatro partes. Na primeira apresenta-se a formação da cidade e o surgimento do bairro abordado. Na segunda parte discorre-se sobre a modalidade de policiamento montado e suas variáveis com pontos positivos e negativos bem como alguns aspectos de onde ele já é executado. Na sequência analisaram-se os questionários para a última parte emitir as conclusões.

Palavras-chave: Regimento. Segurança Pública. Estado do Pará.

Introdução

Este artigo tem por finalidade investigar sobre a percepção de segurança da comunidade moradora no bairro do Bengui tinha do Regimento. Assuntos sobre policiamento montado não são de difícil localização, pois já existe uma vasta bibliografia sobre ele. Quando busca informações no plano internacional encontramos sobre a Polícia Montada do Canadá e nos Estados Unidos, mais precisamente em Nova York, quando seus cavalos desfilam pela *Time Square* e na região das arenas esportivas para onde muitos turistas convergem e onde a polícia local faz do policiamento ser mais uma atração.

Buscando pela América latina também encontramos fácil informação de como a Argentina, Peru, Colômbia e o Uruguai executam seu policiamento. E podemos buscar aqui pelo Brasil também nas polícias militares dos Estados de São Paulo, com seus 654 municípios, Minas Gerais, com seus 859 municípios, ou na Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, que conta com 08 regimentos de cavalaria pelas suas 497 cidades (IBGE, 2014). As polícias militares possuem um vasto banco de dados sobre a modalidade uma vez que em seus cursos de CAO e CSO, os oficiais alunos devem produzir suas monografias/TCC sendo muito natural que cada aluno faça seu trabalho sobre suas experiências profissionais respeitando as particularidades regionais e históricas.

Portanto, na literatura encontraremos a forma de como se fazer a modalidade, ou seja, o *modus operandi*. Este artigo pretende fazer um recorte sobre a percepção que a comunidade possuiu sobre a execução e se quando é realizado existe a transmissão da sensação de segurança e também se ela é efetiva, até porque sobre a formação histórica e maneira de efetuar a modalidade já existe literatura.

O motivo impulsionador para buscar saber sobre a existência desta percepção reside na localização geográfica da unidade policial naquele bairro e sendo de lá que sai diariamente para executar as suas missões constitucionais e devendo também ser naquele território sua prática.

Por fim, será objetivo deste artigo oferecer uma ferramenta que poderá servir de referencial para futuras decisões da corporação quando na implementação do serviço de policiamento montado e também para a tomada de decisão do Estado Maior quando idealizar planos de policiamento.

Objetivos

O objetivo deste artigo é investigar a percepção dos moradores do bairro do Bengui com a modalidade de policiamento montado que é executado naquele bairro e por ser lá a localização do aquartelamento.

Metodologias

Trata o presente artigo de um estudo no âmbito da segurança pública, com características próprias de uma pesquisa de campo, tendo por objetivo identificar a percepção da comunidade de moradores do bairro do Bengui possui sobre o Regimento de Polícia Montada.

Para tanto será necessário apresentar o delineamento da pesquisa, a definição do público-alvo, o plano de coleta de dados e o final a plano de análise dos dados coletados.

Delineamento da pesquisa

Considerando que existe diversos tipos de pesquisa, de acordo com alguns autores, dentre eles, Vergara (2003), há dois critérios básicos: a) quanto aos fins, pode ser exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada e intervencionista; b) relativamente aos meios pode ser: pesquisa de campo, pesquisa de laboratório, telematizada, documental, bibliográfica, experimental, *ex post facto*, participante, pesquisa-ação e estudo de caso.

Este artigo utilizará quanto aos fins à pesquisa exploratória, que é aquela que “busca apenas mais informações sobre o que está sendo estudado” (FURASTÉ, 2007, p. 38).

Justifica-se a pesquisa exploratória, pois o objetivo é descobrir a percepção do público morador no bairro quanto à ostensividade do processo de policiamento montado e para se alcançar tal propósito, foram utilizados os dados coletados no bairro.

Quanto aos meios, utilizaremos a pesquisa bibliográfica amparada em livros, monografias e sites da internet. Ainda, realizaremos a pesquisa de campo com a aplicação de questionário como instrumento para a coleta de dados.

A pesquisa de campo, base do trabalho, “[...] busca conhecer aspectos importantes e peculiares do comportamento humano em sociedade” (FURASTÉ, 2007, p. 35).

A execução da pesquisa de campo foi pela aplicação de um questionário. O questionário por sua vez é um instrumento muito utilizado para a coleta de informações de grupos sociais, pois propicia descrições adequadas de características de um grupo social. Beneficia a análise a ser feita pelo pesquisador e também supri de dados relevantes os planejadores e administradores (RICHARDSON, 1999).

Para se alcançar a finalidade de saber sobre a percepção do policiamento montado, realizado no bairro do Bengui, utilizou a abordagem quantitativa, uma vez que pretende analisar os percentuais obtidos por meio da pesquisa das respostas nos questionários. Esta abordagem caracteriza-se pela utilização de questionários pré-elaborados que admitem respostas alternativas e cujos resultados são analisados pelo processo estatístico simples.

Enquanto pesquisa qualitativa procura interpretar, compreender os dados obtidos nos questionários.

Elementos de pesquisa: Moradores no bairro (estudantes, comerciantes e residentes).

Unidade amostral: Pessoas que convivem diariamente e transitam em suas relações de estudo, moradia ou comércio naquele bairro.

Abrangência: Bairro do Bengui; estudantes nas três escolas de ensino médio, comerciantes da rua Ajax de Oliveira e moradores com mais de 10 anos no bairro.

Período de abrangência: Se sofreram alguma ocorrência policial nos anos de 2010 a 2013.

Definição do público-alvo

O estudo contempla moradores do bairro do Bengui, dentre o grupo já selecionado e para a definição da população de amostra, quando da pesquisa, não houve critérios específicos como sexo e idade.

Para bem alcançar os objetivos, foi confeccionado questionário composto por quatorze questões.

Definição do tamanho da amostra

Responderam ao questionário 237 (duzentas e trinta e sete) pessoas que residem, estudam ou trabalham no bairro do Bengui. A amostra foi por forma intencional. Conforme Gil (2002, p. 123), “há situações em que

este procedimento é mais adequado particularmente naqueles em que se tem interesse na comparação entre vários estratos”.

A pesquisa foi aplicada diretamente pelos autores e por colaboradores da Corregedoria da Polícia Militar, à paisana, descaracterizados e após treinamento e ensaio para a aplicação do questionário.

Plano de coleta de dados

Para a coleta de dados foi considerado o questionário como instrumento adequado aos sujeitos aos quais se destina: moradores, estudantes e comerciantes do bairro do Bengui.

Foram disponibilizadas pela Corregedoria da Polícia Militar e pelo Regimento de Polícia Montada, viaturas descaracterizadas e policiais militares para a aplicação dos questionários, bem como para o treinamento de aplicação e ensaio.

O questionário deste trabalho é composto de 10 questões de caráter fechado. Existem questões de qualificações da entrevista, se já foi vítima de ocorrência policial e questões sobre o objetivo de percepção do policiamento montado no bairro.

Plano de análise de dados

O estudo foi encaminhado para a realização de dois tipos de análise dos dados: a quantitativa e a qualitativa. Desta forma, os subsídios vindos dos questionários resultaram aspectos quantitativos sob a forma de tratamento estatístico simples, do qual resultaram tabelas, gráficos e análises descritivo-interpretativas. No aspecto qualitativo, resultaram em informações para a análise de conteúdo.

Resultados preliminares

A Escola de Chicago desenvolveu teoria das zonas concêntricas apresentando a classificação da cidade em cinco zonas: A zona I é denominada de LOOP, área central por onde iniciou a colonização e geralmente está junto ao rio como em Belém estão os bairros Cidade Velha e Comércio. A zona II é chamada de transição, onde moram as pessoas mais pobres que não conseguiram espaço no centro e moram em volta dele e em transição para a zona III que é a residencial onde os moradores

já são uma geração descendente dos fundadores e buscam uma qualidade de vida sendo na imensa maioria trabalhadores.

A zona IV é chamada de subúrbio, que possui aqui no Brasil um entendimento diferente do original, pois lá nos EUA, de onde veio o estudo e conceito, quem mora nos subúrbios são os ricos, os abastados, pois é lá que estão os condomínios de luxo tanto horizontais quanto verticais. Em Belém está se implantando o Alphaville que por si só já representa uma conceito residencial de alta classe e está localizado no distrito de Outeiro (um dos oito distritos administrativos de Belém), compondo sua parte insular de 26 ilhas, sendo a Ilha de Caratateua a mais povoada com cerca de 80.000 habitantes, distribuídos em quatro bairros. Assim como Icoaraci e Mosqueiro, Outeiro é uma região balneária muito procurada, em especial devido à proximidade com a capital, por pessoas que vão lá em busca de suas sete praias de água doce. E a zona V é a maior de todas que comporta as cidades satélites e zonas suburbanas (FREITAS, 2002).

Importante destacar que o estudo afirma que as zonas crescem e cada uma delas de forma gradual se movendo em direção à zona adjacente, utilizando um processo de invasão, dominação e sucessão (FREITAS, 2002, p. 74). Por esta razão na zona II estão normalmente os moradores pobres, aqueles que residem em prédios abandonados e que são destituídos de toda sorte de atendimento social, pois vivem do resto da zona central, ou seja, resto de oportunidades quer sejam emprego, saúde, amparo social, moradia, resto de dignidade humana. Quando migram para a zona adjacente superior, muitas vezes vão pela invasão e muitos bairros da capital paraense iniciaram desta forma. Chegam os invasores, com o tempo se legitimam através de lideranças e votos junto ao município e em questão de uns 10 anos estão estabilizados com o mínimo de garantia social. Como exemplo, basta ver as antigas invasões da IMIFARMA, na av. Augusto Montenegro e Canarinho, no mesmo local, que hoje já possuem até linha de ônibus e posto de saúde, ou então, toda a extensão dos bairros ao longo da BR-316 em Marituba que seguiram o mesmo histórico social.

Em razão do estudo se percebe que o bairro do Bengui está na zona III, residencial e não foi formação, pois até ser reconhecido em 1996, era também uma invasão. E como lá moravam as pessoas que migraram da zona II eram os “pobres e desafortunados sociais” que chegaram em busca de um local para chamar de seu. Não sendo difícil entender que por muitos

anos foi palco de grandes demandas por resgate social em todos segmentos, dentre eles o de saúde, de segurança (com todo histórico de violência que acompanha essa forma de ocupação), de saneamento básico e de educação.

A escola de Chicago explica com maestria que quando há concentração de crime e delinquência na zona de transição ela também migra para a zona adjacente e leva consigo a desorganização social informando ser esta uma situação onde existe pouco ou nenhum sentimento de comunidade, onde as relações são transitórias, bem como os níveis de vigilância da comunidade também são baixos e as instituições de controle são fracas, resultando em organizações sociais ineficazes, uma vez que nestas áreas muitos valores morais estão em conflito ou em competição, ou seja, o Estado não se faz presente (FREITAS, 2002).

Passados 18 anos do reconhecimento do bairro do Bengui, hoje existem duas Unidades Básicas de Saúde, três escolas, duas universidades, uma delegacia de Polícia Civil, uma subprefeitura, condomínios verticais e horizontais de elevado padrão de moradia e dois *shoppings* em funcionamento de elevado valor social e econômico, é nesse bairro que está o nosso objeto de estudo que é o único regimento de polícia montada do Estado do Pará, bem como o único da região Norte do Brasil. Já é chamado o bairro do Bengui de “Nova Belém”, tamanha a sua importância econômica e relevância social conquistada no cenário municipal.

Considerando a modalidade policiamento montado como uma das formas de executar o policiamento ostensivo, se faz necessário iniciar explanando sobre as características maiores e na sequência apresentar as características da tropa hipo.

O policiamento ostensivo fardado possui algumas características próprias e inerentes para atingir a finalidade maior que é a preservação da ordem pública.

Conforme consta no Manual Básico de Policiamento Ostensivo adotado pela Polícia Militar do Distrito Federal, “existem aspectos gerais que revestem a atividade policial militar, identificam o seu campo de atuação e justificam as razões de seu desencadeamento” (MOREIRA; ABREU, 2006, p. 19). E dentre eles destacamos: identificação, ação pública, totalidade, legalidade, dinâmica, ação de presença.

A função fundamental do policiamento ostensivo é a prevenção dos delitos penais e coibir a violação de normas administrativas por meio de

medidas preventivas aos atos antissociais e sempre quando necessário, por meio de uma ação rápida e eficaz, transmitir à confiabilidade e sensação de segurança à população.

Considerando que o cavalo em sua relação harmoniosa com o homem ocasiona vantagens e peculiaridade inerente a sua característica é possível aproveitar nas formas de emprego e nos mais variados tipos de terreno e condições climáticas. Segundo Moreira e Abreu (2006, p. 20), extraímos quanto à cavalaria:

- a. Ostensividade e campo de visão;
- b. Efeito psicológico;
- c. Poder repressivo;
- d. Mobilidade;
- e. Flexibilidade;
- g. Economia de efetivo.

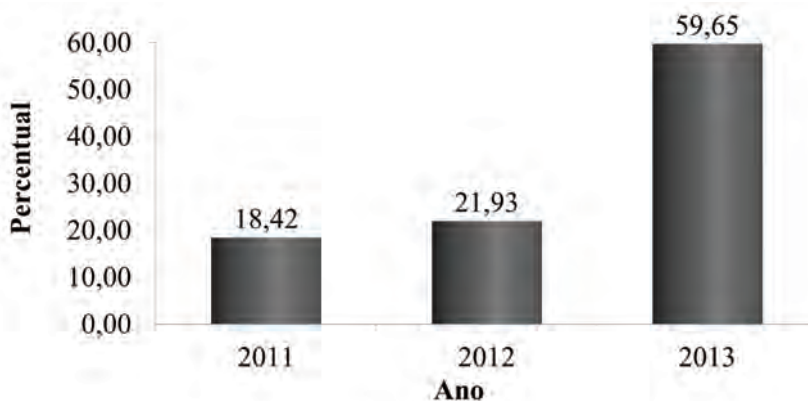
Hoje, pela nova Lei de Organização Básica da Polícia Militar, Lei Complementar N^o 053, de 07 de fevereiro de 2006, com as alterações da redação dada pela Lei Complementar N^o 093, de 14 de janeiro de 2014, a Cavalaria está subordinada ao Comando de Missões Especiais, junto com os Quartéis da Companhia de Operações Especiais (COE), Batalhão de Polícia de Choque (BPCHOQUE), Companhia de Polícia Fluvial (CPFLU), Companhia Independente de Policiamento com Cães (CIPC), Grupamento Aéreo (GRAER) e o Batalhão Tático Operacional (BPOT).

Estando subordinado operacionalmente e administrativamente ao Estado Maior da Polícia Militar do Estado do Pará, o regimento desempenha suas missões ora em escalas próprias ora em escalas determinadas pelo Comando de Missões Especiais. Possui uma autonomia compartilhada, o que pode dificultar a sua operacionalização no bairro do Bengui exclusivamente, sendo este fato motivo de investigação quando da formulação dos questionários. Acreditamos que o regimento deve atender a várias escalas de serviço e depende do serviço médico veterinário que disponibiliza a quantidade de cavalos aptos ao serviço operacional. Outra condicionante determinante é a instrução tanto dos policiais quanto dos cavalos que necessitam estarem adestrados e com seu conjunto homem-cavalo sempre em condições de cumprirem as mais variadas missões.

De qualquer forma, o policiamento montado no bairro do Bengui existe, mesmo que singelo e certamente deveria ser mais bem explorado, uma vez que a topografia do bairro é favorável por ser plano e sem acidentes no terreno onde esta característica é relevante em relação ao adestramento dos animais e à rotina de serviço. Ressalta-se também a capacidade de interação dos cavalos com pedestres e veículos, em paradas de coletivos, escolas e empresas.

Na ocasião da realização da pesquisa de campo com a aplicação dos questionários se obteve o seguinte resultado em relação a ocorrências policiais (Figura 1) e a percepção do regimento no bairro do Bengui (Figura 2).

Figura 1: Percentual de vítimas que realizaram ocorrência policial na Delegacia de Polícia do Bengui, no período de 2011 a 2013

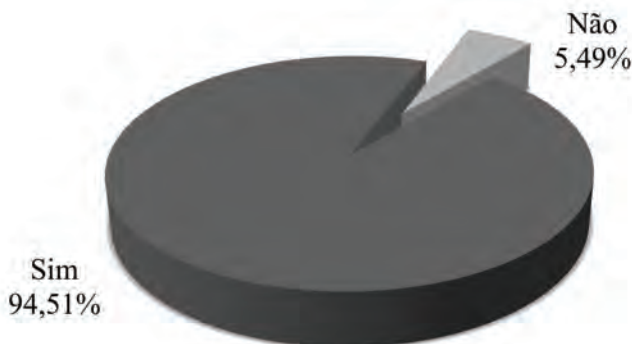


Durante os anos de 2011 e 2013 ocorreu um aumento, entre os entrevistados, de ocorrências policiais vivenciadas pelos mesmos. Tal fato demonstra uma elevação da violência no bairro.

Interessante destacar que entre os entrevistados está uma percepção elevada da presença da cavalaria na cidade.

Sendo assim, apesar do aumento da violência na vida dos entrevistados, existe a percepção da presença da cavalaria no cotidiano da cidade. Fato decorrente, do papel interativo do cavalo com a população, pois por onde andam, os cavalos sempre chamam a atenção dos transeuntes.

Figura 2: Percentual de moradores do bairro do Bengui no município de Belém, no período de 2011 a 2013, por percepção da atuação da cavalaria



Referências

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, 2014.

FREITAS, W. *Espaço urbano e criminalidade*. Lições da escola de Chicago. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

FURASTÉ, P. A. *Normas técnicas para o trabalho científico*. 14. ed. Porto Alegre: Brasil, 2007. 38 p.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. p. 123.

MOREIRA, J. S.; ABREU, L. F. S. *Manual básico de policiamento ostensivo*: atualizado. Porto Alegre: Polost, 2006.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S.; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA, L. M.; PERES, M. H. M. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 334p.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em Administração*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 96 p.

CAPÍTULO 5

Segurança Pública: dilema da reforma e o desafio da descentralização das políticas de segurança em Cabo Verde

José Maria Gomes Rebelo

Pós-graduado em Liderança e Inovação para gestão do desenvolvimento, investigador Independente, Diretor Executivo e Formador de Segurança Privada na Alience Security. Praia – Santiago – Cabo Verde. jose.rebelo@rltur.cv

Resumo

Os pressupostos da abordagem em apreço se fundamentam no fato de Cabo Verde ser um Estado de direito democrático, onde a soberania popular que encarna o espírito de regime deve transpor o ato de eleger os representantes para os órgãos de soberania, para se consubstanciar numa cidadania ativa, geradora de valores úteis para a relação dos indivíduos entre si e no exercício das ações próprias do poder político em favor da comunidade. Em causa, enquanto provedor de políticas de defesa social, os órgãos dos poderes do estado têm os seus papéis reservados, porém, pertencendo o poder ao povo, cabe aos indivíduos, uma participação ativa e efetiva na construção de soluções que viabilizam a resolução dos problemas que os envolvem, sendo a dos derivados da questão da segurança pública uma delas. Assim, a presente abordagem propõe analisar as reformas das políticas de segurança, conferindo, que reforma e quais as suas implicações para o sistema, e ainda aferir, o porquê da descentralização das políticas de segurança e que efeito a mesma representa para os desafios correntes. Dada a complexidade da própria problemática, a presente reflexão se fundamenta numa análise qualitativa feita com base na revisão bibliográfica da literatura e publicações relacionadas, confrontando os conceitos com as apreciações dinâmicas do ambiente contextual, focadas a partir de um certo ângulo de observação direta, cujos resultados demonstram que, não obstante a modernização das corporações em técnicas, unidades táticas e meios, por mais que legítimos num Estado de direito, as alterações até agora introduzidas nas políticas públicas de segurança em Cabo Verde, não confirmam reformas estruturais que aprofundam os fundamentos do Estado democrático. A par de mudanças susceptíveis de debelar os desafios de âmbitos culturais e comportamentais, a aproximação das comunidades às atividades preventivas de segurança e municipalização da polícia e políticas de segurança afiguram como dois pilares fundamentais a não serem ignorados.

Palavras-chave: Democrático. Eleger. Poder Político.

O dilema da reforma da segurança pública

Analisando o dilema da reforma da segurança pública, o sistema e a cultura instituídos mostram que o debate sobre essa matéria em Cabo Verde ainda é tímido do ponto de vista acadêmico. Não obstante a preocupação com a segurança e ordem públicas no país remontarem ao último quartel do século XIX (1870), só em meados dos anos 90 do século passado é que se passou a preocupar com a formação superior dos quadros desse setor. No âmbito político-administrativo, o assunto tem sido reservado às circunstâncias eleitoralistas ou exclusivas a um número limitado de “magníficos”, excluindo o eixo da participação comunitária, incluindo a comunidade acadêmica.

Os modernos princípios constitucionalistas têm defendido que os fundamentos de um Estado de Direito Democrático assentam em três princípios básicos: o primeiro, na soberania popular onde o povo, por meio do voto, elege os seus representantes e ainda intervém, por meio do exercício de cidadania e participação popular; o segundo, no respeito pela dignidade e respeito pelos direitos humanos, legalidade e defesa intransigente dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos; e, terceiro, na separação, interdependência e equilíbrio do poder.

Considerando os desafios da segurança, enquanto bem e direito em demanda e analisando a situação, por mais que se assuma uma certa modernização no setor de segurança pública, as suas estruturas organizacionais continuam a obedecer ao modelo de hierarquia vertical de círculo fechado, integrado pelo chefe do governo e os seus conselheiros, o ministro da tutela, os diretores nacionais, os comandantes regionais, as chefias intermédias e os subordinados operativos. Contestando as alegações de reforma, justifica assim, o pressuposto do porquê do dilema e o questionamento de que reforma para a segurança pública, num Estado que se diz de direito e democrático.

Numa antevisão histórica, fruto de uma abordagem carente de legitimidade sistêmica, a Polícia é apresentada como das poucas instituições do país que reporta a sua efeméride para antes da independência, contando hoje 144 anos sobre a autorização para a criação do primeiro Corpo de Polícia Civil da Praia¹. Em 1975 foi extinto o Corpo

¹ Cf. Portaria N^o 194, publicada no BO, de 30 de julho de 1870.

da Polícia de Segurança Pública de Cabo Verde para, em substituição, ser erigida a Direção Nacional de Segurança e Ordem Pública, que tinha por objetivo ocupar-se das forças policiais e garantir a segurança do Estado independente. A orgânica das Forças de Segurança e Ordem Pública (FSOP) foi aprovada em 1983 e os seus estatutos em 1984, sendo ambos revistos em 1988. Até 1991, quase todas as unidades da polícia existentes, consubstanciavam uma única corporação, incluindo o Núcleo da Polícia Judiciária, ensaiado em 1986 e transformado na Brigada de Investigação Criminal da Polícia de Ordem Pública” (POP), e o Comando das Unidades Especiais,² constituído pelo Corpo de Proteção de Entidades e Corpo de Intervenção² erigido de raiz em 1990, tendo como pressuposto a instauração de um regime democrático em curso. Apenas entre o período 1992-2005 vigorou a setorização efetiva das forças policiais às áreas de tutelas de influência (Polícia de Ordem Pública, Polícia Marítima, Polícia Fiscal e Aduaneira e Polícia Judiciária), confirmando que a reunificação das forças vincada na criação da Polícia Nacional (PN) pelo Decreto-Lei N^o 6/2006, de 14 de novembro, vem apenas retomar um modelo secular sem novidade de remonta. Apesar de se confirmar um esforço notório de modernização das polícias, em técnicas, unidades táticas e meios, por mais que legítimos num Estado de Direito, nem a criação da Polícia Nacional, nem as próprias modernizações confirmam reformas estruturais que aprofundam os fundamentos do Estado democrático, salvo, a liberalização³ de alguns serviços de segurança para as empresas de segurança privada.

Relacionando o cenário das instituições e políticas de segurança públicas, com as reformas efetivas operadas nas Forças Armadas, pode-se compreender que, apesar de constituírem entidades análogas, denota-se que, na forma organizacional e funcional desta última, ao contrário do que se verifica nas forças civis, os fundamentos democráticos se notam em toda a dimensão organizacional, sem pôr em risco a sua utilidade castrense. As reformas introduzidas, antes e no seguimento do Estado novo, acautelaram

² Corpo de Proteção de Entidades já existia nessa altura. O Corpo de Intervenção, enquanto unidade preparada para reposição e manutenção da ordem pública, foi criado e integrado nessa unidade operativa, sob a nova denominação, Comando das Unidades Especiais.

³ Cf. Lei N^o 74/94, de 27 de dezembro, revogado pela Lei N^o 50/VII/2009, de 30 de dezembro.

nas suas estruturas a distribuição de responsabilidades entre o poder administrativo (Governo, Tutela e as FA) e a figura do Comandante Supremo que é assumido pelo Presidente da República que ainda preside o Conselho Superior de Defesa Nacional, cuja composição deve incluir entidades civis e militares⁴. A própria Constituição da República (ASSEMBLEIA NACIONAL, 2000) define exaustivamente a Defesa Nacional, mas, no concernente a Segurança Interna, apesar de retratar a questão da Polícia no Art. 244, o aspeto não é nítido, dado a ausência de elementos definidores do próprio sistema de Segurança Nacional.

O não acautelamento dessa mesma reforma nas forças civis expõe as suas estruturas a riscos perversos típicos de sistemas autoritários, que recaem na alta probabilidade de, numa ou outra cadeia de decisão, alguém fazer uso discricionário do poder, de “árbitro e jogador”. Se em nível do uso da força contra o cidadão esse poder discricionário é rapidamente controlado por ações judiciais e de organizações cívicas de defesa dos direitos humanos e até pela comunicação social, em nível dos desafios internos existe o risco desse controlo não ser tão eficaz. Isso considerando a alta exposição à pressão institucional contra os direitos individuais dos seus profissionais policiais nas suas mais diversas formas até o desfecho de um processo disciplinar ou judicial, como por exemplo, suspensão, transferências arbitrárias, não promoção, ou subaproveitamento funcional. Pesa, ainda, o fato do ineficiente funcionamento de algumas unidades internas, como os gabinetes de estudos e de inspeção funcionais, muitas vezes considerados, em nível interno, como “prateleiras”, ou ainda as próprias associações de classes que são altamente vulneráveis, considerando a sua constituição apenas pelo nível mais baixo da hierarquia institucional, com residual presença da classe que atua nas chefias intermédias e total ausência de chefias superiores. Se se analisar, ainda que, nos últimos 24 anos, a instituição de segurança pública formou mais de dois mil profissionais e que a lista de antiguidade apenas regista 1786 efetivos, a situação demonstra que se torna necessária uma abordagem diferente em torno dos reflexos do modelo de gestão em prática.

Enfim, a alta taxa de abandono da instituição, os notáveis casos de judicialização de processos disciplinares cujos profissionais, mesmo inocentados em tribunal, aguardam por reenquadramentos e reparação, as

⁴ Cf Art. 252 CRCV, 2^a revisão – 2010.

situações de depressão com consumo e dependência de álcool e até casos de suicídio e subaproveitamento de capacidades internas e externas no reforço da participação comunitária nas políticas de segurança pública são alguns indícios da consequência de prevalência de uma cultura autoritária derivada do dilema dessa reforma.

“Não havendo a democracia perfeita, a democracia há de ser sempre uma tarefa inacabada” (MOREIRA, 2008, s.p.). Face ao dilema, que instituições e políticas para a segurança pública num Estado de Direito e democrático é a questão que se devolve.

A descentralização das políticas de segurança pública

Entre os desafios decorrentes da demanda da prevenção das violências criminalizadas e combate ao sentimento de insegurança, vem à baila a emergência da reorganização e descentralização das políticas públicas e o papel do Estado na nova conjuntura. Sendo situações comuns vivenciadas nas jovens democracias e em países que tiveram de enfrentar os mesmos fenômenos, o conceito do Estado, desenhado a partir do espírito de “Leviatã” de Hobbes (2005) ou dos “Dois tratados sobre o Governo” do J. Locke (1998) e “Do Contrato Social” de Rousseau (1989), são postos hoje à prova, pois novas circunstâncias interpelam a uma outra forma de dialogar entre o Estado e a sociedade.

Quem deve dar o primeiro passo pouco pode interessar. Demo (1998 apud ALVES; INOJOSA, 2005, p. 282) contestam que “o fato de a sociedade delegar ao Estado ações públicas que visem manter o equilíbrio social e promover o bem-estar não significa considerar que o Estado é melhor do que a cidadania que o sustenta”.

A cultura hierarquizada das diferentes corporações tradicionais de prevenção de segurança e de combate a violência, o excessivo corporativismo que leva as instituições e os seus membros a fecharem em torno de si próprios e ainda as confirmadas tendências de disputas de protagonismos corporativos apontam para um ambiente fraturante pouco permeável às sinergias em torno de uma melhor política pública de prevenção e combate à violência e à criminalidade. As circunstâncias mostram, a olho nu, a fragilidade da situação do monopólio, não só na relação entre o Estado e a comunidade na democratização das políticas e medidas de prevenção, mas também, entre as diversas instituições de

poder detentoras das prerrogativas de políticas criminais. Entre estas, “o problema maior não é a distância formal, mas a ausência de laços orgânicos no âmbito de coordenação das políticas públicas”, uma situação igualmente anotada por estudiosos desse fenômeno em ambientes semelhantes. Tudo isso contribui para que questões como a implementação de programas comunitários, a envolvimento direta da sociedade na discussão dos problemas de insegurança que a aflige, ou a municipalização das políticas de segurança pública, sejam assuntos de debates restritos, mesmo sendo estes caminhos por demais evidentes para a inversão do cenário de aumento crescente da violência, da criminalidade e do sentimento de insegurança.

A não configuração das políticas de segurança pública como tema de debate no “II Fórum Pensar Cabo Verde 2030” é um retrato de como o tema é abordado entre nós, confirmando um claro resquício de preferência por modelos tecnocratas, legalistas e autoritários. Ao contrário das propostas econômicas liberais, as políticas de segurança pública ainda carecem de modernização para acompanhar a pujança do Estado de Direito nos moldes e valores da democracia. Frey e Czajkowski Jr. (2005, p. 308) consideram que nas jovens democracias “isso é devido a três fatores: i) a segurança pública se tratar de política fechada e excludente; ii) a cultura autoritária e hierarquizada e iii) a “incipiência” de movimentos sociais de combate à violência”. Tudo indica que se trata de um fundamento que merece acolhimento nessa abordagem.

Experiências bem-sucedidas nas democracias consolidadas recomendam que “há dois meios complementares de trabalhar pela promoção da segurança pública cidadã: através de políticas preventivas e da ação das Polícias”. É papel das políticas públicas de segurança definir e orientar os mecanismos de prevenção e ação das polícias. Para que isso ocorra, Bayley (2007), um dos maiores estudiosos sobre segurança no mundo, defende a “interação entre as instituições policiais e a comunidade”. Segundo ele, “o policiamento só será eficaz se acontecer sempre buscando uma proximidade com a sociedade”. Contudo, esse tal modelo de proximidade ultrapassa a visão conservadora da segurança pública que privilegia o monopólio do Estado e que se reforça no aparato policial e legal reativo, nem sempre eficaz.

Constatam alguns estudiosos que em sociedades onde se privilegia esse monopólio, “existe a incapacidade das instituições polícias criminais

de se aproximar dos problemas concretos que acometem cotidianamente a população. A própria organização policial tem uma estrutura que dificulta interferências externas na sua atuação, o que leva a não participação e controlo social por parte da sociedade civil”⁵.

A situação da violência e criminalidade e a demanda de soluções apontam para a necessidade de aceleração do processo incipiente de policiamento de proximidade, que tarda em dar passos significativos, revelando este aspeto ser o primeiro e o grande desafio a descentralizar. Pois, reportando às primeiras experiências do ensaio desse modelo desenvolvido em 2003 em Cabo Verde, na Ilha de Santo Antão, até o momento, o único projeto funcional consistente tem sido o projeto da violência baseada no gênero, enquadrado na Rede Sol.

Numa altura em que se encontra em debate a questão da regionalização, o papel dos municípios na descentralização das políticas públicas de segurança merece ganhar força e espaço galvanizante na redefinição do papel do Estado. “Entre as estratégias alternativas que podem contribuir para um policiamento mais eficaz está aquela que resgata o papel do município” Frey e Czajkowski Jr. (2005) apud OLIVEIRA; TONELLI; PEREIRA (2013, p. 12). A questão da segurança pública pode representar uma das áreas com maior potencialidade, de entre um conjunto de poderes centralizados, que pode ser aproximado da sociedade, demonstrando o quanto ainda os municípios podem contribuir para o reforço do poder representativo do Estado. Trata-se de um aspeto importante, uma vez que o município possui a capacidade de congregar a comunidade local em torno da necessidade de participação no projeto de uma segurança pública de melhor qualidade.

Segundo Rolim (2007, p. 39), “em um período relativamente curto, a maior parte das polícias europeias, e mesmo norte-americanas, repensou radicalmente suas atribuições, formação, estratégias e relacionamentos com as comunidades a que devem prestar seus serviços”. Um dos exemplos pragmáticos é o caso dos EUA, onde as principais forças policiais estão subordinadas aos municípios. Resultados recentes evidenciam a redução da criminalidade em 60% nos últimos anos quando comparados as primeiras estatísticas formais de criminalidade datadas de 1963. Por enquanto,

⁵ Levy (1997 apud LEEDS, 2007).

apesar da Constituição da República de Cabo Verde (ASSEMBLEIA NACIONAL, 2011), no seu Art. 244 N^o 4, ser explícito quanto à possibilidade de criação de uma polícia municipal, salvo a tentativa do município da Praia, poucas são as vozes que debatem, com afincos, essa solução como uma opção estratégica prioritária.

Enfim, ensaiando possíveis modelos de políticas de segurança pública para 2030, não seria sonho esquematizar uma linha de reflexão que possibilitasse: 1. o desenvolvimento de um consenso alargado que permitisse, rapidamente, a implementação de medidas de proximidade que contribuíssem para uma melhor interação entre polícia e comunidade; 2. a revisão, urgente, do sistema de polícias, substituindo o atual modelo pela criação de uma direção geral de segurança pública, tutelando as inspeções e fiscalização das forças de segurança pública e privada, logística e unidades de operações especiais de âmbito nacional; 3. a municipalização das políticas locais de segurança pública e das polícias com autonomia dentro dos seus respetivos limites territoriais para as tarefas do ciclo completo de polícia (investigação criminal e policiamento ostensivo); 4. o desenvolvimento de um instituto autônomo de segurança pública para a capacitação de quadros e investigação social e desenvolvimento cultural dos que desejam servir à segurança pública; e 5. a determinação como perfil de entrada para o exercício de atividade de segurança pública, sem prejuízo de formação de especialização, uma formação de nível técnico-superior adquirida no instituto de segurança pública ou entidades similares nacionais e internacionais reconhecidas.

Retornando à questão, se a violência e a criminalidade entraram sem pedir licença, que políticas públicas para os dias vindouros e que relação entre a polícia e a comunidade, é a pergunta que continua à espera da devida resposta para devolver o seu ao seu lugar.

Conclusão

Que exista a necessidade de uma revolução no sistema de organização das instituições que tutelam as políticas de polícias criminais e de segurança pública, se alguém ainda duvida, são as incidências criminais e o sentimento de segurança que o contesta. Entretanto, qualquer tipo de mudança que venha a ser proposta terá de enfrentar desafios para além de uma reestruturação de órgãos públicos. Tais desafios também perpassam

por todos os âmbitos culturais e comportamentais, sendo a aproximação das atividades preventivas às comunidades e municipalização da polícia dois pilares fundamentais a não serem ignorados.

Referências

ALVES E. J. S.; INOJOSA, R. M. Gestão social nos municípios: A violência e a cultura de paz. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 279-95, 2005.

ASSEMBLEIA NACIONAL. *Constituição da República de Cabo Verde*. 2. revisão ordinária. Praia, 2011.

BAYLEY, D. H. Somente respeitando o público a polícia vai ser eficaz na prevenção do crime. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, edição 1, 2007. Entrevista a Elizabeth Leeds.

_____. *Constituição da República de Cabo Verde*. Revisão. Praia, 2000.

FREY, K.; CZAJKOWSKI JR., S. O município e a segurança pública: o potencial da governança democrática urbana. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, n. 39, v. 2, p. 297-325, 2005.

HOBBS, T. L. *Leviatã*. São Paulo: Martin Claret, 2005. (Segunda parte: Do Estado, p. 127-268).

LOCKE, J. *Dois tratados sobre o governo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MOREIRA, V. M. Renovação da democracia. *Publico*, Lisboa, 06 mai. 2008. Disponível em: <<https://www.publico.pt/opiniaojornal/renovacao-da-democracia-259964>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

OLIVEIRA, V. A. R.; TONELLI, D. F.; PEREIRA, J. R. O. O Problema da (In) Segurança Pública: Refletindo Acerca do Papel do Estado e de Possibilidades de Soluções Localizadas e Participativas. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 7, n. 1, p. 08-24, 2013.

PINHEIRO, P. S. *Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias*. São Paulo: Tempo Social, 1997.

ROLIM, M. Caminhos para a inovação em segurança pública no Brasil., *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, ed. 1, p. 32-47, 2007.

ROUSSEAU, J. J. *O contrato social*. São Paulo: Cultrix, 1989.

CAPÍTULO 6

A relação entre infraestrutura e acidentes de trânsito a partir do índice de qualidade da rodovia BR-316 nos quilômetros 0 a 10

Irlando Ricardo Monteiro Lopes

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA) e policial rodoviário federal. Belém – Pará – Brasil. ricardo.pa@bol.com.br

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

Henrique Antonio Monteiro Lopes

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA) e policial rodoviário federal. Belém – Pará – Brasil. lopide@gmail.com

Cristiane Nazaré Pamplona de Souza

Mestre em Matemática (UFBA). Belém – Pará – Brasil. crissouza.ufpa@gmail.com

Resumo

O trânsito tornou-se motivo de preocupação e, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, os acidentes de trânsito já ocupam o posto de uma das principais causas de mortalidade no mundo nos últimos anos e, além disso, a infraestrutura das rodovias pode ser apontada como um fator determinante para tais ocorrências. Com base neste problema, realizou-se um estudo a partir de técnicas estatísticas descritivas e multivariadas as quais possibilitaram a utilização do índice de qualidade para a rodovia BR-316, para relacionar condições de infraestrutura e acidentes de trânsito na via. Como resultado, pode-se assegurar que o acidente de trânsito é um fato social, consubstanciando como um problema que abarca aspectos sociopolíticos e culturais da sociedade moderna, sendo, portanto, uma das manifestações mais latentes da violência social, violência esta que poderia ser evitada se políticas efetivas de conservação e melhoria da rodovia BR-316 fossem, de fato, implementadas.

Palavras-chave: Conservação e melhoria. Causas de Mortalidade. Sociedade Moderna.

Introdução

Os acidentes de trânsito mostram-se como uma das mais graves mazelas da sociedade contemporânea, e há países como o Brasil, inclusive, que tratam a violência no trânsito como problema de saúde pública, motivo pelo qual não se pode deixar discutir a este respeito.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 1,2 milhões de pessoas morrem anualmente vítimas de acidentes de transporte, e entre 20 e 50 milhões de pessoas são vítimas de lesões não fatais resultantes desses acidentes (WAISELFISZ, 2012). Tanto é assim que os acidentes de trânsito já ocupam o posto de uma das principais causas de mortalidade no mundo.

O Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, em 2010 revelou que 40.610 pessoas foram vítimas fatais, sendo que 25% delas, por ocorrências com motocicletas. Em nove anos (de 2002 a 2010), a quantidade de óbitos ocasionados por acidentes com motos quase triplicou no país, saltando de 3.744 para 10.143 mortes. De acordo com o SIM, entre 2002 e 2010, o número total de óbitos por acidentes com transporte terrestre cresceu 24%: passou de 32.753 para 40.610 mortes (WAISELFISZ, 2012).

As estatísticas revelam que, no Brasil, mais de 40.000 pessoas perdem a vida anualmente em acidentes de trânsito. Assim, tem-se que no ano de 2010 foram computadas 8.285 pessoas mortas somente nas rodovias federais (LOPES, 2013), resultado de 174.583 acidentes. Contudo, há que se atentar ao fato de que estes números podem ser muito maiores, uma vez que as estatísticas podem ser passíveis de falha.

Levando em consideração os dados estatísticos fornecidos pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) (BRASIL, 2012), com relação ao número de mortos e feridos nos acidentes em todo o território nacional, tem-se a comprovação de que anualmente morrem mais pessoas no Brasil, vítimas de acidentes de trânsito, do que em guerras entre países.

Com isso, vislumbra-se mais uma vez, a necessidade de investigar as causas e as consequências ligadas a tais ocorrências, sobretudo, analisando esses fatores em relação à realidade regional representada pela rodovia BR-316.

A BR-316 é uma das rodovias federais mais preocupantes em termos de acidentes, por parte da Polícia Rodoviária Federal (PRF), tem seu marco quilométrico inicial na cidade Belém (PA) e se estende até o município de Maceió (AL).

Em um estudo realizado pela PRF, com base em levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) acerca do custo social dos acidentes de trânsito, foram estabelecidos os 60 trechos com maiores índices de acidentes, com feridos e mortos. Assim, conforme os dados colhidos por (BRASIL, 2006), cada acidente sem vítima (SV) custa R\$16.840,00 (dezesesseis mil, oitocentos e quarenta reais), com vítima (CV) R\$86.032,00 (oitenta e seis mil e trinta e dois reais) e com fatalidade (CF) R\$418.341,00 (quatrocentos e dezoito mil, trezentos e quarenta e um reais).

O estudo da PRF adotou uma correspondência numérica para cada um dos tipos de acidente antes apresentado, de acordo com a gravidade. Quando sem vítima, equivale a 01 (um) ponto. Envolvendo vítima corresponde a 05 (cinco) pontos. No caso de fatalidade valerá 25 (vinte cinco) pontos. Assim, ficaram definidos os sessenta trechos de 10 em 10 quilômetros mais graves em relação ao índice de acidentes.

A partir do estudo, a primeira colocação foi ocupada pelo trecho urbano da BR-316, km 0 ao 10, no Estado do Pará com 1.147 acidentes sem vítimas, 367 com vítimas feridas e 20 com vítimas fatais (LOPES, 2013).

Assim, o foco deste estudo é o acidente de trânsito, a partir das percepções sobre suas causas em potencial e a organização estrutural da rodovia BR-316 entre os quilômetros zero a dez, tendo como base o Índice de Qualidade da Rodovia (LOPES, 2013).

O acidente de trânsito como resultado da má conservação rodoviária

À medida que as cidades crescem e se desenvolvem, torna-se imperativo que as vias sejam adaptadas às necessidades da comunidade, em outras palavras, a construção das rodovias passou a significar a segurança e rapidez para o deslocamento das pessoas.

No entanto, em que pese a sua imprescindibilidade para as interações sociais, as rodovias ainda são palco de ocorrências de trânsito que resultam em perdas materiais e de vidas.

Assim, o trânsito, assim como qualquer outra fonte de interação sociológica, é um fator que reiteradamente traz às pessoas situações

de conflito, materializadas desde o estresse provocado pelas horas em congestionamentos até acidentes que podem terminar com vítimas fatais, situações de conflito estas que, em sua maioria, são provocados por um planejamento deficiente do trânsito (RODRIGUES, 2009).

Nasce daí a importância de tratar as causas e as consequências da interação social instrumentalizada pelo trânsito, destacando-se, a ocorrência de acidentes. Em vista disto, o acidente de trânsito se constitui de atos cotidianos que acontecem na relação entre indivíduos, veículos, entre eles e o espaço físico.

Giddens (1989) em sua teoria da estruturação, esclarece que a estrutura social constitui-se num conjunto de regras (elementos normativos e códigos de significação) e recursos (poder) fora do tempo e do espaço, que sem a ação do sujeito, estes elementos são apenas virtuais, só podendo ser percebidos quando ocorre a agência humana.

Assim, o trânsito é o local onde as relações sociais são efetivadas e os conflitos são materializados, de modo que, sociologicamente, o trânsito é o reflexo da situação da sociedade.

Deste modo, tem-se que o trânsito pode ser considerado um retrato da sociedade brasileira, refletindo, inclusive, a violência urbana, o desprezo pelas leis, o desrespeito para com o próximo e, por que não, o egoísmo (RODRIGUES, 2009).

Logo, a manutenção e a conservação das rodovias é um desafio que reflete, diretamente, sobre o desenvolvimento socioeconômico não apenas de uma região específica, mas de todo o país.

Esta necessidade se torna mais latente quando se revela o fato de que o modal mais utilizado no Brasil é o rodoviário, que por sua vez, acaba tendo o seu desempenho prejudicado pela falta de manutenção e conservação das estradas.

É possível afirmar que o modal em análise é responsável por uma série de vantagens, dentre as quais se pode citar, por exemplo, a flexibilidade nos transportes, seja de cargas, de pessoas, enfim.

Contudo, não se pode deixar de ressaltar que um dos fatores que prejudica sobremaneira o desenvolvimento econômico do Brasil e de suas regiões em relação à integração das operações produtivas é a precária infraestrutura viária constatada em diversas rodovias do país, inclusive na BR-316, em Belém (PA).

Assim é que, de acordo com dados da ANTT (BRASIL, 2010), somente 12% das estradas do país eram pavimentadas, equivalendo a 196.244km de vias municipais, estaduais e federais, e destes, 12.746km foram cedidos a concessionárias que atuam na manutenção das estradas em alguns estados brasileiros. Com isso, resta o fato de que os demais percursos são de inteira responsabilidade da União, que por sua vez não vem implementando ações de manutenção e ampliação das principais rodovias do país.

Vê-se que de acordo com a ANTT (BRASIL, 2010), o número de rodovias pavimentadas era muito baixo. No entanto, o estado de conservação em que elas se encontram é o que deve ser trazido à tona.

E além, tem-se que 54% das vias pavimentadas estão em mau estado, 70% apresentam deficiências na sinalização, 78% indicam problemas de geometria e 39% não tem acostamento (VIANNA, 2010).

Outro fator que colabora para a precariedade das rodovias é a falta de modernização de suas estruturas e, conseqüente, a defasagem de seus objetivos se for considerada a evolução da sociedade e a constante mudança de suas necessidades, inclusive, de locomoção (CARACIK, 2007).

Vale ressaltar ainda que a precariedade das vias devido à má conservação das estradas constitui-se outro problema que afeta diretamente os condutores (ÁVALOS, 2005).

E além disso, os dados do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) (BRASIL, 2010) revelaram que a falta de manutenção das rodovias traz para a atividade econômica reflexos negativos tais como: um aumento de até 58% no consumo de combustíveis, um acréscimo de mais de 40% no custo operacional dos veículos, um aumento de 50% no índice de acidentes, um aumento de até 100% do tempo de viagem, sem falar na deterioração de um patrimônio avaliado em US\$200 bilhões para os cofres públicos.

Realmente, sendo um patrimônio avaliado em mais de US\$200 bilhões para os cofres públicos, sensato seria haver mais ações em prol da conservação das rodovias, sobretudo quando Albano (2005, p. 42) ressalta que “estima-se que para cada real não utilizado na conservação, se gasta R\$3,00 para reconstruir as vias danificadas. Isto equivale a um prejuízo de R\$10 bilhões a cada ano”.

Método

O presente é fundamentado em metodologia teórico-empírica, a qual lança mão de pesquisa observacional e documental, aliada à aplicação de técnicas estatísticas multivariadas para tratar dados colhidos e apresentar os resultados obtidos.

Assim, a aplicação destas técnicas possibilitou desvelar a relação infraestrutura da rodovia e ocorrência de acidentes de trânsito na rodovia BR-316, de modo que, a partir do emprego do Índice de Qualidade da Rodovia (LOPES, 2013), foi possível elencar elementos imprescindíveis para a compreensão dos fatores que motivam os acidentes nos quilômetros 0 a 10 da via.

Resultados

A fim de demonstrar a relação Índice de Qualidade e causas de acidentes de trânsito na rodovia BR-316, os resultados obtidos são apresentados.

Tabela 1: Probabilidades resultantes da análise de correspondência às variáveis causa do acidente *versus* Índice de Qualidade da BR-316 de acordo com o sentido da via

Causa do acidente	Crescente		Decrescente		
	Ruim	Bom	Ruim	Regular	Bom
Animais na pista	0,00	18,35	0,00	84,70	0,00
Defeito mecânico em veículo	0,00	73,48	45,55	12,60	0,00
Defeito na via	74,77	0,00	0,00	0,00	66,41
Desobediência à sinalização	0,00	16,07	20,00	86,47	0,00
Dormindo	0,00	20,47	0,00	0,00	67,65
Falta de atenção	100,00	0,00	0,00	56,19	0,00
Ingestão de álcool	0,00	77,88	0,00	72,40	0,00
Não guardar distância de segurança	0,00	88,44	75,23	0,00	98,52
Outras	0,00	90,15	90,01	31,34	0,00
Ultrapassagem indevida	0,00	37,35	0,00	63,89	0,00
Velocidade incompatível	0,00	43,03	0,00	0,00	72,71

Nota: Considerada como probabilidades significativas $\geq 70,00\%$.

Observa-se na Tabela 1 que no sentido crescente da BR-316, acidentes causados devido a defeito da via ou falta de atenção ocorrem nos trechos avaliados como ruins pelo Índice de Qualidade da BR-316 – IQGeralBR (LOPES, 2013).

Por outro lado, os acidentes causados por defeito mecânico em veículo, ingestão de álcool, não guardar distância de segurança ou outras causas ocorrem nos trechos avaliados como bons pelo IQGeralBR.

No sentido decrescente, acidentes causados devido a não guardar a distância de segurança, e outras causas, ocorrem nos trechos avaliados como ruins pelo IQGeralBR. Já os acidentes causados devido a presença de animais na pista, desobediência a sinalização ou ingestão de álcool ocorrem nos trechos avaliados como regulares pelo IQGeralBR. E, finalmente, os acidentes causados devido a não guardar distância de segurança ou velocidade incompatível ocorrem nos trechos avaliados como bons pelo IQGeralBR. Diante dos resultados, pode-se destacar que a principal causa de acidentes nos trechos considerados ruins da rodovia, no sentido crescente, é a falta de atenção, além de defeito na via.

Em relação aos trechos considerados bons, ainda no sentido crescente da rodovia, as principais causas de acidentes são defeitos mecânicos, ingestão de álcool, não guardar a distância de segurança e outros. No sentido decrescente, a principal causa de acidentes nos trechos considerados bons é não guardar a distância de segurança. No entanto, deve-se salientar que, em relação à qualidade da rodovia BR-316, o que se observa é uma confirmação estatística da realidade fática quando se percebe que nos trechos considerados ruins, além da falta de atenção, a principal causa de acidentes é o defeito na via, corroborando-se então, a hipótese de que a precariedade da infraestrutura da rodovia potencializou as ocorrências de acidentes de trânsito. No que se refere à relação tipo de acidente e Índice de Qualidade, obtiveram-se os seguintes resultados:

Tabela 2: Probabilidades resultantes da análise de correspondência às variáveis tipo de acidente *versus* Índice de Qualidade da BR 316 de acordo com o sentido da via

Tipo de acidente	Crescente		Decrescente		
	Ruim	Bom	Ruim	Regular	Bom
Atropelamento de animal	0,00	18,35	0,00	84,70	0,00
Atropelamento de pessoa	0,00	90,61	71,31	34,86	0,00
Capotamento	0,00	45,80	0,00	0,00	40,14
Colisão com bicicleta	0,00	86,59	0,00	65,30	0,00
Colisão com objeto fixo	0,00	2,84	0,00	0,00	60,76
Colisão com objeto móvel	0,00	61,48	72,35	35,77	0,00
Colisão frontal	0,00	6,86	0,00	94,99	0,00
Colisão lateral	100,00	0,00	0,00	96,37	0,00
Colisão transversal	0,00	65,13	59,27	0,00	0,00
Colisão traseira	0,00	99,54	64,12	0,00	98,92
Danos eventuais	0,00	29,52	0,00	32,43	0,00
Derramamento de carga	0,00	35,74	0,00	0,79	41,15
Incêndio	0,00	18,35	0,00	68,78	0,00
Queda MBV	0,00	72,36	23,90	33,68	0,00
Saída de pista	0,00	46,75	55,61	0,00	0,00
Tombamento	0,00	53,70	0,00	82,43	0,00

Notas: Consideradas como probabilidades significativas $\geq 70,00\%$; Queda MBV: Queda de motocicleta/bicicleta/veículo.

Observa-se na Tabela 2 que no sentido crescente da via, os acidentes do tipo colisão lateral ocorrem nos trechos avaliados como ruins pelo IQGeralBR. Acidentes do tipo atropelamento de animal, colisão com bicicleta, colisão traseira e queda de motocicleta/bicicleta/veículo ocorrem nos trechos avaliados como bons pelo IQGeralBR. No sentido decrescente, acidentes do tipo atropelamento de pessoa e colisão com objeto móvel ocorrem nos trechos avaliados como ruins por meio do IQGeralBR. Entretanto, acidentes do tipo atropelamento de animal, colisão frontal, colisão lateral e tombamento ocorrem nos trechos avaliados como bons pelo IQGeralBR. Acidentes do tipo colisão traseira acontecem nos trechos avaliados como bons por meio do IQGeralBR.

Em relação aos tipos de acidentes ocorridos, verifica-se que nos trechos avaliados como bons e ruins do sentido crescente da rodovia há uma concentração de acidentes com atropelamento de pessoa. Com isso, sabendo-se que os acidentes de trânsito são provocados por uma série de fatores que envolvem desde as condições da pista até a conduta dos motoristas e dos pedestres. Também não se pode negar que a preservação da via, sob os aspectos físicos e operacionais, é um fator que pode potencializar o acontecimento de acidentes.

Entretanto, no mesmo sentido, a maioria dos acidentes potencializados pela qualidade ruim da rodovia é caracterizada por colisões laterais, já nos trechos considerados regulares, mas no sentido decrescente da via, a maioria dos acidentes também são as colisões laterais, diferentemente do que ocorre nos trechos avaliados como bons, onde os acidentes mais comuns são as colisões laterais. No que tange ao tipo de acidente em relação ao intervalo quilométrico, no sentido crescente da rodovia, os resultados na Tabela 3.

Assim, a Tabela 3 mostra que o intervalo de km 4 a 5, sentido crescente da via, é o intervalo associado à maior quantidade de tipos de acidentes, seguido do intervalo de km 5 a 6. A colisão com bicicleta e a colisão traseira são os tipos de acidentes associados à maior quantidade de intervalos quilométricos.

O atropelamento de pessoas ocorre principalmente nos intervalos de km do 1 ao 2, 5 ao 6 e do 8 ao 9. Probabilidades moderadas, isto é, variando entre 31% e 69%, foram observadas entre os atropelamentos de pessoas e os intervalos de km do 2 ao 3, 6 ao 7 e 9 ao 10.

Estes resultados revelam que a maior incidência de atropelamentos de pessoas ocorrem no trecho que compreende os quilômetros 1 e 2. Acrescenta-se o fato que, de acordo com os resultados apresentados anteriormente, tais acidentes são mais frequentes nos trechos considerados bons da rodovia.

Ressalte-se o fato de que a rodovia BR-316 é uma via caracterizada pelo intenso fluxo de veículos e pessoas, o que, somado às condições estruturais precárias em que se encontram os trechos analisados acaba por se tornar um palco para a ocorrência de acidentes de trânsito no período de 2009 a 2012.

Tabela 3: Probabilidades resultantes da análise de correspondência às variáveis tipo de acidente *versus* km da BR-316, sentido da via crescente

Tipo de acidente	Km									
	0-1	1-2	2-3	3-4	4-5	5-6	6-7	7-8	8-9	9-10
Atropelamento de animal	0,00	0,00	99,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atropelamento de pessoa	0,00	99,89	43,18	18,37	0,00	88,59	51,53	0,00	75,51	43,20
Capotamento	0,00	21,92	0,00	0,00	48,68	99,90	62,94	59,14	0,00	0,00
Colisão com bicicleta	0,00	99,37	0,00	0,00	0,00	98,11	0,00	73,25	66,83	94,89
Colisão com objeto fixo	0,00	42,81	0,00	19,84	98,93	0,00	0,00	0,00	13,29	21,37
Colisão com objeto móvel	0,00	0,00	9,06	98,19	0,00	0,00	0,00	0,00	45,53	86,98
Colisão frontal	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	95,84	0,00	0,00	0,00
Colisão lateral	100,00	0,00	0,00	0,00	79,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colisão transversal	0,00	0,00	95,69	36,66	0,00	0,00	8,59	26,34	99,95	27,49
Colisão traseira	0,00	0,00	83,65	41,95	0,00	97,36	99,84	100,00	0,00	45,25
Danos eventuais	0,00	23,03	0,00	0,00	0,00	93,66	80,89	12,93	30,77	6,86
Derramamento de carga	0,00	0,00	0,00	0,00	99,21	88,78	0,00	74,23	0,00	0,00
Incêndio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97,09	0,00
Queda MBV	0,00	93,40	0,00	0,00	82,31	0,00	0,00	59,14	28,69	83,68
Saída de pista	0,00	42,90	8,86	57,19	99,99	0,00	31,68	0,00	0,00	0,00
Tombamento	0,00	0,00	0,00	5,75	96,69	41,53	0,00	78,78	30,77	6,86

Notas: Consideradas como probabilidades significativas $\geq 70,00\%$; Queda MBV: Queda de motocicleta/bicicleta/veículo.

Assevere-se que o pedestre é um dos principais componentes do sistema de trânsito, especialmente, porque interage com os veículos motorizados ou não que trafegam pelas rodovias. É também, de acordo com as estatísticas dos órgãos oficiais de trânsito do país, a principal vítima dos acidentes de trânsito.

Assim, a sinalização específica e bem conservada nas rodovias é fator que transmite segurança, beneficiando a todos, mas em especial aos pedestres. Por este motivo, a sinalização bem aplicada e conservada é imprescindível para a construção das relações sociais nas rodovias. No caso dos intervalos quilométricos analisados, o que se percebe é que a sinalização de segurança destinada à locomoção dos pedestres na via está presente, no entanto, não se encontra em condições plenas de conservação, dificultando, inclusive, que o condutor tome nota de sua existência em casos onde tais sinalizações encontram-se apagadas.

Vale ressaltar que são as colisões laterais os acidentes mais frequentes no intervalo dos quilômetros 0 a 1, ressaltando-se que tais ocorrências costumam ser constadas nos trechos considerados ruins da rodovia.

Finalmente, há que se destacar a ocorrência de colisões traseiras na rodovia, frequentes nos quilômetros 7 a 8.

Os resultados quanto aos tipos de acidentes no sentido decrescente da via, Tabela 4.

Na Tabela 4 observa-se que os intervalos de km 8 a 9 e 9 a 10, sentido decrescente da via, são os intervalos associado as maiores quantidades de tipos de acidentes. A colisão transversal e a colisão traseira são os tipos de acidentes associados a maior quantidade de intervalos quilométricos. O atropelamento de pessoas ocorre principalmente nos intervalos de km 5 a 6 e 8 a 9.

Assim, é possível afirmar que no trecho que compreende o quilometro 0 ao 1 da rodovia a maioria dos acidentes que ocorrem são colisões laterais, apresentando probabilidade igual a 100% para estas ocorrências. Em seguida, estão os tombamentos, com probabilidade de 99,92% e os incêndios, com probabilidade de 86,87%.

Nos quilômetros 1 ao 2 há forte probabilidade de ocorrências de acidentes do tipo colisão com objeto fixo (96,56%) e colisão lateral (89,76%). Nos quilômetros 2 ao 3 e 3 ao 4, verifica-se a maior probabilidade de ocorrências do tipo colisão traseira, 99,62% e 89,88%, respectivamente.

Tabela 4: Probabilidades resultantes da análise de correspondência às variáveis tipo de acidente *versus* km da BR-316, sentido da via decrescente

Tipo de acidente	Km									
	0 1	1 2	2 3	3 4	4 5	5 6	6 7	7 8	8 9	9 10
Atropelamento de animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96,71	99,92
Atropelamento de pessoa	0,00	0,00	3,55	0,00	0,00	99,93	0,00	0,00	99,94	0,00
Capotamento	0,00	0,00	5,34	8,23	27,85	0,00	92,30	0,00	0,00	0,00
Colisão com bicicleta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7,78	7,25	0,00	99,15	99,63
Colisão com objeto fixo	50,42	96,56	0,00	0,00	0,00	0,00	49,80	0,00	0,00	32,00
Colisão com objeto móvel	0,00	0,00	65,41	68,12	19,73	37,72	0,00	0,00	0,00	99,59
Colisão frontal	0,00	0,00	0,00	24,59	100,00	0,00	0,00	0,00	52,82	0,00
Colisão lateral	100,00	89,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colisão transversal	0,00	0,00	0,00	58,06	0,00	24,56	95,26	0,00	93,09	74,90
Colisão traseira	0,00	3,97	99,62	89,88	0,00	0,00	42,30	99,97	0,00	0,00
Danos eventuais	0,00	0,00	0,00	0,00	88,69	0,00	69,28	0,00	69,63	0,00
Derramamento de carga	0,00	68,87	0,00	0,00	0,00	0,00	52,08	0,00	0,00	99,92
Incêndio	86,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86,87	0,00
Queda MBV	0,00	0,00	9,23	0,00	6,31	93,09	0,00	0,00	27,69	12,31
Saída de pista	0,00	0,00	0,00	40,79	67,37	42,29	0,00	14,77	12,94	0,00
Tombamento	99,92	0,00	25,07	0,00	46,16	0,00	0,00	12,25	0,00	0,00

Notas: Consideradas como significativas probabilidades > 70%; Queda MBV: Queda de motocicleta/bicicleta/veículo.

Nos quilômetros 4 ao 5 há probabilidade de que ocorram acidentes do tipo colisão frontal (100%) e danos eventuais (88,69%). Já nos quilômetros 5 ao 6 há grande probabilidade de ocorrerem acidentes do tipo atropelamento de pessoas (99,93%) e queda de motocicleta (93,09%).

Os trechos que compreendem os quilômetros 6 ao 7 apresentam maior probabilidade de ocorrências do tipo capotamento (92,30%) e colisão transversal (95,26%). Nos quilômetros 7 ao 8 existe uma forte probabilidade de que haja acidente do tipo colisão traseira (99,97%).

No intervalo quilométrico dos trechos que formam os quilômetros 8 ao 9 e 9 ao 10 verifica-se a probabilidade de ocorrência do maior número de acidentes entre todos os trechos analisados. Destacam-se acidentes do tipo atropelamento de animal (96,71% e 99,92%), atropelamento de pessoa (99,94%, quilômetro 8 ao 9), colisão com bicicleta (99,15% e 99,63%), colisão com objeto móvel (99,59%, quilômetro 9 ao 10), colisão transversal (93,09% e 74,90%), derramamento de carga (99,92%, quilômetro 9 ao 10) e incêndio (86,87%, quilômetro 8 ao 9).

Destaca-se que o trecho compreendido entre os quilômetros 8 e 9 da rodovia BR-316 desponta como o intervalo em que mais ocorrem acidentes do tipo atropelamento de pessoas (99,94%).

Porquanto, evidencia-se a total falta de infraestrutura de locomoção para os pedestres que diuturnamente precisam transitar pelos pontos da cidade. Fato este que motiva ações de proteção à locomoção de pedestres nas vias, sobretudo, nas que apresentam fluxo intenso e estão cercadas por grandes áreas residenciais e comerciais, como é o caso da BR-316 que se estende ao longo de importantes cidades da Região Metropolitana de Belém.

Quanto à sinalização de segurança em situações de interação direta entre pedestres e condutores, a BR-316 apresenta uma vasta sinalização visando a segurança dos pedestres, contudo, na maioria das vezes, em condições precárias de conservação.

Desta situação é possível inferir que não havendo sinalização, nem abrigo e proteção, não haverá o resguardo da integridade física dos pedestres, e tampouco pode-se falar em ponto de ônibus que alcance o objetivo a que se propõe e, além, percebe-se que a via não oferece segurança aos pedestres que por ela transitam.

Ainda em relação ao fato de acidentes do tipo atropelamentos de pessoas, terem sido mais frequentes nos quilômetros 5 a 6 e 8 a 9 da rodovia

BR-316, deve-se ressaltar o caso do quilômetro 9, especificamente, que como mostrado anteriormente nas Tabelas 3 e 4 não apresenta passarelas com condições plenas de uso, fato este que acaba inibindo os pedestres a usá-las. Destaquem-se, ainda, as ocorrências do quilometro 4 a 5, onde a principal causa de acidentes é a colisão frontal.

Em vista disto, pode-se afirmar que a segurança viária pretendida a partir do prisma de análise da rodovia BR-316 deve ser entendida como a concatenação de fatores que competem para a utilização da via com conforto, segurança e economicidade.

Prosseguindo, na Tabela 5 tem-se que em relação ao tipo e causa de acidente no sentido crescente da via, obtiveram-se resultados que conduzem à conclusão de que no caso de acidentes do tipo atropelamento de pessoa, as principais causas que os materializam são a desobediência de sinalização, a ingestão de álcool, a velocidade incompatível, entre outras.

Verifica-se que a sinalização neste trecho inexistente, sendo um fator que potencializou a ocorrência de acidentes no trecho no período de 2009 a 2012 na rodovia BR-316, especialmente, no que se refere a acidentes do tipo atropelamento de pessoas e animais, colisões frontais e transversais, além de colisões com bicicletas.

No que refere aos acidentes deste tipo motivados pela ingestão de álcool, verifica-se a verdadeira desobediência às normas jurídico-sociais que regem o trânsito na rodovia, vez que sendo o local onde as interações sociais acontecem, é imprescindível que todos os personagens que compõem esta dinâmica ajam de modo a garantir e a preservar a sua própria segurança e a dos demais.

Outro resultado que não deve ser esquecido é o que diz respeito à colisão com bicicletas, sendo que tais ocorrências são resultados de fatores como desobediência à sinalização, em maior grau e ingestão de álcool, podendo-se ainda, afirmar que tais ocorrências podem ser fruto de uma infraestrutura precária de ciclovias e, em certos trechos da rodovia, pela ausência de tais dispositivos de segurança no trânsito.

Esta situação revela a precariedade da via, motivadora de acidentes como queda de motocicletas, bicicletas e veículos. Assim, a fim de confirmar mais uma vez a hipótese que norteia este trabalho, tem-se que a principal causa de acidentes do tipo queda de motocicleta, bicicleta e veículo, por exemplo, é o defeito na via, demonstrando a necessidade

da preservação da rodovia como fator de prevenção de acidentes e, conseqüentemente, efetivação e resguardo da segurança no trânsito.

Comparando-se com o sentido crescente da rodovia, cujos resultados foram apresentados anteriormente, percebe-se que no sentido decrescente os acidentes do tipo atropelamento de pessoa também ocorrem motivados, em sua maioria, pela ingestão de álcool. No entanto, fatores como desobediência à sinalização e velocidade incompatível não são confirmados como motivadores deste tipo de ocorrência neste sentido da via.

Isto revela que em ambos os sentidos da via o problema social relacionado à falta de conscientização da proibição legal de dirigir veículo alcoolizado é confirmado, caracterizando a influência de um fator ligado ao comportamento social nas causas de acidentes de trânsito na rodovia.

Por outro lado, em relação a acidentes do tipo colisão com bicicletas, verifica-se que no sentido decrescente da rodovia estas ocorrências são motivadas pelos mesmos fatores que motivam acidentes desta natureza no sentido crescente da rodovia. No entanto, no sentido em análise estas ocorrências também são provocadas por tráfego com velocidade incompatível, o que agrava a situação dos ciclistas no sentido decrescente da via.

Desse modo, na rodovia BR-316 é possível encontrar contrastes de realidade em relação à presença e à conservação de ciclovias, havendo trechos em que tais dispositivos encontram-se totalmente preservados, bem sinalizados e conservados, como por exemplo, nos quilômetros iniciais da via.

Por outro lado, há trechos em que não tem sinalização, conservação ou sequer existem ciclovias adequadas para que os ciclistas possam circular pela rodovia com a segurança que lhes é devido por lei.

Ressalte-se que as ciclovias são elementos importantes para a prevenção de acidentes e a manutenção da segurança nas rodovias. Entretanto, seja por motivos que vão desde os elevados custos operacionais para sua implantação até a má conservação das que já existem, a malha cicloviária brasileira ainda é pequena, se comparada com a de outros países como Inglaterra e França, característica que é complementada pela situação da BR-316, como outrora frisado.

Tabela 5: Probabilidades resultantes da análise de correspondência às variáveis tipo de acidente *versus* causa do acidente, sentido decrescente da via

Tipo do acidente	Causa do acidente											
	A.P.	D.M.V.	D.V.	D.S.	Sono	F.A.	I.Á.	N.G.D.S.	Outras	U.I.	V.I.	
AA	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,74	0,00	0,00
AP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,77	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00
Capotamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00
CB	0,00	0,00	0,00	98,52	0,00	43,55	97,13	0,00	0,00	88,89	0,00	0,00
COF	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97,72	0,00	100,00
COM	0,00	100,00	0,00	82,02	100,00	0,00	89,55	0,00	0,00	97,72	0,00	0,00
CF	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99,99	0,00	0,00
CL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,09	25,03
Colisão transversal	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	98,52	0,00	0,00	0,00	41,00	17,69	0,00
Colisão traseira	0,00	97,39	48,71	0,00	46,15	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Danos eventuais	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98,77	0,00	0,00
DC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00
Incêndio	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83,93	0,00	0,00
Queda MBV	100,00	76,66	0,00	0,00	0,00	0,00	37,96	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00
Saída de pista	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	52,19	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00
Tombamento	0,00	99,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00

Notas: Consideradas como significativas probabilidades > 70%;

AP: Animais na pista; DMV: Defeito mecânico no veículo; DV: Defeito na via; DS: Desobediência à sinalização; FA: Falta de atenção; IA: Ingestão de álcool; NGDS: Não guardar distância de segurança; UI: Ultrapassagem indevida; VI: Velocidade incompatível; Queda MBV: Queda de motocicleta/bicicleta/veículo; AA: Atropelamento de animal; AP: Atropelamento de pessoa; CB: Colisão com bicicleta; COF: Colisão com objeto fixo; COM: Colisão com objeto móvel; CF: Colisão frontal; CL: Colisão lateral; DC: Derramamento de carga.

Em relação a acidentes motivados por defeitos na via, vê-se uma diminuição de tipo de ocorrência se este fator for comparado com os resultados apresentados no sentido crescente da via, assim, apenas acidentes do tipo colisão traseira são motivados por defeitos na via, o que não afasta a hipótese deste trabalho.

A precariedade estrutural dos estacionamentos na BR-316 pode ser uma das causas que potencializam a ocorrência de acidentes de trânsito motivados por defeito na via.

Em que pese a determinação de que o estacionamento em rodovias deva ser delimitado por marcações específicas nas vias, no caso da rodovia BR-316 é raro encontrar tais marcações de modo que são frequentes as paradas de veículos em locais proibidos, como acostamentos.

Isso é agravado pela falta de sinalização adequada em trechos que abrangem áreas centrais de cidades que compõem a Região Metropolitana de Belém, contribuindo para que a via se torne mais propensa à ocorrência de acidentes, pois impera a desorganização no trânsito.

Além disso, dos fatores acima expostos, não se pode deixar de mencionar que a presença de buracos, sujeira e a inexistência de sinalização persistem por outros trechos do intervalo quilométrico estudado.

Diante do exposto, é possível verificar que o fenômeno de urbanização que se instaura ao redor das rodovias federais também se aplica à BR-316, de modo que a criação de novos centros urbanos e de comércio acaba por tornar-se inevitável, denotando desenvolvimento econômico e social para a população que constrói suas relações sociais por meio dos benefícios que a rodovia propicia a partir de seu papel de cenário para as interações sociais.

Contudo, em que pesem os benefícios desta urbanização e do processo de socialização que dela resulta, ainda é comum que haja problemas de infraestrutura que acabam por tolher das rodovias federais sua principal finalidade, qual seja, permitir que o trânsito se consolide como um espaço de construção de interações sociais, tornando-as palco de acidentes.

Conclusão

Segundo a Portaria Nº 737/2001 (BRASIL, 2001), os acidentes de trânsito são uma condição inesperada, que ocorre de modo não intencional

e que pode ser evitada. Desse modo, é possível afirmar que agir no sentido de preservar a infraestrutura da rodovia é uma forma de prever e evitar a ocorrência de acidentes que têm como causa principal a precariedade da via.

De fato, sob este prisma os acidentes de trânsito não ocorrem por acaso, há fatores potencializadores que os provocam, nascendo então o dever de prever e evitar as situações que podem desencadear acidentes, como por exemplo, a condição insatisfatória da rodovia.

Neste sentido, como se pôde verificar a partir da análise dos resultados, o defeito mecânico no veículo foi a causa mais associada aos tipos de acidentes no sentido decrescente da BR-316.

Entretanto, a desobediência à sinalização foi a causa associada aos acidentes do tipo colisão com bicicleta, colisão com objeto móvel, colisão frontal e colisão transversal. Já no sentido decrescente, a principal causa de acidentes nos trechos considerados bons é não guardar a distancia de segurança.

Contudo, em relação à qualidade da rodovia BR-316, se observa uma confirmação estatística da realidade fática quando se percebe que nos trechos considerados ruins, além da falta de atenção, a principal causa de acidentes é o defeito na via, corroborando-se então, a hipótese que a precariedade da infraestrutura da rodovia potencializa as ocorrências de acidentes de trânsito.

Destaque-se ainda a confirmação da hipótese de que a rodovia BR-316 não possui uma infraestrutura adequada para atender às necessidades de seus usuários, posto que não oferecer a segurança e a proteção que lhes são devidas.

Assim, a infraestrutura defasada e precária da rodovia BR-316 contribui para a ocorrência de acidentes de trânsito nos trechos compreendidos entre os quilômetros 0 a 10, ficando evidente que a má conservação potencializa os fatores de risco que podem levar a acidentes na via.

Em face deste quadro, o que se vislumbra, na realidade, é uma total falta de planejamento, o qual deveria ser materializado via políticas públicas de mobilidade urbana voltadas à melhoria da trafegabilidade, infraestrutura, segurança, conforto, dentre outros fatores, sobretudo, considerando sua importância socioeconômica para a população da Região Metropolitana de Belém.

Finalmente, resta claro que o acidente de trânsito é um fato social, consubstanciando como um problema que abarca aspectos sociopolíticos e culturais da sociedade moderna, sendo, portanto, uma das manifestações mais latentes da violência social, que poderia ser evitada se políticas efetivas de conservação e melhoria da rodovia BR-316 fossem, de fato, implementadas.

Referências

ALBANO, J. F. *Efeitos dos excessos de cargas sobre a durabilidade de pavimentos*. 2005. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

AVALOS, M. S. *Qualidade de viagens em rodovias e consequências de reconstrução e manutenção*. 2005. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos-SP, 2005.

BRASIL. Departamento Nacional de Trânsito. 2012. Disponível em: <<http://www.denatran.gov.br/frota.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

_____. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. *Manual de Projeto Geométrico de Travessias Urbanas*. Rio de Janeiro: IPR – 740, 2010.

_____. Agência Nacional de Transportes Terrestres. 2010. Disponível em: <http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/4994/Relatorios_Anuais.html>. Acesso em: 17 jun. 2013.

_____. Instituto Pesquisa Econômica Aplicada. 2006. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

_____. Ministério da Saúde. *Portaria nº 737 de 16 de maio de 2001*. Institui a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/politica_promocao.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2013.

CARACIK, R. Infraestrutura logística: não temos mais tempo. *Anuário NTC & Logística*, n. 3, 2006/2007.

GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

LOPES, I. R. M. *Limites da engenharia de transporte e a estrada minada: o caso da rodovia BR-316, km 0 ao 10*. 2013. Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

RODRIGUES, J. N. *Trânsito e sociedade: desafios do século XXI*. 2009. Disponível em: < <http://www.frentetransitoseguro.com.br/artigos/875-transito-e-sociedade-desafios-do-seculo-xxi>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

VIANNA, G. Carta do Rio de Janeiro por um transporte mais seguro. Fórum Nacional de Segurança para o transporte de carga. *Anuário NTC & Logística*, n. 3, 2010.

WAISELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2012: Acidentes de trânsito*. 2012. Disponível em: < http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_transito.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2013.

CAPÍTULO 7

Homicídio em Belém-PA: perfil socioeconômico das vítimas e do óbito a partir dos registros de cadáveres necropsiados no Centro de Perícias Científicas Renato Chaves

Isabella Fonseca Torres Vilaça

Mestre em Segurança Pública (UFPA), perito criminal do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves. Belém – Pará – Brasil. isbellavilaca@hotmail.com

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

José Luiz de Carvalho Lisboa

Graduando em Estatística (UFPA) e aluno de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. Belém – Pará – Brasil. 07joseluiz@gmail.com

Resumo

O homicídio, considerado um indicador universal da violência, é um fenômeno cada dia mais crescente e nocivo à sociedade, demandando, portanto, estudos direcionados à temática em questão, em especial em Belém, capital do Estado do Pará, que ainda carece de dados estatísticos e políticas públicas mais eficientes a respeito das mortes violentas nela ocorridas. Tendo em vista essa questão, o presente artigo objetiva abordar o perfil socioeconômico das vítimas de homicídio maiores de idade, cujas mortes tenham ocorrido em Belém, no período de 2011 a 2013, bem como o perfil do óbito das mesmas, a fim de se criar um instrumento estatístico que embase as políticas públicas direcionadas ao combate de dinâmicas típicas relacionadas à prática de homicídios e de vítimas em potencial. Para tal, foi utilizada a análise descritiva, viabilizada por meio da observação documental dos registros (que incluem a declaração de óbito e demais documentos) de cadáveres necropsiados no Instituto Médico Legal do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, sede Belém, o que possibilitou o estabelecimento do perfil socioeconômico das vítimas de homicídio, também a identificação do perfil do óbito das mesmas. Como principais resultados destaca-se que a idade média dos mortos é de 29 anos; a maior parte deles são solteiros; a maioria possui o ensino fundamental incompleto ou completo e é do sexo masculino. As mortes, em sua maioria, foram perpetradas por arma de fogo; e, quanto ao local onde ocorreu o óbito, a maior parte deu-se em via pública e, na sequência, em hospitais (45,96%).

Palavras-chave: Violência. Mortes. Declaração de Óbito.

Introdução

Frequentemente, as estatísticas oficiais a respeito das diversas formas de violência no Brasil são divulgadas de forma generalizada e descrevem as populações equivocadamente, como se fossem homogêneas, deixando de evidenciar as distribuições espaciais diferenciadas da mortalidade por causas violentas.

Entretanto, paulatinamente essa heterogeneidade existente tem sido apontada por alguns estudos que analisam relações com variáveis socioeconômicas como: renda; educação e consumo de bens e serviços, que tendem a assumir um papel relevante na determinação de desigualdades em saúde, especialmente no que se refere aos homicídios. A mortalidade por essa última causa apresenta algumas particularidades em relação a sua distribuição por sexo, idade, raça, condições socioeconômicas e regiões geográficas, com a prevalência, no Brasil, de jovens do sexo masculino, pobres e negros (MACEDO et al., 2001).

O homicídio, considerado como indicador universal da violência social, é definido pelo setor saúde como morte por agressão, independente de sua tipificação legal, sendo o principal responsável pelos elevados índices de mortalidade da população mundial (SOUZA et al., 2012).

No Brasil, esses índices são alarmantes. De acordo com Waiselfisz (2014), a maioria das unidades federativas (UF) do Brasil evidenciaram, nos últimos anos, o crescimento do número de homicídios em níveis variados, de modo que o Pará (PA) foi uma das UF em que este crescimento foi mais evidente, ocupando, até o ano de 2012, a sétima posição em número de homicídios na comparação entre os demais estados brasileiros, mais o Distrito Federal. Além disso, a Região Metropolitana de Belém destaca-se negativamente no “ranking” da violência, sobretudo no número de jovens assassinados (MELO, 2014).

Nesse sentido, a elaboração do presente estudo justifica-se pela necessidade de conceber, por meio dos resultados obtidos, o atual cenário social vivido em Belém-PA-Brasil no que diz respeito ao fator morte por homicídio, objetivando, assim, contribuir para a elaboração de políticas públicas preventivas que favoreçam a redução da vitimização por homicídios da população local, uma vez que as estatísticas criminais são instrumentos que possibilitam o aumento da eficiência da gestão das políticas na área por

meio da construção de dados e indicadores que permitam que a segurança pública seja pautada em planejamento, monitoramento e avaliação.

Objetivo

Analisar o perfil socioeconômico das vítimas de homicídio com idade a partir de dezoito anos, cujas mortes tenham ocorrido em Belém-PA, no período de 2011 a 2013, e o perfil do óbito das mesmas.

Metodologia

Dados

A população, objeto do presente estudo, é constituída por indivíduos de ambos os sexos, de quaisquer idades e realidades socioeconômicas, que vieram a óbito ou por causa natural desconhecida, ou por causas externas de morbidade e mortalidade (mortes violentas intencionais ou não), cujos registros da morte tenham ocorrido em diversos municípios do Estado do Pará e cujos corpos tenham sido necropsiados no Instituto Médico Legal (IML) do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves (CPC-RC), sede Belém-PA.

A população final, que deu origem à amostra estudada, é composta de cadáveres vítimas de homicídio, com idade a partir de 18 (dezoito) anos – para que se pudesse chegar a um grau de escolaridade compatível com a fase adulta – necropsiados entre os anos de 2011 e 2013 no (IML) do CPC-RC, sede Belém-PA, a qual consiste em 990 casos de óbitos ocorridos no município de Belém.

Para a realização deste trabalho, que se encontra concluído, realizou-se uma amostragem aleatória simples, obtendo-se uma amostra de 285 casos de óbito, com um erro amostral de 5% (BUSSAB; MORETTIN, 2013).

Coleta de dados

Para a obtenção dos dados da pesquisa, foi realizada a consulta dos registros dos cadáveres estudados, que compreendem diversos documentos, dentre eles: (i) a declaração de óbito (DO), preenchida pelos médicos legistas, de onde foi apurada a maior parte das informações analisadas, como idade, sexo, estado civil, escolaridade, local de residência do morto e do óbito, causa do óbito etc.; (ii) o formulário de identificação elaborado pelo CPC-RC, preenchido pelos servidores da recepção, que contém dados complementares ao preenchimento da DO; (iii) a requisição, expedida pela

autoridade policial, que solicita a remoção cadavérica do local de crime e a realização da necropsia, de modo que, geralmente, tal documento contém alguns dados pessoais da vítima de homicídio e do delito, tais como, endereço residencial e/ou do local onde se encontrava o corpo a ser removido, além de um breve histórico a respeito das circunstâncias apuradas sobre o evento criminoso que culminou no óbito; e, (iv) a cópia do documento de identificação do cadáver.

Ressalta-se que a legislação brasileira determina que a DO – documento que norteou esta pesquisa – deve sempre informar o local do falecimento de um dado indivíduo, podendo ocorrer, portanto, situações em que o local em que aconteceu o incidente que levou à morte difira do local onde teve lugar o falecimento, a exemplo de feridos levados a hospitais localizados em outros bairros, que aparecem contabilizados no lugar do falecimento.

Análise descritiva

Para Bussab e Morettin (2013), a Estatística é a ciência que busca coletar, apresentar e interpretar adequadamente um conjunto de dados, que podem ser quantitativos ou qualitativos. Com o intuito de resumir e organizá-los, utiliza-se de várias ferramentas descritivas, dentre as quais se destacam as tabelas, que têm por finalidade resumir um conjunto de observações, em distribuição de frequência, facilitando a exposição dos resultados.

Nesse sentido, este estudo utilizou-se de tabelas para auxiliar na realização de uma análise descritiva, com o intuito de traçar o perfil socioeconômico das vítimas de homicídio, bem como descrever as características dos óbitos ocorridos em Belém, Pará. De acordo com Silva e Menezes (2001, p. 21), a pesquisa descritiva “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis”.

Resultados

Verifica-se que a idade média das vítimas de homicídios no município de Belém é de 29 anos, com um desvio-padrão de ± 10 anos, ou seja, as vítimas de homicídios tem idade entre 19 e 39 anos. Já a maior idade observada foi de 63 anos e mínima de 18 anos (Tabela 1).

De acordo com Waiselfisz (2014), os registros do DATASUS apontaram, em 2012, que 53,4% do total de homicídios ocorridos no Brasil vitimaram jovens de 15 a 29 anos de idade.

Chagas (2014, p. 200) informa que nos bairros onde se observam as maiores taxas de homicídios ocorridos no município de Belém e no Estado do Pará, a população mais atingida é a de jovens com idade entre 16 a 24 anos, em conformidade com o padrão nacional. “Muitos desses jovens são mortos por acerto de contas com o “dono da boca”, por disputa entre grupos rivais, hoje em escala reduzida e em confronto com a polícia”.

Tabela 1: Estatísticas para a idade das vítimas de homicídio ocorridos no município de Belém, nos anos de 2011 a 2013

Estatística	Idade (em anos)
Média	29
Desvio-padrão	10
Máximo	63
Mínimo	18

No que se refere ao estado civil das vítimas letais, a maioria é solteira (88,42%); e, a maioria possui o ensino fundamental I e II, ou seja, de 1^a a 4^a série e de 5^a a 8^a série, com 30,04% e 51,23%, respectivamente. Além disso, a maioria das vítimas é do sexo masculino (94,74%) e da cor/raça negra, com 99,30% dos casos (97,19% pardos + 2,11% pretos) (Tabela 2).

Entenda-se, para este estudo, a cor/raça negra como a soma das categorias preto e pardo, conforme consideram os relatórios do IBGE e do Mapa da Violência no Brasil. Segundo Waiselfisz (2014, p. 149), a categoria negro “resulta do somatório das categorias preto e pardo, utilizadas pelo IBGE”.

Com relação ao bairro de residência das vítimas, a Tabela 2 demonstra que maior parte delas residia no bairro do Guamá (15,44%).

Sobre as variáveis idade, sexo, cor/raça e escolaridade, Souza et al. (2012) informam que não somente nos países da América Latina, mas, também, no mundo, observa-se um perfil epidemiológico da mortalidade por homicídios estabelecido, em que há o predomínio de pessoas jovens, do sexo masculino, negras ou descendentes dessa raça/etnia, pertencentes aos estratos socioeconômicos menos favorecidos e com baixo nível de escolaridade.

Em nível de Brasil, Waiselfisz (2014, p. 150) destaca que a estruturação interna da violência ocorre por meio da “seletividade social dos que vão ser assassinados”. Nesse segmento, deve-se considerar o processo histórico escravista de construção do país, que justifica a origem e a solidificação, com o passar dos anos, de uma sociedade excludente, onde os negros – socialmente e economicamente mais vulneráveis – seguem vivendo à margem da sociedade, possuindo, portanto, maior propensão de serem seduzidos pelo ilusório mundo do crime, tornando-se, conseqüentemente, os principais suspeitos e alvos dos homicídios cometidos no país.

Por conseguinte, de acordo com esta lógica pautada na sujeição criminal que, de acordo com Misse (2014), pode ser definida, como um processo social pelo qual se semeia uma expectativa negativa sobre indivíduos e grupos, a parcela da população que se enquadra no perfil acima mencionado tenderia a ser a mais envolvida no mundo do crime, onde vigora o circuito das vinganças, e tornar-se-ia vítima, mais do que as demais.

Quanto ao estado civil, observa-se que o casamento destaca-se como um fator de proteção contra a vitimização letal. De acordo com Cano e Ribeiro (2007), um estudo realizado no Estado do Rio de Janeiro, em 2001, tendo como fonte de informação o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, apontou que solteiros apresentam taxa de homicídio mais elevada que o restante da população, composta por pessoas casadas, divorciadas e viúvas. O mais interessante nesse estudo é que os resultados obtidos surpreendem ao evidenciarem que essa diferença não se explica pelo que parecia ser óbvio: o fator idade. *A priori*, tal diferença parecia ser explicada em função da idade, já que a probabilidade de um indivíduo ser solteiro naturalmente decresce com o aumento de sua idade, assim como acontece com a taxa de homicídios no país. Entretanto, a análise das taxas específicas por idade de solteiros e não solteiros revela que a diferença entre uns e outros permanece mesmo quando pessoas da mesma idade são comparadas entre si, e também, que essa diferença é maior para as idades entre 20 e 30 anos, de modo que o efeito do estado civil das vítimas letais vai diminuindo com a idade. Nesse sentido, acredita-se que o ritmo e o estilo de vida adotado pelos solteiros – que, em geral, possuem uma vida social mais intensa, com maior participação em atividades, locais e horas de alto risco – explicaria a maior vitimização destes, do que dos demais segmentos da população.

Tabela 2: Percentual das vítimas de homicídios ocorridos no município de Belém, nos anos de 2011 a 2013, por estado civil, grau de escolaridade, sexo e raça/cor e bairro de residência

Variável	Categoria	Percentual
Estado civil	Solteiro	88,42
	Casado	3,51
	Divorciado	0,35
	União estável	7,72
Grau de escolaridade	SE	2,12
	EF I	30,04
	EF II	51,23
	EM	14,84
	ESI	0,71
	ESC	1,06
Sexo	Masculino	94,74
	Feminino	5,26
Raça/cor	Parda	97,19
	Preta	2,11
	Branca	0,7
*Bairro de residência	Guamá	15,44
	Sacramenta	5,96
	Jurunas	5,61
	Cremação	5,26
	Bengui	4,56
	Tapanã	4,21
	Coqueiro	3,86
	Pedreira	3,86
	Terra Firme	3,51
	Telégrafo	3,16
	Val-de Cans	3,16

Notas: SE: Sem escolaridade; EF I: Ensino fundamental I (1^a a 4^a Série); EF II: Ensino fundamental II (5^a a 8^a Série); EM: Ensino médio; ESI: Ensino superior incompleto; ESC: Ensino superior completo; Houve 2 (dois) casos com ausência de informação quanto ao grau de escolaridade; A variável com (*) Refere-se aos onze primeiros bairros de residência da vítima com maior incidência.

A respeito do bairro de residência das vítimas, observa-se a prevalência de indivíduos oriundos do Guamá que, de acordo com Chagas (2014), é predominantemente formado por áreas de intensa periferização, composto na sua maior parte de aglomerados subnormais (favelas), constituindo-se em um dos bairros mais pobres e populosos do município de Belém, com precários indicadores socioeconômicos, onde a primeira ação estatal é dada pela ação policial, como forma de controlar a violência existente, antecedendo ações voltadas ao saneamento básico, à educação, à saúde, ao transporte, ao lazer etc.

O instrumento utilizado para perpetrar a maioria das mortes por homicídio foi arma de fogo (86,52%). Quanto ao local do óbito, que pode ou não coincidir com o local onde ocorreu o evento criminoso que culminou na morte, a maior parte das vítimas veio a óbito em via pública (47,38%), seguido das que faleceram em hospitais ou a caminho destes (45,96%) (Tabela 3).

Tabela 3: Percentual de vítimas de homicídio ocorridos no município de Belém, nos anos de 2011 a 2013, por tipo de arma que ocasionou a vitimização e local do óbito da vítima

Variável	Categoria	Percentual
Tipo de arma	Arma de fogo	86,52
	Arma branca	12,06
	*Outros objetos	1,42
Local do óbito	Via pública	47,38
	**Hospital	45,96
	Residência	3,86
	Estabelecimento comercial	1,75
	Outros	1,05
Total	-	100

Notas: A categoria com * refere-se a garrafa, pau, pedra e pernamanca; ** refere-se aos hospitais de pronto socorro municipal do Umarizal e do Guamá; às unidades de saúde municipal; aos hospitais Abelardo Santos, da Aeronáutica, Ordem Terceira e Gaspar Viana; A categoria “outros” refere-se a ônibus, terreno baldio e veículo.

No que tange à vitimização por arma de fogo (AF), Waiselfisz (2015) informa que os óbitos decorrentes do uso deste tipo de arma possuem taxas

mais elevadas nas capitais do país e que existe uma seletividade de idade, sexo e raça das vítimas de homicídio por AF, atingindo mais jovens de 15 a 29 anos, do sexo masculino e negros.

Na região Norte do Brasil, o Pará destaca-se negativamente, liderando, juntamente com o Estado do Amazonas, o crescimento do número de casos de vítimas de homicídio por AF no período de 2002 a 2012, de modo que cada um desses estados mais que triplicou esse número no lapso temporal de uma década (WAISELFISZ, 2015).

Quanto ao local do óbito, observou-se maior ocorrência de homicídios em via pública. Campos et al. (2011) ressaltam que a prevalência de homicídios em espaços públicos contemplam características peculiares a cada bairro, ocorrendo principalmente em bairros periféricos e com alta concentração de pessoas.

Ainda com relação ao local do óbito, tem-se que o hospital foi o segundo local mais evidente nesta pesquisa. A respeito disso, salienta-se que no Brasil existe uma seletividade de pessoas com baixa escolaridade e pobres para a vitimização por homicídio, de modo que quando necessitam de cuidados médicos, tendem a buscar a rede pública de saúde. Nesse sentido, depreende-se que a violência produz custos à saúde pública, a saber: transporte de pacientes, atendimentos médicos, diárias hospitalares, remédios, entre outros. Mir (2005) argumenta que em função do número expressivo de vítimas da violência em todo o país, necessita-se dos serviços de prontos-socorros, de unidades de urgência e emergência, de hospitais, e de institutos de medicina legal. Essas vítimas, mesmo representando apenas 20% do total de internações, podem consumir até 40% do total do orçamento de um hospital.

Referências

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. Estatística Básica. São Paulo: Saraiva, 2013. 548 p.

CHAGAS, C. A. N. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém. *Boletim Amazônico de Geografia*, Belém, v. 1, n. 1, p. 186-203, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.ppgdsmc.ufpa.br/docs/BAG%20-%20Geografia,%20>

Seguran%CC%A7a%20Pu%CC%81blica%20e%20Cartografia%20 dos%20homci%CC%81dios%20na%20Regia%CC%83o%20 Metropolitana%20de%20Bele%CC%81m.pdf>. Acesso em 20 jan. 2015.

CAMPOS, M. E. A. L.; FERREIRA, L. O. C.; BARROS, M. D. A.; SILVA, H. L. Deaths from homicide in a municipality in Brazil's northeast, based on police data, from 2004 to 2006. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 20, n. 2, p. 151-159, 2011.

CANO, I.; RIBEIRO, E. Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. In: CRUZ, M. V. G.; BATITUCCI, E. C. (Org.) *Homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 51-78.

MACEDO, A. C.; PAIM, J. S.; SILVA, L. M. V.; COSTA, M. C. N. Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 35, n. 6, p. 515-522, 2001.

MELO, L. Taxa de homicídios explode no Pará. *Diário do Pará*, Belém, 06 de jul. 2014. Atualidades, 10-11.

MIR, L. O custo da violência urbana para a saúde. *Revista Ser Médico*, São Paulo, ed. 32, , jul.-set. 2005.

MISSE, M. Sujeição criminal. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Org.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 204- 212.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Universidade Federal de Santa Catarina/PPGEP/LED, 3 ed., Florianópolis, 2001. p. 20-23.

SOUZA, E. R.; MELO, A. N.; SILVA, J. G.; FRANCO, S. A.; ALAZRAQUI, M.; GONZÁLEZ-PÉREZ, G. J. Estudo multicêntrico da mortalidade por homicídios em países da América Latina. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 12, p. 3183-3193, 2012.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2015: mortes matadas por armas de fogo*. São Paulo: Instituto Sangari, Ministério da Justiça, 2015.

_____. *Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, Ministério da Justiça, 2014.

CAPÍTULO 8

Estimativa da idade e sua aplicação na Segurança Pública

Maria Betânia Moraes Lisboa

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA) e perito criminal do Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves” (CPCRC). Belém – Pará – Brasil. mbml_lisboa@hotmail.com

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

Adrilayne dos Reis Araújo

Mestre em Estatística (USP) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. adrilayne@ufpa.br

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Resumo

O problema da violência no Brasil tem se tornado parte do dia-a-dia e se mostrado bastante complexo no que diz respeito a soluções definitivas e convincentes. Isso se torna ainda mais grave, quando se observa a participação crescente de menores de 18 anos na autoria de crimes. Sendo a perícia de estimativa da idade de grande relevância nos casos em que o indivíduo não apresenta documento que comprove sua idade cronológica, pois é a partir da determinação da idade que a legislação brasileira estabelece os deveres e direitos civis e penais para os cidadãos. Dentre os diversos exames que o cirurgião-dentista, envolto na função pericial, está apto a realizar, a perícia de estimativa da idade é um dos mais desafiadores. Este desafio está intimamente relacionado ao fato de que o perito deve encontrar parâmetros biológicos que propiciem a obtenção do menor intervalo de tempo que englobe a idade real ou cronológica da pessoa periciada. Este trabalho objetiva apresentar os resultados do estudo do padrão de formação dental (mineralização) dos dentes terceiros molares, de uma população heterogênea de 15 a 21 anos, de residentes no município de Belém/Pará, por meio de radiografias panorâmicas. Para tanto, foram utilizadas técnicas estatísticas. A partir de onde se pode destacar que na amostra, as médias de idade dos estágios iniciais de mineralização, ocorrem bem acima da média de idade proposta na literatura, demonstrando a importância do estudo em cada região do Brasil. Não houve diferença estatisticamente significativa para o desenvolvimento dos terceiros molares entre os sexos. A partir das análises aplicadas, pôde-se classificar a amostra em grupos de menor de 18 anos e maior de 18 anos de idade, comprovando a importância dos métodos para identificação humana, especialmente no que tange à determinação da idade do indivíduo.

Palavras-chave: Violência. Formação Dental. Perícia.

Introdução

A Odontologia Legal ou forense é a especialidade da odontologia que está em relação direta com o Direito, a qual fornece esclarecimentos ou resoluções de questões judiciais. A análise das questões criminais que envolvem aspectos odontológicos é realizada por cirurgiões-dentistas investidos nos cargos de perito odontologista ou perito criminal, que estão vinculados aos órgãos de Perícias Oficiais, comumente denominados Institutos Médicos Legais (IML) e os Institutos de Criminalística (IC).

Os odontologistas, dentro dos institutos, realizam diversos tipos de perícias odontológicas, sendo que as mais frequentes estão relacionadas com lesões traumáticas que atingem o complexo maxilomandibular por agressões e acidentes de trânsito, identificação de cadáveres ignorados, esqueletizados, putrefeitos e carbonizados, além dos exames de estimativa de idade.

O exame de estimativa de idade é um desafio, que está intimamente relacionado ao fato de que o perito deve encontrar parâmetros biológicos que propiciem a obtenção do menor intervalo de tempo que englobe a idade real ou cronológica da pessoa periciada, nos casos de indivíduos com data de nascimento não comprovada (CORNÉLIO NETO et al., 2006).

O problema da violência no Brasil tem se tornado parte do dia-a-dia e se mostrado bastante complexo no que diz respeito a soluções definitivas e convincentes. Isso se torna ainda mais grave, quando se observa a participação crescente de menores de 18 anos na autoria de crimes contra a vida e o patrimônio, envolvendo drogas e exploração sexual. Em virtude das grandes demandas judiciais, conseqüentes do aumento da violência na sociedade moderna, a perícia de estimativa da idade apresenta grande relevância nos casos em que o indivíduo não apresenta documento que comprove sua idade cronológica.

Objetivos

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a contribuição dos odontologistas na segurança pública, em especial nos exames de estimativa de idade.

Objetiva também relacionar o grau de mineralização dos terceiros molares com a idade cronológica de uma população heterogênea de 15 a 21

anos, de residentes no município de Belém/Pará, por meio de radiografias panorâmicas.

A perícia de estimativa da idade

Schmidt (2004) afirma que estimar a idade humana possui importante função pericial, na qual estão incluídas as idades de importância jurídica classificando o indivíduo como capaz, incapaz e relativamente incapaz. É a partir da determinação dos períodos etários que a legislação brasileira estabelece os deveres e direitos civis e penais para os cidadãos.

Os métodos mais utilizados para perícias de estimativa da idade são os que avaliam o desenvolvimento ósseo e dentário do ser humano. Os dentes, quando comparados a outras estruturas do organismo, apresentam alto grau de resistência, são altamente mineralizados, resistindo ao tempo e situações adversas (KURITA et al., 2007; NICODEMO, 1967).

Os métodos comumente utilizados para determinação da idade são a análise da maturidade esquelética, pelo exame radiográfico da mão e do punho, e a avaliação cronológica da erupção e da mineralização dentária. Porém, ambos os métodos podem ser limitados quando é necessário estimar idades a partir dos 18 anos.

O método de eleição num exame pericial de estimativa da idade é o radiográfico, devido ser bem prático na obtenção dos dados. A técnica radiográfica, por coletar informações desde o início da mineralização até o fechamento apical, pode ser considerada o método mais fiel, para a estimativa da idade até os 18 anos (GRUBER; KAMEYAMA, 2001).

A partir dos 14 anos, o exame pericial para estimar a idade de uma pessoa a partir dos dentes se torna mais complexo, pois em sua maioria os dentes já se encontram em seu estado de estabilização, ou seja, já completaram totalmente sua mineralização coronaradicular, restando aos odontólogos investidos na função pericial, os terceiros molares para a realização da estimativa da idade. Estes são os únicos dentes cuja mineralização ainda está ocorrendo, servindo como meio auxiliar nos estudos da estimativa de idade.

No Brasil alguns poucos estados já realizaram pesquisas quanto à mineralização dos terceiros molares, na busca de um padrão da região a ser pesquisada, sendo ainda, em muitos casos, necessária a utilização nas perícias de tabelas com padrão nacional para a mineralização dos dentes.

Visando colaborar com a justiça no que diz respeito aos exames periciais de estimativa de idade, a Odontologia Legal sempre está na busca do aprimoramento das técnicas de estudo do desenvolvimento dentário, especialmente no que tange à determinação da idade do indivíduo.

Dentes terceiros molares

Os dentes terceiros molares, mais conhecidos como sisos, ou ainda dente do juízo, são os últimos dentes a se desenvolver no ser humano. Geralmente em número de quatro (18, 28, 38 e 48) localizados na região mais posterior dos arcos dental superior e inferior, tanto do lado direito como no lado esquerdo. Sua formação se inicia por volta dos 7 anos e meio/11 anos de idade (NICODEMO; MORAES; MÉDICI FILHO, 1974). O desenvolvimento das raízes do terceiro molar inicia-se por volta dos 14-15 anos e completa-se aos 21 aproximadamente. A erupção (surgimento da boca) ocorre, segundo achados na literatura, entre 16 e 20 anos.

Após os 14-15 anos, o terceiro molar é o único dente em desenvolvimento e assume um importante significado forense (MEINL et al., 2007). Nessa idade ou com idade superior, o estágio de desenvolvimento desse dente deve ser sempre investigado (CIAPPARELLI, 1992).

Nas últimas décadas, inúmeras pesquisas vêm ganhando destaque na área forense, pelos estudos na determinação dos estágios de mineralização desses dentes e sua relação com a idade cronológica e óssea, porém o que se observa são poucas tentativas para encontrar procedimentos comuns na padronização, na calibração e na avaliação de métodos para estimativa da idade.

A mineralização dos terceiros molares vem sendo utilizada confiavelmente na estimativa da idade, sendo um método auxiliar nos casos onde se faz necessária a estimativa da idade em cadáveres não identificados e restos humanos e, para fins de diferenciação entre jovens e adultos nos casos de infrações penais (DHANJAL; BHARDWAJ; LIVERSIDGE, 2006).

Diversos estudos mostram que a mineralização do terceiro molar é específica de cada população, não ocorrendo em todos os grupos étnicos na mesma idade. Por essa razão, deve estudar-se cada população, no sentido de obter dados específicos.

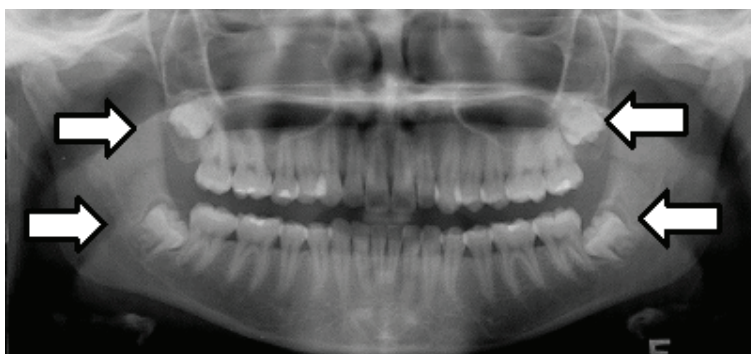
Várias classificações estão disponíveis na literatura para avaliar a mineralização dos terceiros molares, diferindo apenas no que diz

respeito ao número de estágios, à definição de cada estágio e à forma de apresentação (OLIVEIRA, 2010).

Materiais e métodos

No estudo, a amostra foi constituída por 306 radiografias panorâmicas, como a da Figura 1, sendo 158 do sexo masculino e 148 do sexo feminino, caracterizando um erro máximo amostral de 5,72% (BOLFARINE; BUSSAB, 2005).

Figura 1: Radiografia panorâmica evidenciando os dentes 18, 28, 38 e 48



A mineralização dos terceiros molares (18, 28, 38 e 48) foi classificada seguindo a escala proposta por Nicodemo, Moraes e Médici Filho (1974), que apresenta 8 estágios de mineralização para os terceiros molares (Figura 2). Foram adicionados os estágios 1 e 9, perfazendo 10 estágios de mineralização do 3^o molar e assim diminuir o intervalo cronológico e permitir um aumento da margem de aproximação da estimativa da idade, tal como fez Nolla (1960) e Cornélio Neto (2000).

Inicialmente os dados foram colocados no programa Microsoft Office Excel 2007 e posteriormente, foram analisados com recursos do programa, sendo trabalhados com análises estatísticas apropriadas.

A análise descritiva é definida como a fase inicial do processo de estudo dos dados coletados, sendo utilizados, geralmente, para organizar, resumir e descrever os aspectos mais importantes de um conjunto de características observadas ou para comparar as características entre dois ou mais conjuntos de dados (REIS; REIS, 2002).

Figura 2: Representação esquemática dos 10 estágios de desenvolvimento dentário, segundo Nolla (1960)



Note: 0 – ausência de esboço ou cripta; 1 – presença de cripta; 2 – início da mineralização; 3 – 1/3 da coroa formada; 4 – 2/3 da coroa formada; 5 – coroa formada; 6 – início radicular; 7 – 1/3 da raiz formada; 8 – 2/3 da raiz formada; 9 – raiz formada com ápice incompletamente fechado; 10 – raiz completa.

Análise estatística

A estatística descritiva visa sintetizar uma série de valores de mesma natureza, permitindo uma visão global da variação desses valores. Este método organiza e descreve os dados de três formas: por meio de tabelas, de gráficos e de medidas descritivas.

A identificação das medidas de tendência central, também chamadas de valor típico, se dá a partir da determinação da média, da mediana e da moda do conjunto de dados colhidos. Assim, pode-se dizer que média é a soma de todos os valores observados, dividida pelo número total de observações. É uma medida de tendência central. A média aritmética é o valor que melhor representa um conjunto de dados (VIEIRA NETO, 2004).

No presente estudo onde se utiliza a análise da mineralização dos terceiros molares foram calculados na população estudada: a média de

idade cronologia e o desvio padrão para cada um dos dez estágios de mineralização proposto por Nicodemo, Moraes e Médici Filho, em 1974 (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8), mais os estágios incorporados no projeto (presença de cripta e raiz dentária formada com ápice aberto), divididos por dente analisado (18, 28, 38 e 48), e por sexo (feminino e masculino).

Resultados e discussão

A escolha desta faixa etária deveu-se ao fato de as idades de 15 a 21 anos serem de interesse legal, sendo a faixa etária que mais necessita ser estimada dentro dos Institutos Médicos Legais devido a menores infratores ou adultos em flagrante delito, não portando documento e, simulando idade inferior para não sofrerem punições. Também são faixas de grande importância em casos de crimes sexuais.

Os estágios 1 e 2 não foram observados nessa amostra em razão da faixa de idade da pesquisa (15 a 21 anos) e os referidos estágios acontecerem em idades inferiores.

Tabela 1: Medidas estatísticas da idade dos indivíduos do sexo masculino e feminino por dente (18, 28, 38 e 48) do município de Belém

Estágio	Dente 18		Dente 28		Dente 38		Dente 48	
	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem
1	-	-	-	-	-	-	-	-
2	-	-	-	-	-	-	-	-
3	-	-	-	-	-	-	-	-
4	15,33	16,40	15,33	15,33	15,00	15,33	15	15,25
5	16,00	15,56	17,00	16,00	15,58	15,56	15,38	15,78
6	15,75	16,29	15,33	15,94	15,38	15,96	15,83	16,35
7	15,43	16,40	15,60	16,68	16,22	16,69	16,10	16,57
8	16,43	17,43	16,33	17,36	16,40	17,21	16,56	17,23
9	17,64	18,22	17,67	18,15	17,59	18,51	17,47	18,39
10	19,62	19,40	19,52	19,47	20,05	19,58	20,00	19,78

A Tabela 1 apresenta as idades médias da amostra que compõem o estudo em questão, de onde é possível observar que as idades médias para o estágio 5 (coroa completa) encontradas no município de Belém sempre iniciam acima dos 15 anos, considerando que este comportamento ocorre

tanto para os dentes analisados (18, 28, 38 e 48), como para o sexo do indivíduo. Nota-se também que nos estágios 4, 5, 6 e 7 não há grandes variações entre as idades médias, no entanto percebe-se uma tendência crescente ao longo dos estágios 8, 9 e 10.

O estágio 7 (1/3 de raiz formada) mostrou uma pequena precocidade no sexo masculino nos dentes superiores (18 e 28), porém sem significância estatística. Já nos dentes inferiores (38 e 48) a mineralização ocorreu de maneira semelhante quanto à idade.

No estágio 10 (formação completa do dente) encontramos idades superiores a 18 anos, com pequena precocidade no arco superior (18 e 28), mas sem significância estatística.

Em nenhum dos estágios de desenvolvimento dos terceiros molares houve diferença significativa, ou seja, superior a 8 meses, entre os sexos masculino e feminino.

Quanto ao método em si, podemos considerá-lo de fácil utilização, já que se baseia na comparação da imagem radiográfica dos dentes permanentes aos estágios de mineralização tabulados por Nicodemo, Moares e Médici Filho (1974).

As variáveis sexo, cor da pele e faixa etária não influenciaram os resultados das estimativas, o que induz à hipótese de que o método possa ser aplicado indistintamente entre os sexos masculino e feminino e em populações heterogêneas.

Nos laudos periciais de estimativa de idade, costuma-se fornecer para a autoridade requisitante um intervalo relativo aos valores máximo e mínimo obtidos durante a estimativa. Nesse sentido, procurou-se observar se esses parâmetros forneceriam um intervalo etário confiável.

A estimativa da idade é um método simples e não invasivo, que apresenta confiabilidade e facilidade na aplicação prática, de acordo com os estágios de mineralização dos terceiros molares. Desta forma, foi possível estabelecer valores de referência em uma amostra da população brasileira, no caso o município de Belém, onde os resultados poderão servir como parâmetro de comparação para futuros trabalhos que utilizarem metodologia similar.

Referências

BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. *Elementos de amostragem*. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.

CORNÉLIO NETO, W. L.; CORNÉLIO, G. C.; CONCEIÇÃO, M. B. Estimativa da idade pelos 3^{os} molares através de RX: Relato de caso. *RGO*, Porto Alegre, v. 54, n. 3, p. 230-233, jul/set. 2006.

CORNELIO NETO, W. L. *Estimativa da idade pela mineralização dentária dos 3^{os} molares através de radiografias panorâmicas*. 2000. Dissertação (Mestrado em Odontologia) - Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2000. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000205991>> Acesso em: 07 jul. 2011.

CIAPPARELLI, L. The chronology of dental development and age assessment. In: CLARK, D. H. (Ed.). *Practical forensic odontology*. 1992. p. 22-42.

DHANJAL, K. S.; BHARDWAJ, M. K.; LIVERSIDGE, H. M. Reproducibility of radiographic stage assessment of third molars. *Forensic Science Int.*, Lausanne, v. 159, Supplement, p. S74-S77, 2006.

GRUBER, J.; KAMEYAMA, M. M. O papel da Radiologia em Odontologia Legal. *Pesquisa Odontológica Brasileira*, v. 15, n. 3, p. 263-268, jul./set. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pob/v15n3/a14v15n3.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

KURITA, L. M.; MENEZES, A. V.; CASANOVA, M. S.; HAITER-NETO, F. Dental Maturity as an indicator of chronological age: radiographic assessment of dental age in a Brazilian population. *Journal of Applied Oral Science*, v. 15, n. 2, p. 99-104, 2007.

MEINL, A.; TANGL, S.; HUBER, C.; MAURER, B.; WATZEK, G. The chronology of third molar mineralization in the Austrian population – a contribution to forensic age estimation. *Forensic Science International*, v. 169, issues 2-3, p. 161-167, 4 July 2007.

NICODEMO, R.A. *Contribuição para o estudo da cronologia da mineralização dos terceiros molares, pelo método radiográfico, em leucodermas brasileiros, residentes no Vale do Paraíba, Estado de*

São Paulo. 1967. 57 p. Tese (Doutorado em Radiologia)-Faculdade de Odontologia, Universidade Estadual Paulista, São José dos Campos, 1967.

NICODEMO, R. A.; MORAES, L. C.; MÉDICI FILHO, E. Tabela cronológica da mineralização dos dentes permanentes entre brasileiros. *Revista da Faculdade de Odontologia*, São José dos Campos-SP, v. 3, n. 1, p. 55-6, 1974.

NOLLA, C. M. The development of permanent teeth. *Journal of Dentistry Children*, v. 27, n. 4, p. 254-66, 1960.

OLIVEIRA, F. T. *Estimativa da Idade cronológica por meio de avaliação radiográfica da mineralização de terceiros molares e altura do ramo da mandíbula*. 2010. Tese (Doutorado em Odontologia) – Faculdade de Odontologia de Bauru, Universidade de São Paulo, Bauru-SP, 2010.

REIS, E. A.; REIS, I. A. *Análise descritiva de dados: Síntese numérica*. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002. (Relatório técnico)

SCHMIDT, C. M. *Estimativa da idade e sua importância forense*. 2004. Dissertação (Mestrado em Biologia Buco-Dental) - Faculdade de Odontologia de Piracicaba da Universidade Estadual de Campinas, Piracicaba-SP, 2004. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000322790>>. Acesso em: 07 jul. 2011.

VIEIRA NETO, P. *Estatística Descritiva: conceitos básicos*. *Apostila*. São Paulo, 2004. Disponível em:<<https://www.passeidireto.com/arquivo/18172053/estatistica-descritiva-conceitos-basicos/1>>. Acesso em: 07 jul. 2011.

CAPÍTULO 9

Perfil de vítimas de delitos na Região Metropolitana de Belém, Pará, Brasil

Cristiane Nazaré Pamplona de Souza

Mestre em Matemática (UFBA) e bacharel em Estatística (UFPA). Salvador – Bahia – Brasil. crissouza.ufpa@gmail.com

José Luiz de Carvalho Lisboa

Graduando em Estatística (UFPA) e aluno de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. Belém – Pará – Brasil. 07joseluz@gmail.com

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

Adrilayne dos Reis Araújo

Mestre em Estatística (USP) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. adrilayne@ufpa.br

Resumo

A questão da segurança pública tem sido considerada problema fundamental e principal desafio ao Estado no que diz respeito a direitos humanos no Brasil. As estatísticas oficiais de criminalidade indicam a aceleração do crescimento de todas as modalidades delituosas. Desta forma, este trabalho tem como objetivo descrever o perfil das vítimas e as características dos delitos ocorridos na Região Metropolitana de Belém, estado do Pará, Brasil, no período de agosto de 2012 a agosto de 2013. Para tanto, técnicas multivariadas foram utilizadas. Como principais resultados, destaca-se que a maior parte das vítimas são do sexo feminino, com idade de 15 a 25 anos, da raça parda. Em relação ao perfil dos delitos sofridos, constatou-se ainda que o roubo é o delito de maior ocorrência no qual os agressores estavam a pé e portando arma de fogo no momento do crime. Diante disso, buscou-se observar a relação da subnotificação, verificou-se que as mulheres geralmente não realizam ocorrência policial, o que difere do sexo masculino que tem alta probabilidade de realizar a ocorrência do delito sofrido. Com base neste trabalho de pesquisa e extensão pode-se identificar fatores importantes para a ocorrência de delitos por meio da aplicação de técnicas estatísticas, o que viabilizou informação para órgãos públicos da segurança na questão do conhecimento do perfil das vítimas, dos delitos e da relação da subnotificação com demais fatores.

Palavras-chave: Modalidades Delituosas. Subnotificação.

Introdução

O estudo sobre a criminalidade vem despertando bastante interesse, especialmente daqueles que se dedicam ao estudo das cidades, tendo em vista que grande parte dessas ocorrências acontece nas áreas urbanas (LOBO; GUIMARÃES, 2013).

Nas últimas décadas, a questão da segurança pública passou a ser considerada problema fundamental e principal desafio ao Estado de Direito no Brasil. A segurança pública ganhou enorme visibilidade e tornou-se presente nos debates tanto de especialistas como do público em geral (SOUZA; MORAIS, 2011).

As estatísticas oficiais de criminalidade indicam a aceleração do crescimento de todas as modalidades delituosas. Crescem mais rápido os crimes que envolvem a prática de violência, como os homicídios, os roubos, os sequestros, os estupros, acompanhados de mudanças nos padrões de criminalidade individual e no perfil das pessoas envolvidas com a delinquência. Os crimes que envolvem a prática de violência são os que mais crescem, assim como homicídios, roubos, sequestros, estupros etc. (DIÁRIO, 2015).

Segundo dados do relatório Índice de Progresso Social (IPS, 2014), o Brasil se encontrava na 121^a posição em termos de segurança (35,55%) dentre 132 países, ou seja, é o 11^o país do mundo mais inseguro.

Tendo em vista a grande importância da questão em estudo, este trabalho tem como objetivo descrever o perfil das vítimas e as características dos delitos ocorridos na Região Metropolitana de Belém, estado do Pará, Brasil, no período de agosto de 2012 a agosto de 2013.

Metodologia

Descrição dos dados

Os dados são referentes a uma pesquisa amostral realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Estatísticas e Computacionais (GEPEC), e são referentes a 366 informações de vítimas de delito ocorridos na Região Metropolitana de Belém, no período de agosto de 2012 a agosto de 2013.

Análise de correspondência

Utilizou-se a técnica multivariada análise de correspondência (AC), a qual objetiva avaliar as relações significativas entre as variáveis em estudo.

Para aplicar a técnica AC, Moscarola (1991) e Lagarde (1995) recomendam inicialmente a realização do teste qui-quadrado (χ^2) com o intuito de verificar a dependência entre variáveis. A estatística teste é dada por

$$\chi^2 = \sum_{i=1}^l \sum_{j=1}^c \frac{(O_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}} \quad (1)$$

onde O_{ij} é a frequência observada da i -ésima linha e j -ésima coluna, E_{ij} é a frequência esperada da i -ésima linha e j -ésima coluna, com $i = 1, \dots, l$ e $j = 1, \dots, c$.

Em seguida, recomenda-se que o critério β seja calculado, no intuito de verificar a dependência entre as categorias das variáveis em estudo, sendo que a significância do teste será observada se $\beta > 3$ a um nível de significância de 5% (MOSCAROLA, 1991; LAGARDE, 1995). O critério β é calculado a partir de

$$\beta = \frac{\chi^2 - (l - 1)(c - 1)}{\sqrt{(l - 1)(c - 1)}} \quad (2)$$

em que χ^2 é a estatística qui-quadrado, l é o número de linhas e c é o número de colunas.

Ramos, Almeida e Araújo (2008) afirmam a necessidade de avaliar as proximidades entre as categorias, por meio do cálculo dos resíduos (Z_{res}), que indicam a probabilidade de associação entre as categorias das variáveis em estudo. Desta forma, calcula-se o coeficiente de confiança a partir dos resíduos, sendo definido pela diferença entre as frequências esperadas e as observadas. O resíduo padronizado é dado por

$$Z_{res} = \frac{(E_{ij} - O_{ij})}{O_{ij}} \quad (3)$$

em seguida se calcula o coeficiente de confiança (γ) para obter o grau de associação entre as categorias das variáveis (RAMOS; ALMEIDA; ARAÚJO, 2008) dado por

$$\gamma = \begin{cases} 0, & \text{se } Z_{res} \leq 0 \\ 1 - 2 \times [1 - P(Z < Z_{res})], & \text{se } 0 < Z_{res} < 3 \\ 1, & \text{se } Z_{res} \geq 3, \end{cases} \quad (4)$$

onde Z é uma variável aleatória com distribuição de probabilidade normal padrão.

Resultados

A maioria das vítimas de delitos na Região Metropolitana de Belém são do sexo feminino (53,01%). Na maior parte dos casos as vítimas tinham idade de 15 a 25 anos (31,15%), seguido das vítimas com 26 a 36 anos (28,96%), a maioria é da raça parda (68,58%), são solteiros (57,10%), possuem o ensino médio completo (37,98%) e possuem renda de 1 a 3 salários mínimos (72,24%) (Tabela 1).

Cruz, Azevedo e Gonçalves (2011) realizaram um estudo na zona urbana do município de Pelotas/RS, onde constataram que os indivíduos mais jovens e sem companheiro(a) foram os mais vitimados, e a prevalência de roubo foi de 2,70% ($n = 78$), com perfil do sexo masculino e, assim como na agressão, os indivíduos mais jovens e sem companheiro(a) pertencem aos grupos de maior risco.

Dentre os delitos, a maioria foi roubo (78,85%), no qual o meio utilizado para cometer o mesmo foi a pé (39,13), seguido dos agressores que utilizaram bicicleta (36,81%). Já o tipo de arma mais utilizada foi arma de fogo (75,10%) (Tabela 2).

Tabela 1: Percentual de vítimas de delitos ocorridos na Região Metropolitana de Belém, no período de agosto de 2012 a agosto de 2013, por sexo, faixa etária (em anos), raça/cor, estado civil, grau de escolaridade e faixa salarial

Variável	Categoria	Percentual
Sexo	Feminino	53,01
	Masculino	46,99
Faixa etária (em anos)	15 a 25	31,15
	26 a 36	28,96
	37 a 47	19,13
	48 a 58	13,93
	59 a 69	5,19
	≥ 70	1,64
Raça/cor	Pardo	68,58
	Branco	18,31
	Negro	12,02
	Amarelo	0,82
	Indígena	0,27
Estado civil	Solteiro	57,10
	Casado/União estável	37,43
	Divorciado	4,10
	Viúvo	1,37
Grau de escolaridade	N.E.	1,37
	E.F.I.	18,03
	E.F.C.	7,10
	E.M.I.	19,95
	E.M.C.	37,98
	E.S.I.	7,92
	E.S.C.	7,10
	P.G.	0,55
Faixa salarial	< 1	7,26
	1 3	72,24
	3 5	11,67
	≥ 5	8,83

Notas: Houve 9 casos que não se aplicam e 40 ausências de informações; NE: Não Estudou; EFI: Ensino fundamental incompleto; EFC: Ensino fundamental completo; EMI: Ensino médio incompleto; EMC: Ensino médio completo; ESI: Ensino superior incompleto; ESC: Ensino superior completo; PG: Pós-graduação.

O roubo à mão armada acontece geralmente no turno da noite, pois neste período a existência de poucas pessoas nas ruas é grande, o que torna um ambiente mais propício para o agressor utilizar a arma sem ser visto, enquanto o furto ocorre geralmente durante o dia, quando existe aglomeração de pessoas transitando nos locais propícios ao delito, fazendo com que as pessoas se tornem alvos fáceis para o transgressor em um local de difícil vigilância (BEATO FILHO, 2008).

Tabela 2: Percentual de vítimas de delitos ocorridos na Região Metropolitana de Belém, no período de agosto de 2012 a agosto de 2013, por tipo de delito, meio de locomoção e tipo de arma

Variável	Categoria	Percentual
Tipo de delito	Roubo	78,85
	Tentativa de roubo	9,34
	Arrombamento	5,49
	Furto	5,22
	*Outros	1,10
Meio de locomoção	A pé	39,13
	Bicicleta	36,81
	Motocicleta	21,16
	**Outro	2,90
Tipo de arma	Arma de fogo	75,10
	Arma branca	23,77
	***Outros	1,13

Notas: A categoria com (*) refere-se a agressão, estupro, tentativa de arrombamento e violência contra mulher; Houve 2 casos com ausência de informação na variável tipo de delito; A categoria com (**) refere-se a carro e barco; Houve 21 casos que a vítima não soube identificar a locomoção do acusado; A categoria com (***) refere-se a arma de brinquedo e ferramenta; em 65 casos o agressor não utilizou arma e 38 pessoas não viram a arma utilizada.

Para verificar relações entre a ocorrência policial do delito e característica da vítima e do delito, aplicou-se a técnica análise de correspondência, o que se faz necessário para a validação de alguns pressupostos. Desta forma, por meio da Tabela 3, percebe-se que as variáveis em estudo foram estatisticamente significativas ao nível de significância de 5%.

Tabela 3: Pressupostos resultantes da aplicação da técnica análise de correspondência às vítimas de delitos ocorridos na Região Metropolitana de Belém, no período de agosto de 2012 a agosto de 2013, por sexo vs ocorrência policial e tipo de delito vs ocorrência policial

Variáveis	χ^2	p-valor	β	% de inércia
Sexo vs ocorrência policial	5,55	0,019	4,55	100,00
Tipo de delito vs ocorrência policial	9,56	0,023	3,79	100,00

Observa-se que as vítimas do sexo masculino que sofreram algum tipo de delito fazem ocorrência policial com probabilidade de 84,69%, enquanto que as mulheres não fazem ocorrência com uma probabilidade de 62,83%. Além disso, as vítimas de arrombamento e tentativa de roubo têm alta probabilidade de realizar a ocorrência policial com 88,43% e 81,14%, respectivamente (Tabela 4).

Tabela 4: Resíduo e probabilidade da análise de correspondência das vítimas de delitos ocorridos na Região Metropolitana de Belém, no período de agosto de 2012 a agosto de 2013, por sexo vs ocorrência policial e tipo de delito vs ocorrência policial

Variável	Categoria	Ocorrência policial	
		Não	Sim
Sexo	Masculino	-0,95 (0,00)	1,43 (84,69)
	Feminino	0,89 (62,83)	-1,35 (0,00)
Tipo de delito	Roubo	-0,23 (0,00)	0,35 (27,59)
	Arrombamento	-1,04 (0,00)	1,57 (88,43)
	Furto	0,22 (17,55)	-0,33 (0,00)
	Tentativa de roubo	1,31 (81,14)	-1,98 (0,00)

Verificou-se ainda que os principais motivos de não notificar a violência foram devido à desconfiança na polícia (57,70%). Para Cruz, Azevedo e Gonçalves (2011), cerca de um quarto dos indivíduos não notifica a violência sofrida por não conhecer o criminoso, 8,30% por ter medo de sofrer retaliação do agressor e 6,40% por ter resolvido a situação de vitimização não recorrendo aos meios legais.

Conclusões

Conclui-se que a maioria das vítimas de delito na Região Metropolitana de Belém são mulheres, com idade de 15 a 25 anos, pardas, solteiras, com renda familiar de 1 a 3 salários mínimos e possuem o ensino médio completo. A análise multivariada evidenciou diferença entre os sexos na probabilidade de registrar a ocorrência policial, em que as vítimas do sexo feminino têm alta probabilidade de não fazer ocorrência policial, e que em relação aos homens existe uma alta probabilidade de registrar tal delito. Percebeu-se ainda que as vítimas de arrombamento e de tentativa de roubo têm alta probabilidade de registrar a ocorrência policial.

Referências

- BEATO FILHO, C. *Compreendendo e avaliando projetos de segurança pública*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 219 p.
- CRUZ, S. H.; AZEVEDO, M. R., GONÇALVES, H. Vitimização por violência urbana em uma cidade de médio porte do Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 15-26, 2011.
- DIÁRIO DO PARÁ. Núcleo atende vítimas de violência. Belém, 2015. Disponível em: <<http://diariodopara.diarioonline.com.br/impressao.php?idnot=165780>>. Acesso em: ago. 2015.
- IPS - Índice de Progresso Social. *Segurança pessoal: as pessoas podem se sentir seguras neste país*, 2014. Disponível em: <http://www.socialprogressimperative.org/pt/data/spi/components/com4#data_table/countries/com4/>. Acesso em: set. 2015.
- LAGARDE, J. *Initiation à l'analysedes données*. Paris: DUNOD, 1995.
- LOBO, M. A. A., GUIMARÃES, L. H. R. Distribuição espacial da criminalidade no centro histórico da cidade de Belém (Pará/Brasil). *Scripta*

Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 17, n. 456, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-456.htm>>. Acesso em: ago. 2015

MOSCAROLA, J. *Enquêtes et analysis de données*. Paris: Vuibert, 1991.

RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S.; ARÁUJO, A. R. (Org.). *Segurança pública: uma abordagem estatística e computacional*. Belém: EDUFPA, 2008. 2 v.

SOUZA, R. C.; MORAIS, M. S. A. Polícia e sociedade: uma análise da história da segurança pública brasileira. In: *Jornada Internacional de Políticas Públicas*. São Luís: Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, 2011.

CAPÍTULO 10

A inclusão de pessoas com deficiência na atividade policial

Tainah Sousa do Nascimento

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e agente pública da União. Belém – Pará – Brasil. tainahnascimento@globo.com

Andréa Bittencourt Pires Chaves

Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. andreachaves@ufpa.com

Amaury Suzart Farias da Silva

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e perito criminal da Polícia Técnico-Científica do Estado do Amapá. Macapá – Amapá – Brasil. a.suzart@hotmail.com

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Flávia Siqueira Corrêa

Mestre em Segurança Pública (UFPA) agente pública do Estado do Pará. Belém – Pará – Brasil. E-mail: flaviacaju@hotmail.com

Resumo

A inclusão social de pessoas com algum tipo de deficiência no mercado de trabalho, conforme preconiza a Constituição Federal e convenções internacionais, ainda é uma realidade distante no Brasil. Alguns esforços para tentar garantir equiparação de oportunidades, de forma a atender as diferenças individuais, ainda são muito tímidos. Em 2013, a Polícia Rodoviária Federal abriu concurso público para o provimento de mil vagas no cargo de policial rodoviário federal, dentre as quais 5% foram reservadas para candidatos com deficiência. Esse fato foi um avanço na garantia de direitos de grupos vulnerabilizados. No entanto, todos candidatos foram reprovados na etapa dos exames médicos, em razão de sua própria deficiência. Por meio de decisão judicial, 19 pessoas com deficiência conseguiram se matricular no Curso de Formação Profissional 2014.1 da Polícia Rodoviária Federal. Das 19 pessoas, uma desistiu durante o curso e as demais concluíram com êxito o Curso, tendo sido aprovadas em todas as disciplinas. Neste sentido, este trabalho objetiva analisar o processo de ingresso e o desempenho das pessoas com deficiência no Curso de Formação Profissional de Florianópolis /Santa Catarina. Para isso, foram utilizadas as técnicas estatísticas para análise quantitativa e qualitativa dos resultados dos alunos. As conclusões deste estudo revelaram que, apesar de serem *sub judice*, os alunos com algum tipo de deficiência se mostraram aptos em todas as disciplinas e consequentemente habilitados ao desempenho das atribuições do cargo de policial rodoviário federal.

Palavras-chave: Polícia Rodoviária Federal. Candidatos com Deficiência. Curso de Formação Profissional.

Introdução

No Brasil, as reivindicações das pessoas com deficiência pelo reconhecimento efetivo da cidadania e participação em igualdade de condições na sociedade foram iniciadas por movimentos sociais. Após vários anos de luta, em 1982, ocorreu o Encontro Nacional das entidades, realizado em São Bernardo do Campo, em que se definiu 21 de setembro como o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, data que foi ratificada pela Lei Federal Nº 11.133, de 14 de julho de 2005 (BRASIL, 2005).

Maranhão (2005), afirma que deficiente é a pessoa que tem diminuídas suas faculdades físicas ou intelectuais. Na tentativa de definir quem tem deficiência, Pastore (2000) afirma é uma tarefa complicada, pois as condições determinantes são objeto de estudo e ação de vários campos de estudo, fazendo variar a definição de deficiência. Pastore (2000) informa que deficiência refere-se à incapacidade de uma ou mais funções das pessoas, abrangendo um conjunto de características, podendo ser essas deficiências sensoriais ou intelectuais, assim como podem ter origem desde o nascimento, podem ter sido adquiridas ao longo da vida, por acidente ou doença.

Em concordância com o Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, o qual promulgou a Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (PCD) e o Protocolo assinado em 2007, em Nova York, define-se pessoas com deficiência sendo:

aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2009, p. 4)

De acordo com o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 45.606.048 de brasileiros têm algum tipo de deficiência, podendo ser visual, auditiva, motora e mental ou intelectual, este número equivale a 23,9% da população total, segundo a pesquisa (BRASIL, 2012).

Algumas políticas de inclusão social de pessoas com deficiência nos vários campos sociais são denominadas de “ações afirmativas”

ou “discriminação positiva”, que conferem tratamento especial a grupos vulneráveis, que estão em posição de desvantagem dentro do contexto social, na tentativa de lhes garantir condições mais efetivas de promoção material e inserção no espaço social, já que as ações universais demonstraram insuficiência na resolução de questões específicas (RIBEIRO; CARNEIRO, 2009).

A tentativa de inserir pessoas com deficiência ao mercado de trabalho ocorre, em geral, em empresas terceirizadas, em sua maioria com remuneração inferior ao mesmo serviço, ou ainda no mercado informal. Teixeira (2010) informa que, como consequência da ineficiência de políticas públicas, as pessoas com deficiência dependem de assistencialismo ou caridade, muitas vezes, pois as ditas ações afirmativas ainda não são suficientes.

Na tentativa de inserir pessoas com deficiência na atividade policial, utilizando-se de ações afirmativas ou discriminação positiva, a Polícia Rodoviária Federal publicou, por meio do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE), o Edital N^o 1 – PRF – Policial Rodoviário Federal, de 11 de junho de 2013, que previa mil vagas para o cargo de policial rodoviário federal, das quais novecentos e cinquenta foram destinadas à ampla concorrência e cinquenta vagas foram reservadas a candidatos com deficiência (CESPE, 2013).

Os requisitos para assumir o cargo, de acordo com o Edital são a aprovação no concurso público, graduação em nível superior em qualquer área de formação, ter nacionalidade brasileira ou portuguesa, estar gozando de seus direitos políticos, estar quite com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino, estar em dias com as obrigações eleitorais, possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou permissão para conduzir veículos automotores na categoria “B”, no mínimo, ser recomendado na fase de investigação social, ter idade mínima de 18 anos completos na data da posse, ser aprovado nos testes físicos e psicotécnicos, ser considerado apto na etapa de exames médicos e ser aprovado no Curso de Formação Profissional (CESPE, 2013).

A jornada de trabalho, de acordo com o edital é de 40 horas semanais, sendo o subsídio inicial fixado em R\$ 6.106,81 (seis mil cento e seis reais e oitenta e um centavos). A escolha da lotação tem como norte a classificação dos candidatos no certame, não existindo lista separada para candidatos com deficiência (CESPE, 2013).

Sobre as vagas destinadas aos candidatos com deficiência, o Edital informou que os candidatos com deficiência participariam do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, em relação ao horário e local de aplicação das provas, conteúdo, correção das provas, critérios de aprovação, exame de capacidade física, avaliação de saúde e avaliação psicológica.

O item 2.2 do Anexo III do Edital descreve as condições clínicas, sinais ou sintomas que incapacitam o candidato, com deficiência ou não, no concurso público e posse no cargo de policial rodoviário federal.

Objetivos

Este trabalho visa analisar como foi realizada a seleção para ingresso no Curso de Formação Profissional da Polícia Rodoviária Federal, em especial para a habilitação das pessoas com algum tipo de deficiência e verificar porque todos aqueles que se declararam com algum tipo de deficiência foram considerados inaptos. Tendo conseguido fazer o Curso de Formação Profissional por determinação judicial, vamos comparar os desempenhos obtidos pelas pessoas com deficiência em relação aos não deficientes.

Metodologias

Utilizou-se a técnica estatística análise descritiva, tendo como objeto o resultado das médias das notas dos alunos do Curso de Formação Profissional 2015.1, que ocorreu em Florianópolis, nos meses de março, abril e maio. Os resultados deste estudo revelaram que no geral os alunos com algum tipo de deficiência apresentaram resultados melhores do que os alunos sem deficiência. Ao realizarmos esta comparação entre notas de alunos com deficiência e notas de alunos sem deficiência, concluímos que a existência de uma deficiência não incapacita ou torna menos apto o aluno, pois os resultados mostram o contrário: melhores notas das pessoas com deficiência, o que para nós também não significa superioridade destes sobre aqueles.

Resultados preliminares

A Figura 1 mostra que das mil vagas para o cargo de policial rodoviário federal, cinquenta são destinadas a pessoas com deficiência, o

que equivale a 5% do total das vagas, percentual que equivale ao percentual mínimo estabelecido pelo Parágrafo 1º, Art. 37 do Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (BRASIL, 1999).

Ressalta-se que nenhuma vaga reservada às pessoas com deficiência foi preenchida, pois todos os candidatos que se declararam com deficiência foram considerados inaptos na perícia médica: “Não houve candidato qualificado” (CESPE, 2014, p. 19). Portanto, as cinquenta vagas destinadas às pessoas com deficiência foram disponibilizadas às pessoas sem deficiência, já que segundo o CESPE não houve candidato qualificado.

Figura 1: Quantidade de vagas distribuídas entre candidatos da ampla concorrência e candidatos com deficiência



Fonte: Edital da Polícia Rodoviária Federal (2013).

Na Tabela 1 foram elencadas as médias das notas dos alunos, que foram obtidas por meio de uma pesquisa realizada no curso de Formação 2014.1, nas disciplinas práticas: Técnicas de Abordagem (TAB), Armamento e Tiro (AMT), Técnicas de Defesa Policial (TDP), Atendimento em Primeiros Socorros (APS) e Condução de Veículo Policial (CVP), que correspondem às atividades que um policial rodoviário federal desempenha na atividade fim da função.

Do total de 100 (cem) pontos, na disciplina de TAB, a média dos alunos foi 93,2. Dos dezoito alunos com deficiência que fizeram o Curso de Formação Profissional, dez tiraram notas acima da média nesta temática, 55,5% dos alunos com deficiência.

Na matéria de AMT a média das notas dos alunos foi 89,83, sendo que sete (aproximadamente 38,8%) alunos com deficiência tiraram notas acima da média.

A média das notas em Técnica de Defesa Policial dos alunos foi 88,24. Do total de dezoito alunos com deficiência, cinco tiraram notas acima da média, aproximadamente 28%.

Na disciplina de APS, a média foi 94,12, a média mais alta das disciplinas comparadas neste estudo, e houve dez alunos com deficiência (55,5%) que tiraram notas acima da média geral.

Por fim, entre as disciplinas elencadas, na prática de CVP, todos os alunos com deficiência e aqueles sem deficiência foram considerados aptos, nos dando um percentual de 100%.

Tabela 1: Média das notas das disciplinas práticas e notas de alunos com deficiência, por média das notas por disciplina (todos os alunos) e Candidatos com deficiência que alcançaram notas superiores à média do curso: total de PCD = 18

Notas CFP 2014.1	TAB	AMT	TDP	APS	CVP
Média	93,20	89,83	88,24	94,12	Todos aptos
Candidatos com deficiência com notas acima da média	10	7	5	10	Todos aptos

Fonte: Pesquisa realizada na Academia Nacional da Polícia Rodoviária Federal (2014).

Considerações finais

De acordo com o item “18.4” do Edital N^o 1 – PRF – Policial Rodoviário Federal, de 11 de junho de 2013 (CESPE, 2013), para ser considerado aprovado no Curso de Formação Profissional o candidato deve obter, no mínimo, 70% do total dos pontos e frequência integral, salvo faltas justificadas e abonadas.

Desta forma, a realização da comparação de notas é apenas um parâmetro e nos indica que a existência ou não de deficiência não é determinante. Pode haver pessoa com deficiência com nota maior que pessoa sem deficiência e vice-versa. O que determina a nota é o próprio indivíduo e seu desempenho naquela disciplina, o que pode ser avaliado por profissionais habilitados naquele campo.

Em que pese todos os candidatos que se declararam com alguma deficiência terem sido eliminados pelo CESPE na etapa da perícia médica, pois a organizadora do concurso considerou que não houve candidato

qualificado para as vagas reservadas, aqueles dezoito candidatos que conseguiram determinação judicial para participar do Curso de Formação Profissional 2014.1 e permaneceram até o fim, lograram êxito na referida etapa do concurso, tendo sido aprovados.

Destacamos que, de acordo com os termos editalícios, item “5.4 Não haverá adaptação do exame de capacidade física, da avaliação de saúde, da avaliação psicológica e do Curso de Formação Profissional às condições do candidato com deficiência ou não”.

Portanto, todos os alunos que se declararam com algum tipo de deficiência, participaram de todas as etapas do certame sem nenhum tipo de adaptação, da mesma forma que os não deficientes. Isso inclui flexão em barra fixa ou tempo de suspensão, a depender do gênero do candidato impulso horizontal, flexão abdominal, corrida de 12 minutos, na etapa dos exames de capacidade físicos e todas as disciplinas práticas.

Ao analisar o caso específico da Polícia Rodoviária Federal e todas as exigências do edital para se tornar um policial, com previsão de vagas destinadas a pessoas com deficiência, constrói-se o entendimento de que tendo sido aprovado em todas as etapas exigidas a pessoa está apta ao exercício do cargo. Qualquer outra incompatibilidade de pessoa com deficiência ou não deverá ser averiguada durante os três anos do estágio probatório, podendo inclusive ser reprovada.

Não parece plausível a oferta de vagas para pessoas com deficiência e a reprovação dessas pessoas na etapa de perícia médica exatamente pela existência da própria deficiência.

Salientamos a existência de policiais que adquirem algum tipo de deficiência no exercício da função e a depender da deficiência, podem ser readaptados, de acordo com a legislação vigente (BRASIL, 1990).

Portanto, o instituto da readaptação que significa “a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica” já prevê a existência de pessoas com deficiência, inclusive na atividade policial.

Quando analisamos o caso do concurso da PRF e a eliminação das pessoas que concorriam para vagas de deficiente, percebemos possíveis indícios de discriminação por parte da banca avaliadora quando todos que se declararam com deficiência foram considerados não qualificados por motivo da própria deficiência na fase de perícia médica.

Alguns daqueles que conseguiram ordem judicial para fazer a etapa do curso de formação apoiaram nas garantias constitucionais e legais de não discriminação e acesso ao mercado de trabalho.

Ao analisar alguns requisitos para ingresso nas carreiras policiais, percebemos em muitas exigências a busca por padrões sociais considerados ideais, adequados e desejáveis: a busca por indivíduos quase perfeitos e não à imagem da sociedade.

Essa busca pelo ideal pode fazer dos requisitos para exercício de cargos verdadeiras seleções excludentes e injustas, pois se um indivíduo que possui uma deficiência é capaz de passar e ser aprovado em todas as fases de um concurso, o que o incapacitaria para o exercício da profissão.

Referências

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Secretaria Nacional e Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência. *Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência*. Brasília, 2012. (Organizado por Luiza Maria Borges Oliveira)

_____. Decreto N^o 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência e o Protocolo assinado em 2007, em Nova York. Brasília, 2009.

_____. Lei Federal N^o 11.133, de julho de 2005. Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, 2005.

_____. Decreto N^o 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, 1999.

_____. Lei N^o 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, 1990.

CESPE - Centro de Seleção e de Promoção de Eventos. *Edital N^o 17 – PRF – Policial Rodoviário Federal*, de 22 de janeiro de 2014. Disponível em http://www.cespe.unb.br/concursos/DPRF_13/arquivos/ED_17_RES_PROV_TIT_E_PER_CIA_MED_E_CONV_SUB_JUDICE_TIT_E_PER_CIA_MED.1.PDF. Acesso em: set. 2015.

_____. *Editais N° 1* – PRF – Policial Rodoviário Federal, de junho de 2013. Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/concursos/DPRF_13/> Acesso em: set. 2015.

MARANHÃO, R. *O portador de deficiência e o direito ao trabalho*. São Paulo: Ed. LTr., 2005.

PASTORE, J. *Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência*. São Paulo: Ed. LTr., 2000.

RIBEIRO, M.; CARNEIRO, R. A inclusão indesejada: as empresas brasileiras face à lei de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho. *O&S*, Salvador, v. 16, n. 50, p. 545-564, jul./set. 2009.

TEIXEIRA, M. C. *Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil*. São Paulo: FGV, 2010.

CAPÍTULO 11

O desemprego como fator determinante para o crime de homicídio no Brasil: uma abordagem teórica

Kelly Serejo Fonseca

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e professora da Faculdade Estácio do Pará. Belém – Pará – Brasil. kellyserejo@hotmail.com

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Adrilayne dos Reis Araújo

Mestre em Estatística (USP) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. adrilayne@ufpa.br

Resumo

Uma das questões sociais mais tensas nas últimas décadas tem sido o crescimento acelerado do número de homicídios no Brasil. Nesse cenário, muitos estudos têm procurado entender quais fatores podem estar contribuindo com este fenômeno, ou, se há alguma correlação com os elementos estruturais de ordem econômica, social ou demográfica, como renda, desigualdade social, adensamento populacional e desemprego. O crime de homicídio revela a mais extremada violência contra um ser humano, afinal, se trata de crime contra a vida, direito fundamental e indisponível. Como fator determinante no crime de homicídio, optou-se, neste trabalho, por fazer uma análise com o indicador econômico desemprego, a fim de verificar se a dinâmica da empregabilidade, como a criação de novos empregos, exerce influência na redução ou aumento dos índices de violência letal no Brasil. Neste sentido, este trabalho quis apresentar o cenário do desemprego no país como um dos principais elementos explicativos nos índices de morte por homicídio no Brasil. Para êxito nesta pesquisa, a metodologia consistiu numa abordagem bibliográfica, em que foram expostas algumas ideias da ciência econômica, seguindo uma linha quantitativa. Entre os resultados preliminares, observa-se que o desemprego não é indicador suficiente para fazer uma correlação positiva com as taxas de homicídio.

Palavras-chave: Economia do Crime. Violência. Modelos Econômicos.

Introdução

O crescente aumento da violência urbana, especialmente do homicídio, é um fenômeno global, não se restringindo somente à realidade brasileira (GAWRYSZEWSKI; KHAN; MELO, 2005).

Registra-se na literatura especializada, que os estudos acadêmicos sobre violência começaram a se consolidar no cenário nacional e internacional a partir de 1980, momento em que houve um crescimento da violência urbana, acompanhado de graves violações aos direitos humanos, como linchamentos e violência policial (PERES et al., 2006).

Mas, na tentativa de encontrar as causas determinantes dos níveis de homicídio, os estudos internacionais são bem mais avançados que as pesquisas no Brasil, embora naqueles ainda tragam dissenso quanto aos principais fatores determinantes na evolução temporal dos níveis de homicídio.

Embora nas últimas décadas venham ganhando força as indagações acerca das interferências ou fatores determinantes dos indicadores socioeconômicos e demográficos nas mortes por homicídio, insinuando que tais fatores determinam nos níveis desse crime, esse fenômeno é um tema que ainda gera muitas controvérsias no campo das ciências.

Neste contexto, a relevância da pesquisa está em apresentar a discussão sobre o cenário do fator econômico como explicação para os índices de morte por homicídio no Brasil, particularmente o desemprego, com base nos estudiosos especialistas, nacionais e internacionais.

O presente estudo vislumbra contribuir com a análise da dinâmica dos homicídios no Brasil, fornecendo aos gestores em segurança pública informações importantes para agenda política da segurança pública. Justifica-se pela contribuição na produção de conhecimento que possa subsidiar os gestores em segurança pública na execução das tomadas de decisão, pois permite construir explicações associadas entre si ou ao menos proporciona uma avaliação de tendências, persistências e obstáculos.

Objetivos

Objetivo geral

Apresentar algumas ideias da Ciência Econômica para analisar se o cenário de desemprego no país é elemento explicativo para os índices de morte por homicídio no Brasil.

Objetivos específicos

- i) Apresentar a abordagem econômica acerca dos determinantes da criminalidade, para explicar se o desemprego interfere para a criminalidade;
- ii) Explicitar alguns estudos econômicos desenvolvidos em torno do tema, com apresentação de resultados dos principais estudiosos do tema.

Metodologia

Para explicar a possível interferência do desemprego na dinâmica das mortes por homicídio no Brasil, será utilizada a revisão bibliográfica, com a apresentação de estudos econômicos sobre o tema.

Sobre o crime de homicídio

Inicialmente, cumpre explicar a escolha do crime: a um, porque o homicídio revela a violência levada a seu grau extremo, o que de mais gravidade pode configurar a violência, que é a supressão da vida de outra pessoa. A dois, porque é possível obter o número de óbitos por homicídios, não apenas com base nas ocorrências registradas nas delegacias, o que poderia tornar bastante limitada a pesquisa, face à conhecida possibilidade da subnotificação, mas, principalmente, pelo Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), vinculado ao Ministério da Saúde (SIM/MS).

O SIM utiliza a declaração de óbito como fonte primária de dados e todas as causas de óbito são codificadas segundo a Classificação Internacional das Doenças em sua décima revisão (CID-10). Serão considerados óbitos por homicídio os casos classificados como morte por agressão (X85 a Y09) e intervenção legal (Y35 a Y36).

A definição de homicídio dada pela polícia é diferente da fornecida pelo SIM, fonte dos dados de óbitos por homicídio (PIMENTA, 2014). As mortes por homicídio classificadas pelo SIM abrangem mais de um tipo de morte violenta registrada pelas polícias. Desse modo, as taxas de homicídio contabilizadas pelos dados de saúde deveriam ser sempre maiores que as contabilizadas pelas polícias, uma vez que a polícia não registra como homicídios os casos em que a vítima não morre imediatamente após a agressão (LIMA; BORGES, 2014). Para este sistema, o documento base para a captação dos dados de mortalidade é a Declaração de Óbito (DO).

Finalmente, conforme o Código Penal de 1940 (BRASIL, 2014), o crime de homicídio está tipificado no Art. 121: “Matar alguém”. De se

observar ainda que o homicídio, segundo a sistemática do Estatuto Penal, apresenta-se sob três modalidades: homicídio doloso simples, homicídio doloso qualificado e homicídio culposo, previstas no *caput* e parágrafos do Art. 121. Como se pode inferir do tipo básico, o bem jurídico tutelado é a vida humana extrauterina. Assim, para o direito penal, homicídio é a morte de uma pessoa causada por outra, de forma dolosa ou culposa (PRADO, 2012).

Portanto, pela importância do bem jurídico tutelado, que é a vida, se justifica a escolha desse crime para esta pesquisa.

Desemprego como fator determinante para o crime de homicídio – resultados preliminares

Uma questão central em Criminologia é entender o que leva as pessoas a cometerem crimes. Afinal, esses comportamentos seriam frutos de traços pessoais ou seriam o resultado de um processo deformado construído na fase pré-adulta? Enfim, apenas um ponto é consenso na literatura especializada: trata-se de um fenômeno complexo, com causas multidimensionais (MENDONÇA; CERQUEIRA, 2014).

Para esta pesquisa, será analisado o fator econômico desemprego, como contribuinte para a dinâmica dos homicídios no Brasil.

Sobre os indicadores econômicos da criminalidade, apesar das grandes dificuldades de obter dados confiáveis sobre crime no Brasil, inúmeros trabalhos com ênfase quantitativa foram desenvolvidos no campo da economia do crime, como desigualdade de renda e desemprego.

Foi com Becker (1968) e Ehrlich (1973) que a investigação econômica do crime ganhou um arcabouço teórico, impondo um marco à abordagem econômica acerca dos determinantes da criminalidade, a fim de melhor entendê-la para delinear e propor políticas públicas que possam contribuir para a sua prevenção e o seu combate.

Alguns estudos, como Lemos, Santos Filho e Jorge (2005) e Cano e Santos (2001), buscaram analisar a relação entre o desemprego e o crime. Os resultados têm demonstrado controvérsias: enquanto alguns estudos confirmam a existência dessa relação, outros rejeitam.

Merton (1968) e Gould, Weinberg e Mustard (2002) concluíram que variáveis econômicas são importantes para explicar a criminalidade. Para estas alterações econômicas, considerar-se-á a taxa de desemprego para associação com os níveis de homicídio, para verificar o impacto que a

aceleração da economia, como a criação de novos empregos pode exercer na redução ou aumento dos índices de violência letal no Brasil.

Estudos apontam para a importância da redução do desemprego, aumento da renda e no poder de compra da população para redução das taxas de mortalidade de homicídios. Para Cerqueira e Lobão (2004), o desemprego aumenta a taxa de criminalidade, mas ressaltam que, por causa da limitação de dados, os resultados de estudos a esse respeito são bastante díspares. Esses autores, aliás, apresentam e discutem com propriedade inúmeras teorias do crime.

Mas, apesar de registrar vários estudos econômicos, não tem sido fácil evidenciar o verdadeiro canal pelo qual algumas dessas variáveis promovem o crime, uma vez que ainda não há um consenso para o efeito da maioria delas, devido a várias dificuldades empíricas encontradas na investigação econômica do crime.

Andrade e Lisboa (2000) destacam como dificuldades mais comuns, dentre outras, a falta de uma medida adequada dos retornos da criminalidade e o elevado número de subnotificações. Ainda como dificuldades encontradas, destacam-se diversas lacunas a serem preenchidas, devido à falta de disponibilidade de dados, sem os quais não há como avançar na investigação científica das causas da criminalidade brasileira.

Nas pesquisas já feitas e apresentadas, a taxa de homicídios não apresentou nenhum determinante econômico estatisticamente significativo, evidenciando-se uma dificuldade dos fatores socioeconômicos para explicar esse tipo de criminalidade. Assim, é de se recomendar que estudos que busquem investigar os efeitos das variáveis econômicas sobre a criminalidade não se limitem apenas à análise das taxas de homicídios.

Referências

ANDRADE, M. V.; LISBOA, M. B. *Mortalidade nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. (Ensaio Econômico EPGE, n. 399).

BECKER, G. S. Crime and punishment an economic approach. *Journal of Political Economy*, v. 76, n. 2, p. 169-217, mar./abr. 1968.

BRASIL. *Código Penal* – Decreto-Lei N^o 2.848, de 7 de dezembro de 1940. São Paulo: Saraiva, 2014.

CANO, I.; SANTOS, N. *Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. *Revista de Ciências Sociais*, v.47, n.2, p.233-269, 2004.

EHRlich, I. Participation in illegitimate activities: a theoretical and empirical investigation. *Journal of Political Economy*, n. 81, p. 521-565, 1973.

GAWRYSZEWSKI, V. P.; KAHN, T.; MELLO, J. M. H. P. Informações sobre homicídios e sua integração com o setor saúde e segurança pública. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 627-633, 2005.

GOULD, E. D.; WEINBERG, B. A.; MUSTARD, D. B. Crime rates and local labor market opportunities in the United States: 1979-1997. *Review of Economic and Statistics*, v. 84, n. 1, p. 50, 2002.

LEMOs, A. A. M.; SANTOS FILHO, E. P.; JORGE, M. A. Um modelo para análise socioeconômica da criminalidade no município de Aracaju. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 35, n. 3, jul./set. 2005.

LIMA, R. S. BORGES, D. Estatísticas criminais no Brasil. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 213-226.

MENDONÇA, M. J. CERQUEIRA, D. Economia e Crime. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 580-590.

MERTON, R. K. *Social theory and social structure*. Enlargeos edition, New York: Free Press, 1968.

PERES, M. F. T., SANTOS, P. C.; CARDIA, N.; ADORNO, S.; MESQUITA NETO, P. *Violência policial, desenvolvimento sócio-econômico e homicídios no município de Saio Paulo*. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, 2006. Não publicado.

PIMENTA, M. M. Juventude e violência. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 265-276.

PRADO, L. R. Curso de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral – Art. 1 a 120. 11. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. v. 1.

CAPÍTULO 12

A estrutura organizacional da Polícia Civil do Pará – Brasil: hierarquização e sistematização

Thaís Maia Carvalho Bezerra

Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA), servidora pública da Polícia Civil do Estado do Pará, professora da FIBRA e da FABEL. Belém – Pará – Brasil. thaismaiaadv@yahoo.com.br

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Resumo

Objetiva descrever a estrutura organizacional adotada na Polícia Civil do Pará, expondo como se organiza a composição estrutural da instituição no que concerne às atribuições do órgão na busca da proteção social. A abordagem metodológica utilizada no estudo, de caráter qualitativo, envolveu pesquisa bibliográfica, assim como a análise de microprocessos da Polícia Civil do Pará, por meio do uso de técnicas descritivas e narrativas, a partir das quais se fizeram inferências e interpretações. Após análise dos dados coletados, observou-se que a Polícia Civil do Pará possui uma estruturação organizativa na qual se destacam diretorias, assessorias, coordenadorias, as quais proporcionam uma divisão de atribuições bem como uma distribuição hierarquizada de responsabilidades e cumprimento de deveres institucionais. O órgão tem como representação máxima a figura do Delegado Geral de Polícia Civil. Este trabalho indica que a estrutura organizacional influencia no desenvolvimento do trabalho policial, proporcionando que o sistema de ordem funcione em harmonia, como um mecanismo sistêmico. Esta variável estrutural é um dos principais cernes para a execução da atividade fim da instituição: a proteção do cidadão.

Palavras-chave: Proteção Social e Delegado Geral. Divisão de Atribuições.

Introdução

A Carta Magna do Brasil de 1988 prevê em seu Art. 144 que ao Estado cabe o dever de prestar a segurança pública à população (MENDES; COELHO; BRANCO, 2007). O ente federativo exerce tal responsabilidade nos níveis federal, estadual e municipal, com a atribuição de preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

A prerrogativa constitucional da segurança pública é exercida sobretudo pelas instituições policiais, onde se verifica que a Polícia Civil está presente no rol dessas organizações. Ela caracteriza-se como uma instituição permanente e auxiliar da Justiça Criminal em nível estadual. Exercendo exclusivamente as funções de Polícia Judiciária do Estado, a Polícia Civil tem como atividades finalísticas a apuração das infrações penais (com exceção das investigações militares), a investigação policial e o controle da violência e da criminalidade. Essas competências precisam ser exercidas de forma eficiente e responsável, respeitando a base normativa brasileira.

Gasparini (2003) expõe que para o exercício das atribuições constitucionais é de fundamental importância a organização do Estado: estruturação, divisão de atribuições e distribuição hierárquica. Essa percepção da relevância do Estado se dá a partir das instituições, as quais são organizadas para um fim específico, sendo essa finalidade externada intencionalmente conforme sua estrutura e seu sistema de regras.

A estrutura organizacional presente nas instituições está diretamente vinculada à eficiência da atividade laborativa. As organizações são obrigadas a definir prioridades estruturais e práticas no sentido de atender os setores a que estão diretamente ligadas (FONSECA; SILVA, 2010).

Por estrutura se entende o “encaixe” de uma construção, um modelo relativamente estável da organização. A estrutura organizacional, para manter essa estabilidade, deve ser conjugada com as intenções do gestor, o qual será responsável por ordenar e distribuir os postos de trabalho e planejar as atividades. Esse processo organizativo é feito por meio de representações gráficas ou descritivas das áreas que compõem as unidades da instituição, compondo os relacionamentos dos níveis hierárquicos e o fluxo das informações essenciais de uma organização (MAYNTZ, 1996).

A comunicação realizada no interior da instituição dependerá diretamente da estrutura organizacional presente nela: sentido horizontal

ou vertical. Conforme o tipo de comunicação, é possível identificar se há ou não uma estrutura hierarquizada. A informação é importante para todos os membros que atuam com independência ou que tem que dar ordens. Ambos são canais de transmissão que interligam todos os setores para a concretização de determinada disposição (MAYNTZ, 1996).

Bertalanffy (1975) destaca também que a instituição pode ser influenciada diretamente por acontecimentos externos. Para tanto, necessita de arranjos na estrutura organizacional para defender-se das incertezas oriundas das contingências impostas pelo ambiente, utilizando como base os fundamentos sistêmicos em sua funcionalidade. O autor comenta da necessidade em resolver os problemas encontrados na organização e na ordem que os unifica com uma interação institucional dinâmica. Vidal (2012) expõe que a estrutura da organização e seu funcionamento são diretamente dependentes da sua ligação com o ambiente externo: havendo variações no ambiente, haverá variação na estrutura organizacional. Essas variações precisam ser analisadas de uma forma sistêmica, proporcionando uma interatividade na organização.

No Estado do Pará, a Polícia Civil em seu aspecto estrutural está organizada em diretorias, assessorias e coordenadorias, conjugando esforços para realizar a atividade finalística do Órgão: a proteção do cidadão. Quando se compreende essa estrutura organizativa se torna mais claro o cotidiano laborativo e consequente execução das suas atividades finalísticas. Entretanto, o conhecimento sistematizado do *modus operandi* destas instituições em nível nacional ainda é escasso, nomeadamente de segurança pública do Pará. A estrutura organizativa da instituição é uma das bases de sustentação para a prestação do serviço policial à sociedade paraense e seu consequente êxito.

Objetivo

O trabalho objetivou realizar um estudo descritivo acerca da estrutura organizacional adotada na Polícia Civil do Pará, verificando se há uma distribuição hierárquica de atribuições bem como identificando a presença ou não do funcionamento sistêmico em sua composição estrutural.

Metodologia

A pesquisa se classifica como descritiva, exploratória, bibliográfica e documental. A abordagem metodológica se deu de forma qualitativa, com uso da descrição para apoiar as conclusões firmadas a respeito da

análise dos dados coletados (LAKATOS; MARCONI, 2008). A presente pesquisa foi um estudo de caso na Polícia Civil do Pará, utilizando como base para a descrição da estrutura organizacional a legislação interna do órgão: a Lei Orgânica N^o 22/1994 e o Regimento Interno de 2006.

Resultados preliminares

No Pará, a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) possui uma estrutura composta por seis instituições, sendo uma delas a Polícia Civil. Esta organização se destaca por ser a única a realizar o trabalho de investigação criminal.

No planejamento de atuação da Polícia Civil do Pará foram definidas áreas estratégicas, respeitando as diretrizes impostas pelas normas de segurança pública do Estado, quais sejam: garantir o pleno exercício dos Direitos Humanos a partir da execução de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das violações; oferecer à sociedade paraense um ambiente seguro reduzindo o medo e os índices de violência com ampliação da cobertura da Polícia Civil no Estado; desenvolver uma política integrada de formação, gestão e gerenciamento das informações na área de defesa social, entre outros. Para Mayntz (1996), essa delineação de estratégias é importante, pois no processo de organização e estruturação de uma instituição é de fundamental importância que se identifiquem os parâmetros onde cada organização irá atuar, bem como a especificidade de trabalho de cada uma delas. Esse planejamento permitirá que os objetivos e as estratégias, anteriormente ordenados, sejam alcançados.

A estrutura organizacional da Polícia Civil do Pará passou por diversas modificações ao longo dos anos, se adequando às necessidades de cada período vivenciado pela política de Segurança Pública do Estado como também aos anseios da sociedade. Atualmente a estrutura encontra-se disposta na Lei Complementar N^o 022/1994, que estabelece normas de organização, competências, garantias, direitos e deveres dessa instituição bem como em seu Regimento Interno, normatizado pelo Decreto 2.690/2006, o qual regulamenta a estrutura organizacional e o funcionamento hierárquico e sistêmico da Polícia Civil, definindo as competências das unidades administrativas e as atribuições dos cargos. A LC N^o 22/94 previu basicamente a estrutura da instituição – diretorias, delegacias. Somente com o Regimento Interno de 2006 que a estrutura

organizacional da instituição foi pormenorizada, hierarquizada, fornecendo possibilidades para a criação e manutenção de uma relação equilibrada e harmoniosa nos diversos departamentos, diretorias, núcleos, entre outros.

No desempenho de sua finalidade institucional, a estrutura da Polícia Civil do Estado do Pará constitui-se das seguintes unidades orgânicas:

a) Órgão de Administração Superior e Atuação Colegiada: Conselho Superior da Polícia Civil. É o órgão de deliberação colegiada e tem por finalidade a apreciação de assuntos da mais alta relevância da instituição, com atribuições de natureza consultiva, opinativa e de assessoramento.

b) Órgão de Administração Superior e Atuação Diretiva: Delegado Geral da Polícia Civil; Delegado Geral Adjunto. O Delegado Geral é o gestor do órgão, o ordenador de despesas. Ele é escolhido pelo chefe do Poder Executivo Estadual, preferencialmente dentre os delegados mais antigos (de carreira). Possui atribuições funcionais, dentre as quais se destaca: dirigir, gerir e representar a Polícia Civil bem como zelar pelo cumprimento sistemático e uniforme das funções institucionais da Polícia Civil. O Delegado Geral Adjunto tem por atribuição a substituição legal do Delegado-Geral em seus impedimentos e ausências e cumprimento de outras responsabilidades delegadas pelo gestor da instituição.

c) Órgãos de Assessoramento Direto ao Delegado Geral: Gabinete do Delegado Geral; Junta Médica; Assessoria de Relações Interinstitucionais (ARIN); Assessoria de Planejamento Estratégico (APE); Assessoria de Comunicação Social; Assessoria de Controle Interno; Consultoria Jurídica; Assessoria de Planejamento e Orçamento (APO); Núcleo de Inteligência Policial (NIP). Todos eles estão subordinados ao Delegado Geral.

O Gabinete do Delegado Geral é o órgão de assessoramento direto e imediato, dirigido por Delegado de Polícia de carreira, da ativa, estável no cargo, competindo-lhe dar suporte administrativo ao Delegado Geral para o desempenho de suas atribuições.

A Junta Médica tem como algumas de suas atividades a realização de exames e inspeções psico-médicas dos candidatos que ingressam na instituição; proceder à inspeção psico-médica em servidores por motivo de licença saúde e aposentadoria por invalidez permanente.

A ARIN tem como atribuições assessorar o Delegado Geral nos assuntos referentes ao relacionamento da Polícia Civil com as outras instituições e órgãos públicos e privados e com a comunidade em geral.

A APE é dirigida por Delegado de Polícia de carreira, da ativa, estável no cargo, e tem como algumas de suas atribuições: conceber e construir o planejamento estratégico da Polícia Civil, propor diretrizes para o planejamento da ação global e elaborar planos parciais da Polícia Civil, em articulação com as diretorias e as outras unidades da instituição.

A Assessoria de Comunicação Social tem como atividades: produzir e fornecer informações, publicações e demais matérias de cunho jornalístico aos meios de comunicação, sempre sob a orientação e coordenação do órgão competente do Estado; gerenciar as ações de publicidade e “marketing” da Polícia Civil, em consonância com as diretrizes traçadas pela Coordenadoria de Comunicação Social do Governo.

A Assessoria de Controle Interno tem como algumas de suas atribuições a realização do monitoramento técnico e orientação dos registros e atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelo Delegado Geral e demais administradores da instituição, na conformidade da legislação.

A Consultoria Jurídica tem por finalidade prestar assessoramento e consultoria jurídica ao Delegado Geral e ao órgão, competindo-lhe o assessoramento jurídico ao Delegado Geral; analisar e emitir pareceres nos contratos, convênios, procedimentos administrativos disciplinares e demais instrumentos jurídicos, provenientes do Gabinete do Delegado Geral, entre outras.

A APO tem como atividade monitorar e avaliar o planejamento orçamentário das atividades da Polícia Civil; executar atividades relacionadas com as despesas pertinentes a pessoal (projeção de gastos e execução orçamentária), entre outros.

O NIP é dirigido por Delegado de Polícia de carreira, da ativa, estável no cargo e tem como algumas de suas atribuições: subsidiar a formulação da doutrina da atividade de inteligência policial na Polícia Civil do Estado do Pará; planejar e desenvolver ações especializadas, planejar, coordenar e apoiar a atividade de inteligência e contra-inteligência policial desenvolvida pelas Diretorias e Divisões de Polícia Especializadas. Subdivide-se em seções, quais sejam: Seção de Segurança Orgânica, Seção de Processamento, Análise, Difusão e Controle, Seção de Operações de Inteligência Policial e Seção Técnica de Interceptação Telefônica.

d) Órgãos de Administração Corporativa e Atuação Executiva: Corregedoria Geral da Polícia Civil; Diretoria de Polícia Metropolitana (DPM); Diretoria de Polícia Especializada (DPE); Diretoria de Identificação “Enéas Martins” (DIDEM); Diretoria de Administração (DA), Diretoria de Informática, Manutenção e Estatística (DIME); Academia de Polícia Civil (ACADEPOL); Diretoria de Recursos Humanos (DRH); Diretoria de Recursos Financeiros (DRF); Diretoria de Atendimento ao Servidor (DAS).

A Corregedoria Geral da Polícia Civil, vinculada ao Conselho Superior da Instituição, dirigida por Delegado de Polícia de carreira, da ativa, estável no cargo, tem por finalidade planejar, coordenar, executar e avaliar as atividades em sua área de atuação, competindo-lhe: propor ao Conselho Superior da Polícia Civil, planos, programas e projetos relacionados com as atividades correccionais e disciplinares, entre outros. Foram criadas as Comissões Permanentes de Processos Administrativos Disciplinares (Comissões de PAD), unidades administrativas permanentes, tendo por finalidade a apuração dos fatos e infrações de caráter disciplinar, praticados por servidores da Polícia Civil do Pará. A Corregedoria se divide em duas coordenadorias: Coordenadoria da Capital e Região Metropolitana e Coordenadoria do Interior.

A DPM, subordinada ao Delegado Geral, dirigida por Delegado de Polícia de carreira, da ativa, tem por principal atribuição a coordenação, orientação e supervisão administrativa, técnica e operacional das atividades das Seccionais Urbanas e suas Delegacias subordinadas, em Belém e Região Metropolitana. Para a realização do atendimento da população, a capital e região metropolitana contam com as Seccionais Urbanas e Delegacias da Polícia Civil. Atualmente são 9 (nove) Seccionais na capital (Sacramenta, São Brás, Cremação, Marambaia, Comércio, Icoaraci, Mosqueiro, Pedreira e Guamá) e 11 (onze) delegacias; na Região Metropolitana constam 4 (quatro) Seccionais (Cidade Nova, PAAR, Ananindeua e Marituba) e 11 (onze) delegacias.

A DPE é dirigida por Delegado de Polícia de carreira, da ativa, subordinado ao Delegado Geral e tem como atribuições: planejar, coordenar, orientar, executar e fiscalizar as atividades operacionais e administrativas das Divisões Especializadas; colher, registrar e analisar as informações técnicas relativas às atividades desempenhadas pelas Divisões e Delegacias Especializadas, entre outros. Ela possui ramificações,

caracterizando-se como Divisões de Polícia Especializadas: Divisão de Investigações e Operações Especiais (DIOE), a qual atua junto às infrações penais praticadas contra a Fazenda Pública, Sistema Financeiro de Habitação do Estado, organização do trabalho, defesa do consumidor, administração pública estadual, sonegação de tributos estaduais, ordem social, crimes discriminatórios e outros a serem previstos em lei; Divisão de Repressão ao Crime Organizado (DRCO), a qual trabalha com diversas delegacias: Repressão a Entorpecentes, de Polícia Fluvial, Antissequestro, Roubo a Banco, entre outras.

A DA, subordinada ao Delegado Geral, tem por finalidade planejar, coordenar, executar, supervisionar e monitorar suas atividades finalísticas, tendo como atribuições o planejamento, coordenação, orientação e fiscalização das atividades relativas a recursos materiais, patrimônio, transporte e administração de bens móveis e imóveis da instituição.

A DIDEM, subordinada ao Delegado Geral, tem por atribuições: executar as atividades pertinentes à identificação humana pelas imagens papiloscópicas e iconográficas, nos âmbitos civil e criminal, promovendo a expedição da carteira de identidade e a emissão de antecedentes criminais; proceder à realização de perícias papiloscópicas, iconográficas e de retrato falado, prestando informações às autoridades policiais, militares e judiciárias, entre outros.

À DIME, subordinada ao Delegado Geral, compete basicamente o planejamento, coordenação e controle de todas as atividades a cargo dessa Diretoria. É responsável também pela Delegacia Virtual, a qual realiza a gerência e controle das ocorrências registradas via internet e Sistema SISP.

AACADEPOL, subordinada ao Delegado Geral, tem por finalidade a formação, a qualificação e a capacitação profissional dos servidores da Polícia Civil do Pará de forma compartilhada com o Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP).

À DRH, subordinada ao Delegado Geral, compete o planejamento, a coordenação, o acompanhamento, a execução e a avaliação das atividades de gestão dos recursos humanos, visando promover ações, que resultem em melhor desempenho dessas atividades, em consonância com as diretrizes do sistema de RH do Estado.

A DRF, subordinada ao Delegado Geral, tem por atribuição o planejamento, a coordenação, a orientação e a fiscalização das atividades

de execução orçamentária e extraorçamentária dos recursos alocados para instituição, entre outras.

A DAS tem por principais atividades o atendimento do servidor nas áreas de assistência social, psiquiatria, odontologia, enfermagem, psicologia e medicina do trabalho, de forma que promova a valorização do servidor, e, conseqüentemente, a melhoria na prestação de serviços da Polícia Civil.

e) Órgãos de Administração Corporativa e Atuação Executiva Regionalizada: Diretoria de Polícia do Interior (DPI).

A DPI é dirigida por Delegado de Polícia de carreira, da ativa, estável no cargo, subordinada ao Delegado Geral e tem por finalidade planejar, coordenar, executar, supervisionar, monitorar e avaliar as atividades nos interiores do estado, competindo-lhe a coordenação, o controle e a supervisão administrativa, técnica e operacional nas Regiões de Integração de Segurança Pública (RISP) do interior. Atualmente o interior do estado conta com 13 (treze) RISP: Guamá (Proposta), Tocantins, Marajó Oriental, Caeté, Capim, Marajó Ocidental, Lago de Tucuruí, Carajás, Xingu, Baixo Amazonas, Araguaia, Alto Xingu e Tapajós.

Após a descrição acerca da estrutura da polícia judiciária do Pará, conclui-se que há uma organização hierarquizada/verticalizada e formalística, com a subordinação ao Delegado Geral, gestor do órgão, das diretorias e das assessorias. Essa subordinação consta, inclusive, como previsão na base normativa institucional. Percebe-se também que a instituição procura realizar, quando possível, um trabalho global, sistêmico, proporcionando a interação de suas unidades fundamentais com o objetivo de executar investigações totalizantes. Toma-se como exemplo a unificação do trabalho conjunto do NIP cumulado com o trabalho da DIME e da Delegacia de Repressão de Roubo a Banco (DRCO): o trabalho interativo e sistematizado desses três setores resulta em prisões de quadrilhas e apreensão de bens privados e públicos.

A atuação sistematizada da instituição permite a identificação das necessidades que a sociedade apresenta a cada ano. Os *inputs*, ou seja, as demandas sociais são reconhecidas pela Instituição policial e esta os transforma em políticas institucionais, fornecendo uma resposta aos anseios sociais, os *outputs*. Corroborando com essa afirmação, em abril de 2012 foi criada a Diretoria de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAV), com

o objetivo de planejar e organizar políticas e diretrizes de segurança, com estrutura e mecanismos para a efetiva prevenção e repressão aos crimes discriminatórios de injúria racial, contra criança e adolescente, contra idoso, contra mulher, contra os portadores de necessidades especiais, moradores de rua, contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT) e de enfrentamento ao tráfico humano. A DAV apresenta como subdivisões: Divisão de Atendimento ao Adolescente (DATA), Divisão Especializada de Atendimento a Mulher (DEAM), Delegacia de Proteção ao Idoso (DPID), Divisão Especializada no Combate ao Crime Discriminatório e Homofóbico (DCCDH), e as Divisões de Atendimento a Criança e Adolescente Vítimas (DEACA), localizadas na Fundação Santa Casa de Misericórdia e no Centro de Perícias Científicas Renato Chaves. No caso em questão, a contingência externa no que tange a violência aos grupos vulneráveis fez com que a Polícia Civil do Pará criasse arranjos em sua estrutura organizacional para atender a essa demanda, cumprindo com seu papel social de proteção ao cidadão.

Considerações finais

Compreende-se, dessa forma, que a Polícia Civil é um sistema formado pela reunião de subsistemas e estes, por sua vez, são novamente formados pela reunião de outros subsistemas mais detalhados: diretorias, assessorias, coordenadorias, divisões. Aparentemente, a instituição policial civil do Pará funciona como um sistema aberto, interagindo com o ambiente por intermédio de várias entradas e saídas (inputs e outputs), buscando a adaptação em decorrência das constantes mudanças do meio. Assim, mantendo a organização policial bem como as interações externas de maneira harmoniosa, a instituição tem mais chances de concretizar seus objetivos bem como responder satisfatoriamente às demandas sociais por meio de novas adequações na estrutura organizacional.

Referências

- BERTALANFFY, L. V. *Teoria geral dos sistemas*. Tradução por: F. M. Guimarães. Petrópolis-RJ: Vozes, 1975.
- FONSECA, V. S.; SILVA, C. L. M. da. Conversação entre abordagens da estratégia em organizações: escolha estratégica, cognição e instituição. *Revista de Administração Contemporânea*, 14, set. 2010. Disponível em: Acesso em: 20 mar. 2012.
- GASPARINI, D. *Direito Administrativo*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Técnicas de pesquisa e planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MAYNTZ, R. *Sociología de la organización*. 6. ed. Madrid: Alianza Editorial, 1996.
- MENDES, G. F.; COELHO, I. M.; BRANCO, P. G. G. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ. Belém 2014. Disponível em: <http://www.policiacivil.pa.gov.br/?q=node/4041>> Acesso em: abr. 2015.
- VIDAL, J. P. *Introducción a la teoría de sistemas autoreferenciales y al sistema de derecho em Niklas Luhmann*. Belém: NAEA, 2012.

CAPÍTULO 13

A problemática do suicídio juvenil em Cabo Verde: um olhar multidisciplinar

Euclides Fernandes Correia

Mestrando em Psicologia da Educação e do Desenvolvimento Universidade Jean Piaget de Cabo Verde (UniPiaget - CV). Praia – Santiago – Cabo Verde. euclidescv@hotmail.com

Resumo

A história da humanidade remonta que o suicídio como uma questão social não é um fenómeno recente, da mesma forma não se confirma o suicídio juvenil como um facto histórico. Sendo assim, em Cabo Verde a partir de 2009 o suicídio juvenil tem aumentado gradualmente e segundo o “Jornal A Semana”, embora a ilha do Fogo tenha registrado maior índice de casos, todavia o fenómeno está a ganhar uma projeção nacional. Hoje, em Cabo Verde percebe-se que 90% dos casos de suicídio juvenil estão relacionados com as doenças mentais, bem como 40% das tentativas do suicídio (depressão e abusos de substâncias psicoativas). Dado a isso me posiciono que até parece contraditório, se os fatores são múltiplos e de interação complexa, por que então reduzi-los apenas de ordem orgânica e psíquica? As ideias defendidas por Émile Durkheim e o pensamento liberal de Thomas Szasz remete-nos a uma desresponsabilização da sociedade no que se refere ao suicídio e reafirmando e recolocando a condição individual que já é tradicionalmente impressa nesse fenómeno. Portanto, este ensaio académico tem como propósito conhecer o percurso histórico do suicídio ao longo dos tempos; a problemática do suicídio juvenil no mundo e a forma como o percebemos em Cabo Verde e propondo uma análise multidisciplinar sobre o fenómeno. Para recolha de dados fez-se revisão de literatura, sem deixar de lado uma revisão exaustiva dos jornais *online* nacionais e internacionais.

Palavras-chave: Jovens. Suicídio. Suicídio Juvenil.

Introdução

O conceito juventude, bem como os jovens com mais de 18 anos de idade, durante muito tempo esteve fora do escopo da tematização social. Até os meados da década de 1990, houve uma emergência do tema, mas com enfoque nos problemas sociais vividos ou representados pelos jovens, não deixando de lado as dificuldades de inserção e integração social num cenário atravessado por ondas de fenómenos de exclusão, como resultados da crise do trabalho, e do aumento da violência o que se tornou cada vez mais difícil na estruturação dos seus projectos de vida (ABRAMO; LEON, 2005). Em Cabo Verde, a juventude segundo Lima (2010, p. 4)

tem sido vista “ desde os primeiros tempos da preparação para a ruptura com Portugal colonial, considerada o pilar essencial sobre o qual se iria constituir o Estado-nação, lembrando a célebre frase de Amílcar Cabral “ as crianças são a razão da nossa revolução”. Ainda, Lima entende que “ se antes da independência nacional, a Igreja – principalmente a Católica- soube, com alguma destreza, conter os jovens, após a independência do país, com a afirmação do Estado-nação e com o intuito de se fortalecer os laços de identidade nacional, criou-se organizações políticas juvenis tais como a OPAD¹ - e a JAAC- CV² que em cooperação com a Escola os controlavam. O Jovem, para além da esfera familiar, frequentava um conjunto de espaços religiosos (catequese, reuniões de jovens, eucaristias) e políticos, espaços esses portadores de atitudes e valores ético-morais que pese embora de cunho religioso e político forneciam-lhes vínculos sociais.

Hoje em dia, no âmbito das discussões em torno (ou no interior) das políticas públicas tem-se verificado uma tendência em distinguir dois momentos importantes da vida de um ser humano. O primeiro momento, a adolescência (mais utilizado no campo da Psicologia, referindo-se à fase posterior à infância, devido às transformações físicas e psicológicas marcantes neste período, e o segundo momento a juventude (corresponde à fase posterior em que os jovens constroem as suas trajetórias de entrada na vida social (ABRAMO; LEON, 2005). Apesar da juventude ser

¹ Organização dos Pioneiros do Abel Djassi - Cabo Verde

² Juventude Africana Amílcar Cabral - Cabo Verde

considerada uma fase onde os jovens procuram traçar as suas trajetórias de vida, hoje “os jovens parecem não ter mais referenciais e a certeza no futuro, “ para muitos deles o sentido já está esgotado, a mídia tem se convertido em um substituto da experiência, e o que constitui o entendimento apresenta-se como um mundo de diferenças descentradas e dispersas” (GOMES; CASAGRANDE, 2002, p. 698).

Ainda, “para muitos jovens, entrar na idade adulta, no século XXI, significa perder a esperança e tentar adiar o futuro, ao invés de aceitar o desafio moderno de tentar construí-lo” (GIROUX, s.d. citado por GOMES; CASAGRANDE, 2002, p. 698). Esse adiamento do futuro, por um lado pode ser entendido da seguinte forma: continuar a viver assumindo atitude de um conformista ou de um rebelde contra os ditames da governança do capitalismo neoliberal, e ou de acabar com a sua própria vida se suicidando por outro lado.

Uma vez que os casos de suicídio normalmente acontecem nos jovens adultos (com trajetórias de vida, *habitus* e estilos de vida diferentes, espaços vividos diferenciados) por isso, não se optou nem pelo conceito juventude e nem adolescência, mas sim juventudes³ já que a temática em análise, “A problemática do suicídio juvenil em Cabo Verde: um olhar multidisciplinar”- extravasa o campo psíquico e orgânico (até hoje visto sob duas prismas de análise: a da Psicologia e a da Medicina) do fenómeno. Por isso, este trabalho dá ênfase às “teorias integrais do suicídio”⁴, demonstrando assim, a forma como são percebidos os jovens que idealizam ou cometem o suicídio em Cabo Verde (tratados na maioria das vezes como loucos e que precisam ser hospitalizados).

Este trabalho descreve o percurso histórico do suicídio e a forma como foi percebido ao longo dos tempos; as teorias do suicídio; bem como a problemática do suicídio juvenil no mundo e a forma como é percebido em Cabo Verde, seguido de uma reflexão final.

³ Que segundo Bourdieu (2003) é uma categoria manipulado e manipulável “ e que o facto de se falar dos jovens como de uma unidade social, de um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e de se referir esses interesses a uma idade definida biologicamente, constitui já uma evidente manipulação. Pois, seria pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes, ou para falarmos depressa, entre as duas juventudes (p. 151).

⁴ Que demonstra a necessidade de estudos de carácter multidisciplinar para análise do suicídio, livrando-se dessa dualidade entre o psíquico e o social.

O historial do suicídio ao longo dos tempos

Na Grécia, acreditava-se em suicídio filosófico, atribuindo ao sujeito a liberdade incondicional de poder decidir sobre si mesmo, sobre a morte e o rumo que pretende dar à sua vida, pois se estava perante o princípio da autodeterminação. Ao contrário de outros contextos, no mundo romano dava-se a existência de determinadas classes sociais interdidas de cometerem o suicídio, por razões de interesses económicos e patrióticos: os escravos e os soldados. Na Idade Média a Igreja condenava absolutamente o suicídio, uma vez acreditando que: se Deus lhe deu a vida, só ele pode tirá-lo. Já no período moderno, o suicídio deixou de ser explicado com base nas explicações sobrenaturais e demoníacas da loucura, e passou a ser encarado como uma doença.

No século XX, o sociólogo Émile Durkheim, na sua obra intitulada “O suicídio”, aborda-o como sendo um problema social, e divide-o em três categorias: egoísta, altruísta e anómico. Mesmo para alguns, vistos como algo “não praticável e condenável”, porém, o mundo actual é marcado por ondas de suicídios que estão se tornando num problema em nível mundial e estudado sob múltiplos olhares científicos.

As teorias do suicídio

Nos finais do século XIX, com a disseminação e hegemonia científica à procura de conhecimentos científicos que explique cientificamente as especulações e desassossegos da vida, mormente a problemática e discussões em torno da legitimidade do suicídio associadas aos aspectos moralistas da época (a distinção entre o direito à vida e o direito sobre a vida), deu-se ao aparecimento dos primeiros estudos acerca dos comportamentos suicidários trazendo à tona algumas teorias explicativas do suicídio: Teorias Biológicas⁵; Teorias Psicodinâmicas⁶; Teorias

⁵ As teorias biológicas davam ênfase nos fatores genéticos em que o suicídio está associado. Ver Saraiva (1997). O factor genético não é único, e talvez o suicídio esteja relacionado com um factor independente. Ver Roy (1991).

⁶ Por sua vez sob a égide do psicólogo Sigmund Freud. De acordo com Kaplan (2007) anunciaram que “o suicídio representava uma agressão voltada contra o objecto de amor” (p. 34). O que vale a dizer que o fim último da pessoa suicida não se circunscreve apenas à sua autodestruição, mas também a destruição de outras pessoas.

Sociológicas⁷; Teorias Cognitivas; Teorias Comunicacionais⁸ e Teorias Integrais⁹.

A problemática do suicídio juvenil no mundo e a forma como é percebido em Cabo Verde

A problemática do suicídio no mundo tem revelado hoje preocupações de grande envergadura no âmbito social, atingindo principalmente os jovens numa sociedade de múltiplas mudanças (sociais, económicas, culturais e tecnológicas), influências sociais (alcoolismo e drogas) e problemas sociais (desemprego, suicídios, insegurança, prostituição e delinquências juvenis), tudo isto deixando-os numa encruzilhada de múltiplas escolhas, numa sociedade que parece não haver mais alternativas, se não tivermos um “pensamento alternativo das alternativas”.

A Organização Mundial de Saúde (2014) revela que nos últimos anos, o suicídio e os comportamentos suicidários estão a se tornar cada vez mais um dos maiores problemas de saúde pública. Ainda, o comportamento suicida é visto como sendo uma das grandes preocupações que abalam as sociedades contemporâneas, mas isto não quer dizer que o suicídio é um fenómeno social recente. Todavia, vê-se que a busca interminável de múltiplas interpretações, respostas e soluções, continua a manter o suicídio como o mais misterioso acto do ser humano (SARAIVA, 2006), embora a vida e a morte estejam interligadas, para os homens a morte é tida como algo *a posteriori*, uma vez que faz parte da natureza humana, para outros, porém, as circunstâncias da vida levam muitos a antecipá-la.

⁷ Este teórico francês Durkheim (2007) afirma que o suicídio é o resultado da miséria moral com que se defronta as sociedades e está relacionado às relações e o vínculo do indivíduo para com o seu grupo. Nesta obra o autor descreve três tipos de suicídio: o egoísta resultante da individualização demasiada ou baixo grau de integração social. O altruísta fruto da insuficiência da individualização e um grau de integração social elevado. O anómico resultante do estado de desequilíbrio ou de ruptura entre o indivíduo e a sociedade.

⁸ As teorias comunicacionais, mormente de Santos (2007) mostra que os sintomas apresentados por uma pessoa que pretende suicidar-se “são um meio de comunicação no sistema familiar e não expressão de um conflito interno.

⁹ As teorias integrais demonstram que não pode haver essa dualidade entre o psíquico e o social, caso queiramos compreender um fenómeno social. Daí um olhar interdisciplinar e transdisciplinar dos fenómenos sociais. Por isso, Saraiva (2006) prescreve a existência de “conjunção de múltiplos fatores na génese dos comportamentos suicidários (p. 110).

A “representação social” do suicídio na sociedade europeia vem sofrendo modificações ao longo do tempo. Parafraseando Godinho (2013, p. 26), estas são algumas das representações mais significativas do suicídio: “quem quer suicidar-se, não avisa; um suicida quer realmente morrer; o suicídio é um acto cobarde, ou corajoso; o indivíduo que pensa em suicídio está deprimido; os suicidas são doentes mentais; os suicidas têm uma personalidade fraca”. Convém realçar aqui que esses mitos devemos desmistificá-los como cientistas sociais, evitando assim as atitudes preconceituosas perante as pessoas suicidas.

Portugal, nos últimos cinco anos não tem sido visto como um país de oportunidades, devido a uma conjuntura económica desfavorável, marcada sobretudo pela recessão económica, pois isto tem revelado “nos rostos dos portugueses” mormente nos dos jovens e não só, sem deixar de lado a emergência de novos pobres. Tudo isto, e demais outras causas tem como consequência a desmotivação dos jovens na reconstrução das suas vidas, num mundo cada vez mais de intensas desigualdades sociais levando-os a suicidarem-se. Os dados difundidos pelo Jornal de Noticias- Global Media em 2014, apontam que em Portugal a taxa de suicídio baixou para 7% entre 2000 e 2012, e encontra-se dentro dos parâmetros da média europeia, segundo o relatório da Organização Mundial de Saúde. Os dados de 2012 estimam que a taxa de suicídio foi de 8,2 por cada 100 mil habitantes e os homens apresentam um número de suicídios mais elevados do que as mulheres, ao passo que em 2000 se situava nos 8,8. Ainda de acordo com o documento da OMS, a taxa de suicídio em todo mundo foi de 11,4 por 100 mil habitantes.

Em 2014 a Organização Mundial de Saúde revelou os 10 países com maiores índices de suicídio: décimo lugar, Belarus com 20,5 por 100.000 habitantes; Letónia, com 20,8 por 100.000 habitantes; Sri Lanka, com 21,3 por 100.000 habitantes; Japão, com 21,4 por 100.000 habitantes; Hungria, com 21,7 por 100.000 habitantes; Eslovénia, com 21,8 por 100.000 habitantes; Cazaquistão, com 25,6 por 100.000 habitantes; Guiana, com 26,4 por 100.000 habitantes; Coreia do Sul, com 28,1 por 100.000 habitantes e em primeiro lugar a Lituânia, com 31 por 100.000 habitantes. Os dados da OMS mostram que o Sri Lanka ocupa a oitava posição em termos de suicídios consumados, porém a agência das Nações Unidas revelou que o Brasil encontra-se na oitava posição nas Américas e a Índia ocupa a

primeira posição em números de suicídios¹⁰. Nos Estados Unidos da América (EUA), o suicídio é a segunda causa da morte entre os jovens, e o suicídio consumado ocorre cinco vezes mais nos jovens do sexo masculino do que do feminino. Nos últimos 15 anos as taxas de suicídio consumado e ideação do suicídio diminuíram bastante, graças à prescrição de medicamentos (ex: fluxoxetina). Assim sendo, nem sempre a ideação, os gestos e as tentativas de suicídios estão associados a transtornos depressivos.

No continente africano, Moçambique é considerado hoje onde se prevalece maior taxa de suicídio, segundo os dados da OMS. Já em Angola as mortes têm sido a aumentarem-se gradualmente nos últimos anos e a principal causa são os problemas de saúde mental. Ainda segundo o Relatório da OMS, divulgado em setembro de 2014, Moçambique surge como o país africano com elevada taxa índice de suicídio em 2012 atingindo os 27,4 casos de suicídios por cada 100.000 mil habitantes, enquanto que em Angola a taxa neste mesmo ano era de 13,8 por 100.000 habitantes. Em Cabo Verde, a taxa de suicídio em 2012 desceu para 12,3 % entre 2000 e 2012, situando-se no último ano nos 4,8 casos por 100.000 mil habitantes. Desse modo, conclui-se que a taxa de suicídio de Cabo Verde excede a taxa mundial, que foi de 11,4 por 100.000 mil habitantes. Já em Guiné-Bissau deu-se um aumento de 7,9 %, nos anos que foram analisados pela OMS, situando-se a taxa em 0,47%. Embora os países africanos não se encontrem no *ranking* dos 10 países com maior índice de taxa de suicídio no mundo, mas isto não significa uma desconsideração por parte de Cabo Verde no tocante ao suicídio juvenil como um problema social.

Os dados estatísticos apontam que o suicídio em Cabo Verde está entre as 10 principais causas de morte neste momento. Ainda, os mesmos dados divulgados pelo Jornal A Semana (14 de abril de 2014) embora a ilha do Fogo tenha registado maior índice, todavia hoje o fenómeno está a ganhar uma projeção nacional.

Em Cabo Verde, o Ministério de Saúde (por meio das delegacias de saúde) estima que em 2009 registraram-se 12 casos, sendo 10 homens e duas mulheres. Numa conferência realizada em 2008, ficou patente que houve 8 casos, sendo 2 jovens de 16 anos e os 6 não ultrapassando 48 anos

¹⁰ Disponível em: <<http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2014/09/brasil-e-o-8-pais-com-maissuicidios-no-mundo-aponta-relatorio-da-oms.html>> Acesso em: 12 abr. 2014.

de idade. No ano de 2011, registraram-se 41 mortos por suicídio, sendo 36 homens e 5 mulheres; em 2012 registraram-se 44 casos de suicídio, sendo 36 homens e 8 mulheres. Conforme demonstram os dados estatísticos a prevalência do acto suicida é no sexo masculino. A representação social do suicídio e os resultados têm mostrado que é um problema social em Cabo Verde uma vez que já ganhou visibilidade não só da sociedade civil, como das autoridades nacionais, particularmente no que diz respeito às medidas e às estratégias de intervenção. Por isso, em 2009 realizou-se uma conferência para assinalar o Dia Mundial da Prevenção do Suicídio¹¹, tendo como foco de análise os jovens.

Segundo o Relatório da Organização Mundial de Saúde, em 2014, estima-se que as principais causas do suicídio nos países desenvolvidos têm a ver com abuso de álcool e depressão, ao passo que nos países mais pobres, tem a ver com a pressão e o *stress* por problemas socioeconómicos. Essas ideias também têm sido sustentadas pelos psicólogos cabo-verdianos, acreditando-se nos dados divulgados pela OMS apontando que 90% dos suicídios estão relacionados com as doenças mentais, bem como 40% das tentativas do suicídio (depressão e abusos de substâncias psicoativas). Diante disso, entende-se que o suicídio hoje em Cabo Verde tem sido visto sob duas primas de análises: a da Psicologia¹² e a da Medicina¹³. Sob o prisma da Psicologia e da Medicina¹⁴, o suicídio está relacionado com a questão da depressão, da esquizofrenia, do alcoolismo e das drogas. Para Netto, citado por Barros (2013, p. 19) até parece contraditório,

¹¹ No ano 2000, a OMS publicou o Manual para Profissionais da Saúde em Atenção Primária (em Genebra) onde consta estratégias para a prevenção do suicídio. É de salientar que uma das ações necessárias para a prevenção do suicídio – encaminhe a pessoa para um profissional de saúde mental ou a um médico. Ou “encaminhe a pessoa a um psiquiatra, ou médico, e marque uma consulta o mais breve possível”.

¹² No campo da psicologia, o suicídio é abordado sob o viés psicoterápico.

¹³ No campo da medicina, o suicídio é abordado ainda sob o viés medicamentoso, hospitalizando assim os ideadores com comportamentos suicidas.

¹⁴ No dia em que se assinala o Dia Mundial da Prevenção ao Suicídio, ficou claro para diretora do programa de Saúde Mental, “para a integração e os cuidados da saúde mental é fundamental a formação do pessoal, o desenvolvimento dos protocolos terapêuticos e atendimentos na qual o Ministério da Saúde está a trabalhar em todos estes mecanismos de apoio para prestação de um serviço de qualidade. Ainda o Ministério de Saúde, tem em prática ações protetoras de saúde para todo tipo de patologia”.

se os fatores são múltiplos e de interação complexa, por que então reduzi-los apenas à ordem orgânica e psíquica? As ideias defendidas por Émile Durkheim e o pensamento liberal de Thomas Szasz remete-nos a uma desresponsabilização da sociedade no que se refere ao suicídio e reafirmando e recolocando a condição individual que já é tradicionalmente impressa nesse fenómeno.

Reflexões finais

Constata-se que o suicídio juvenil, sendo uma problemática em nível mundial, em Cabo Verde é tido como uma das principais causas de morte e com maior incidência nos jovens do sexo masculino do que do feminino. É de salientar que numa sociedade como Cabo Verde com uma população maioritariamente cristã, a morte voluntária ou o suicídio contrapõe os preceitos religiosos e como defendia Santo Agostinho, “ninguém tem o direito de espontaneamente se entregar à morte sob pretexto de escapar aos atormentos passageiros, sob pena de mergulhar nos tormentos eternos [...] ninguém tem o direito de se matar por faltas passadas” (AGOSTINHO *apud* MINOIS, 1998, p. 39). Pois, nas sociedades cristãs a morte voluntária ou o suicídio é um *tabu* social, e quem o cometa ou o idealizar é tido (a) como um louco (a) e que precisa ser hospitalizado (a). Esta é a visão hegemónica da ciência que se vem reproduzindo em Cabo Verde na análise do suicídio juvenil (recorrendo comumente ao biologicismo). É lógico, que em Cabo Verde o nosso discurso é esse “todos nós, principalmente os profissionais da saúde, sempre recorremos à questão do biopsicossocial, à necessidade de se olhar para diversos aspectos constituintes do psiquismo, para as diversas esferas da vida dos indivíduos (NETTO, citado por BARROS, 2013, p. 18).

Em 2003 a Organização Mundial da Saúde estimava que “cerca de 90%” dos casos e 40% das tentativas de suicídio estavam relacionados com doenças mentais, mormente a depressão e o abuso de substâncias psicoativas (ex: alcoolismo) pois, esta ideia ainda persiste em Cabo Verde não obstante os últimos dados divulgados em 2014 pela mesma organização. Ainda se nota em Cabo Verde, que as pessoas que idealizam ou que cometem suicídio na maioria das vezes são vistas como loucas (os) e que precisam ser tratadas em hospitais clínicos.

Frente ao exposto, conclui-se que o suicídio juvenil em Cabo Verde tem sido visto sob duas prismas de análises (a da Psicologia e

a da Medicina), acabando por contrair a tal ideia “se os determinantes factores são múltiplos e de interação complexa, porquê então reduzi-los apenas a uma ordem orgânica e psíquica”? Sendo assim, acabamos por desresponsabilizar a sociedade pelos actos ou comportamentos suicidas dos sujeitos e culpabilizamo-los por tais comportamentos e “descartamos” a possibilidade de um olhar multidisciplinar sobre o fenómeno.

Referências

ABRAMO, H. W.; LEON, O. D. *Juventude e adolescência no Brasil: referências contextuais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

BARROS, M. N. S. *O suicídio e os desafios para a psicologia*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013.

BOURDIEU, P. *Questões da Sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2003.

CAMUS, A. *O mito de Sísifo*. Tradução: Ari Roitman e Paulina Watch. Rio de Janeiro: Record, 2005.

DURKHEIM, E. *O suicídio. Estudo sociológico*. Barcarena: Editorial Presença, 2007.

GODINHO, L. F. P. *Uso das narrativas de vida no cuidar da pessoa com ideação suicida no contexto de aconselhamento em aprendizagem de saúde mental*. 2013. 154f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria) - Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Saúde, Setúbal, 2013.

GOMES, J. B.; CASAGRANDE, L. D. R. A educação reflexiva na pós-modernidade: uma revisão bibliográfica. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 10, n. 5, p. 696-703, set./out. 2002.

JÚNIOR, A. F. O comportamento suicida no Brasil e no mundo. *Revista Brasileira de Psicologia*, Salvador, v. 2, n. 1, p. 15-28, 2015.

KAPLAN, H.; SADOCK, B. *Compêndio de Psiquiatria*. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Edições, 2007.

LIMA, R. W. Modernidades, marginalização e violência: estratégias de sobrevivência e afirmação dos jovens em Cabo Verde e Guiné-Bissau.

In: CONGRESSO DE ESTUDOS AFRICANOS, Lisboa, 2010. *Anais...* Lisboa: CIA, 2010.

MINOIS, G. História do suicídio. Lisboa: Teorema, 1998, p. 39

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Relatório Anual*. 2014. Disponível em: <http://www.rebraps.com.br/2014/09/relatorio-da-oms-sobre-prevencao-do_6.html> Acesso em: 23 jun. 2015.

SANTOS, J. *Para-suicídio*. O que dizem as famílias. Coimbra: Formasau, 2007.

SARAIVA, C. *Estudos sobre o para suicídio*. O que leva os jovens a espreitar a morte. Coimbra: Redhorse, 2006.

_____. Para-suicídio. Dados de um banco de urgências. *Psiquiatria Clínica*, n. 18, 1997.

CAPÍTULO 14

Abuso sexual contra a criança e o adolescente: Cidade da Praia – Cabo Verde

Élida Maria Fortes dos Santos

Mestranda em Segurança Pública (Uni-CV) e Técnico Superior da Polícia Judiciária de Cabo Verde. Praia – Santiago – Cabo Verde. elidaviviani@hotmail.com

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Clay Anderson Nunes Chagas

Doutor em Planejamento Socioambiental (UFPA) e professor da UFPA e da UEPA. Belém – Pará – Brasil. e-mail: claychagas@yahoo.com.br

Resumo

Inscreve-se no quadro do estudo da problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes, realizado em 2011 e tem como objeto específico o estudo de caso do circuito das denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes que dão entrada no Programa Disque Denúncia do Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA), na Cidade da Praia. Os elementos metodológicos basearam-se na pesquisa teórica, documental e entrevistas. As investigações realizadas dão a ideia de que existe um grande número de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes e que grande parte deles não são denunciados, uma situação que concorre para a grande importância do Programa Disque Denúncia, como um dos elementos mais importantes no registo da ocorrência do abuso. Na análise sobre o funcionamento do PDD, constataram-se algumas falhas nos procedimentos motivados muitas vezes pela carência de meios humanos e materiais, mas também por circuitos burocráticos que dificultam uma intervenção rápida como seria necessária e justificada. Neste quadro apresentam-se algumas conclusões e sugestões no sentido de contribuir para encontrar formas alternativas de ação que possam ajudar as crianças e os adolescentes vitimados, trazendo o problema para a discussão crítica e técnica dos especialistas e da sociedade civil em geral.

Palavras-chave: Violência sexual. Denúncia. Circuito.

Introdução

Este artigo foi elaborado a partir do estudo de investigação realizado em 2011, onde o tema proposto consistia na “Análise do circuito das denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes na Cidade da Praia, através do estudo de caso do Programa Disque Denúncia do ICCA”. O objetivo central era o de analisar o circuito das denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes que davam entrada no referido programa de modo a perceber o seu grau de eficácia e de eficiência.

Mediante os objetivos preconizados para a elaboração do estudo, adoptaram-se os seguintes passos metodológicos: a realização de uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, por meio de pesquisas documental, análise de arquivo, entrevistas, observação direta e, por vezes, participativa. Buscamos por intermédio da pesquisa qualitativa, enfatizar uma maior compreensão do circuito pelo qual a denúncia de abuso sexual passa no seio da nossa sociedade, e também compreender a atuação dos técnicos sociais, técnicos da saúde, da justiça, da educação, sobre os seus referenciais teóricos e opções metodológicas. Buscamos ainda perceber o modo como abordam a questão do abuso sexual e as relações estabelecidas entre as vítimas e seus familiares, por meio dos programas e projetos, para prevenir e combater essa problemática com resultados nefastos à sociedade.

O abuso sexual, um crime contra a integridade humana

Abuso sexual contra a criança e o adolescente e a sua complexidade

É consensual na literatura que o abuso sexual contra crianças e adolescentes é uma violação de direitos humanos, dos direitos particulares da pessoa em desenvolvimento. Além de violação à integridade física e psicológica, ao respeito, à dignidade, à sexualidade responsável e protegida, é violado o direito ao processo sadio de desenvolvimento físico, psicológico, moral e sexual.

Portanto, o abuso sexual contra crianças e adolescentes ultrapassa os limites humanos, legais, culturais, sociais, físicos, psicológicos. Trata-se de uma transgressão e neste sentido é um crime, ou seja, é o uso delituoso, delinquente, criminoso e inumano da sexualidade da criança e do adolescente (FALEIROS et al., 2001).

É um problema que envolve questões legais de proteção à criança e à punição ao agressor e também terapêuticas de atenção à saúde física e mental da criança, tendo em vista as suas consequências psicológicas.

Repor direitos a essas crianças e fazer com que o agressor/criminoso pague pelos seus atos é um grande desafio para o Governo Cabo-Verdiano, para as instituições públicas e privadas, associações, ONG, sociedade civil que trabalham em prol da promoção, divulgação e da garantia dos direitos das crianças. Mas, é também um imperativo ético e moral para todos os cidadãos conscientes de quem se espera uma atitude menos compassiva para com esta prática.

De acordo com a “Análise da situação da criança em Cabo Verde” (UNICEF, 2011), ainda que não existam informações sistematizadas sobre o número real de casos de exploração e abuso sexual de menores, os dados existentes sugeriam de forma bastante clara uma tendência de crescimento.

É sintomático e preocupante que os poucos dados disponíveis entre 2004 e 2009 revelaram que dos 634 casos de crimes sexuais, 507 foram contra menores, o que confirma a ideia de que a infância e a adolescência são as camadas mais penalizadas da sociedade nesta matéria. Representando 95,1% de crimes contra menores e, destes, 80% são agressões e abusos sexuais (ICM; UNICEF, 2005).

Neste sentido, em 2007, Cabo Verde, por meio do Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente criou uma rede interinstitucional de prevenção, proteção e combate ao abuso sexual e à exploração sexual de criança e adolescente. Esta rede, coordenada pelo próprio instituto, envolve as seguintes estruturas oficiais: Polícia Judiciária, Polícia Nacional, Procuradoria da República e Delegacia da Saúde.

Enquadramento do sistema de proteção da criança em Cabo Verde

O Estado de Cabo Verde esteve atento à problemática da criança, promovendo e defendendo os seus interesses, por meio da criação de inúmeras entidades públicas vocacionados para o efeito. Neste sentido, o ordenamento jurídico cabo-verdiano conheceu, desde os primórdios da independência, uma evolução constante em matéria de legislação que, direta ou indiretamente, diz respeito à criança e ao adolescente.

Nos Arts. 73 e 89, a Constituição da República de Cabo Verde traz duas menções claras em relação aos direitos de crianças e adolescentes,

principalmente, em relação à sua proteção e à sua relação com a família e com os poderes públicos com vista ao seu desenvolvimento. Traz ainda, no seu Art. 81 o direito à educação das crianças, da assistência aos menores e incapacitados e da punição da violência conjugal e outras formas de violências com base no gênero. Também, no Art. 87 atribui ao Estado a cooperação com as famílias na educação das crianças e o dever de velar pela eliminação das condições que importam assegurar a proteção dos direitos da criança (CABO VERDE, 2010).

De acordo com a natureza do Código Penal é bem mais explícito em relação aos crimes sexuais, define e tipifica nos Arts. 141, 142 e 143 os diversos tipos de crimes sexuais, a sua gravidade e a respetiva moldura penal. Especificamente em relação a menores de 14 anos, prevê aplicação da pena de 2 a 10 anos no Art. 144 e de abuso sexual de menores entre os 14 e aos 16 ano Art. 145 (CABO VERDE, 2010). De salientar que, para além dos casos de atos sexuais violentos, dá cobertura à proteção da autodeterminação sexual, prevendo tipos de crime sexual contra menores ou pessoas diminuídas na sua capacidade de autodeterminação.

O Código de Menores, aprovado pelo Decreto-Lei N^o 89/82, de 25 de setembro, reúne um conjunto sistematizado de normas que definem a condição jurídica das crianças e dos jovens com vista a promover as situações que favoreçam o seu harmonioso e integral desenvolvimento e assegurar a sua inclusão na família, na escola e na sociedade.

Análise do Programa Disque Denúncia do Instituto da Criança e do Adolescente

Apresentação do Programa Disque Denúncia - Linha Verde 800 10 20

O Programa Disque Denúncia foi criado em dezembro de 2004 (ICCA, 2011). A linha Disque Denúncia – SOS Criança é um serviço telefônico do ICCA, que visa intervir em circunstâncias de dificuldade, ameaça e perigo que envolvem crianças e adolescentes. Tem como principal objetivo oferecer à sociedade cabo-verdiana um serviço de denúncia e pronto atendimento, na busca de alternativas de intervenção, nas circunstâncias de violação de direitos que apresentem situação de ameaça ou perigo envolvendo criança ou adolescente.

De janeiro de 2005 a dezembro de 2010 registaram-se 870 casos, dos quais 90% estão relacionados com diversos tipos de maus tratos físicos e

psicológicos, negligência, abandono, abuso sexual, entre outras violações dos direitos da criança e do adolescente, evidenciando uma clara tendência para o aumento das denúncias.

Todas as informações que chegam ao citado programa são encaminhadas, de acordo com a natureza de cada denúncia, aos órgãos envolvidos, onde serão investigadas e, se for o caso, solucionadas. Esse procedimento é feito sem envolvimento da pessoa que faz a denúncia. Dependendo da natureza e gravidade da denúncia podem ser encaminhadas para a Curadoria de Menores, a Pediatria, a Polícia Judiciária ou para a Polícia Nacional, no sentido de serem tomadas as devidas providências e assim garantir e repor os direitos violados. Forma-se assim o circuito. No caso de abusos sexuais, a criança deve receber acompanhamento psicológico, encaminhamento para a Polícia Judiciária para o efeito da queixa e para a Delegacia de Saúde para a realização do exame de corpo delito e tratamento do caso. E para diagnosticar os casos atendidos, são realizadas entrevistas às vítimas, às suas famílias, em alguns casos às pessoas próximas da família, visitas domiciliares, encaminhamento, seguimento e trabalho em articulação com instituições parceiras.

Infelizmente existem alguns problemas na abordagem institucional e na articulação interinstitucional. O primeiro problema tem a ver com a forma diferenciada como diversos intervenientes tipificam o mesmo caso denunciado. O segundo tem a ver com a qualidade dos dados estatísticos produzidos. Não existe uma harmonização no processo de coleta e tratamento das informações estatísticas, tornando incomparáveis os dados provenientes de várias fontes. Em algumas instituições os dados sobre crimes sexuais não se encontram desagregados por idade e por sexo. De igual modo, há casos em que os intervenientes não são especificados, nomeadamente o agressor e a sua relação com a vítima. Entre a denúncia, o tratamento, a queixa, o tratamento médico e psicológico e a eventual prisão, julgamento e condenação do abusador, não existem linhas que permitam seguir o processo, assegurando a um só tempo a proteção e o tratamento da vítima e a punição do agressor. São os não circuitos e eventuais curto-circuitos que existem no atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Apresentação de casos práticos

Para uma visão mais alargada do circuito, destacamos dois casos atendidos no programa durante a realização do estudo. Na impossibilidade de trabalhar as fichas de atendimento ao utente, existentes, uma vez que não continham informações consistentes para uma análise aprofundada, optou-se por uma escolha aleatória de casos representativos.

Descrição

A vítima, uma menina de 12, foi levada pela sua mãe e pelo seu padrasto, ao Centro de Saúde (CS), após esta ter confessado que há mais de dois anos o padrasto vinha abusando sexualmente dela. O objetivo era que a médica confirmasse a veracidade da acusação feita pela criança, pois o padrasto negava as acusações. Perante esta situação a médica denuncia o caso ao Programa.

Dois técnicos do programa foram ao CS logo após terem recebido a denúncia. A médica de serviço que denunciou o caso relatou aos técnicos que examinou a criança e que havia forte indícios de que a criança estava sendo violentada, mas isso só poderia ser confirmado com a realização de um exame ginecológico a ser feito na Delegacia de Saúde da Praia (DSP).

A criança descreveu a situação e confirmou aos técnicos, que vinha sendo abusada sexualmente pelo padrasto, acariciando-lhe os seios, mostrando-lhe o pênis, tocando-lhe a vagina e que houve penetração, forçando-a a manter relações sexuais por longo tempo até este se satisfazer. Os abusos aconteciam quando esta se encontrava só e indefesa.

Mediante tais fatos, os técnicos conversaram com a mãe da criança sobre o procedimento a ter em casos de revelação do abuso sexual e esclareceram as suas ações. Seguidamente pediram que elas os acompanhassem à Polícia Judiciária para apresentar a queixa. O padrasto, que até então se mostrava tranquilo, começou a exaltar-se, dirigindo-se às técnicas em tom de ameaça na tentativa de inibir as suas ações e não tendo conseguido os seus intentos, “retirou-se do cenário”.

Na PJ, registraram a ocorrência e o depoimento da vítima e encaminharam a criança à DSP para exames médicos. Mas como levaria muito tempo na realização dos procedimentos burocráticos, até que saísse o despacho oficial, do pedido do relatório médico, ficou acordado que os técnicos do PDD acompanhassem a criança à DSP e assim aconteceu.

Também ficou agendado o acompanhamento psicológico da criança com o psicólogo do ICCA, o que infelizmente não aconteceu porque a criança não compareceu.

A denúncia foi feita por uma médica que recebeu no seu consultório, uma paciente de 8 anos que apresentava sintomas anormais (febre, ardores e corrimento vaginal etc.). Suspeitando a médica de que se tratava de doença venérea, pediu exames clínicos que confirmaram doença que só se transmite por via sexual.

Os técnicos do PDD foram ao consultório da médica, onde esta forneceu informações sobre o estado da criança, seguidamente acompanharam a criança e a sua avó, que a tinha levado para a consulta médica, às instalações do programa.

Na conversa com a avó sobre o estado da criança, os técnicos foram informados que a criança vive com ela e com seu marido (avô da criança) porque os pais da vítima são emigrantes.

Quando informaram a avó que seriam encaminhados à Polícia Judiciária para registrar queixa esta disse aos técnicos que ela não poderia tomar uma decisão do tipo sem consultar previamente o marido, avô da criança.

O avô foi chamado a apresentar-se nas instalações do PDD. Quando foi informado da situação e dos procedimentos nos casos de abuso sexual, este se recusou firmemente, alegando que esse procedimento só serviria para expor a criança à opinião pública, porque a justiça em Cabo-Verde não funciona, tendo-se recusado apresentar queixa.

Diante de várias tentativas falhadas para convencê-lo, baseados em casos idênticos, os técnicos do programa, suspeitaram que o crime tivesse acontecido no seio familiar.

Após várias tentativas conseguiram levar o avô à PJ e deixaram-no com os agentes para registar o ocorrido.

Posteriormente estes técnicos contactaram PJ para obterem informações sobre o andamento do caso e foram informados que o avô da vítima se tinha recusado a fornecer os dados necessários e que se tinha ido embora.

Esta foi uma situação muito estranha na medida em que perante um crime público, as instituições têm obrigação de agir, com ou sem consentimento de quem quer que seja.

Nesta circunstância os técnicos endereçaram uma carta à Procuradoria de Menores informando sobre o ocorrido e solicitando uma intervenção legal e imediata.

Análise do procedimento nos casos práticos

Relativamente ao primeiro caso, entendemos que a abordagem aos envolvidos não foi a mais correta, pois poderiam acompanhá-los imediatamente às instalações do PDD e numa sala reservada estabelecer um clima de privacidade de forma que os envolvidos se sentissem à vontade. Num segundo momento, começariam a preparar o processo pois a mãe da vítima já tinha denunciado a suspeita de violação no primeiro momento ao levar a criança ao Centro de Saúde para averiguar a veracidade das declarações da filha. Os técnicos tinham elementos mais do que suficientes para apresentar uma queixa formal na PJ, com ou sem consentimento dos envolvidos.

No que se refere ao segundo, trata-se de uma situação bastante delicada e anormal que careceria de uma especial atenção. Fala-se de uma menina de 8 anos, com uma doença sexual, um caso grave, muito provavelmente de pedofilia. Suspeita-se de um adulto pedófilo, em liberdade, com possibilidade de continuar a cometer o mesmo crime e o caso morre nas mãos do Estado. O ICCA fez o devido encaminhamento, mas não pode continuar a sua ação porque as instituições competentes não prosseguiram com o processo até o final e não deliberou que os seus serviços social e psicológico prestassem apoio à vítima. Neste caso a PJ e o MP tinham a obrigação de continuar com a investigação (é um crime público), instaurar o processo oficialmente, perseguindo o abusador, ou melhor ir à caça do agressor, impedindo-o de voltar a cometer o mesmo crime e aumentar o número de vítimas. Com a ajuda dos assistentes sociais e dos psicólogos uma criança de 8 anos, poderia sem dúvida facilitar a identificação do criminoso pedófilo. Ela poderia ter sido ajudada a recuperar o seu equilíbrio emocional e psicológico, a sua autoestima e a não se sentir culpada, nem cúmplice do agressor.

Uma vez que o avô, tendo conhecimento do forte indício que a neta estaria a ser violentada sexualmente, se recusou a apresentar queixa, entendemos que esta foi uma atitude não protetiva no que tange à tutela da criança.

Entendemos que uma instituição como o ICCA, necessariamente deveria dispor de um gabinete jurídico com modelos dos diversos documentos que se tornam necessários nestas circunstâncias de modo a agilizar as ações e dar maior conforto e proteção à vítima. Também entendemos que os técnicos dos serviços sociais que trabalham com as denúncias, deveriam ter um estatuto equiparado a agente de autoridade. Se tivessem esse estatuto poderiam ter preso o padraço quando este optou por ameaçar os técnicos.

A apresentação destes casos permite-nos compreender, ainda que parcialmente, como funciona o circuito seguido pelas denúncias no programa, bem como identificar alguns curto-circuitos.

Considerações a partir das entrevistas

No decorrer das entrevistas, constatamos que todos os entrevistados mostram interesse e entusiasmo no exercício das suas funções, apesar das dificuldades que enfrentam diariamente. Ambos mostraram e disseram claramente, por unanimidade que há uma necessidade absoluta de revisão do nosso Código Penal, em matéria do abuso sexual contra menores.

O Código Penal cabo-verdiano é bastante estruturado em matéria de abuso sexual, prevê praticamente todas as formas de abuso, desde o ato com ou sem penetração, exposição de crianças a imagens pornográficas etc., com as respectivas penas. Entendemos que o problema esteja na forma de interpretação e aplicação da Lei, nesta matéria. Há necessidade de uniformizar a interpretação e de repensar a sua aplicação.

Um outro entrave ao bom funcionamento dos serviços oferecidos à sociedade pelas instituições que fazem parte do circuito das denúncias de abuso sexual é a carência de meios, materiais, físicos, humanos, científicos e tecnológicos presentes em todas estas instituições, condicionando gravemente a celeridade na resolução dos casos.

Se queremos, realmente, combater o abuso sexual, precisamos investir mais nos programas existentes, aumentar o número de quadros profissionais, investir nas instituições, criando condições e ambiente que os permite realizar o seu trabalho de forma mais célere e eficaz.

Como também investir mais na prevenção, uma preocupação apontada, pelos participantes na pesquisa.

A prevenção foi unanimemente considerada como uma abordagem mais eficaz para reduzir os custos econômicos e sociais e melhorar a saúde (mental e física) das populações.

Evidenciou como um dos principais curto-circuitos no procedimento das denúncias a lentidão no prosseguimento dos casos de abuso sexual nos tribunais.

Apreciações finais

Do estudo realizado, temos a reter algumas conclusões que nos parecem importantes na ótica de um enquadramento sistematizado da problemática da violação sexual de menores e adolescentes e da identificação dos principais constrangimentos que se colocam ao seu combate, concretamente os que se referem ao funcionamento do Programa Disque Denúncia que constitui um dos eixos mais atuantes e visíveis na proteção à vítima e repressão das ações criminosas. Relativamente à sua eficácia e eficiência, existem algumas falhas, quer na prevenção, quer no combate à violência sexual. Todavia, esse programa no seu todo evidencia a sua abrangência nacional, tendo constituído um importante instrumento para a realização das denúncias dos casos de crimes sexuais, dando assistências físicas e psicológicas às vítimas e seus familiares, encaminhando as instituições de defesa e responsabilização e também dando esclarecimento à sociedade. É, sem dúvida, um meio determinante na luta contra a violência e crimes contra criança e adolescente, em todo Cabo Verde. Trata-se de uma iniciativa, cujo propósito é mobilizar e envolver a sociedade na luta contra o crime e a violência no país, além de colaborar com o trabalho das unidades de segurança e demais órgãos que compõem o governo.

Analisando alguns casos práticos do programa, verificamos que, no que concerne ao seguimento dos casos de abuso sexual contra a criança e adolescente entre as instituições envolvidas no circuito, as ações e intervenções realizadas com vistas à resolução de situações são, por vezes, emergenciais e pontuais, ou seja, cuida-se dos ferimentos, prende-se, às vezes, preventivamente, (em casos de flagrante delito) o acusado, interroga-se, abre-se processo policial, realizam-se perícias, elaboram-se laudos. Evidentemente, que se trata de atos profissionais indispensáveis. No entanto, tratadas e passadas as emergências, passado a “tempestade” da revelação do abuso sexual há um certo comodismo das condições

objetivas e subjetivas que geram a violência sexual, como se tudo “voltasse ao normal”, tanto por parte das pessoas envolvidas na situação quanto as instituições e profissionais que atuam na mesma. Ou seja, o abusador continua impune, a mãe continua com o marido (violador), as vezes, nega e procura retirar a denúncia feita, os parentes e os vizinhos aceitam “serenamente” a situação.

Em relação à atuação dos técnicos do serviço social no atendimento das denúncias de violência sexual, no Programa Disque Denúncia, entendemos que o tipo de atendimento prestado, muitas vezes, é condicionado à falta de meios. Os dados obtidos a partir da observação revelam essa fragilidade dos serviços, as equipes geralmente não são interdisciplinares e os papéis não estão muito claros. A falta de profissionais, principalmente, de Serviço Social e de Psicologia, são fatores preocupantes. Daí que atestamos que as articulações entre os diferentes fluxos do circuito são ainda incipientes. É urgente a capacitação (formação, reciclagem e especialização) dos profissionais e agentes participantes do sistema de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, para que seja garantida uma intervenção sofisticada e que se tenha um êxito crucial na proteção integral deste público-alvo.

Referências

CABO VERDE. *Constituição da República de Cabo Verde*. Praia: Ministerio da Justiça, 2010.

_____. *Código Penal de Cabo Verde*. Praia: Gráfica da Praia, Ltda., 2004.

FALEIROS, V. P.; FALEIROS, E. T. S. *Circuitos e curto-circuitos no atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes no Distrito Federal*. Brasília: [s.n.], 2001.

ICCA. Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente. *Plano Estratégico para a Política de Proteção da Criança e do Adolescente em Cabo Verde*. Praia, 2011.

ICM. International Confederation of Midwives; UNICEF. United Nations Children’s Fund. *Estudo sobre abuso e exploração sexual de menores*. Praia, 2005.

UNICEF. United Nations Children’s Fund. *Análise da situação da criança em Cabo Verde*. Praia, 2011.

CAPÍTULO 15

Delinquência juvenil na Cidade da Praia – Cabo Verde: uma síntese mediante técnicas estatísticas

Mikael António Robalo Tavares

Graduado em Estatística e Gestão de Informação (Uni-CV). Praia – Santiago – Cabo Verde. mikaeltav@gmail.com

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Resumo

As ondas preocupantes da violência urbana mais especificamente a delinquência juvenil, com a qual a Cidade da Praia deparou-se na última década do século passado, apresenta novas figuras sociais emergentes conhecidas como *Thugs*. Estes são protagonistas de movimento associativo juvenil, relacionados a atos delinquentes, que como consequência leva à reclusão (prisão) dos mesmos por cometer tais crimes. Portanto, este artigo tem como objetivo mostrar o perfil dos jovens delinquentes reclusos na Cadeia Central da Cidade da Praia no ano de 2012, a partir de técnicas estatísticas. Para isso, utiliza-se duas técnicas estatísticas sendo elas: análise exploratória de dados e análise de correspondência. com a análise exploratória de dados observa-se que a maior parte dos jovens reclusos são estudantes da Achada Santo António, com idade compreendida de 21 a 23 anos. A partir da técnica análise de correspondência, pôde-se verificar que há alta probabilidade de um jovem analfabeto ter sido recluso por usar ou ter posse de arma, já um jovem delinquente com ensino secundário apresenta alta probabilidade de ter sido recluso por tentativa de homicídio. Destaca-se, também, que há grande probabilidade de um jovem com idade de 18 a 20 anos ter sido recluso por tentativa de homicídio e por posse ou utilização de armas ilegalmente.

Palavras-chave: *Thugs*. Crimes. Violência Urbana.

Introdução

Atualmente, as manifestações de comportamentos violentos e atos agressivos têm se tornado mais frequentes e comuns entre o público mais jovem. Estes tipos de comportamentos começam a constituir um dos principais problemas sociais, em que investigadores, autoridades e a própria sociedade têm direcionado sua atenção, enfatizando o conceito e o fenômeno da delinquência juvenil (DIAS, 2012).

Entende-se por delinquência juvenil, um subconjunto das normas desviantes que violam as regras por imprudência, interesse, recusa ou desafio. Os atos de transgressões articulam-se às problemáticas do desenvolvimento psíquico e social, perturbadas por alterações do vínculo inter-humano e por carências traumáticas. É repartida de forma irregular e assume formatos desiguais segundo a origem social, o sexo e a idade dos contraventores (SAMPAIO, 2010).

Segundo Lima (2010), os relatos sobre ações de grupos de jovens delinquentes não são novidade na Cidade da Praia, visto que se trata de um fenômeno que vem acontecendo desde os anos 1980. Primeiramente, os jovens delinquentes eram chamados de piratinhas, com o passar do tempo houve novas influências até que atualmente são denominados *Thugs*.

É neste sentido que este trabalho surge como um aparato valioso que poderá preencher algumas das lacunas existentes, as quais são essenciais para se conseguir atingir os objetivos propostos, traduzindo-se em mais um instrumento de pesquisa que servirá de base para se ter o pleno conhecimento do estado de criminalidade no público mais jovem da Cidade da Praia, e assim contribuir para o sucesso e articulação das estratégias de combate à delinquência juvenil e o ascender de uma vida longe do crime. Neste sentido, este artigo tem como objetivo principal mostrar o perfil dos jovens delinquentes reclusos na Cadeia Central da Cidade da Praia no ano de 2012, a partir de técnicas estatísticas.

Metodologia

Os dados utilizados neste estudo foram cedidos pela Cadeia Central da Praia e, são referentes aos jovens reclusos do ano de 2012. Estes dados são referentes a 125 indivíduos presos com idade de até 25 anos.

Inicialmente, utilizou-se a técnica análise exploratória de dados, que consiste na coleta, organização e classificação dos dados numéricos obtidos por levantamentos de informações sobre indivíduos, itens, unidades investigadas, seja da população ou da amostra. Tratam ainda da apresentação dos dados em tabelas, gráficos, medidas de tendência central e de variação para descrever de maneira abreviada, sob a forma de números, os dados em questão. Portanto, a estatística descritiva constitui o primeiro passo de qualquer trabalho científico, no sentido de permitir direcionar outras análises e tornar os dados compreensivos (AYRES, 2012).

Posteriormente, foi utilizada a técnica multivariada análise de correspondência, que para Gomes et al. (2008), é uma técnica exploratória de sintetização da estrutura de variabilidade dos dados. Esta técnica tem como objetivo principal a representação ótima da estrutura dos dados observados, que geralmente são introduzidos sem qualquer tratamento estatístico prévio, provando a flexibilidade e a utilidade da técnica, pois, para aplicá-la, não há necessidade de supor distribuições fundamentais.

Para aplicação da análise de correspondência, recomenda-se que alguns pressupostos sejam atendidos. Desta forma, o primeiro pressuposto é o teste qui-quadrado (χ^2) realizado com o objetivo de verificar a existência de dependência entre as variáveis em análise. As hipóteses testadas são H_0 : as variáveis são independentes e H_1 : as variáveis são dependentes. A estatística do teste qui-quadrado é dada por

$$\chi^2 = \sum_{i=1}^l \sum_{j=1}^c \frac{(O_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}},$$

em que O_{ij} é a frequência observada e E_{ij} é a frequência esperada para a i -ésima linha e j -ésima coluna da tabela de contingência. Após a rejeição da hipótese nula no teste χ^2 , é necessário calcular o critério beta (β) para verificar a dependência entre as categorias das variáveis, na qual serão testadas as hipóteses H_0 : as categorias das variáveis são independentes e H_1 : as categorias das variáveis são dependentes. Desta forma, se o valor de $\beta > 3$, conclui-se que as categorias das variáveis são associadas entre si. O cálculo do critério β é obtido por

$$\beta = \frac{\chi^2 - (l - 1)(c - 1)}{\sqrt{(l - 1)(c - 1)}},$$

em que χ^2 é o valor da estatística de teste do qui-quadrado, l é o número de linhas e c é o número de colunas da tabela de contingência. Confirmadas essas suposições, o próximo passo consiste em verificar qual é a probabilidade de uma categoria está associada com outra, para tanto é preciso calcular o coeficiente de confiança a partir de um procedimento baseado nos resíduos, sendo definido pela diferença entre as frequências esperadas e as observadas. O resíduo padronizado (RAMOS; ALMEIDA; ARAÚJO, 2008) é dado por

$$Z_{res} = \frac{O_{ij} - E_{ij}}{\sqrt{E_{ij}}}$$

Encontrados os valores dos resíduos, é possível calcular o coeficiente de confiança (γ), a partir do qual é possível estabelecer o grau de associação entre as categorias das variáveis (RAMOS; ALMEIDA; ARAÚJO, 2008) é dado por

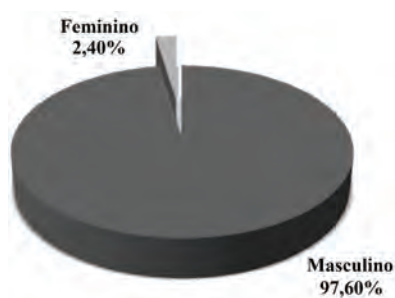
$$\gamma = \begin{cases} 0, & \text{se } Z_{res} \leq 0; \\ 1 - 2 \times [1 - P(Z < Z_{res})], & \text{se } 0 < Z_{res} < 3; \\ 1, & \text{se } Z_{res} \geq 3; \end{cases}$$

Em que Z é uma variável aleatória com distribuição de probabilidade normal padrão, sendo consideradas relações significativas entre variáveis quando $\gamma \geq 0,70$.

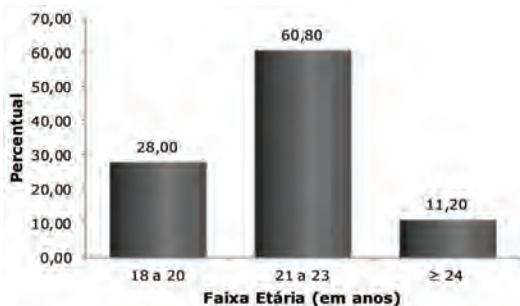
Resultados e discussões

A Figura 1 apresenta a distribuição de jovens reclusos na Cadeia Central da Praia, no ano de 2012 por sexo, faixa etária (em anos), localidade e profissão. Verifica-se que a maioria dos jovens reclusos na Cadeia Central da Praia, são do sexo masculino (97,60%), estão na faixa etária de 21 a 23 anos (60,80%), a maior parte é da Achada Santo António (28,80%) e são estudantes (49,07%). Tal distribuição corrobora com o estudo de Cardoso (2009), que destaca que os grupos violentos da Cidade Praia são constituídos na sua maioria por jovens do sexo masculino e residentes nos bairros mais periféricos da cidade, em contexto de exclusão social, de abandono escolar ou desemprego. Fazem também parte desses grupos, jovens com outro perfil social, ou seja, estudantes da classe média, originários das zonas mais favorecidas, apelidados de *Thugs* de elite. Lima (2013) revela que normalmente os grupos violentos são compostos por membros do sexo masculino entre 12 e 24 anos, embora existam indivíduos com idade superior aos 24 anos.

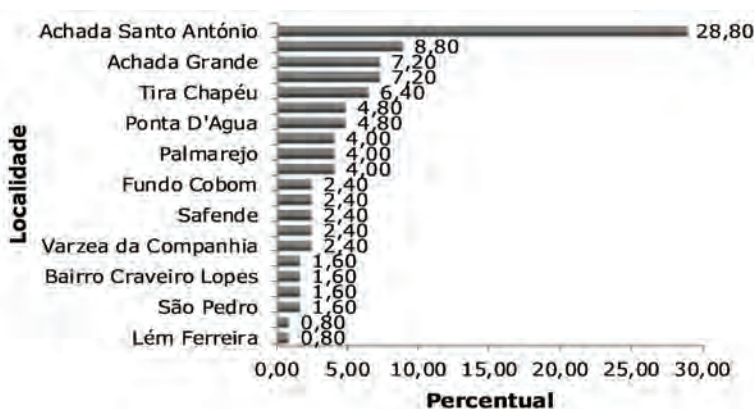
Figura 1: Percentual de jovens reclusos na Cadeia Central da Praia, por sexo (a), faixa etária (em anos) (b), localidade (c) e profissão (d), no ano de 2012



(a)



(b)



(c)

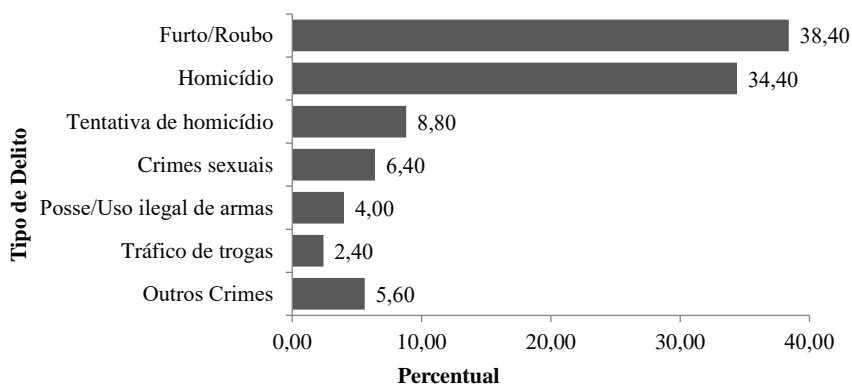


(d)

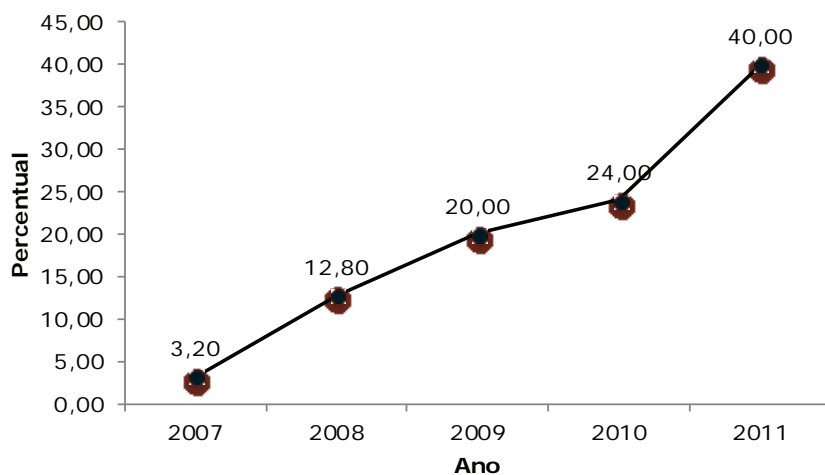
Nota: A categoria com (*) refere-se a ajudante de carpinteiro, pedreiro, encanador, mecânico e electricista.

Em relação ao tipo de delito praticado pelos jovens estudados, constatou-se que furtos/roubos apresentou maior incidência (38,40%), seguido de homicídios (34,40%) e a maior parte desses crimes ocorreu no ano de 2011 (40,00%). A maioria desses jovens praticam furtos e pequenos assaltos com objetivo de conseguir dinheiro para adquirir droga ou roupas de marca. Além desses delitos, esses grupos também cometem homicídios com arma de fogo (CARDOSO, 2009).

Figura 2: Percentual de jovens reclusos na Cadeia Central da Praia, por tipo de delito (a) e ano de entrada (b), no ano de 2012



(a)



(b)

Em quase todas as instituições públicas ou privadas existem sistemas de informação com capacidades para armazenar dados onde diversas variáveis são observadas. Essas variáveis, em geral, não são independentes e, por isso, devem ser analisadas conjuntamente. Dessa forma, a análise multivariada é a técnica da Estatística que trata desse tipo de análise.

A Tabela 1 apresenta as estatísticas resultantes da aplicação da análise de correspondência às variáveis: tipo de delito versus nível de instrução e tipo de delito versus faixa etária.

Nela, verifica-se que os percentuais de inércia do eixo 1 e 2 são maiores que 70%, tanto para tipo de delito versus nível de instrução como para tipo de delito versus faixa etária. Logo, conclui-se que é considerável satisfatória a aplicação da análise de correspondência.

Tabela 1: Resultado dos testes para verificar a dependência entre as categorias das variáveis: tipo de delito vs nível de instrução e tipo de delito vs faixa etária referentes aos jovens delinquentes reclusos na Cadeia Central da Praia, no ano de 2012

Variáveis	χ^2	Critério β	p	Linha	Coluna	% de inércia
Tipo de delito <i>versus</i> nível de instrução	32,96	3,53	<0,0169	7	4	90,32
Tipo de delito <i>versus</i> faixa etária	23,50	3,32	<0,0238	7	3	100,00

Nas Tabelas 2 e 3 destaca-se a análise das relações entre as categorias das variáveis, a qual é realizada a partir do cálculo dos resíduos, onde os valores destacados (negrito) apresentaram nível de confiança maior ou igual a 70%, o que é considerado satisfatório para efeito de relação estatística entre as categorias das variáveis em estudo.

Portanto, a partir da Tabela 2 pode-se verificar que os jovens delinquentes que possuem o ensino secundário apresentaram uma probabilidade de 82,80% de ter sido recluso por tentativa de homicídio. Na categoria “sabe ler e escrever” incluem-se os indivíduos que sabem ler e escrever sem frequentar algum estabelecimento de ensino ou também estrangeiros que frequentaram estabelecimentos de ensino, porém não soube enquadrar no sistema de ensino cabo-verdiano. Jovens enquadrados

nessa categoria apresentam probabilidades de 93,32% e 99,94% de ter sido recluso por praticar crimes sexuais e por tráfico de drogas, respectivamente.

Tabela 2: Resíduos e nível de confiança resultante da análise de correspondência aplicada às variáveis: tipo de delito e nível de instrução, no ano de 2012

Tipo de delito	Nível de instrução			
	Analfabeto	Sabe ler e escrever	Ensino primário	Ensino secundário
Posse/Usos ilegal de armas	1,78 (92,46)	-0,35 (0,00)	-1,19 (0,00)	1,14 (74,50)
Tráfico de drogas	-0,35 (0,00)	3,44 (99,94)	-0,63 (0,00)	0,06 (4,63)
Crimes sexuais	-0,57 (0,00)	1,83 (93,32)	-0,88 (0,00)	0,94 (65,05)
Tentativa de homicídio	-0,67 (0,00)	-0,52 (0,00)	-0,70 (0,00)	1,37 (82,80)
Furtos/roubos	0,08 (6,07)	-1,07 (0,00)	0,52 (39,76)	-0,46 (0,00)
Homicídios	0,20 (16,02)	-0,04 (0,00)	0,25 (19,84)	-0,41 (0,00)
Outros crimes*	-0,53 (0,00)	-0,41 (0,00)	1,27 (79,68)	-1,48 (0,00)

Nota: *Motim, perturbação da ordem pública e ofensas corporais.

Nota-se ainda que os jovens delinquentes que foram reclusos por posse ou uso de armas ilegalmente, apresentaram 74,50% de probabilidade de possuir o ensino secundário e 92,46% de probabilidade de serem analfabetos. Os crimes como motim, perturbação da ordem pública e ofensas corporais têm uma probabilidade de 79,68% de serem cometidos por jovens delinquentes com ensino primário.

As probabilidades menores que 50%, observadas nos cruzamentos da categoria furtos/roubos com as categorias da variável nível de instrução e da categoria homicídios com as categorias da variável nível de instrução indicam que esses delitos foram cometidos por indivíduos de qualquer um dos níveis de instrução apresentados na Tabela 2. Estudos relacionados

a reclusos como de Borilli e Shikida (2002), realizado na penitenciária industrial de Guarapuava e cadeia pública de Foz do Iguaçu-PR, Brasil, destacaram que existe associação da criminalidade com o baixo nível de escolaridade dos reclusos.

Tabela 3: Resíduos e nível de confiança resultante da análise de correspondência aplicada às variáveis: tipo de delito e faixa etária

Tipo de delito	Faixa etária (anos)		
	18 a 20	21 a 23	24 ou mais
Posse/uso ilegal de armas	2,18 (97,07)	-1,16 (0,00)	-0,75 (0,00)
Tentativa de homicídio	1,64 (89,96)	-1,03 (0,00)	-0,22 (0,00)
Crimes sexuais	1,16 (75,36)	-0,84 (0,00)	0,10 (8,11)
Furtos/roubos	-2,27 (0,00)	1,05 (70,41)	1,17 (75,77)
Homicídios	0,53 (40,72)	-0,20 (0,00)	-0,39 (0,00)
Tráfico de drogas	-0,92 (0,00)	0,88 (62,12)	-0,58 (0,00)
Outros crimes*	0,02 (1,37)	0,37 (29,04)	-0,89 (0,00)

Nota: * Motim, perturbação da ordem pública e ofensas corporais.

A partir da Tabela 3 pode-se verificar que os jovens delinquentes que estão na faixa etária de 18 a 20 anos possuem uma probabilidade de: (i) 89,96% de estar reclusos por tentativa de homicídio, (ii) 75,36% por ter cometido crimes sexuais e (iii) 97,07% por posse ou uso de armas ilegalmente. Jovens delinquentes que foram reclusos por cometer furtos/roubos pertencem à faixa etária de 21 a 23 anos, com 70,41% de probabilidade e 75,77% de probabilidade de pertencer à faixa etária de 24 anos ou mais. Destaca-se também que no cruzamento das categorias homicídios, motim, perturbação da ordem pública e ofensas corporais da variável tipo de delito com as categorias da variável faixa etária, verifica-

se que esses delitos foram cometidos por indivíduos de qualquer faixa etária, devido às probabilidades observadas nesse cruzamento serem menores que 50%.

Considerações finais

Este estudo teve o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – Brasil. E tem como objetivo mostrar o perfil dos jovens delinquentes reclusos na Cadeia Central da Cidade da Praia no ano de 2012, a partir de técnicas estatísticas, sendo possível sintetizar as probabilidades de um jovem delinquente de certa faixa etária cometer um determinado tipo de crime e a probabilidade de um crime ser cometido, segundo o nível de instrução dos jovens delinquentes. Destaca-se que: (i) A maior parte dos jovens reclusos na Cadeia Central da Cidade da Praia são estudantes com idade compreendida de 21 a 23 anos, moradores da Achada Santo António, que cometeram os crimes de furto/roubo; (ii) Jovens que foram reclusos por tráfico de drogas, têm alta probabilidade de saber ler e escrever; e jovens reclusos por portar ou usar armas ilegalmente tem alta probabilidade de serem analfabetos e (iii) Jovens com faixa etária compreendida de 18 a 20 anos têm alta probabilidade de terem sido reclusos por portar ou usar armas ilegalmente, por tentativa de homicídio e por cometer crimes sexuais.

Esses resultados poderão vir a contribuir para formação de políticas de incentivo à diminuição de criminalidade na população mais jovem, pois com a identificação das faixas etárias onde os crimes têm maior probabilidade de ocorrer, pode-se por meio de políticas públicas criar meios capazes de ocupar esses jovens, afim de que não entrem no mundo do crime.

Referências

AYRES, M. *Elementos de Bioestatística* – a seiva do açazeiro. 2. ed. Belém: EDUFPA, 2012.

BORILLI, S. P.; SHIKIDA, P. F. A. Apontamentos acerca das organizações criminosas a partir de um estudo exploratório na penitenciária industrial de Guarapuava e cadeia pública de Foz do Iguaçu (Paraná). *Revista Ciências Empresariais da UNIPAR*, Toledo-PR, v. 3, n. 2, p. 191-210, 2002.

CARDOSO, K. O que há de global na violência colectiva juvenil na cidade Praia? Algumas pistas iniciais de reflexão. *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, Santiago-CV, n. 3, p. 11-25, 2009.

DIAS, M. C. S. *Fatores de risco na delinquência juvenil: o grupo de pares, a impulsividade e o consumo de drogas*. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade do Porto, Portugal, 2012.

GOMES, M. K. T.; ALMEIDA, S. S.; PINHEIRO, W. R. F.; ARAÚJO, A. R.; RAMOS, E. M. L. S. Abordagem estatística dos resultados da pesquisa realizada na VI parada do orgulho LGBT no ano de 2007, em Belém-PA. In: RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R. *Segurança pública: uma abordagem estatística e computacional*. Belém: EDUFPA, 2008. p. 49-58.

LIMA, R. W. *Gangues, novíssimas guerras e (sub)cultura da violência/delinquência*. Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento. Instituto Superior de Economia e Gestão. Lisboa, 2013.

LIMA, R. W. *Thugs: vítimas e/ou agentes da violência?* Portal do Conhecimento de Cabo Verde. Instituto Superior de Ciências Jurídicas, Cabo Verde, 2010.

RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R. (Org.). *Segurança pública: uma abordagem estatística e computacional*. Belém: EDUFPA, 2008.2 v.

SAMPAIO, M. G. *O outro lado da vida: delinquência juvenil e justiça*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências do Serviço Social) - Universidade do Porto, Portugal, 2010.

CAPÍTULO 16

O fenômeno *Thugs* e violência urbana em Cabo Verde

Manuel António Alves

Mestre em Segurança Pública (Uni-CV) e oficial da Polícia Nacional de Cabo Verde. Praia – Cabo Verde. manuelalves21@gmail.com

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

José Luiz de Carvalho Lisboa

Graduando em Estatística (UFPA) e aluno de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. Belém – Pará – Brasil. 07joseluiz@gmail.com

Resumo

Em Cabo Verde a violência urbana está intimamente relacionada com o fenômeno *Thugs*. A violência urbana protagonizada por *Thugs*, associada ao tráfico de drogas, assaltos à mão armada e outros crimes violentos como o homicídio, são questões sociais pertinentes que afligem a sociedade cabo-verdiana e que causam sentimento generalizado de insegurança nas comunidades, prevalecendo-se no topo dos problemas da Cidade da Praia. Diante disto, este trabalho tem como objetivo verificar a relação do surgimento da violência na Achada Santo António com o fenômeno *Thugs* e os crimes praticados pelos mesmos associados ao tráfico de drogas. Para isto, utilizou-se a análise descritiva com o objetivo de mostrar algumas características dos residentes da Achada Santo António, assim como a relação do surgimento da violência com o fenômeno *Thugs* e os crimes praticados pelos mesmos associados ao tráfico de drogas. Dentre os principais resultados obtidos percebe-se que a maior parte da população da Achada Santo António possui o nível de instrução secundário/médio e são solteiros. Para a maioria dos chefes de domicílios, docentes e policiais da Achada Santo António, o fenômeno *Thugs* na Cidade da Praia começou no período de 2004 a 2007 e os mesmos relataram que o tráfico de drogas contribui para o surgimento do fenômeno *Thugs* nesta cidade. Além disso, verificou-se que dentre os crimes registrados, a maioria foi do delito roubo. Destaca-se que os moradores acreditam que o tráfico de drogas contribui para o surgimento do fenômeno *Thugs*, sendo considerado grande ameaça para a segurança pública, especialmente nos bairros da periferia.

Palavras-chave: Insegurança. Tráfico de Drogas. Cabo-Verdiana.

Introdução

A sociedade cabo-verdiana tem vindo a enfrentar situações relacionadas com a violência urbana, delinquência juvenil e criminalidade, que provocam certa instabilidade nas relações sociais e o aumento do sentimento de insegurança nas comunidades, com particular destaque na Cidade da Praia, onde a prática desses fenômenos sociais é ligada aos denominados *Thugs* e tidos como mais graves.

Para Minayo (2013), a violência é um fenômeno eminentemente social que nasceu com a sociedade, e que é percebida como qualquer situação em que uma pessoa perde o reconhecimento do seu papel de sujeito e é rebaixada à condição de objecto, mediante o uso do poder da força física ou de qualquer outra forma de coerção. De acordo com Murad (2013), a palavra violência vem do latim *violentia* (*vis* que é igual à força), significando oprimir por meio da força que pode ser força social, das armas, força física, força simbólica. Contextualizando a sua historicidade, percebe-se na abordagem do tema “Violência e saúde colectiva”, de Oliveira (2008), que as manifestações de violência constituem um fenômeno que, através dos tempos, tem afectado todas as sociedades históricas, sendo na atualidade resultado de estrutura, relações e contradições sociais da vida urbana e rural.

Segundo Lima (2010), em Cabo Verde a violência urbana está intimamente relacionada com o fenômeno *Thugs*, que é analisado como um problema social emergente dos anos 2000. Para Furtado et al. (2011), a violência urbana protagonizada por *Thugs*, associada ao tráfico de drogas, assaltos à mão armada e outros crimes violentos como o homicídio, são questões sociais pertinentes que afligem a sociedade cabo-verdiana e que causam sentimento generalizado de insegurança nas comunidades, prevalecendo-se no topo dos problemas da Cidade da Praia.

Procurando uma explicação conceptual sobre a palavra *Thugs*, dificilmente se consegue encontrar uma resposta razoavelmente elucidativa que contribua para estabelecer uma analogia entre os denominados grupos *Thugs* e os que existem noutros países. Porém, relevando a construção social que se deu a essa terminologia *Thugs* na sociedade cabo-verdiana, com particular realce na Cidade da Praia, associando-a a atos de violência e delinquência praticados por grupos de jovens e ou adolescentes, percebe-se

que dado ao seu *modus operandi*, semelhante a ações de *gangs*, pode-se considerar, comparativamente, que *Thugs* é aquilo que, simbolicamente, em diversas literaturas, se denomina *gang*, “bando” ou “quadrilha”, ora adaptados à realidade cabo-verdiana, considerando o *modus operandi* e o *modus vivendi*, as vítimas e os atos praticados, peculiarmente vandalismo, assalto à mão armada, furto, roubo, homicídio, posse e detenção ilegal de arma de fogo, entre outros ilícitos criminais graves.

Portanto, a delinquência juvenil não pode ser percebida enquanto fenômeno isolado da sociedade, mas sim como um fenômeno eminentemente humano e social que é proveniente de vários fatores que envolvem o adolescente/jovem no seu percurso de vida.

Dado o seu impacto nas relações sociais e na segurança de pessoas em nível global, essas questões têm merecido aprofundadas investigações que se estendem pelos diversos domínios das Ciências Humanas e Sociais. Por isso, a pertinência deste trabalho relaciona-se também com a necessidade de estudos desta natureza, que podem concorrer para a mudança de paradigma da situação da criminalidade em Cabo Verde, o que pode ainda convergir no debate sobre a emergência de novas características comportamentais dos jovens envolvidos na delinquência, um fenômeno que se tornou corriqueiro nos debates públicos e nas notícias jornalísticas, particularmente relacionadas às ocorrências criminais violentas, que tem alterado hábitos sociais e influenciado a percepção de segurança das pessoas. Além disso, acredita-se que a pesquisa científica contribui para a identificação dos problemas que afetam as comunidades, cumprindo com isso um dos seus papéis mais relevantes, que é deixar pistas para a implementação de políticas públicas ajustadas à realidade.

Diante disto, este trabalho tem como objetivo verificar a relação do surgimento da violência na Achada Santo António com o fenômeno *Thugs* e os crimes praticados pelos mesmos associados ao tráfico de drogas.

Revisão bibliográfica

A violência urbana é a denominação que se atribui ao fenômeno social de comportamento resolutamente prevaricador, apresentado tanto individual como coletivamente pelos cidadãos, no espaço urbano (ALVES, 2014). Sendo a violência um fenômeno social global, muitas são as sociedades que lidam com esse flagelo e tem se deparado com consequências a vários níveis.

De acordo com Furtado et al. (2011), a violência urbana com que se defronta em Cabo Verde, que se tem distinguido como um fenômeno social crescente nos principais centros urbanos do país, pode ser associado às novas formas de sociabilidade das sociedades modernas urbanas e industriais. Trata-se de um fenômeno vulgarmente associado a adolescentes e jovens, daí a sua ligação à delinquência juvenil. Contextualizando com Beato e Zilli (2012), percebe-se que aspectos sociais como famílias desestruturadas, gravidez precoce, reduzido tempo escolar, consumo abusivo de bebidas alcoólicas e drogas, contribuem para o surgimento de gerações de jovens com baixo grau de supervisão familiar, o que reflete, em grande parte, na eclosão da violência urbana.

Desta forma, observa-se um fenômeno social complexo, gerado no espaço urbano, em que vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou dispersa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja na sua integridade moral, nas suas posses ou nas suas participações simbólicas e culturais. Esta situação, na visão de Machado (2013), caracteriza o medo social que tem vindo a alterar profundamente o território e o tecido urbano da Cidade da Praia e consequentemente a qualidade de vida da sua população.

Por outro lado, o espaço territorial onde as práticas delinquentes se efetivam funcionam como uma variável interessante de se levar em consideração. Segundo Calhau (2013), compreende-se que a distribuição geográfica da delinquência surge como uma alternativa de socialização a partir da qual adolescentes infratores, pertencentes a uma comunidade desorganizada, seriam atraídos pela delinquência. De acordo com Oliveira (2008), as taxas de delinquência são maiores onde há, comparativamente, alto teor de desorganização social.

O conceito de delinquência também se torna indispensável como ponto de partida para a apresentação das suas diversas explicações, o que pode contribuir para a discussão sobre a delinquência juvenil na Cidade da Praia e as suas causas. Assim, na busca de conceitos relacionados, pode-se encontrar diversos argumentos, sendo o conceito de delinquência aquele que tanto pode ser definido em função de preceitos jurídico-legais, como confundir-se com a definição de comportamento antissocial, contraindo desse modo uma grandeza ascendente.

Para Born (2005), não existe uma única teoria que explica o conceito da delinquência na sua essência. O termo delinquência reproduz, em diversas

sociedades, uma série muito variada de comportamentos, limitando-se em algumas sociedades apenas a ofensas tipificadas nas leis penais, enquanto em outras abarca comportamentos que, para além do crime convencional, em muitos casos são analisados como incivildade, representada pelo vandalismo de espaços e símbolos públicos, pelo envolvimento em revoltas coletivas sem direção política determinada, pela resistência, sem razões aparentes, às regras de convivência pacífica na sociedade.

Numa perspectiva de criminalização da delinquência, pode-se considerar que delinquente é o indivíduo que pratica atos susceptíveis de uma condenação judicial, que pode assumir, entre outros, a forma de roubo, homicídio ou mesmo de um ato violento. Com efeito, a delinquência relaciona-se com a criminalidade, podendo ser dirigida tanto contra a propriedade como contra pessoas. Neste contexto, a pena funciona como uma alternativa para libertar o delinquente do mal, ou seja, um tipo de curativo ou punição pelo ato socialmente indesejável e recriminável que o mesmo praticou. Na linha deste pensamento percebe-se que em Cabo Verde a caracterização do delinquente relaciona-se bastante com a prática de crimes, ainda que em alguns casos sejam considerados outras incivildades que, no entanto, não são considerados crimes. Assim, numa perspectiva jurídica e técnica, só é considerado delinquente o indivíduo que infringiu a lei, cometendo um delito.

Vista de uma forma mais abrangente, a delinquência juvenil engloba todas essas variáveis de ilícitos e outras condutas de menor gravidade, como faltar às aulas injustificadamente, escrever grafites no espaço público, frequentar locais de diversão noturna sem ter a idade exigida, consumir bebidas alcoólicas, entre outros atos (ALVES, 2014). Todavia, seria displicente classificar todas as ações de mera incivildade como delinquência juvenil, uma vez que determinadas condutas fazem parte do mundo da vida de adolescentes em idade de aprendizagem e crescimento, o que de certa forma explica porque em Cabo Verde e em outros países da mesma cultura jurídica as crianças e os adolescentes com idade inferior a 16 anos são considerados criminalmente inimputáveis.

A partir dessa proposição, ao dialogar com Xavier (2012), percebe-se que a delinquência juvenil ocorre majoritariamente na adolescência, atingindo o seu pico aos 17 anos de idade, causada por diversos fatores de natureza familiar, individual, social ou escolar, denominados fatores

de risco, com destaque para a ausência de vínculo parental que reflete nas relações afetivas e vinculativas maternas frágeis ou inexistentes, às quais se pode juntar outros fatores que provocam comportamentos antissociais, muitas vezes como forma de os jovens exprimirem o seu sentimento de revolta e rejeição. Com efeito, a relação entre a adolescência, a juventude e a infração pode ser encarada como necessária, sendo esta última indispensável para a promoção, para o desenvolvimento e para a conquista de novas formas de socialização.

Como se percebe, a delinquência juvenil teve uma evolução conceptual ao longo dos tempos, em função do contexto da dinâmica social, embora a sua definição se configure como difícil e ambígua, isto porque pode servir tanto para explicar atos de mera contra-ordenação social como também atos considerados crimes. Nessa perspectiva, Silva (2010) defende que delinquência juvenil é todo o tipo de infração criminal praticada durante a infância e a adolescência, que necessita de um conjunto de medidas institucionais e legais que envolvem os menores de idade, que tenham cometido infrações criminais ou que apresentam condutas potencialmente delinquentes.

Para Born (2005), essas condutas devem ser entendidas de acordo com a sociedade em que se aplicam, porque um ato delituoso pode ser reprovado numa determinada sociedade e em outra não. Do ponto de vista macro, a delinquência juvenil pode ser definida sob duas ópticas, a saber: uma que se pode considerar de grande abrangência, que inclui um conjunto de atos e omissões praticadas no período de infância e adolescência, tidas como antissociais pelos atores sociais; e outra que é considerada mais restrita, que engloba exclusivamente as condutas tipificadas como crime pelo Direito Penal, praticadas no decurso da infância e da adolescência.

A delinquência juvenil, pela sua natureza multidisciplinar, pode ter definições diversas, consoante a área a que se ocupa, principalmente sociológica, jurídica e psicológica. Desta feita, importa refletir sobre os conceitos relacionados com a violência urbana e depois dissertar sobre as teorias que informam as causas da delinquência, fundamentalmente as teorias sociais e culturais e as teorias da organização social. A interligação entre os elementos desses distintos segmentos teóricos é impreterível, devido à complexidade da individualidade do homem com relação ao seu meio envolvente, o que exige um estudo transversal e multissetorial dos

fenômenos humanos e sociais que podem contribuir para a percepção das causas da delinquência juvenil na Cidade da Praia. Desse modo, procura-se conjugar a teoria com a prática em busca de explicações sobre esses fenômenos que estão a perturbar as relações sociais em Cabo Verde – a delinquência, a criminalidade e a violência urbana.

Material e métodos

Descrição dos dados

Segundo o INE (2010), a Cidade da Praia, capital da República de Cabo Verde, situa-se na parte sul da Ilha de Santiago que é a maior e mais populosa das nove ilhas habitadas do país. Trata-se do maior centro urbano e populacional do país, comportando uma população residente de 130.187 habitantes, sendo 51,28% do sexo feminino e 48,72% do sexo masculino. Incluindo as zonas urbanas e suburbanas, a Cidade da Praia possui 72 localidades (bairros), das quais se destacam pelas suas extensões territoriais e populacionais as localidades de Achada Santo Antônio, com 12.965 habitantes, equivalente a 10,00%, Palmarejo, com 12.037 habitantes, igual a 9,20%, Ponta d'Água com 8.682 habitantes, equiparado a 6,70% e Achadinha com 8.483 habitantes, correspondente a 6,50%, de acordo com os dados do Censo de 2010 (INE, 2010).

Neste sentido, esta pesquisa teve caráter qualitativo, onde foram entrevistados 6 (seis) jovens pertencentes a grupos de *Thugs*, no período de 2009 a 2012 em Achada Santo António, que pela sua configuração e posicionamento territorial, é um bairro que se distingue como uma plataforma central da Cidade da Praia e um miradouro natural, nos seus mais distintos pontos de observação sobre a orla marítima e o litoral da Cidade da Praia, donde se pode contemplar o porto da Praia, o antigo porto São Januário, a praia da Gamboa, o ilhéu de Santa Maria, a praia de Quebra Canela e, um pouco mais distante, a vasta paisagem urbana de Palmarejo (Figura 1).

Comparada com as outras localidades, Achada Santo António apresenta-se como um bairro atrativo no sentido de albergar conjuntos de importantes instituições estatais e empresariais, fazendo com que seja palco de grande circulação de pessoas e de transportes. Não menos importante, o mesmo bairro concentra uma heterogeneidade de pessoas que ali habitam distribuídas nos territórios denominados Brasil, Meio da Achada, Dinós, Kelém, Fundo Cobom e Ponta Cutelo.

Figura 1: Bairros da Cidade de Praia, circundantes à Achada Santo António



Fonte: Alves (2014).

Ao longo dos tempos, adaptada ao ritmo de crescimento da Cidade da Praia, a localidade de Achada Santo António cresceu à medida que esta cidade enquadrava-se no processo de urbanização, tendo alcançado contornos crescentes, a partir dos anos setenta do século XX, com a ascensão do país à independência nacional. Dialogando com Furtado et al. (2011), percebe-se que a partir desse período pós-colonial a Cidade da Praia ofereceu maiores oportunidades de emprego em relação às outras partes do território nacional, baseado no processo de “reconstrução nacional” que mobilizava recursos de ajuda pública ao desenvolvimento, o que atraiu a deslocação de grande quantidade de mão-de-obra das outras ilhas e do interior de Santiago em busca de trabalho e melhores condições de vida na capital do país. Dado a sua localização e a sua vasta extensão de terreno baldio, Achada Santo António apresentou-se como localidade para acolher as grandes obras de expansão da cidade, tanto para habitação como para instalação de distintos edifícios do corpo diplomático, ao mesmo tempo que foi-se expandindo com as construções espontâneas das habitações dos cidadãos oriundos de outras ilhas e localidades.

À medida que Achada Santo António foi-se urbanizando, embora as tradicionais nomenclaturas que demarcavam as áreas do território,

como por exemplo, Achada “Riba”, Meio de Achada e Achada Baixo, surgiram outros nomes a diversificar a localidade em análise numa mescla de zonas que extravasa os limites das zonas tradicionais, numa dinâmica típica de uma subcultura de urbanização. Assim se enquadram as zonas denominadas Brasil, Prédio, Dinós, Kelém, Fundo Cobom, Ponta Cutelo, entre outras, como se pode observar na Figura 2, por exemplo.

Na Figura 2 nota-se um mapeamento dos territórios existentes no Bairro de Achada Santo Antônio no sentido de se compreender o espaço do estudo.

Figura 2: Recorte topográfico de Achada Santo Antônio, destacando 4 zonas afligidas por *Thugs*



Fonte: Alves (2014).

Análise descritiva

Para Bussab e Morettin (2013), a Estatística é a ciência que apresenta processos próprios para coletar, apresentar e interpretar adequadamente um conjunto de dados, sejam eles numéricos ou não. Existem na Estatística inúmeras ferramentas descritivas, tais como gráficos, tabelas e medidas de síntese, para organização de dados.

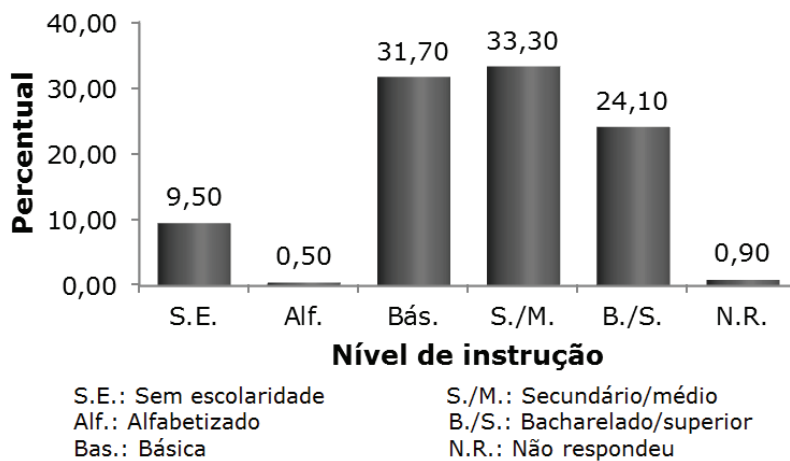
Ainda segundo Bussab e Morettin (2013), as mais utilizadas são as séries estatísticas, conhecidas também por tabelas, que têm por finalidade resumir, em distribuição de frequência, um conjunto de observações, conseguindo expor sinteticamente os resultados dos dados analisados a fatores como tempo, local, fenômeno e especificação.

Por conseguinte, os gráficos demonstram uma imagem clara sobre o fenômeno estudado ao resultado alcançado. Tratam-se de recursos visuais utilizados pela Estatística.

Resultados e discussões

A partir da Figura 3, pode-se verificar que a maior parte da população da Achada Santo António possui o nível de instrução secundário/médio (33,30%), seguido dos que possuem ensino básico (31,70%).

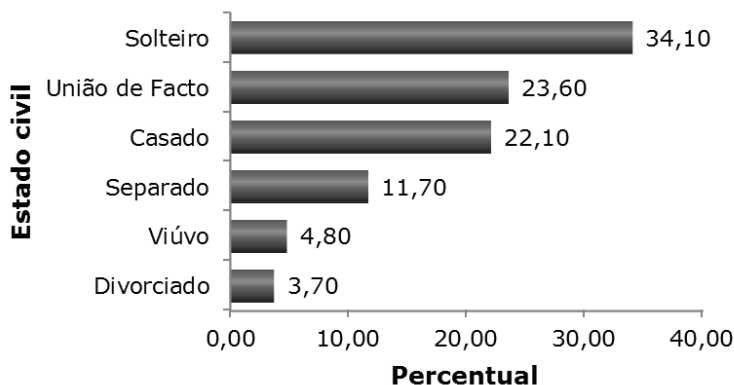
Figura 3: Percentual de residentes na Achada Santo António, em 2010, por nível de instrução



Fonte: INE (2010).

A partir da Figura 4, pode-se verificar que a maior parte dos residentes na Achada Santo António são solteiros (34,10%), seguido dos que possuem união de facto (23,60%).

Figura 4: Percentual de residentes na Achada Santo António, em 2010, por estado civil



Fonte: INE (2010).

Embora ainda não se possa situar com precisão o período exato do surgimento do fenómeno *Thugs* em Cabo Verde, verifica-se que para a maioria dos chefes de domicílios, docentes e policiais da Achada Santo António, tal fenómeno na Cidade da Praia começou no período de 2004 a 2007, com 50,29%, 35,04% e 52,45%, respectivamente (Tabela 1).

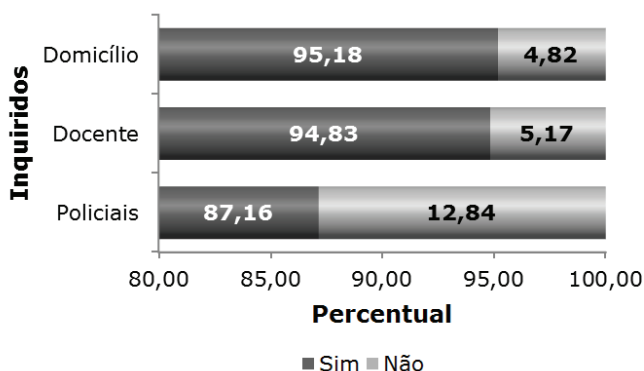
Tabela 1: Percentual de chefes de domicílios, docentes e policiais de Achada Santo António (Cidade da Praia), em fevereiro de 2013, por período que observou o começo do fenómeno *Thugs* na Cidade da Praia

Período (em ano)	Inquiridos (%)		
	Domicílio	Docentes	Policiais
Anterior a 2000	2,92	13,68	8,39
2000 a 2003	25,44	33,33	23,08
2004 a 2007	50,29	35,04	52,45
2008 a 2011	21,35	17,95	16,08
Total	100,00	100,00	100,00

A partir da Figura 5, pode-se verificar que, para a maioria dos chefes de domicílios, docentes e policiais da Achada Santo António, o tráfico de drogas contribuiu para o surgimento do fenómeno *Thugs* nesta cidade com 95,18%, 94,83% e 87,16%, respectivamente.

Na atualidade é praticamente impossível dispensar a abordagem do tráfico de drogas nos estudos que incluem temas tão importantes para a sociedade como é o caso da delinquência juvenil, a criminalidade, a violência urbana e, concomitantemente, o fenômeno *Thugs*. O tráfico de drogas está de tal forma ligado aos fenômenos sociais da contemporaneidade, que seria displicente não analisá-lo neste trabalho. Sabendo do seu impacto nas relações sociais consideradas conflituosas, analisou-se o depoimento de João 6, que relatou que as armas e as drogas são dois fatores que concorrem para a situação que envolvem os jovens: *Jovens com armas na mão fazem asneiras. E com droga pelo meio, era somente o que Deus quisesse* (João 6).

Figura 5: Percentual de chefes de domicílios, docentes e policiais da Achada Santo António (Cidade da Praia), em fevereiro de 2013, por influência do tráfico de drogas no surgimento do fenômeno *Thugs*



Verifica-se que dentre os crimes registrados, a maioria registrou o delito roubo em todos os períodos de 2007 a 2011 com 55,30%, 53,89%, 59,85%, 60,31% e 76,20%, respectivamente (Tabela 2).

A delinquência juvenil é utilizada para designar certo momento de mudança no percurso específico da existência de adolescentes que não apenas cometeram infrações penais, mas antes de tudo complicaram suas experiências pessoais com o funcionamento das instituições de controle social, designadamente as policiais, as judiciais e as de proteção do menor. Partindo desta tese, se procede nesta secção a uma análise descritiva da delinquência juvenil na Cidade da Praia.

Tabela 2: Percentual de ocorrências criminais juvenis registradas pela Polícia Judiciária na Cidade da Praia, no período de 2007 a 2011, por tipo de crime

Tipo de crime	Ano				
	2007	2008	2009	2010	2011
Roubo	55,30	53,89	59,85	60,31	76,20
Furto	42,14	41,15	37,52	36,25	21,78
Abuso de arma	0,87	2,82	1,19	1,68	0,58
Detenção ilegal de armas	0,18	0,50	0,55	0,61	0,34
Uso não autorizado de veículos	1,33	1,30	0,85	0,81	0,96
Sequestro	0,18	0,34	0,04	0,34	0,14
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Considerações finais

O presente estudo teve o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – Brasil. E teve como objetivo verificar a relação do surgimento da violência na Achada de Santo Antônio e a relação com o surgimento do fenômeno *Thugs*. E a partir dos resultados obtidos, conclui-se que a maioria dos residentes da Achada Santo Antônio possuem o ensino básico e secundário/médio e são solteiros. Verificou-se também que o fenômeno *Thugs* começou a ser observado no período de 2004 a 2007, onde o tipo de crime mais praticado por estes é o delito roubo e a amioria dos chefes de família, docentes e policiais consideram que o tráfico de drogas está ligado com o surgimento dos *Thugs* nesta cidade.

Com isso, o fenômeno *Thugs* pode ser considerado uma grande ameaça para a segurança pública, especialmente nos bairros da periferia da Cidade da Praia, cujas entrevistas permitiram identificar agrupamentos de bairros contíguos, em que os *Thugs* se organizam localmente para atacar as *gangs* rivais, condicionando a livre circulação e a segurança de pessoas. O agravamento do conflito entre os grupos *Thugs* é caracterizado pela disputa de territórios na área de domínio de um determinado grupo, numa conjuntura em que a intolerância, o ódio e a vingança funcionam mutuamente intrínsecos como forma de afirmação e de resposta do grupo face às agressões dos opositores. Os grupos de *Thugs* surgiram da congregação de causas diferenciadas, pois as suas ações têm definido uma nova configuração do acesso e circulação de pessoas no bairro da Achada Santo Antônio, sucessivamente a demarcação territorial de realização de atos violentos.

Referências

- ALVES, M. A. *Delinquência juvenil e criminalidade na Cidade da Praia*. Uma pesquisa em torno do fenômeno *Thugs* e violência urbana. 2014. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública: Gestão de Defesa Social e Mediação de Conflitos) - Universidade de Cabo Verde, Cidade da Praia, 2014.
- BEATO, C.; ZILLI, L. A estruturação de atividades criminosas: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 80, p. 71-88, 2012.
- BORN, M. *Psicologia da Delinquência*. Lisboa: Climepsi Editores, 2005. 288 p.
- BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. *Estatística Básica*. São Paulo: Saraiva, 2013. 548 p.
- CALHAU, L.B. *Resumo de Criminologia*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Impetus Ltda., 2013. 168 p.
- FURTADO, C.; PINHEIRO, A.; ALMEIDA, H.; MAHOT, O. *Estudo sobre a relação da organização do espaço urbano e a violência urbana em Cabo Verde*. Praia, Cabo Verde, 2011.
- INE - Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. *Censo 2010*. Praia, 2010. Disponível em: <<http://www.ine.cv/censo/censo2010.aspx>>. Acesso em: 06 out. 2014.
- LIMA, R. W. *Thugs: vítimas e/ou agentes da violência*. Comunicação apresentada no Colóquio Segurança e Violência em Cabo Verde, Universidade de Santiago. Assomada, Cabo Verde, 2010.
- MACHADO, M. B. T. Turismo, medo e violência. *Turismo & Sociedade*, v. 6, n. 1, p. 225-228, 2013.
- MINAYO, M. Violência e Educação: Impactos e Tendências. *Revista Pedagógica*, v. 15, n. 31, p. 250-264, 2013.
- MURAD, M. Práticas de violência e mortes de torcedores no futebol brasileiro. *Revista USP*, São Paulo, n. 99, p. 139-152, set./nov. 2013.
- OLIVEIRA, W. Violência e saúde colectiva: contribuições teóricas das Ciências Sociais à discussão sobre o desvio. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 42-53, 2008.
- SILVA, A. *Estudo neuropsicológico em adolescentes institucionalizados*. Porto: ICBAS-UP, 2010.
- XAVIER, M.F. *Delinquência juvenil: As consequências da ausência de vínculos familiares na adopção de comportamentos desviantes*. 2012. Monografia (Licenciatura em Criminologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

CAPÍTULO 17

“Novo Cangaço” - sua incidência no Estado do Pará e sua relação com o tráfico de drogas

Carlos André Viana da Costa

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e delegado de Polícia Civil do Estado do Pará. Belém – Pará – Brasil. dpcandre.gpe@gmail.com

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

Adrilayne dos Reis Araújo

Mestre em Estatística (USP) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. adrilayne@ufpa.br

Resumo

Trata dos assaltos a bancos da modalidade conhecida por “Novo Cangaço”, que tiveram um aumento de incidências no Estado do Pará, no período de 2009 a 2014. E pelo que se tem observado, pouco se mantiveram às suas origens, posto que atualmente acredita-se que são utilizados por organizações criminosas do tráfico de drogas para a obtenção de capitalização imediata de recurso de difícil rastreamento. Com base nessa realidade, o presente artigo pretende entender a dinâmica e as peculiaridades deste delito no Estado do Pará, para que assim possibilite a orientação de sugestões de técnicas e ações governamentais ao seu enfrentamento. Para tanto, buscou-se uma revisão literária sobre as origens do cangaço e suas formas de ação e composição, de maneira a propiciar material para diferenciar o fenômeno criminológico do “Novo Cangaço”. Pois esta modalidade criminosa, comum a todo território nacional, continua a crescer no Estado do Pará, carregando consigo uma cadeia de questionamentos referentes a suas causas e consequências. Em razão das peculiaridades que envolvem a modalidade, como a regra do sigilo absoluto entre seus participantes, e por não se encontrar farto material bibliográfico sobre o tema, buscaram-se informações junto aos profissionais que diretamente trabalharam em investigações desse tipo de crime, para que possibilite sugerir orientações de políticas e técnicas mais eficientes e eficazes ao enfrentamento desta modalidade criminosa.

Palavras-chave: Organizações Criminosas. Assaltos a Bancos. Questionamentos. Técnicas e Ações.

Introdução

O presente trabalho apresenta como objeto uma das modalidades criminosas mais romantizadas pelo cinema, o assalto a banco, especialmente o tipo mais violento, que no Brasil vem sendo denominado pela mídia de “Novo Cangaço”.

Nos últimos anos, segundo os dados da 5ª Pesquisa Nacional de Ataques a Bancos, elaborada pela Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), com apoio técnico do Dieese, essa modalidade de roubo a instituições bancárias teve um aumento não apenas no Estado do Pará, mas em todo o território nacional, realidade que já recebeu tratamento pelo Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que realizou o Primeiro Fórum Nacional de Combate a Roubos a Banco, ocorrido no mês de abril de 2014, em Brasília (DF).

Ainda nesse encontro de profissionais que trabalham diretamente no combate de crimes contra instituições bancárias e empresas de transporte de valores, foi possível identificar algumas alterações na forma de agir, composição, armamento utilizado e caráter finalístico dos eventos de “Novo Cangaço”, vislumbrando uma relação íntima, ou até mesmo instrumentária do assalto a banco com o tráfico de drogas por meio de grupos criminosos devidamente organizados, que providenciam a logística da ação, arregimentam novos integrantes, e muitas vezes facilitam a corrupção de agentes do sistema de segurança e de justiça, como se verificou no bojo de algumas investigações dessa modalidade pela Delegacia de Repressão a Roubos a Bancos do Estado do Pará, no período de 2009 a 2014.

Tal realidade é algo que leva a refletir sobre esse problema e propicia um estudo mais aprofundado sobre o tema, de modo a conhecer e identificar como as organizações criminosas vinculadas ao tráfico de drogas podem estar se utilizando do “Novo Cangaço” para seu fortalecimento econômico e estrutural. De igual forma, quais os mecanismos de enfrentamento disponibilizados pelo Estado, sua eficácia e dificuldades apresentadas.

De maneira que o problema incide se as organizações criminosas do tráfico de drogas estão utilizando o assalto a banco no Estado do Pará, mais especificamente a modalidade de “Novo Cangaço”, para seu fortalecimento econômico, e quais as suas consequências para a segurança pública?

Cangaço X “Novo Cangaço”

A modalidade de assalto a banco denominada “Novo Cangaço” é caracterizada pelo emprego da violência e instalação de pânico e terror na cidade vitimada, onde criminosos encapuzados, fazendo uso de armamento de guerra, rendem as forças de segurança pública do município (polícias civis e militares) e privada (vigilantes das instituições financeiras), roubam todo o dinheiro da agência bancária, e utilizam clientes, funcionários e transeuntes como “escudo humano”, mantendo-os como reféns durante a fuga.

No Pará, esta modalidade de assalto a banco tem sido praticada, nos últimos anos, exclusivamente nas pequenas cidades do interior do Estado, em razão do reduzido efetivo policial, quantia expressiva de dinheiro e facilidade de fuga.

Nos eventos noturnos dessa modalidade delincente, as quadrilhas utilizam explosivos na destruição de cofres e caixas eletrônicos, acarretando, na maioria das vezes, a destruição total do prédio da agência bancária.

A expressão “Novo Cangaço” faz alusão ao movimento liderado por Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, que em meados do século XIX, invadia e sitiava povoados no sertão nordestino, usando de violência e desafiando as polícias locais a partir de uma ação destemida.

Apesar das semelhanças existentes entre as ações dos grupos de cangaceiros como os de Lampião e o “Novo Cangaço”, entre elas, ação voltada para pequenas cidades, grupo de 10 (dez) a 15 (quinze) pessoas, utilização de armas de fogo e reféns, saques e pilhagem, essas modalidades não podem ser confundidas, uma vez que Lampião e seu bando possuíam intrinsecamente motivação político pessoal, levando em consideração a vingança privada e a subversão à ordem estatal, concentrando suas ações e integrantes à realidade regional do sertão nordestino (VILELA, 2001). Já o “Novo Cangaço”, por sua vez, possui outro contexto finalístico, onde grupos criminosos tomam de assalto instituições bancárias, públicas ou privadas, saqueando-as com o objetivo de fomentar e capitalizar investimentos em atividades aparentemente legais (lavagem de dinheiro) ou manifestadamente ilícitas (tráfico de entorpecentes e de armas de fogo).

Outro fator que diferencia a ação de Lampião e o “Novo Cangaço” é a composição dos grupos criminosos. Enquanto a quadrilha liderada

por Lampião era integrada por pessoas que tinham vínculos de laços sanguíneos ou afins, e pertencentes à mesma realidade regional, ou seja, o sertão nordestino (SILVA, 2003), o “Novo Cangaço”, que antes seguia essa formação, atualmente é formado por criminosos de diversas naturalidades, que raramente possuem vínculos entre si (algumas vezes nem se conhecem até o momento da prática do crime), e se reúnem única e exclusivamente para o evento criminoso.

No campo interno dos grupos organizados, a divisão de tarefas dificulta não só a identificação dos envolvidos no evento criminoso, como também as ações de combate pelo Estado, uma vez que eles nem sempre atuam de forma conjunta e reiterada. Com isso, verifica-se que a desarticulação de uma quadrilha não implica necessariamente no seu desfazimento, uma vez que rapidamente seus membros, mesmo que reclusos no sistema prisional, se articulam com outros grupos criminosos dando assim, continuidade à prática delitiva.

Esse novo modelo de organização criminosa permite a formação de diversos grupos não necessariamente vinculados a uma estrutura piramidal e hierárquica, mas sim com a divisão em diversas células, cada qual com função específica, que interagem conforme o momento da prática criminosa.

Por fim, outro diferencial do “Novo Cangaço” é a utilização de armamento de grosso calibre, adquirido por meio do contrabando (armas alemãs, israelenses, norte-americanas e russas), sendo, inclusive, mais moderno que o armamento utilizado pelas forças policiais. Tal aquisição movimentou uma das frentes do crime organizado que é o tráfico de armas de fogo.

O “Novo Cangaço” e o crime organizado

A organização criminosa passou a ser tratada pelo ordenamento jurídico brasileiro a partir da promulgação do Decreto N^o 5.015, de 12 de março de 2004, que recepcionou as normas estabelecidas pela Convenção de Palermo. Todavia, com o advento da Lei N^o 12.850, de 02 de agosto de 2013 (BRASIL, 2013), a organização criminosa recebeu tratamento específico, com meios investigativos diferenciados.

Essa demanda vem atender uma necessidade da sociedade, pois o fortalecimento das organizações criminosas com a capitalização por meio

do dinheiro roubado, investimento em bens lícitos e ilícitos e criação de um novo parâmetro criminoso, mostra-se como um problema de alta complexidade no tocante ao seu enfrentamento. Dessa mesma forma entende Gregghi (2009, p. 02): “A criminalidade organizada escarnece dos instrumentos penais tradicionais utilizados para o trato da delinquência individualizada, que se mostram defasados ante o seu caráter multiforme”.

No entanto, não obstante os esforços estatais empreendidos para coibir o “Novo Cangaço”, por meio da prisão e/ou morte de seus membros, apreensão de armamentos, esses grupos criminosos criam e/ou aperfeiçoam formas de agir, entre elas, podemos citar a prática de assaltos noturnos de “Novo Cangaço” com a utilização de materiais explosivos para abertura de cofres e caixas eletrônicos.

Essa nova realidade da modalidade de assalto a bancos é bem descrita por Aquino (2008, p. 10):

Junta a mencionada sofisticação no âmbito dos roubos e furtos contra instituições financeiras, há indícios de ter havido, a partir dos anos de 1980, uma mudança no perfil dos indivíduos e grupos que protagonizam tais ocorrências. Em meados do século XX, tal modalidade de crime ganha visibilidade no país, nos anos seguintes ao golpe de 1964. Naquele período, assaltos contra agências bancárias, junto com sequestros de importantes figuras no cenário político, foram artifícios utilizados por militantes de grupos políticos contrários ao regime militar, que canalizavam os “ganhos” destas ações para financiar a guerrilha ou fazer valer suas reivindicações na luta contra o regime ditatorial. Posteriormente, tais ocorrências tiveram como protagonistas mais notórias, associações nascidas nas prisões, resultantes do convívio entre os chamados “criminosos comuns” e os “presos políticos”, tendo sido a mais conhecida nos anos de 1970 e 1980, o Comando Vermelho, do Rio de Janeiro. Tal grupo, segundo seus integrantes, utilizava o dinheiro roubado de bancos para financiar fugas de detentos e otimizar o comércio de entorpecentes. No decênio atual, a organização criminosa que adquiriu maior visibilidade e tem sido apontada pela Polícia e os meios de comunicação de massa, como responsável por assaltos contra instituições financeiras, em todas as regiões do país, é o Primeiro Comando da Capital - PCC. Tal “comando” teria sua base, nos presídios situados no Estado de São Paulo, e suas

atividades principais seriam os assaltos contra instituições financeiras, o tráfico de entorpecentes e tráfico internacional de armamentos (AQUINO, 2008, p. 10).

Convém salientar ainda que, mesmo reclusos no sistema prisional, os criminosos continuam com seu poder de comando, uma vez que articulam novas ações delituosas com comparsas em liberdade, aliciam novos integrantes e se beneficiam com parte do dinheiro roubado, seja para manutenção de suas famílias, pagamento de advogados, corrupção de funcionários públicos e investimento em outras ações criminosas, atuando preponderantemente no tráfico de drogas e de armas, sequestros, roubos a bancos e cargas.

Nesse cenário, não se pode deixar de mencionar as facções criminosas, formadas por pequenos grupos criminosos, antes restritos a uma comunidade ou determinado estabelecimento prisional, que se reestruturaram com objetivo de “profissionalizar” suas atividades ilícitas, aumentar o seu poder de comando e intimidação, bem como sua capacidade de captação de recursos econômicos. Entre essas, merecem destaque o Comando Vermelho, o Primeiro Comando da Capital, o Primeiro Comando do Norte, entre outras.

Talvez o mais forte e estruturado seja o Primeiro Comando da Capital (PCC), fundado em 1993, durante uma rebelião na Casa de Custódia de Taubaté (LIMA, 2003). Essa organização criminosa é considerada o principal grupo criminosamente organizado em atuação no país, e responsável por diversos crimes violentos, entre eles os atentados em série ocorridos no ano de 2006, que culminaram com a morte de policiais e autoridades públicas, rebeliões em presídios, acarretando um verdadeiro estado de terror na cidade de São Paulo.

Acrescenta-se ainda que algumas autoridades da área de segurança pública chegam a comparar o PCC às máfias, conforme texto jornalístico abaixo transcrito:

O PCC (Primeiro Comando da Capital) já pode ser considerado uma organização pré-mafiosa, um embrião similar às estruturas criminosas italianas e colombianas, conhecidas na América Latina como cartéis (Justiça rejeita provas contra líderes do PCC. Folha de São Paulo. P. C7, 16/04/2006).

Como se vê, comumente a organização criminosa é associada à palavra “máfia”, em virtude de seu modelo corporativo organizado, hierarquizado, violento e com elevada lucratividade. Contudo, apesar da recenticidade das organizações criminosas brasileiras, é possível vislumbrar características em comum com as organizações criminosas de outros países como Máfia Siciliana, Yakusa, Tríades Chinesas, Máfia Russa, tais como estrutura organizacional no molde empresarial, divisão de tarefas, alto poder de intimidação, uso de arma de fogo, corrupção de agentes públicos da área policial e judiciária, lavagem de dinheiro e ocultação de bens e valores.

“Novo Cangaço” e o Pará

É indiscutível que o assalto a banco historicamente para a criminalidade é a maneira mais acessível de capitalização imediata de grandes valores. No Estado do Pará, para se ter uma ideia a média de valores roubados por agência bancária é de aproximadamente R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por mês. Outro atrativo aos criminosos é a facilidade de ocultação dos valores subtraídos, podendo escondê-lo fisicamente ou mesmo investindo em atividades aparentemente lícitas (lavagem de dinheiro).

O aspecto geográfico do Pará influencia para a incidência do “Novo Cangaço”, primeiramente por possuir uma extensão territorial de aproximadamente 1.248.042 (um milhão duzentos e quarenta e oito mil e quarenta e dois) quilômetros quadrados, na qual 144 (cento e quarenta e quatro) municípios estão distribuídos em regiões diversas, algumas em que as únicas formas de locomoção entre municípios são a via aérea ou fluvial. Entretanto, de acordo com as estatísticas da Delegacia de Repressão a Roubos a Bancos, as cidades que mais são vítimas dessa modalidade possuem distanciamento dos grandes centros urbanos, e com proximidade das divisas estaduais, nas quais existe uma malha rodoviária oficial e clandestina muito densa, mais precisamente com os Estados do Maranhão, Tocantins, e Mato Grosso, além de apresentar um relevo favorável para fuga e homiziamento dos criminosos nas áreas de mata adjacentes.

Com relação ao fator socioeconômico, deve-se frisar que os municípios paraenses, seja em decorrência do repasse de verbas governamentais ou das atividades produtivas locais agropecuárias e/ou minerárias, movimentam altas somas de dinheiro em espécie nas

agências bancárias. Esses municípios possuem ainda grande parte de sua população de imigrantes de outras unidades da Federação, o que favorece o estabelecimento de laços de parentesco de alguns desses imigrantes com integrantes dos bandos criminosos, tendo eles como função no grupo delinquente pela promoção do apoio logístico, conseguir casa ou hotel ou fazenda para abrigar a chegada dos criminosos, aluguel ou compra de veículos para uso na ação ou na fuga, levantamento da força policial e rotina financeira no município, cooptação de agentes da força policial para facilitar a ação ou fuga, ocultação das armas e/ou dinheiro do grupo criminoso inclusive realizando a lavagem de dinheiro. Decerto que não há razão para generalização de que todas pessoas que vieram para o Estado do Pará de outras unidades da Federação são cúmplices ou integrantes de bandos de criminosos, mas toda a ação de “Novo Cangaço” precisa de um apoio local para sua execução, e em sua maioria essas pessoas que prestam a logística possuem vínculos parentais com algum dos criminosos.

Por fim, a escassez de contingente policial, que não é exclusividade do Estado do Pará, nessas localidades inviabiliza uma reação direta e eficaz, ficando os profissionais de segurança pública à mercê da grave ameaça empregada pelos criminosos, além da facilitação de deslocamento proporcionada pela malha viária, de vias oficiais e clandestinas, a exemplo dos chamados ramais (vias de acesso não pavimentadas, geralmente de terra batida tipo piçarra, que são construídas sem autorização legal). Outrossim, a delegacia especializada no enfrentamento a esta modalidade criminosa fica sediada no extremo norte estadual, em Belém, capital do Estado, contando com um número pequeno de policiais integrantes da equipe, de maneira que o deslocamento para algumas cidades recorrentemente vítimas do “Novo Cangaço” demora via terrestre em torno de 15 a 18 horas, como a cidade de Santana do Araguaia, que segundo a DRRBA foi assaltada por esta modalidade cinco vezes entre 2010 a 2014, e a ocorrência de outros eventos de “Novo Cangaço” dificultam, e na maioria das vezes impedem o bom prosseguimento na investigação anterior.

Conclusões

Este artigo teve como objetivo abordar um tema complexo pela dificuldade da obtenção de dados precisos, em razão da falta de indicadores, talvez pela recentidade de sua perspectiva.

Dada a criticidade dos desafios que é propor ações de identificação, combate e prevenção a essa dinâmica é que se faz necessário dar visibilidade ao problema e situando-o com relação à sua dimensão jurídica, geográfica, ao perfil da demanda.

Assim, apesar do crescimento do número de eventos do “Novo Cangaço” no país, vale frisar que o Pará se destaca na repressão desta modalidade. No entanto, ainda grande fragilidade no tratamento dos dados criminais e na persecução das organizações criminosas do tráfico de drogas que se beneficiam daquela modalidade criminosa. Pode-se não acabar com o crime organizado, não há essa utopia, mas trazer para níveis toleráveis os índices de criminalidade, e um dos fatores para essa obtenção é combater a estrutura organizada do crime, talvez este se apresente ainda como um dos grandes desafios ao estudo e compressão dessa modalidade no Estado do Pará.

Referências

AQUINO, P. D. Performance e perigo nos assaltos contra instituições financeiras. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26. Salvador, 2008. *Anais...* Salvador, 2008. Disponível em: <www.abant.org.br/jania%20pereira>. Acesso em: ago. 2013.

BRASIL. Lei N^o 12.850/2013, de 02 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2013. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12850.htm>. Acesso em: ago. 2013.

_____. Decreto N^o 5.015, de 12 de março de 2004. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2004. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm>. Acesso em: ago. 2013.

GREGHI, F. *A reinterpretación dos direitos fundamentais face ao novo paradigma criminal imposto pela criminalidade organizada*. 2009. Disponível em <<http://www.lfg.com.br.19julho.2009>>. Acesso em: ago. 2013.

LIMA, R. C. *A sociedade prisional e suas facções criminosas*. Londrina: Edições Humanidades, 2003. Disponível em: <<http://www.unifil.br/materiais/direito/materiais/erika/ASociedadePrisional.doc>>. Acesso em: ago. 2013.

SILVA, E. A. *Crime organizado*. São Paulo: Atlas, 2003.

VILELA, J. M. Societas sceleris Cangaço e formação de bandos armados no sertão de Pernambuco. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 143-163, dez. 2001.

CAPÍTULO 18

Percepções e sentimentos sobre a revitimização da violência vivenciada por mulheres em Santarém-Pará

Auricélia Costa de Aguiar Silva

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e especialista em Segurança Pública (PUC/RS). Belém – Pará – Brasil. auriceliaguiar@yahoo.com.br

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Adrilayne dos Reis Araújo

Mestre em Estatística (USP) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. adrilayne@ufpa.br

José Luiz de Carvalho Lisboa

Graduando em Estatística (UFPA) e aluno de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. Belém – Pará – Brasil. 07joseluiz@gmail.com

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

Resumo

Apresenta um estudo sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, objetivando investigar as percepções e os sentimentos sobre a revitimização da violência vivenciada por mulheres no município de Santarém-Pará. A pesquisa tem caráter qualitativo, com a participação de seis mulheres em idades diferenciadas, na faixa etária considerada adolescente, adulta e idosa. Para isso, utilizou-se a técnica análise descritiva com intuito de realizar um estudo de caso com amostra por conveniência da população selecionada e, dessa forma averiguar as inquietações existentes sobre a violência vivenciadas por elas. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo. Os resultados indicam que as mulheres percebem a violência como uma perpetuação do sofrimento, sendo notável o desejo de mudar o comportamento violento do agressor, deixando transparecer o desejo de ter uma vida conjugal e familiar mais harmoniosa, objetivando a manutenção da família e gostariam que houvesse uma solução para os problemas vivenciados em seus lares. Para tanto, sugeriram acompanhamento psicológico para o casal e internação compulsória para tratamento de álcool e droga para os ofensores.

Palavras-chave: Violência Doméstica. Caráter Qualitativo. Vida Conjugal. Manutenção da Família.

Introdução

No Brasil, estima-se que mais de dois milhões de mulheres são espancadas por ano, o que resulta em 175 mil por mês, 5,8 mil por dia, 243 por hora, 4 por minuto, uma a cada 15 segundos (BRASIL, 2004).

Para Parodi e Gama (2010), a escala crescente da violência vem expressa em números, ultrapassando as revisões mais realistas, tomando dimensões públicas preocupantes para a sociedade, o Estado, as famílias e os indivíduos.

Até pouco tempo, a violência contra a mulher era tratada como problema corriqueiro e insignificante. Com isso, vários eram os tipos de violência praticados por homens contra as mulheres, com os quais estas possuem geralmente vínculo familiar, afetivo ou de convivência, abrangendo desde uma simples injúria, considerada contra a honra, até se chegar ao homicídio, tipificado no Código Penal como crime contra a vida (BRASIL, 1940).

A partir da criação da Lei N^o 11.340 (BRASIL, 2006), é que a violência contra a mulher foi considerada crime e as penas aos ofensores tornaram-se mais severas, inclusive com prisões em caso de flagrantes delitos ou ordem de prisão preventiva para salvaguardar a integridade ou vida da mulher em situação de violência (DIAS, 2010).

O município de Santarém, localizado no oeste do estado do Pará, com área de 22.886,624 km² e população de 294.580 habitantes (IBGE, 2010), conta com uma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), que desde o ano de 2012, as atividades ocorrem conjuntamente com o PROPAZ¹, onde são disponibilizados os serviços de assistência social, psicológico e médico legista, além do atendimento policial. Essa integração tem melhorado o atendimento das vítimas, mas existem mulheres que retornam à Delegacia por sofrerem reiteradas agressões, mesmo já tendo processado o seu ofensor.

Desse modo, esta pesquisa buscou investigar as percepções e os sentimentos sobre a revitimização da violência vivenciada por mulheres

¹ O PROPAZ-Integrado é um programa criado pelo Governo do Estado do Pará, em 2004, com o objetivo de articular, fomentar e alinhar políticas públicas voltadas para a mulher, infância, juventude, dentre outros, e visa a garantia dos direitos, o combate e a prevenção da violência e a disseminação da cultura de paz.

adolescentes, adultas e idosas no município de Santarém-Pará, Brasil. A relevância do ponto de vista social e acadêmico se dá quanto à contribuição dos resultados para a sociedade brasileira e, principalmente às mulheres que sofrem reiteradas agressões, bem como possa servir de embasamento para futuras medidas de prevenção, enfrentamento e combate à violência contra a mulher.

Objetivo

Discutir as percepções e os sentimentos das mulheres que vivenciaram a revitimização da violência no município de Santarém-Pará.

Específicos

i) Conhecer as percepções e os sentimentos sobre a reincidência da violência doméstica e familiar vivenciada por mulheres jovens.

ii) Demonstrar as percepções e os sentimentos das reiteradas práticas da violência vivenciadas por mulheres adultas.

iii) Estudar as percepções e os sentimentos das mulheres idosas, que sofreram violência doméstica e familiar.

Metodologia

A pesquisa tem caráter qualitativo, com a participação de seis mulheres revitimizadas pela violência doméstica no município de Santarém-Pará, na faixa etária de idades diferenciadas (adolescentes, adultas e idosas).

A investigação caracterizou-se como qualitativa do tipo descritiva que, segundo Cervo e Bervian (1996), “[...] é aquela que observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los” (p. 49). De acordo com Bogdan e Biklen (1994), os dados são designados por qualitativos quando:

ricos de pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais, conversas e de complexo tratamento estatístico. As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objetivo de investigar os fenômenos em toda a sua complexidade e em contexto natural (p. 16).

Utilizou-se a técnica análise descritiva com o intuito de realizar um estudo de caso com amostra por conveniência da população selecionada. Coletaram-se os primeiros dados na Delegacia da Mulher, onde foi possível encontrar os casos de reincidência por meio da leitura dos boletins de ocorrência e posteriormente foi feita a anotação do endereço das vítimas.

As entrevistas foram realizadas individualmente nas casas das pessoas, em horários escolhidos por elas, num tempo que variou de uma a uma hora e meia, seguindo o roteiro do questionário e todos os depoimentos foram gravados e posteriormente transcritos. Para Bauer e Gaskell (2005), “a entrevista individual ou de profundidade é uma conversação que dura normalmente entre uma hora e uma hora e meia. Antes da entrevista, o pesquisador terá preparado o tópico guia, cobrindo os temas centrais e os problemas de pesquisa” (p. 82).

Durante os diálogos com todas as participantes, ficou combinado que seria mantido sigilo sobre suas identidades, mas ficaram conscientes de que seus depoimentos seriam lidos por outras pessoas, ganhando publicidade por meio da pesquisa. No decorrer deste texto, foram trocados os nomes das participantes.

As questões levantadas foram: 1. Como você se sente enquanto vítima de violência doméstica? 2. Como você percebe os motivos que desencadearam a violência doméstica que você sofreu? 3. O que sente quando recorda das violências que vivenciou? 4. Como percebe sua vida atualmente? Você ainda sente medo de sofrer violência doméstica? Por que? 5. Como você gostaria que fosse sua vida? 6. Como você percebe que os gestores dos órgãos públicos lidam com o combate à violência doméstica?

Após a transcrição do material coletado deu-se início à análise dos dados. Optou-se pela utilização da “análise de conteúdo”, técnica que busca as partes significativas encontradas nas falas para constituir as unidades de sentido. Este processo indutivo contribui para a formação de categorias que emergem a partir dos dados (BARDIN, 1995).

Resultados preliminares

Percepções e sentimentos em mulheres adolescentes

Na conversa com Roberta Lemos, 17 anos, percebeu-se um forte sentimento de ódio do tio que pratica agressões contra ela desde a infância. A mesma deixou transparecer o sentimento de medo, angústia, tristeza,

insegurança e impotência diante da violência sofrida no lar, informando que a casa onde mora é no terreno de herança da família. Durante o tempo da entrevista, ela teve dificuldade para falar sobre as violências que vivenciou e chorou quando foi questionada sobre seus sentimentos ao recordar das agressões.

Relato de Roberta:

Não gosto de ficar lembrando. Sinto muita raiva porque ele pode me bater e eu não posso fazer nada, não posso reagir [...] Ele não gosta que eu fique na casa [...] Ele fica me perturbando, xingando, fala que vai me matar; me bater; joga pedras, pau [...] Tenho medo dele. Não gosto de ficar apanhando [...] Sem ele por perto minha vida seria muito melhor. A solução seria ele parar de beber.

Na conversa com Jade Ferreira, 17 anos, foi perceptível o sentimento de ódio e vingança do ex-companheiro pelas inúmeras agressões sofridas. Com ela, a violência iniciou com simples xingamentos e evoluiu para tapas, empurrões, agressões com barra de ferro e esfaqueamento.

Melo e Sanematsu (2004) apontam como os tipos de violência doméstica contra as mulheres: “violência física – empurrão, rasteira, mordida, tapa, soco, torção, corte, queimadura, golpes com objetos; violência sexual – ser forçada a fazer sexo, estupro; violência psicológica – ameaça, chantagem, xingamento, palavras humilhantes, desautorização; violência patrimonial – quebrar móveis e eletrodomésticos, atirar objetos pela janela, rasgar roupas e documentos” (MELO; SANEMATSU, 2004, p. 26).

Durante todo o tempo da entrevista, ela não demonstrou nenhum sentimento de tristeza, angústia, insegurança, fragilidade e nem tampouco chorou. Deixou transparecer a vontade de agredi-lo da mesma forma, mas sentia-se impotente por ser mulher.

Relato de Jade:

Sinto muita raiva, vontade de me vingar, porque a forma que eu apanhei não apanhei nem da minha mãe [...] Minha vida é bem tranquila enquanto ele tá preso, mas quando ele sair, vai atrás de mim e me agredi de novo, como sempre faz [...] Não posso me defender, ele é homem, é mais forte. Ele tem ciúmes, bebe e usa droga. Foram nove vezes que fui agredida. Ele não tentou matar um cachorro, tentou matar

uma pessoa. Só a morte minha ou dele poderia acabar com meu sofrimento. Se eu pudesse recomeçar, sem influência do crime e longe dele, seria bem melhor minha vida. Só a pena mais severa deixaria ele mais tempo preso, porque a polícia prende e a justiça solta [...] Desacreditei da justiça [...] Desacreditei da justiça divina e até em Deus.

As falas das adolescentes indicaram principalmente os sentimentos de ódio e impotência diante da violência que vivenciaram e ainda podem vivenciar em suas vidas. Nos casos acima, os agressores foram presos em flagrante, conforme preceito legal tipificado na Lei Maria da Pena, inclusive eles continuavam presos no momento da entrevista.

O medo de sofrer novas agressões foi perceptível com a primeira jovem, pois sabe que mais cedo ou mais tarde ele vai sair da cadeia. Enquanto, que a segunda deixou transparecer certa frieza ao falar sobre a violência, com notável descrédito na justiça, aceitando sua condição de viver a violência e ainda, mencionou que somente a morte seria o fator terminal das agressões, porque o companheiro não aceita o fim do relacionamento.

Nesse aspecto, Melo e Sanematsu (2004) afirmam que uma das características da violência doméstica contra a mulher é ser cíclica e continuada [...]. Além disso, os homens que agredem, mesmo quando trocam de parceiras, seguem agredindo.

Outro aspecto que pôde ser observado nos casos estudados, que os fatores desencadeadores da violência, são principalmente o ciúme, o alcoolismo e a droga. Mas não se pode desconsiderar outras questões de cunho social, econômico, cultural etc.

As mulheres adolescentes concordaram que longe dos agressores suas vidas seriam melhores. Sentem-se mais seguras e conseguem viver normalmente enquanto eles estão presos, mas sabem que a prisão não ajuda a mudar o comportamento violento.

Percepções e sentimentos em mulheres adultas

Na fala de Priscila Rocha, 26 anos, a percepção de tristeza e dor é latente ao recordar das violências sofridas. Durante a relação conjugal, foi revitimizada incontáveis vezes pelo companheiro, que praticava violência moral, física, patrimonial e psicológica. Em razão das agressões, algumas

vezes, houve o rompimento da relação, mas logo reataram por causa, principalmente, da filha.

Relato de Priscila:

Me sinto revoltada, triste, sem poder reagir, sem tomar uma atitude. Ele chega em casa bêbado e começa me agredir com as palavras, mexe com a minha família e começa a me bater. Sinto muita raiva e as vezes quero me vingar, fazendo pior com ele. Até perdi as contas de quantas vezes fui espancada. Foi onze anos apanhando [...] Ele me dava murros no rosto e na cabeça e uma vez ele quebrou minha cabeça com o pau, ele tava drogado [...] Várias vezes ele pega a faca e ameaça de matar, dizia que eu não prestava, que era vagabunda. Quando eu tava grávida, ele me bateu que eu desmaiei [...] Ele também é agressivo com outras pessoas quando tá porre [...] Tudo por causa da bebida [...] Gostaria de viver em paz, sem bebida, sem brigas [...] Agora tá melhor a convivência, mas sinto medo, porque ele ainda bebe. Se ele participasse do grupo de alcoólicos anônimos talvez melhorasse, mas ele não aceita, não acha que é alcoólatra [...] ou terapia para casais [...].

Em vários momentos da conversa, Priscila deixou transparecer sentimentos de fragilidade, medo, tristeza, angústia, mágoa, ódio e dor por causa da violência que viveu ao longo dos anos. Todavia, o sentimento mais latente era o da insegurança pelo futuro incerto que não sabe como enfrentar. Mesmo assim, deixou transparecer a esperança de mudar a situação violenta, no sentido que o companheiro reconheça o problema do alcoolismo e busque tratamento.

O tratamento da violência doméstica por vias psicológicas, sociais e terapêuticas tem sido experimentado em outros países. Com isso, os serviços de assistentes sociais e psicólogos apontam para o fato da violência doméstica estar ancorada na baixa autoestima e silenciamento das vítimas, problemas que precisam ser abordados e tratados por profissionais especializados antes que a tragédia aconteça.

Estudo realizado por Meneghel (2011), com mulheres em situação de violência e operadores de instituições em Porto Alegre, constatou que apenas a intervenção criminal não é o suficiente para a superação da violência, havendo necessidade de desenvolver mais parcerias com os setores sociais, psicológicos, médicos etc. O autor afirma o seguinte:

Na mediação efetuada no Juizado da Violência Doméstica, os agressores são enviados a ONGs, como Amor Exigente, Alcoólicos Anônimos e outras, que oferecem atendimento para doenças como alcoolismo, droga, depressão, ou agressão. Dessa maneira, fica patente a concepção da violência de gênero como uma doença decorrente de distúrbios mentais ou comportamentos de risco. Tal concepção implica a necessidade de serviços médicos e de atenção psicossocial para tratar as pessoas afetadas (MENEZES, 2011, p. 748).

Na conversa com Ângela Camargo, 42 anos, houve muita espontaneidade e sinceridade ao falar sobre as violências vivenciadas como se buscasse ajuda para o problema existente em sua família, que já dura quase trinta anos. Ela se esforçava para resumir as tantas situações violentas que sofreu por parte do irmão, informando que reside com sua família na casa que era dos pais. Aproveitou a ocasião para revelar um pouco de sua história de vida e expressar seus sentimentos de angústia, tristeza, principalmente o medo do futuro, pois sabe que o agressor sairá da cadeia e irá direto para a casa agredir os familiares como sempre faz.

Depoimento de Ângela:

Me sinto mal e triste quando lembro das violências causadas por meu irmão. Ele é alcoólatra e quando bebe fica insuportável e muito violento. Fala palavras imorais para toda a vizinhança ouvir, ameaça de bater nas pessoas da família e já bateu até na nossa mãe quando era viva. Ele arromba janelas, quebra portas e grades pra querer entrar pra bagunçar [...] Ele joga pau, pedras, pega faca, terçado e ameaça [...] Na rua ele trata bem as pessoas, mas passou no portão ele se transforma. Quase trinta vezes ele já foi preso por causa dessa agressividade. É triste manter ele na cadeia, mas não tem outro jeito. Fico preocupada, apreensiva, não durmo direito quando ele tá solto, mesmo ele dormindo numa rede no quintal. Tenho uma vida normal agora que ele tá preso, mas sinto medo porque quando ele sai da prisão, minha vida vira um pesadelo. Gostaria que a minha família vivesse em paz e unida. Precisa melhorar mais o atendimento da polícia porque não querem atender os conflitos familiares e a justiça deve analisar melhor os casos dos alcoólatras, quando sair da cadeia não ir para casa, mas ir para uma clínica de tratamento.

Conforme Büchele e Lima (2011), as primeiras experiências com Homens Autores de Violência (HAV) aconteceram no fim da década de 1970 e início da de 1980, nos EUA e no Canadá, objetivando não suplantar ou substituir, mas sim, complementar as iniciativas voltadas à atenção e prevenção já destinadas às mulheres e responsabilizar a pessoa autora da violência pelo seu ato.

Percepções e sentimentos em mulheres idosas

Na entrevista realizada com Berenice Castro, 83 anos, percebeu-se o sentimento de tristeza ao relatar a violência que ocorre em sua família. Quase todos os filhos e netos são usuários de bebida alcoólica e alguns já utilizaram droga. Sofreu violência moral e patrimonial por um de seus filhos, que morava com ela, mas foi retirado da casa por ordem judicial em decorrência das medidas protetivas², que sob o efeito de álcool e droga, tornava-se agressivo, proferia ofensas morais e sumia com objetos da casa.

Relato de Berenice:

Sinto vontade de chorar só de pensar, mas eu resisto, sou forte porque tô com Jesus. Várias vezes sofri violência por causa das bebedeiras dos filhos e netos. Na hora da briga, eu me meto no meio de faca, pau, de tudo e acabo sendo atingida. Os irmãos são desunidos, fico “acanhada” com medo de acontecer alguma morte. Sinto muito medo, já tenho essa idade, não tô muito sadia, tô até esquecida [...] Agora estou mais calma, mas sempre penso coisa negativa, porque eles bebem e quando temo que eles se encontram devido desentendimentos do passado. Queria viver sossegada, sem muita preocupação, são nove filhos. A justiça é muito lenta, passou quinze dias para retirar ele da casa da última agressão, quase acontece uma tragédia. Queria que tivesse um tratamento para dependentes de álcool e droga, ia melhorar muito a convivência.

O sentimento mais perceptível foi o temor de acontecer uma tragédia com seus filhos durante uma briga. Deixou transparecer o sincero desejo

² Art. 22. - Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras.

de sua família ser mais harmoniosa, para poder viver essa fase da vida com mais tranquilidade, pois sua saúde está bem debilitada.

Na entrevista com Sebastiana Cunha, 85 anos, o sentimento de tristeza e culpa foi fortemente perceptível. Relatou que por várias vezes mandou prender o filho, que é alcoólatra e quando bebe, promove desavenças na residência e fica agressivo com os familiares, principalmente com ela, pois não gostava que ele chegasse bêbado na residência.

Relato de Sebastiana:

Eu me sinto muito triste por ser mãe. Eu preciso dos meus filhos para me ajudar, não quero ficar só. Ele chegava em casa bem porre e ficava brabo e quando ia para me agredir, eu mandava prender ele. Era só por causa das “camaradagens” e da bebida porque eu não gostava quando ele chegava bêbado em casa. Não posso entrar mais no presídio por causa da idade. Ele tá preso há mais de um ano e nada de eu vê ele [...] Não tenho medo de sofrer agressão dele, eu sinto é muita saudade, queria que ele saísse. Meu filho é homem bom e trabalhador. Gostaria que a minha vida fosse boa, queria enxergar. Eu tô doente e posso morrer e não vou mais vê meu filho.

A entrevistada ainda tinha bastante lucidez ao falar sobre o assunto e se esforçava para se fazer entender, bem como aproveitava a ocasião para relatar sua vida e expressar seus sentimentos, principalmente o medo de não ver mais o filho que continua preso há mais de um ano. Durante toda a conversa chorou emocionada demonstrando muita saudade do filho, deixando transparecer o sentimento de medo da solidão e culpa pelo filho estar preso. Justificou a violência sofrida pelo estado de alcoolismo do filho, exaltando as qualidades de homem bom e trabalhador.

Considerações finais

As participantes foram bastante colaborativas e reagiram de modos diferentes durante a entrevista. Quase todas choraram ao relembrar a violência sofrida.

As mulheres adolescentes e adultas deixaram transparecer os sentimentos de ódio e impotência diante das agressões sofridas por não terem como reagir. Para elas, a perpetuação da violência é quase que inevitável, pois sabem que eles vão ser soltos.

Digno de registro é o fato de uma participante adolescente não acreditar em qualquer medida possível de ser tomada em seu caso, só a morte de um ou de outro para “colocar um ponto final” na violência.

Os principais motivos que desencadearam a violência foram o alcoolismo e a droga. Nas mulheres adolescentes e adultas, também se detectou o fator ciúme no conflito violento.

Para as mulheres adolescentes, viver longe dos agressores seria melhor, enquanto que as mulheres adultas buscam mais uma solução para os conflitos violentos, sugerindo tratamento de álcool e, ou droga e terapêutico; Já as mulheres idosas desejam conviver com os agressores mesmo com o risco de sofrerem novas agressões. Nesse último caso, percebe-se maior tolerância da violência, mais dependência emocional e um forte sentimento de culpa.

O sentimento de insegurança também foi notável, principalmente pelo descrédito na polícia e justiça que são lentas e insuficientes para erradicar as reiteradas práticas violentas.

Quase todas concordaram que o encarceramento temporário não resolve o problema da violência e nem tampouco muda ou melhora o comportamento dos agressores, pela falta de ressocialização.

Percebeu-se em todas as mulheres o sentimento de medo do futuro, que para elas é incerto por causa da violência ou dos fatores a ela agregados. Desejaram sinceramente viver em paz, apontando como sugestão o tratamento de álcool e droga para os ofensores, de forma obrigatória.

Ao recordar das reiteradas agressões vivenciadas, percebeu-se nas mulheres diversos sentimentos como medo, tristeza, angústia, mágoa, ódio, dor, culpa, impotência, insegurança, fragilidade etc., mas com uma tênue esperança de viver em paz, sem violência.

Referências

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1995.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis-RJ: Vozes, p. 82, 2005.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, p. 16, 1994.

BRASIL. Lei N^o 11.340, de 7 de agosto de 2006. Coíbe a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Brasília, 8 ago. 2006.

_____. Câmara dos Deputados. *Convenção de Belém do Pará: 10 anos de adoção da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher*. Brasília, 2004.

_____. Decreto-Lei N^o 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1940.

BÜCHELE, F.; LIMA, D. *Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres*. 2011. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?prid=S0103-3312011000200020&script=sci_arttext>. Acesso em 10 jan. 2015.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários*. São Paulo: Mcgraw-Hill do Brasil, p. 49, 1996.

DIAS, M. B. *A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2010.

MELO, J.; SANEMATSU, M. *Onde tem violência, todo mundo perde*. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão. 2004. Disponível em: <<http://www.patriciagalvao.org.br>>. Acesso em: 20 out. 2014.

MENEGHEL, S. N. Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 743-752, abr. 2011.

PARODI, A. C.; GAMA, R. R. *Lei Maria da Penha - Comentários à Lei N^o 11.340/2006*. 1. ed. Campinas-SP: Russel, 2010.

CAPÍTULO 19

Reflexões sobre estresse em bombeiros

Alyne Giselle Camelo Louzeiro

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e Major do Corpo de Bombeiros Militar do Pará. Belém – Pará – Brasil. alynelouzeiro@hotmail.com

César Luiz Vieira

Mestre em Segurança Pública (UFPA), Bacharel em Direito (UFPA) e Oficial da Polícia Militar do Estado do Pará. Belém – Pará – Brasil . cesarvieirars@hotmail.com

Jaime Luiz Cunha de Souza

Doutor em Ciências Sociais (UFPA), professor do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (UFPA). Belém – Pará – Brasil. jaimecunha@ufpa.br

Resumo

A atividade de bombeiro é considerada um trabalho de alto risco e perigoso pela adversidade de cenários e prováveis eventos que necessitam do auxílio do bombeiro para salvaguardar pessoas e bens. As ocorrências estão relacionadas a combate a incêndios, salvamentos terrestres, aquáticos, em altura e atendimento pré-hospitalar. Por se tratar de uma profissão que lida com ocorrências dos mais variados graus de complexidade, esta exige preparo técnico e psicológico e como em qualquer outra profissão possui seus riscos para o adoecimento. Neste sentido, observa-se o risco para o estresse, uma condição que desestabiliza o organismo, exigindo deste a busca do equilíbrio. O estresse é inerente à atividade do bombeiro, estando presente cotidianamente nas ocorrências, e dentre as atividades que o bombeiro executa este trabalho enfatizou o serviço de atendimento pré-hospitalar. O objetivo deste artigo é apresentar uma reflexão acerca da atividade de bombeiro e seus riscos ocupacionais, em especial o estresse no atendimento pré-hospitalar. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica em artigos e dissertações sobre o adoecimento de bombeiros de um modo geral, saúde mental e posteriormente sobre o estresse e a atividade de resgate. Os resultados identificaram que os bombeiros tendem a apresentar problemas de saúde relacionados ao sistema cardíaco, respiratório, traumas e distúrbios do sono. O estresse é uma condição que pode levar ao aparecimento de várias sintomatologias físicas com a complicação de poder levar ao desenvolvimento de problemas psicológicos como a Síndrome do Estresse Pós-Traumático e a Síndrome de *Burnout*. Na conclusão sugere-se acompanhamento para prevenir o adoecimento.

Palavras-chave: Salvaguardar. Riscos Operacionais. Problemas de Saúde.

Introdução

Os estudos sobre as condições de trabalho na segurança pública, assim como em profissões de outras áreas, vêm ao longo do tempo ganhando atenção no meio acadêmico. Mesmo de uma forma lenta, já renderam resultados significativos (NATIVIDADE; BRASIL, 2006), na medida em que as mais variadas profissões dentro deste contexto necessitam de pesquisas sobre a execução de suas funções, a influência do trabalho sobre o trabalhador quanto aos aspectos físicos, fisiológicos, psíquicos, sociais e a relação entre eles, para um melhor entendimento sobre a atuação profissional e para que as próprias instituições possam perceber a si e aos seus profissionais dentro do sistema social.

A segurança pública, segundo a definição da Constituição da República Federativa do Brasil, “é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”, composta por diversas instituições com funções definidas para preservar a ordem e salvaguardar bens e vidas (LAZZARINI, 2001, p. 73), entre elas o Corpo de Bombeiros.

A atividade bombeiro militar, prevista na Constituição do Estado do Pará (PARÁ, 2010), organizada na hierarquia e disciplina militares, prevê as atribuições de prevenção, extinção e perícia de incêndios, busca e salvamento, de socorro de emergência e proteção balneária.

A atuação do bombeiro pode ser considerada uma atividade perigosa, na medida em que “está entre uma das mais difíceis e arriscadas profissões” (MUSTAJBEGOVIC et al., 2001, p. 56), sendo um trabalho técnico que em razão de sua atividade se encontra diariamente exposto a riscos advindos da própria natureza do serviço.

Ao verificar que as ocorrências atendidas pelos bombeiros podem envolver riscos à integridade física de pessoas e de bens, ou até mesmo à vida, estas se refletem em igual risco àquele que os atende, ou seja, o militar bombeiro está exposto a situações de risco.

Dada a especificidade da atividade, esta exige um preparo técnico e psicológico para a atuação, de forma a resolver em parte ou completamente o evento, com responsabilidade e a precisão que o trabalho requer. Essa necessidade de atendimento rápido e técnico exige fisicamente e tecnicamente do profissional, de forma a fazer com que este reflita uma série de sentimentos e percepções a respeito do seu trabalho e da forma de atendimento (ELMQVIST; BRUNT; EKEBERGH, 2010).

Este estudo é a primeira parte da dissertação de mestrado de um dos autores intitulado “A percepção do estresse sob o olhar dos bombeiros militares”, que se encontra em fase de elaboração.

O objetivo do presente estudo foi pesquisar na literatura as possíveis causas de adoecimento em bombeiros, observando principalmente estudos que abordavam a temática de estresse no atendimento pré-hospitalar, por se tratar da temática principal da referida dissertação.

Metodologia

O estudo, desenvolvido no 1º e no 2º semestres de 2014, caracterizou-se como pesquisa bibliográfica, utilizando-se a base de dados da biblioteca virtual em saúde e o site periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Restringiu-se a busca a trabalhos publicados em português, inglês e dos últimos 15 anos que envolvessem os temas “adoecimento em bombeiros”, “trabalho bombeiro”, “estresse em bombeiros” e “bombeiros e atendimento pré-hospitalar”. Foram selecionados 27 trabalhos que tinham abordagens relacionadas ou próximas da temática principal do estudo que fizeram parte do primeiro capítulo, entretanto foram usadas neste artigo 18 delas. Os resultados são apresentados em forma de temas sobre os riscos ocupacionais e os principais problemas de saúde que decorrem da atividade, o estresse ocupacional e o serviço de resgate e o estresse.

Resultados preliminares

Riscos ocupacionais e os problemas de saúde

Os riscos inerentes à atividade de bombeiro são inúmeros, podendo ser incluídos em categorias de físicos (aqueles provocados pelo ambiente como calor, frio, ruídos, vibrações, radiações ionizante e não ionizantes), químicos (soldas, ácidos, produtos oriundos de decomposição orgânica e inorgânica, produtos resultantes de combustão), biológico (bactérias, fungos, vírus e vermes), de acidentes (traumas físicos e psicológicos) e ergonômico (equipamentos não adequados às características dos trabalhadores e ao ambiente de trabalho (BRASIL, 2001).

Há fatores descritos como de risco que influenciam a saúde do bombeiro militar, os quais devem ser identificados nas atividades, assim como outros fatores que podem estar contribuindo para afastamentos, abstinências, doenças relacionadas ao aumento do consumo de álcool e outras drogas.

Vários estudos demonstram o risco para o aparecimento de doenças pulmonares e decréscimo da função pulmonar (SERRA; MOCCI; RANDACCIO, 1996; MUSTAJBEGOVIC et al., 2001; PREZANT et al., 2012), apesar de não demonstrarem resultados conclusivos, pois os mesmos variam, de acordo com as explicações dos próprios autores por causa da relação entre o grau de exposição, o tempo de exposição, o tipo de gás ou substância inalada e comportamento do próprio bombeiro, ao deixar de usar o equipamento de proteção individual.

Na ânsia de salvar, por diversas vezes o bombeiro tende a negligenciar sua própria proteção ao deixar, como por exemplo, de usar o respirador ou a máscara, seja para dividir o ar com a vítima ou retirar o peso extra.

Outros problemas físicos gerados pela exposição dizem respeito a problemas cardíacos (SAIJO; UENO; HASHIMOTO, 2007) e queimaduras, traumas, gastrointestinais e problemas com o sono (AASA et al., 2005).

Além da exposição física ao perigo, há outros fatores que influenciam o trabalho de bombeiro e devem ser considerados, como ser na maioria das vezes o primeiro a chegar ao local atendimento, a proximidade com a vítima, o tempo de espera por outro recurso para atender a ocorrência, a cooperação entre outros órgãos e a necessidade de falar a respeito do evento para poder trabalhar as emoções geradas pelo atendimento (ELMVQIST; BRUNT; EKEBERGH, 2010).

Deve-se observar, entretanto que os problemas não devem ser vistos de forma isolada, pois além do próprio risco físico da profissão, há fatores psicológicos envolvidos (AASA et al., 2005) que também podem gerar enfermidades.

Todos esses fatores apresentados geram elementos de tensão com os quais o bombeiro tem de lidar enquanto presta o socorro, em um misto de sentimentos de preocupação com a vítima, nervosismo e medo em razão do desconhecido com que pode ter que lidar, satisfação pelo sucesso ou tristeza, frustração e raiva pelo insucesso do trabalho. Os fatores do trabalho então seriam elementos estressores que se não forem bem trabalhados, também podem vir a adoecê-lo.

Estresse ocupacional

A pesquisadora Lipp (2000, p. 12) define estresse como “um estado de tensão que causa a ruptura no equilíbrio interno do organismo”. Isto quer

dizer que quando o corpo é exigido em situações físicas ou psicológicas, ou mesmo em ambas, este tende a demandar uma intensa mudança de seu funcionamento normal até que ele consiga se adaptar ou neutralizar aquela situação.

A exaustão é a fase de aparecimento dos sintomas “físicos” do estresse, ou seja, prejudicando o funcionamento saudável de alguns órgãos, como nomeou Santana e Sabino (2012) de “órgão de choque”, como o coração, o estômago entre outros; causando doenças físicas exemplificadas por Oliveira e Bardagi (2010) como cardíacas (distúrbios do ritmo cardíaco, infarte, arteriosclerose e derrame cerebral), neurológicas (insônia e cefaleia), gastrointestinais (úlceras, gastrite e colite), imunológicos (processos inflamatórios) e dermatológicos.

Entre os problemas psicológicos do estresse, podem ocorrer, conforme Oliveira e Badargi (2010), eventos de irritabilidade, angústia, depressão, apatia, alterações do humor, ansiedade, problemas para trabalhar, tristeza, entre outros.

Em razão ainda da exaustão, como foi observado acima, inúmeras doenças passam a ter sua origem no estresse, principalmente as cardiovasculares (LIPP, 2001), somatizando em problemas sociais, doenças e na qualidade de vida do indivíduo, que passa a não ter aquela sensação de bem estar.

Segundo Oliveira e Badargi (2010), o estresse ocupacional é visto como uma situação em que o trabalhador vê seu ambiente de trabalho de forma negativa por perceber que ele pode vir a prejudicar sua saúde física e mental ou sua ascensão.

Os estudos apresentam como problemas psicológicos mais constantes em bombeiros o estresse, que pode evoluir para o *burnout* e síndrome do estresse pós-traumático (CHEONG; YUN, 2011; VUORENSYRJA; MALKIA, 2011; SAIJO; UENO; HASHIMOTO, 2007).

Para Vourensyrja e Malkia (2011) “o *burnout* se refere a um estado de exaustão física e psicológica por não conseguir alcançar os objetivos do seu trabalho, estudo ou outras obrigações” (p. 384), entendido também pelos autores como uma forma prolongada do estresse, sendo que as diferenças se estabelecem entre eles visto que no estresse pode ainda ser associado a algo bom ou o “bom estresse”, enquanto que não existe o “bom *burnout*”.

Este outro desdobramento do estresse é a Síndrome do Estresse Pós-Traumático, de acordo com Wagner, Heinrichs, e Ehlert (1998) e Heinrichs et al. (2005), trata-se de um distúrbio mental que ocorre após uma experiência extremamente traumática de perda de uma vida ou sério dano físico, que faz com que o indivíduo apresente sentimentos de medo, pânico e que os sintomas estariam divididos em três categorias: reviver o trauma, sentimentos de insensibilidade e rejeição a estímulos relacionados com o trauma, sendo que tais sintomas podem levar a uma redução da satisfação no trabalho, absenteísmo ou mesmo a aposentadoria.

Os fatores ligados ao surgimento de doenças psicológicas nos bombeiros estão conectados a uma imensa rede de situações que envolvem o trabalhador por completo em sua vida, sejam elas de ordem social, do trabalho ou da natureza do serviço (CHEONG; YUN, 2011; VUORENSYRJA; MALKIA, 2011; SAIJO; UENO; HASHMOTO, 2007).

Um dos fatores está relacionado com o atendimento à ocorrência. O bombeiro quando sai, vai ao encontro do inesperado, pois ao receber o chamado, por mais que saiba o que precisa atender, não faz ideia do que vai encontrar ou se poderá ser o primeiro apoio a chegar à ocorrência; ele atende pessoas desconhecidas que depositam nele a esperança de salvação. Isto é muito forte. Muitas vezes o bombeiro precisa do apoio de outras instituições, daí que a comunicação e o espírito de equipe se tornam extremamente importantes para o sucesso do trabalho.

A cooperação sem distinção, a necessidade de reconhecer o que é necessário a se fazer e o processo de tomada de decisão pressionam o bombeiro de duas formas: ter de decidir-se sobre a ação a ser executada e a cobrança de que essa ação dê certo, porque principalmente ela está ligada a uma condição de sobrevivência de alguém ou de salvar um bem e se a decisão da ação for errada ou não tiver o resultado desejado, isto pode implicar em sérios prejuízos à imagem, à vida do bombeiro e à instituição como um todo (ELMQVIST; BRUNT; EKEBERGH, 2010; ASH; SMALLMAN, 2008)

O tempo no atendimento, que parece muitas vezes tornar-se longo em relação à necessidade de dar uma resposta definitiva à situação, é um dos pontos principais para definir o sucesso da atuação. O estudo realizado por Ash e Smallman (2008) revelou que o fator tempo é um dos maiores agentes estressores, assim como a tarefa de ter de selecionar

em uma ocorrência aquele indivíduo que será atendido primeiro. Mesmo com conhecimento para avaliação e ação imediata, cada um apresenta a sua forma peculiar de lidar com situações críticas e que envolvam tomada de decisão, causadoras de estresse e quando não trabalhadas, podem vir a desenvolver doenças.

O serviço de resgate e o estresse

Dentre as atividades do Corpo de Bombeiros, a que servirá de base deste estudo será a atividade do serviço de resgate, que presta o atendimento pré-hospitalar, definido por Elmqvist, Brunt e Ekebergh (2010) como o cuidado dos pacientes em situações de urgência e emergência, até a chegada ao hospital, o que geralmente é realizado por ambulâncias, mas que em muitos casos, bombeiros e policiais podem vir a ser os primeiros no local para prestar este tipo de atendimento.

Os riscos ocupacionais do serviço de resgate e possíveis geradores de estresse, segundo pesquisa feita por Zapparoli e Marziale (2006) foram identificados como possibilidade de infecções, contaminação com agentes químicos, agressões físicas e morais, acidentes automobilísticos, falta de material, temperatura, pressão mental, ruído, grande demanda física, falta de treinamento, problemas de relacionamento e comunicação. Observa-se conforme os resultados desta pesquisa, que os fatores geradores do estresse estão categorizados tanto nos risco profissionais quanto nos relativos à organização do serviço.

Entretanto, há de se enfatizar que além de todos esses riscos, os profissionais deste serviço, tem como função principal o cuidado com a vida das pessoas, isso significa lidar com condições de viver e morrer (MURTA; TROCCOLI, 2007; GOMES; TEIXEIRA, 2013) tanto para o socorrido como para os que socorrem, dentro de cenários caóticos, que por si só já são extremamente estressantes, gerando uma intensa exigência física e mental do profissional.

Os pesquisadores Marcelino e Figueiras (2007) relatam em um estudo sobre a perturbação do estresse pós-traumático em socorristas de emergência, que apesar de não ser um tema novo, ainda possui poucos estudos na área e que os resultados não são conclusivos, apesar de que nos resultados do experimento aplicado identificou-se que há um alto índice de bombeiros com sintomas desta síndrome, portanto, apesar de não

haver fortes conclusões a respeito desta temática, é conveniente também não ignorá-la por tratar-se de uma das doenças que podem ocorrer pelo estresse e pelo estresse ocupacional.

Nos estudos de Aasa et al. (2005), foram encontrados sintomas entre profissionais que trabalhavam em ambulâncias, como problemas de sono, dor de cabeça, e sintomas estomacais que poderiam estar ligados ao estado de estresse que estes profissionais viviam em suas atividades.

Diante destas ocorrências, o bombeiro tenta criar mecanismos de defesa e formas de lidar com os eventos e as pessoas.

Nos profissionais com a função social de cuidadores, categoria em que se incluem os bombeiros, o estresse profissional é iniciado por uma demanda emocional que tem a sua origem, na maioria das vezes, no atendimento de vítimas com sofrimento físico. Viver com o organismo em equilíbrio sob a pressão de agentes estressores e como forma de preservar a própria sobrevivência psicológica, os profissionais com atividades voltadas a cuidar da vida das pessoas desenvolvem estratégias para evitar a exposição das suas emoções. Os comportamentos de indiferença, de distância afetiva ou de manifestações irônicas para com aqueles a quem socorrem, que são demonstrados por alguns profissionais, são componentes do sistema defensivo que é desenvolvido com base na sua história de vida e nos recursos adquiridos com os treinamentos e com a experiência profissional (CARDOSO, 2004, p. 13).

Os mecanismos de defesa são, portanto, um reflexo de características individuais e de sua interação com o ambiente de trabalho, levando-se em consideração principalmente que tudo que ocorre neste ambiente terá reflexo na ação do trabalhador junto aos demais que compõem o seu ciclo de convivência.

Conclusão

A atividade de bombeiros, assim como qualquer outra atividade laboral, possui variados riscos para o adoecimento, por tanto é salutar que periodicamente este profissional seja submetido a exames que verifiquem sua condição física para a atividade, bem como o reconhecimento do estresse como sendo uma condição em que o corpo é várias vezes e de diversas formas submetido a tensões oriundas da ocorrência, fazendo-se necessário constantemente um acompanhamento da saúde do indivíduo.

Várias são as sintomatologias físicas do estresse que podem se confundir com doenças, podendo levar o bombeiro a um “mascaramento” de um possível problema psicológico.

É importante sensibilizar os bombeiros e seus gestores para um acompanhamento não somente de doenças físicas, mas de um acompanhamento por um serviço psicológico para que estes profissionais se apropriem de conhecimentos para poderem se conhecer psicologicamente e que saibam identificar em seu dia-a-dia pontos de tensão, podendo desenvolver habilidades para trabalharem e enfrentarem melhor as situações

Vários outros temas ficaram de fora deste estudo, como fatores externos que venham a influenciar no adoecimento e no estresse, como a relação familiar, elementos que surgem na ocorrência e que fogem à atribuição do bombeiro e questões sobre qualidade de vida no trabalho e relacionamento interpessoal, mas que podem ser abordados por outros estudos que se interessam pela temática apresentada.

Sugere-se ainda que para o cuidado à saúde dos bombeiros é necessária a prevenção ao adoecimento, seja ele físico ou mental, por meio de estratégias que promovam o contato constante com os serviços de saúde disponíveis pela instituição e pelo estímulo de busca deste serviço, afim de uma manutenção constante da saúde destes trabalhadores.

Referências

AASA, U.; BRULIN, C.; ANGQUIST, K. A, BARNEKOW-BERGKVIST, M. Work-related psychosocial factors, worry about work conditions and health complaints among female and male ambulance personnel. *Scandinavian Journal of Sciences*, v. 19, p. 251-258, 2005.

ASH, J. S.; SMALLMAN, C. rescue missions and risk management: highly reliable or over committed? *Journal of Contingencies and Crisis Management*, v. 16, n. 1, mar. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para s serviços de saúde*. Brasília, 2001. Disponível em <<http://dtr2001>>.

CARDOSO, L. A. *Influência dos fatores organizacionais no estresse de profissionais bombeiros*. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 13, 2004.

CHEONG, J.; YUN, I. Victimization, stress and use of force among South Korean police officers. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, v. 34, n. 4, p. 606-624, 2011.

ELMQVIST, C.; BRUNT, D.; EKEBERGH, M. Being first on the scene of an accident – experiences of ‘doing’ emergency care. *Scandinavian Journal of Sciences*, v. 24, p. 266-273, 2010.

GOMES, R.; TEIXEIRA, F. Influência dos processos de avaliação cognitiva na atividade laboral de bombeiros portugueses. *Revista Psico-USF*, Bragança Paulista, 18 (2), p. 309-320, 2013.

HEINRICHS, M.; WAGNER, D.; SCHOCH, W.; SORAVIA, L. M.; HELLHAMMER, D. H; EHLERT, U. Predicting posttraumatic stress symptoms from pretraumatic risk factors: a 2-year prospective follow-up study in firefighters. *American Journal Psychiatry*. 162(12), p. 2276-2286, 2005.

LAZZARINI. *Constituição Federal, estatuto dos militares, código penal militar, código de processo penal militar*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

LIPP, M. E. N. *O stress está dentro de você*. 2. ed. São Paulo: Contexto, p. 12, 2000.

_____, M. E. N. Estresse emocional: a contribuição dos estressores internos e externos. *Revista Psiquiatria Clínica*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 347-349, 2001. Disponível em: <<http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/vol28/n6/artigos/art347.htm>> Acesso em: maio 2015.

MARCELINO, D.; FIGUEIRAS, M. J. A perturbação pós-stress traumático nos socorristas de emergência pré-hospitalar: influência do sentido interno de coerência e da personalidade. *Revista Psicologia, Saúde e Doenças*, v. 8, n. 11, p. 95-108, 2007.

MURTA, S. G., TRÓCCOLI, B. T. Stress ocupacional em bombeiros: efeitos de intervenção baseada em avaliação de necessidades. *Estudos de Psicologia*, v. 1, n. 24, p. 41-51, 2007.

MUSTAJBEGOVIC J.; ZUSKIN, E.; SCHACHTER, E.; KERN, J.; VRCIC-KEGLEVIC, M.; HEIMER S.; VITALE, K.; NADA, T.

Respiratory function in active firefighters. *American Journal of Industrial Medicine*, v. 40, p. 55-62, 2001.

NATIVIDADE, M. R.; BRASIL, V. A escolha profissional entre os bombeiros militares. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 7, n. 1, p. 37-43, 2006.

OLIVEIRA, P. L. M.; BARDAGI, M. P. Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares. *Boletim de Psicologia*, Santa Maria-RS, v. 131, n. 59, p. 153-166, 2010.

PARÁ. *Constituição do Estado do Pará*. Belém, 2010. Disponível em: <<http://www.sefa.pa.gov.br/LEGISLA/leg/Diversa/ConstEmendas/ConstEstadual/Constituicao%20Para.htm>> Acesso em: maio 2015.

PREZANT, D. J.; WEIDEN, M.; BANAUCH, G. I.; MCGUINNESS, G.; ROM, W. N.; ALDRICH, T. K.; KELLY, K. J. Cough and bronchial responsiveness in firefighters at the World Trade Center site. *The New England Journal of Medicine*. 347(11), 2012.

SAIJO, Y.; UENO, T., HASHIMOTO, Y. Job stress and depressive symptoms among Japanese fire fighters. *American Journal of Industrial Medicine*. 50, p. 470-480, 2007.

SANTANA, S. L.; SABINO, A. D. V. Estresse policial militar: efeitos psicossociais. *Revista Conexão Eletrônica*, v. 9, n. 2, p. 01-10, 2012.

SERRA, A.; MOCCI, F.; RANDACCIO, F. Pulmonary function in Sardinian firefighters. *American Journal of Industrial Medicine*, v. 30, p. 78-82, 1996.

VUORENSYRJA, M.; MALKIA, M. Nonlinearity of the effects of police stressors on police officer burnout. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, v. 34, n. 3, p. 382-402, 2011.

WAGNER, D.; HEINRICHS, M.; EHLERT, U. Symptoms of Posttraumatic Stress Disorder in German Professional Firefighters. *Journal Psychiatry*, v. 155, n. 12, p. 1727-1732, 1998.

ZAPPAROLI, A. S.; MARZIALE, M. H. P. Risco ocupacional em unidades de Suporte Básico e Avançado de Vida em Emergências. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 59, n. 1, p. 41-46, 2006.

CAPÍTULO 20

Violência Doméstica: reflexões sócio-jurídicas sobre a aplicabilidade e eficácia da Lei N^o 11.340/06 na atuação da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), no período de 2014 a 2015, em Belém do Pará - Brasil

Adriana de Aviz

Doutoranda em Direito Civil (UBA), Mestre em Sociologia (UFPA), docente da graduação (FIBRA, FABEL, UFRA e UFPA - PARFOR) e da Pós-Graduação (FIBRA, FAAM), coordenação da Esp. em Direitos Humanos da FIBRA. Belém – Pará – Brasil. a_aviz@yahoo.com.br

Thaís Maia Carvalho Bezerra

Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA), servidora pública da Polícia Civil do Estado do Pará, professora da FIBRA e da FABEL. Belém – Pará – Brasil. thaismaiaadv@yahoo.com.br

Samuelson Yoiti Igaki

Mestrando em Segurança Pública (UFPA). professor da FIBRA e delegado da Polícia Civil do Estado do Pará. Belém – Pará – Brasil. igaki@uol.com.br

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Resumo

A violência, em seus mais variados aspectos, é um fenômeno histórico-comportamental, presente na sociedade brasileira, manifestando-se por meios psicológicos, físicos, verbais e comportamentais do agressor. Um desses contornos é tema deste estudo: a violência doméstica, que não se limita diretamente a família, incluindo também pessoas que vivem no mesmo espaço doméstico, ligadas ou não por vínculo de parentesco. Nesse contexto, o presente estudo objetiva investigar se a Lei N^o 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) tem aplicabilidade e eficácia na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher no município de Belém, Estado do Pará (Brasil). A abordagem metodológica utilizada, de caráter exploratório, qualitativo e quantitativo, envolveu pesquisa bibliográfica, documental e de campo, assim como a aplicação de questionários com funcionários ligados a esta delegacia e com as vítimas. A pesquisa tem como marco temporal os anos de 2014 e 2015. Com base nos dados apurados, observa-se que a delegacia foi reestruturada para atender em um único prédio as vítimas de violência doméstica e familiar, evitando que estas sejam obrigadas a passar pelo constrangimento de ter que relatar, em vários órgãos, a situação a qual foram submetidas. Neste novo

prédio estão alocados vários órgãos ligados à questão, mas nem todos estão integrados, por falta de recursos humanos. As vítimas também contam com espaço reservado para atendimento médico e psicológico. Mesmo com esta dificuldade, notam-se esforços com a finalidade de melhor atender as vítimas.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Agressor. Vítima.

Introdução

Desde o início da civilização, o contexto histórico da violência doméstica e familiar contra a mulher evidencia o tratamento submisso a que ela é exposta. Este fator reflete uma mentalidade patriarcal, projetada por uma visão de mundo, que dá aos homens a liberdade e a legitimidade errônea de usar de violência contra as mulheres com os mais diversos objetivos. A violência doméstica é um problema social presente em todos os lugares, atingindo milhares de mulheres, sem distinção de aspectos sociais, econômicos, políticos, religiosos e culturais (GONZÁLES, 2007 apud COSTA, 2014).

Em termos legislativos, ainda que a Constituição Federal do Brasil de 1988 assegure no *caput* do seu Art. 5 que todos são iguais perante a lei, o tratamento diferenciado dado a homens e mulheres é um fator relevante, pois contribui para este tipo de violência que, de modo genérico inicia por meio de agressões morais, evoluindo para agressões físicas, até chegar à morte (DIAS, 2007).

A Lei Nº 11.340/06 (BRASIL, 2006) foi criada em homenagem à biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de violência doméstica. A legislação surgiu com o objetivo de coibir e prevenir a violência contra a mulher no âmbito familiar, dispondo sobre a criação de Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, bem como estabelecendo medidas de assistência e proteção às mulheres vítimas desse tipo de violência. Embora a lei seja direcionada à mulher, ela não se refere a todo e qualquer crime sofrido por esta, e sim aos decorrentes das relações familiares e de afeto.

Ao entrar em vigor, a referida lei deu cumprimento à Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, da Organização dos Estados Americanos (OEA), chamada de Convenção de Belém do Pará (1994), bem como à Convenção para a Eliminação de Todas as

Formas de Discriminação contra a Mulher, da Organização das Nações Unidas (ONU).

A Lei Maria da Penha permitiu o entendimento de violência doméstica e familiar contra a mulher, conceituando-a como qualquer ação ou omissão onde a questão de gênero esteja presente, causando morte, lesão, sofrimento físico, psicológico ou sexual e dano moral ou patrimonial (cf. Art. 5, Lei Nº 11.340/06). O texto disciplina normativamente o destinatário primeiro dessa lei: a vítima – sempre a mulher – e o agressor, podendo ser tanto o homem quanto a mulher. Nesse diapasão, a violência doméstica e familiar contra a mulher é considerada uma das modalidades de violência de gênero. Ambas não se confundem, porque a violência contra a mulher consiste em toda e qualquer violência cometida contra a mulher. De outro lado, a violência doméstica e familiar contra a mulher é aquela que ocorre no âmbito da família, seja esta formada ou não por vínculos de parentesco natural, civil, por afinidade ou mesmo por afetividade.

O presente estudo fará reflexões sócio-jurídicas acerca da violência doméstica contra a mulher e a aplicabilidade da Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, no município de Belém-Pará, abordando a atuação da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), no que concerne à proteção das mulheres vítimas desse tipo de violência.

A partir deste cenário sócio-jurídico surgiu o interesse em desenvolver a temática, fomentando as seguintes indagações: a DEAM do município de Belém foi capaz de se estruturar para se adequar ao estabelecido na Lei Maria da Penha? Como é a atuação da DEAM no atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar? As vítimas estão recebendo as medidas protetivas reguladas pela lei?

Objetivos

O objetivo do estudo em âmbito geral é analisar se a DEAM está aplicando de forma eficaz o estabelecido na Lei Nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha) no município de Belém do Pará, Brasil, no marco temporal de 2014 a 2015.

Especificamente, pretende-se identificar as formas de violência que vêm ocorrendo com maior incidência no município por meio da análise dos dados coletados na DEAM nos anos de 2014 e 2015, possibilitando

verificar de que forma a DEAM atua na proteção à mulher vítima de violência.

Metodologia

O trabalho é um estudo de caso no âmbito da DEAM, localizada em Belém, Pará, Brasil, *locus* da pesquisa. Ressalta-se que no prédio se fazem presentes diversos órgãos/instituições (PROPAZ, Ministério Público, Defensoria Pública etc.), os quais contemplam a estrutura da DEAM que serão também fruto de investigação.

A abordagem metodológica é de caráter exploratório, qualitativo e quantitativo, envolvendo a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, assim como a aplicação de questionários com funcionários (delegada, assistente social, peritos, dentre outros) vinculados à DEAM e com vítimas, além da realização de entrevistas.

Resultados preliminares

A violência doméstica e familiar tem origem nas sociedades antigas, sendo um reflexo social de mentalidade patriarcal. Apesar de todas as lutas em busca da equiparação entre homens e mulheres, com previsibilidade enfática na Constituição Federal do Brasil de 1988, a ideologia do poder patriarcal ainda persiste. O homem acredita ser proprietário do corpo e da vontade da mulher e dos filhos, sendo tal concepção criada e permitida pela sociedade que incute em sua mente a construção de uma imagem de virilidade, de superioridade deste sexo (DIAS, 2007).

As agressões sofridas pelas mulheres no seio doméstico ou familiar têm diversos fatores como o medo de retaliação, de vingança e dependência financeira do agressor; da preocupação com os filhos; da vergonha pela agressão, entre outros. Todavia, muitas deixam de denunciar seus agressores acreditando que, um dia, eles irão parar de ser violentos e/ou que aquele fato ocorreu pela última vez. Em outros casos, as denúncias não são feitas em virtude da Lei Maria da Penha impedir, em determinados situações, que as mulheres retirem a queixa na Delegacia.

O Estado, conforme previsão constitucional brasileira no Art. 144, tem a responsabilidade de prestar a segurança pública à população (MENDES; COELHO; BRANCO, 2007). O ente federativo exerce tal responsabilidade nos níveis federal, estadual e municipal, com a atribuição de preservar a

ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio. Tal prerrogativa constitucional é realizada, sobretudo pelas instituições policiais, onde se verifica que a Polícia Civil está presente no rol dessas organizações.

No Estado do Pará, a Polícia Civil se organiza estruturalmente para exercer sua atividade finalística: a proteção do cidadão. Em abril de 2012, foi criada, na instituição, a Diretoria de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAV), com o objetivo de planejar e organizar políticas e diretrizes de segurança para a efetiva prevenção e repressão aos crimes discriminatórios, como os crimes contra a mulher. Para atingir tal objetivo, a Divisão Especializada de Atendimento a Mulher (DEAM), criada em 1987, foi reestruturada no ano de 2006, sendo responsável pelo atendimento de forma mais adequada e especializada à mulher vítima de violência doméstica. O prédio novo foi custeado pela Polícia Civil com o objetivo de organizar um ambiente no qual a vítima pudesse realizar todo o atendimento em um único lugar.

Estruturalmente, esta Delegacia Especializada foi organizada da seguinte forma: a) subsolo; b) térreo: encontra-se a DEAM e o PROPAZ Integrado; c) 1º pavimento: a enfermagem, o consultório médico, a perícia, os psicólogos, a coordenação do PROPAZ Integrado e a DEAM – parte administrativa; d) 2º pavimento: a sala de audiências, o gabinete do juiz, o Ministério Público e a Defensoria Pública.

Apesar de toda a estrutura existente nesta delegacia, ainda não há uma total integração entre os órgãos, por questões administrativas e de recursos humanos. Contudo, mesmo que alguns órgãos não estejam integralmente presentes no ambiente da DEAM, em casos de denúncia são chamados para prestar atendimento, como é o caso do Centro de Perícias Renato Chaves e o Juizado de Violência Doméstica e Familiar, os quais atuam em conjunto com a Delegacia Especializada. Em funcionamento estão o atendimento psicossocial e a delegacia.

Mesmo diante dos dados de agressão contra a mulher, a DEAM vem envidando esforços para minimizar e coibir tal situação. Além das atividades diárias (prestação de atendimento especializado às mulheres vítimas de violência nas áreas de segurança, justiça, atendimento psicossocial e saúde; realização de registros de delitos e taxas de ocorrência no atendimento e de notificação do agressor; realização de procedimentos (prisão em flagrante, armas apreendidas, inquéritos policiais, indiciamentos etc.), a Delegacia

Especializada vem organizando diversas atividades para alertar as vítimas no sentido da denúncia. Cita-se como exemplo o programa “Por uma Cultura de Paz” (PROPAZ); o projeto “Botão do Pânico”; e a campanha “Março Rosa”. Com a execução desses projetos observou-se uma maior aproximação e maior procura das agredidas na busca de informações e consequentes denúncias: no ano de 2014 foram efetuados 6.611 (seis mil seiscentos e onze) boletins de ocorrências policiais (BOP), sendo que destes, 1.557 (mil quinhentos e cinquenta e sete) transformaram-se em inquéritos policiais (IPL); no ano de 2015, somente no primeiro trimestre, houve um registro de 1.590 (mil quinhentos e noventa) BOP e destes, 539 (quinhentos e trinta e nove) voltaram-se como IPL.

O elevado número de denúncias não se caracteriza apenas como um informativo de que os índices de violência continuam altos, mesmo após a entrada em vigor da Lei Maria da Penha. Eles demonstram um maior número de mulheres que se sentem amparadas e encorajadas a denunciar seus agressores, acreditando no serviço de acolhimento fornecido pela instituição. Ao adentrarem na DEAM, as vítimas recebem assistência em diversas áreas: acolhimento do serviço social; encaminhamento para as redes de atendimento, como o Núcleo de Atendimento à Mulher; Defensoria Pública; Santa Casa de Misericórdia, Centro de Perícias Científicas e Núcleo de Práticas Jurídicas; encaminhamento para os abrigos do Estado nos casos de ameaça de morte; apoio policial para buscar pertences pessoais quando a mulher opta por sair do lar; orientação jurídica.

Ao chegar a DEAM, a vítima é ouvida por uma assistente social do PROPAZ, que escutará o relato do caso e analisará a situação, avaliando a necessidade de ser feito algum encaminhamento. Caso haja a ocorrência de um crime à vítima ou a um terceiro, é realizado o atendimento na delegacia para lavrar a termo o Boletim de Ocorrência Policial (BOP), onde as provas serão colhidas para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias. Ressalta-se que a delegacia foi reestruturada especialmente para atender as vítimas de violência doméstica e familiar em um único ambiente, evitando que elas sejam obrigadas a passar pelo constrangimento de relatar, em várias instituições, a situação a qual foram submetidas. A DEAM conta também com atendimento médico, psicológico, além do serviço de perícia.

Após os procedimentos relatados, a vítima será informada sobre as medidas protetivas que poderá solicitar, caso as queira. Tais medidas são

requisitadas ao Juizado de Violência Doméstica e Familiar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, tendo o magistrado igual prazo para responder, concedendo-a ou não. Verificou-se que no ano de 2014 dos 6.611 (seis mil, seiscentos e onze) BOP registrados, 1.423 (mil quatrocentos e vinte e três) resultaram em solicitação de medidas protetivas, sendo que 124 (cento e vinte e quatro) foram descumpridas; no primeiro trimestre de 2015, dos 1.590 (mil quinhentos e noventa) BOP, 167 (cento e sessenta e sete) resultaram em pedidos dessas medidas.

Uma das medidas protetivas que podem ser solicitadas pela vítima, caso haja risco de vida iminente é o encaminhamento para a Casa Abrigo, ainda chamada de “albergue”, ou para o Centro de Referência Maria do Pará (CRMP), que realiza atendimento multidisciplinar nas áreas: psicossocial, jurídica e de saúde. A CRMP recebe demanda espontânea, pois acolhe mulheres encaminhadas pela própria DEAM, das Defensorias Públicas e por outras instituições. O atendimento das vítimas fica sob a responsabilidade do PROPAZ. No ano de 2014, 1.310 (mil trezentas e dez) mulheres foram encaminhadas para o CRPM e 51 (cinquenta e uma) para albergues.

A DEAM, apesar de todo o importante serviço social de proteção à mulher, vem enfrentando dificuldades no que concerne ao cumprimento das medidas protetivas: a falta de contingente policial. Verifica-se que o número de servidores públicos que atuam na delegacia não é o suficiente para a demanda aferida. Essa falha é percebida logo no primeiro atendimento, sendo necessário o agendamento deste serviço, salvo os de caráter urgente. Em consequência disso, a efetivação e a monitoração do cumprimento da medida protetiva ficam prejudicadas.

Para remediar tal situação, algumas medidas protetivas estão sendo realizadas em parcerias entre a Prefeitura Municipal de Belém (PMB) e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJ/PA). Em 2014, foi assinado um Termo de Cooperação Técnica durante a abertura da 5ª Capacitação do projeto “Mudando a História: Uma Vida sem Violência”, onde foi lançado o projeto “Botão do Pânico”, a fim de que as vítimas de violência doméstica e familiar possam contar com o apoio da Guarda Municipal¹.

¹ O município de Belém, no Estado do Pará, foi a terceira cidade do Brasil a implantar o projeto “Botão do Pânico”. Trata-se de um dispositivo eletrônico de segurança preventiva estruturado com GPS e gravação de áudio. Ao se pressionar o botão, a

Desde a entrada em vigor da Lei Maria da Penha, verificou-se um considerável número de prisões dos agressores: no ano de 2014 foram registradas 269 (duzentos e sessenta e nove) prisões, sendo 255 (duzentos e cinquenta e cinco) em flagrante; no primeiro trimestre de 2015, a delegacia registrou 69 (sessenta e nove) prisões, das quais 63 (sessenta e três) foram em flagrante.

Ainda que os dados demonstrem uma relevância no número de denúncias e de prisões, as entrevistas com as servidoras atuantes na DEAM denotam que ainda há um elemento impeditivo: a fobia da desestruturação familiar acompanhada da dependência econômica. Isso se dá em função de algumas mulheres acreditarem na formação de um lar e, por manterem uma relação de dependência financeira com seus companheiros/maridos, não os denunciam. As vítimas ainda sonham que a situação pode mudar.

No que tange à incidência da tipologia da violência doméstica, segundo nos informa os dados da DEAM, em primeiro lugar encontra-se a violência psicológica – tendo em vista que esta se configura como a primeira forma de agressão em muitos casos, seguida da física, moral, sexual e patrimonial (Cf. Art. 7, I, II, III, IV e V da Lei Nº 11.340/06).

Apesar de todos os avanços conquistados pela aprovação da Lei Nº 11.340/06 e de representar um dos mecanismos mais importantes de defesa dos direitos da mulher e da luta contra a erradicação da violência doméstica e familiar, as dificuldades elencadas comprometem a eficácia legislativa, gerando retrocessos no sistema de defesa das vítimas.

Mesmo com esses entraves e almejando a modificação do panorama de violência contra a mulher, a DEAM vem executando seu trabalho

Central de Monitoramento recebe um chamado e por meio do GPS, a central aciona a polícia, que de forma imediata seguirá até o local onde a vítima se encontra. Toda a conversa gravada poderá ser utilizada como prova judicial contra o agressor. O aparelho é acoplado a um cinto podendo ser encaixado em qualquer parte do corpo da mulher. Quando pressionado, o botão libera uma escuta monitorada pela Central de Monitoramento gerenciada pela Prefeitura de Belém. Dessa forma, a informação com a localização exata da vítima será enviada à Guarda Municipal, a fim de que um carro da Patrulha Maria da Penha esteja imediatamente no local do fato. Inicialmente, o equipamento será distribuído para as mulheres que foram vítimas de casos extremos, como por exemplo, tentativa de homicídio e lesão corporal grave, havendo a reincidência do agressor, e que estão sob medida protetiva na 1^a, 2^a e 3^a Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (G1, 2014, não paginado).

a fim de efetivar a aplicabilidade da Lei Maria da Penha. Por meio de atendimentos, apoio psicológico e de campanhas educativas, prima-se pelo respeito e apoio a essas mulheres, vítimas de violência de gênero.

Referências

BATISTA, M. S. Violência doméstica: violação e desrespeito aos direitos da mulher. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis, 02 nov. 2013. Disponível em: investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/direito-penal/313761. Acesso em: 01 maio 2015.

BRASIL. Lei N^o 11.340, de 7 de agosto. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 20 set. 2015.

COSTA, E. L. F. *O gênero do direito internacional: discriminação, violência e proteção*. Belém: Paka-Tatu, 2014.

DIAS, M. B. *A lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate de violência doméstica e familiar contra a mulher*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MENDES, G. F.; COELHO, I. M.; BRANCO, P. G. G. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2007.

G1 Pará, mulheres vítimas de violência terão acesso à ‘botão do pânico’. Belém, 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/03/no-pa-mulheres-vitimas-de-violencia-terao-acesso-botaodo-panico.html>. Acesso em: 20 set. 2015.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ. Belém, 2014. Disponível em: <http://www.policiacivil.pa.gov.br/?q=node/4041> Acesso em: 01 abr. 2015.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. *TJPA e Prefeitura lançam Botão do Pânico*. Belém, 25 mar. 2014 Disponível em: <http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/1151-TJPA-e-Prefeitura-lancam-Botao-do-Panico.xhtml>. Acesso em: 18 set. 2015.

CAPÍTULO 21

Papel dos centros de toxicologia na defesa e segurança de um país

André Pedro Neto

Doutor em Ciências da Saúde. Decano da Faculdade Lueji A Nkonde. Luanda – Angola. pnettotoxicovigilancia@gmail.com

Ineldo Ruiz Arcia

Mestre em Toxicologia Clínica (Ministério do Ensino Superior de Cuba). Especialista de 2º Grau em Toxicologia. ruizarcia@gmail.com

Daisy Valente

Faculdade de Medicina-Malanje, Luanda - Angola. daisyvalente@gmail.com

Catarina Gregório Gaspar

Doutora em Medicina Geral. Centro de Informação e Investigação sobre Medicamentos e Toxicologia. Luanda – Angola. catipepegaspar@gmail.com

Resumo

O aumento progressivo de substâncias químicas e agentes tóxicos em nível mundial trouxe consigo vários benefícios não obstante os mesmos produtos acompanham-se de várias vulnerabilidades que ameaçam a segurança e a defesa de um país. Estima-se mais de 30 milhões de produtos químicos, muitos dos quais são carcinogénicos, mutagénicos, fetotóxicos ou estão relacionados a alguns acidentes. Em 1985, a Organização Mundial da Saúde (OMS) orientou a todos os Estados e governos a criarem centros de toxicologia, para promover ações de capacitação, prevenção e programas de toxicovigilância para evitar situações de intoxicações químicas, radiológicas, biológicas e nucleares (NBQR) que sem dúvida alguma representam potenciais perigos à segurança e à defesa de um país. Em 2011, Angola criou o 1º Centro de Investigação Informação de Medicamentos e Toxicologia (CIMETOX), que vem contribuindo nas ações de prevenção, capacitação, diagnóstico e tratamento das intoxicações. No presente trabalho apresentamos o papel do CIMETOX na mitigação e preparação na resposta perante as emergências NBQR para contribuir na defesa e segurança do país.

Palavras-chave: Substâncias Químicas. Toxicovigilância. Perigos.

Introdução

O crescimento exponencial dos produtos químicos em nível mundial reveste-se de fundamental importância no desenvolvimento acelerado da economia. Não obstante sua inegável utilidade no processo de produção, comercialização para satisfazer as necessidades das populações, trazem consigo a ocorrência de acidentes químicos, biológicos, nucleares, e radiológicos, representando uma eminente ameaça a saúde do homem e do ambiente podendo comprometer a segurança e a defesa de um país. Considerando que muitos dos produtos químicos podem representar uma ameaça para a saúde humana e o ambiente, é fundamental reforçar as defesas sanitárias contra as libertações deliberadas de agentes biológicos e químicos o que constitui um grande desafio em matéria de prevenção. Definiu-se um sistema metodológico para a vigilância toxicológica em casos de intoxicações por desastres NBQR e bioterrorismo, para ser implementado no Ministério da Saúde em Angola. Os centros de informação toxicológica constituem uma valiosa ferramenta para mitigar as intoxicações ao homem e ao ambiente, contribuindo na defesa e segurança de um país, promovendo juntos às autoridades do Estado e governos, no sentido de se criarem centros de toxicologia nas perspectivas de reduzir a morbi-mortalidade por exposição a produtos químicos, porque ameaçam valores políticos, econômicos, humanos e culturais.

No seguimento dos atentados terroristas, bioterroristas e grupos com interesses inconfessos; os governos e as instâncias internacionais estão atentos examinando: Os meios disponíveis para prevenir atividades bioterroristas e ataques químico-toxicológico, combater as ameaças e atenuar os impactos de eventuais ataques nesta conformidade apresentamos o papel dos centros de investigação e informação de toxicologia para contribuir a mitigar os efeitos nocivos dos produtos tóxicos em caso de algum acidente ou incidente com substâncias químicas.

Objectivo geral

Descrever as ações dos Centros de Investigação, Informação de Medicamentos e Toxicologia na preparação, resposta e recuperação de acidentes químicos toxicológicos e biológicos para defesa e segurança de Angola.

Fundamentação

Não obstante a inegável utilidade dos produtos químicos e sua comercialização para satisfazer as necessidades das populações, esses trazem consigo a ocorrência de acidentes químicos, biológicos, nucleares, e radiológicos, ameaça a saúde do homem e ambiente, podendo comprometer a segurança e a defesa de um país. Considerando que muitos dos produtos químicos podem representar uma ameaça para a saúde humana e o ambiente, é fundamental reforçar as defesas sanitárias contra as libertações deliberadas de agentes biológicos e químicos, o que constitui um grande desafio em matéria de prevenção. Nesta perspectiva, a OMS orientou a todos os Estados e governos a criarem centros de toxicologia, com o propósito de dar resposta as eminentes ameaças para a humanidade (OMS, 1985).

Prevenção, capacidade de resposta e atuação dos centros de informação toxicológica

Atenuar as consequências das libertações deliberadas de agentes biológicos e químicos requer uma detecção precoce dos agentes envolvidos e um reconhecimento dos casos nas pessoas afetadas e atuar no seguinte:

1. Estabelecer uma toxicovigilância eficaz.
2. Familiarizar os clínicos com as síndromes a que devem estar atentos.
3. Divulgar orientações relativas à gestão dos casos.
4. Instaurar dispositivos eficazes que assegurem notificações rápidas às autoridades encarregadas de recolher e avaliar dados epidemiológicos.
5. Coordenar as respostas em termos de saúde pública.
6. Os laboratórios devem ser dotados das competências e capacidades necessárias para poderem fazer face a agentes de alto risco e a tecnologias complexas, bem como a um forte aumento da procura em caso de ataques múltiplos.
7. Cumprir às autoridades sanitárias tomar as medidas preventivas, corretivas e terapêuticas necessárias (descontaminação das pessoas expostas, recolha de amostras para análise, administração de tratamentos etc.).
8. Criação de planos de emergência químico-toxicológicos para garantir um elevado nível de confiança na capacidade de organizar uma reação multissetorial eficaz.

Fatores importantes de articulação

Deve-se criar uma base de dados de reservas de medicamentos (antídotos, antibióticos, antivirais) e de serviços de saúde bem como uma estrutura de emergência que permita dispor de medicamentos e especialistas sanitários em caso de ataques.

Definir regras e divulgar conselhos sobre os meios sanitários de fazer face a ataques, coordenando a resposta comunitária.

Implantar um mecanismo de alerta e intercâmbio de informações.

É fundamental que existam dispositivos adequados, capazes de garantir a notificação e o intercâmbio rápidos de informações, em caso de sinais e/ou ameaças e ataque.

Criar capacidades de detecção e de identificação de agentes biológicos e químicos que possam ser utilizados em ataques.

Resultados

Atuação do sistema: Implementar mecanismos de enfrentamento em casos de ocorrências de intoxicações por desastres químicos. Garantir informação oportuna entre o lugar do incidente, as instituições e as autoridades de saúde, que o sistema funcione constantemente todo o ano. Uma intoxicação que involucra substâncias químicas pode ser notificado desde qualquer parte (população, instituição de saúde e outras) o CIMETOX, Tropas Químicas e Proteção Civil, instituições de saúde, ou outras instituições em estes casos cada um de estes cumpri uma função.

Eventos a vigilar

Intoxicações por substâncias químicas.

Desastres químicos.

Subsistemas

Subsistema de diagnóstico clínico

Que se vigia? Intoxicações por substâncias químicas.

Como? Mediante a notificação de evento ao CIMETOX, instituições de saúde e Tropas Químicas e Proteção Civil.

Quem? O CIMETOX e o serviço de informação toxicológica de urgência.

Donde? Em CIMETOX.

Como é? Ao receber-se a notificação no CIMETOX se estabelecerá comunicação com as autoridades de saúde angolanas e outras instituições.

Quando? Quando se notifique a intoxicação por substância química.

Qual? A notificação se recolherá por meio do preenchimento da ficha desenhada no CIMETOX, a qual é componente do Subsistema Integrado Estatístico.

Subsistema de laboratório clínico

Que se vigia? Estudos de toxicologia analítica realizados para a determinação de substâncias envolvidas em intoxicações químicas.

Como? Recepção de amostras no CIMETOX.

Quem? No laboratório químico analítico do CIMETOX.

Donde? Laboratório do CIMETOX.

Como é? Ao receber-se a notificação do evento tóxico, os diretivos determinarão se é necessária ou possível a realização de algum estudo analítico-toxicológico.

Quando? Quando os diretivos do CIMETOX o considerem necessário.

Qual? Os resultados do estudo se demonstrarão mediante o preenchimento da ficha do Laboratório de Análise Toxicológica do Modelo 04 desenhado no Subsistema Integrado Estatístico do CIMETOX.

Subsistema estatístico

Que se vigia? Intoxicações por substâncias químicas, total de intoxicados, total de intoxicados por sexo, idade, província, e total de falecidos.

Como? Estatístico 04 do CIMETOX

Quem? Indicadores do modelo O departamento de toxicovigilância do CIMETOX.

Donde? No CIMETOX.

Como é? Ao receber-se a chamada de um evento toxicológico ao CIMETOX, se processaram os principais dados e indicadores do evento.

Quando? A direção do CIMETOX indicará a realização de notas informativas, com uma frequência estabelecida segundo a magnitude do evento tóxico, para as autoridades de saúde, tropas químicas, proteção de saúde e outras instituições.

Qual? A recolha da informação se realizará mediante o preenchimento da ficha desenhada no Subsistema Integrado Estadístico do CIMETOX.

Subsistema epidemiológico

Que se vigia? Intoxicações químicas, total de expostos, total de intoxicados, total de intoxicados por sexo, idade, província e total de falecidos.

Como? Mediante a elaboração de informes a partir dos indicadores estadísticos.

Quem? Os especialistas de toxicovigilância do CIMETOX.

Onde? No CIMETOX.

Como é? Com os principais dados e indicadores do evento processados, tais como: tipo de evento, substância implicada e os indicadores se confeccionaram notas Informativas.

Quando? A direção do CIMETOX indicará a realização de Notas Informativas, com uma frequência estabelecida segundo a magnitude do evento tóxico, tropas químicas, proteção de saúde e outras instituições.

Qual? Os dados utilizados serão os processados pelo Subsistema Integrado Estadístico do CIMETOX.

As principais fontes de informação do sistema de toxicovigilância de Intoxicações agudas são, a informação generada pela intervenção comunitária e o reporte do sistema estadístico integrado de toxicologia do CIMETOX. Os eventos a vigilar são intoxicações agudas, os principais usuários são o MINSAP, Ministério de Educação Superior, Proteção Civil e Ministério do Interior. As principais saídas do sistema são notas informativas e informes mensais, trimestrais e anuais.

Tropas químicas e proteção civil

Comunicarão ao CIMETOX, de maneira imediata, o incidente.

Ambas instituições manterão uma estreita comunicação e retroalimentação.

Centro de Investigação e Informação de Medicamentos e Toxicologia (CIMETOX)

Com a informação recebida, o CIMETOX deverá conformar notas informativas do sucedido que serão enviadas às autoridades de saúde ou outras relacionadas com o evento.

Mobilizar as brigadas das tropas químicas e proteção civil.

Estabelecer espaço de tempo em que se mantém o seguimento do evento.

Manter a retroalimentação com os notificadores do evento, instituições de saúde e tropas químicas e proteção civil.

Referências

ANEXO B, Parte II da Convenção de Estocolmo (<http://www.pops.int>), do Plano Nacional de Implementação (PNI) de Moçambique e dos requisitos de comunicação da utilização de DDT pelas partes da Convenção de Estocolmo. 2007 Disponível em: http://www.pops.int/ddt_info/default.htm. Acesso em: Dez. 2012.

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Rede Nacional de Centros de Informação e Assistência Toxicológica*: Proposta de Regulamentação dos Centros de Informação e Assistência Toxicológica. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home>> Acesso em: Dez. 2012.

CORBELLA, J. *La formación del médico en Toxicología*. Monografias Dr. Esteve, Doyma, Barcelona, 1988. p. 133-139.

FERRER A.; NOGUÉ S.; VARGAS F.; CASTILLO, O. Toxicovigilancia: una herramienta útil para la salud pública. *Medclin*, Barcelona, v. 115, n. 6, p. 238, 2000.

FERRER A.; NOGUÉ S.; VARGAS F.; CASTILLO O.; GASCÓ P. T. A., et al. Sistemas de vigilancia de riesgos ambientales para la salud. *Rev. Saludambient.*, v. 4 , p. 1-2, 2004. Disponível em: <<http://www.unizar.es%2Fstc%2Ftoxicovigilancia%2Ftoxicovigilancia.html>> Acesso em: dez. 2012

FOSSAERTZ H.; LLOPIS A.; TIGRE C. H. Sistemas de vigilancia epidemiológica. *Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana*, v. 76, n. 6, jun. 1974. Disponível em: <<http://hist.library.paho.org/spanish/Bol/v76n6p512.pdf>>. Acesso em: dez. 2012.

GONZALEZ, M. D. *Directório de Centros de Información y Asesoramiento Toxicológico e instituciones relacionadas*. Centros de Respuesta Química

y Agrupaciones de Toxicología (Asociaciones, Sociedades y Redes). OPS-OMS. 2006. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvstox/e/guiamarilla/directorio.pdf>> Acesso em: Dez. 2012.

HERREJÓN E.; MARTÍNEZ M. G. Toxicovigilancia. *Revista Infarmate*, v. 2, n. 11, 3. mar./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.unizar.es%2Fstc%2Ftoxicovigilancia%2Ftoxicovigilancia.html>>. Acesso em: dez. 2012.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. *Directrices para la lucha contra las intoxicaciones*. Ginebra, 1985. p. 3-7; 39-45; 57-67.

SISTEMA ESTATAL DE TOXICOVIGILÂNCIA. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.cvs.saude.sp.gov.br/setox_vol1.asp> Acesso em: set. 2011.

CAPÍTULO 22

Quem protege o protetor: ocorrências com morte de policiais militares no Pará (2011 a 2013)

Edimar Marcelo Coelho Costa

Mestre em Segurança Pública (UFPA). Belém – Pará – Brasil. edimarcelo@ig.com.br

Luís Fernando Cardoso e Cardoso

Pós-doutor em Antropologia pela University of St. Andrews, Scotland – UK e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. luiscardt@gmail.com

Rosineide Moura Pessoa Costa

Universidade Federal do Pará. E-mail: rosineidepessoa@hotmail.com.br

César Luiz vieira

Mestre em Segurança Pública (UFPA), Bacharel em Direito (UFPA) e Oficial da Polícia Militar do Estado do Pará. Belém – Pará – Brasil . cesarvieirars@hotmail.com

Resumo

Aborda a morte violenta de policiais militares dentro e fora do seu período de trabalho. Para tanto, buscou-se discutir a categoria violência via pesquisa bibliográfica e analisou os dados estatísticos do setor de inteligência da PMPA no período de 2011 a 2013. A violência é uma manifestação social e histórica, observada em todas as sociedades, com peculiaridades e formas de interdição específicas ao momento vivido. O advento da modernidade centraliza o controle da violência em instituições exclusivas responsáveis pela promoção da segurança pública, dentre as quais aqui é enfatizado a Polícia Militar. Contudo, mesmo como ente da ordem pública, os policiais não estão livres de eventos de agressão. O resultado da pesquisa demonstra a violência fazendo parte da vida dos agentes públicos com elevado número de mortes resultantes de acidente de trânsito, homicídios e latrocínio durante o período de serviço e folga. Sendo possível concluir sobre a elevada baixa de policiais fora do horário de trabalho em decorrência da violência urbana.

Palavras-chave: Violência. Homicídios. Polícia Militar. Trânsito.

Introdução

Este texto tem como foco o levantamento dos dados sobre ocorrência de morte de policiais militares na ocasião de serviço e folga intencionando refletir sobre os problemas e as circunstâncias vivenciadas por estes agentes da segurança pública. A possibilidade de implementar este estudo decorreu do fato de ser produzido, anualmente, pelo setor de inteligência da Polícia Militar do Pará (PMPA), uma estatística sobre as ocorrências de mortes de policiais.

A produção destes dados é resultante da Política Nacional de Segurança Pública instituída a partir de 2007, trazendo no seu bojo a preocupação com a segurança dos policiais como trabalhadores e cidadãos também vítimas da violência urbana. A pesquisa bibliográfica e o levantamento da estatística oficial permitiram estruturar o artigo em uma discussão sobre a violência, os resultados alcançados renegaram os construtos do senso comum de que os policiais militares são vítimas em sua maioria de ocorrências oriundas de sua atividade laboral e por estarem armados.

Diante dos conteúdos acima apresentados, assumimos enquanto problemática da pesquisa a possível questão das relações existentes entre os modos de ação das ocorrências com morte de policiais militares do Pará e a liberação e uso do *kit* policial (coletes e pistola). A hipótese a qual norteou este estudo era que a maior parte dos policiais mortos estavam de folga, e utilizavam o armamento oferecido no *kit* policial sem a devida percepção de risco, estando o policial como alvo dos criminosos.

Violência

A violência é um tema polêmico e sempre fez parte da história da humanidade. Segundo Elias (1994), ao logo de sua trajetória, os seres humanos executaram diferentes formas de controle da agressividade, contudo a violência é um fenômeno inerente ao indivíduo e à organização social. A cada momento histórico foram encaminhados meios específicos para lidar com a violência oriunda do instinto de agressividade.

Em princípio o “prazer” de matar e de torturar era socialmente permitido inexistindo um poder social punitivo, sendo a vida organizada dentro de um sentimento de insegurança sem possibilidade de planejamento seguro e real do futuro. Na trajetória humana a violência sempre esteve

presente no cômputo das relações sociais, contudo os impulsos agressivos foram paulatinamente confinados e domados por regras e proibições, os “prazeres” foram civilizados e a violência imediata e descontrolada ficou restrita aos sonhos e a espaços específicos.

Nos tempos modernos a prova de superioridade por meio da destruição do outro foi relegada em favor dos direitos dos humanos e foram estabelecidos mecanismos de controle da violência negando atitudes de crueldade e condenando a “alegria” em destruir e torturar o outro. Propositais são as colocações de Foucault (1987, p. 36) sobre as mudanças na forma de coibir a violência física: “O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos”.

Desta forma, a violência foi colocada sob o controle social tendo o Estado o papel maior de organização social com a proteção da propriedade e da pessoa. De acordo com Weber (1979), foi formado um corpo de funcionários especializados, treinados dentro do princípio da racionalidade na função de garantir a ordem social compondo uma organização burocrática estatal. Corroborando na mesma compreensão, Foucault (1987, p. 36) afirma que “um exército inteiro de técnicos veio substituir o carrasco”.

Coube as sanções estatais a pacificação dos hábitos e costumes obrigando os indivíduos a controlar seus impulsos agressivos por meio de um padrão específico de controle organizado por forças estatais (ELIAS, 1994). Uma autoridade central passou a forçar as pessoas a viverem em paz entre si modelando suas emoções a partir de regras e proibições. As atitudes violentas foram colocadas sob controle social.

O poder central do Estado, unificador de interesses, construiu, em suas diversas expressões, um corpo técnico voltado ao combate da conduta agressiva. Destarte, a violência é uma questão social e todo o esforço visando alcançar o controle é contínuo e cotidianamente reinventado no sentido de constante aprimoramento das formas interditoras. Apesar dos esforços do poder público para o controle da agressividade humana utilizando sanções e punições, atreladas à suspensão de direitos, persistem os problemas crônicos de violência.

São inúmeras as manifestações de violência nas sociedades modernas. Entre as várias expressões existentes de violência, a atenção deste texto corre na direção da violência urbana, via agressões e acidentes de trânsito sofridos por policiais militares na ocasião de serviço e folga.

A Polícia Militar é uma das representações institucionais da lei e da ordem no Estado, carregando a responsabilidade de garantir o Estado democrático de direito, sustentando condições favoráveis de bem-estar na sociedade pela operação técnica de combate a manifestações de violência. Relação que é exposta nas palavras de Brito (2013) “o regime de Estado democrático de direito e a função burocrática da polícia para manter a ordem e a garantia da liberdade num regime constitucionalmente instituído”.

Todavia, o trabalho de policial militar é uma atividade de risco e o fato de sua tarefa maior ser a fiança da segurança pública não o deixa livre de vivenciar o perigo de agravos contra a sua vida. Estudos acerca do trabalho do policial militar apontam mortes de policiais em agressões e acidentes de trânsito durante o descanso (MINAYO; SOUZA, 2005).

O trabalho policial está intrinsecamente relacionado a um contexto de violência seja no transcurso de sua jornada de trabalho ou durante sua folga. Minayo e Souza (2005) chamam a atenção para o fato dos policiais militares ficarem mais vulneráveis no período de folga a acidentes e eventos violentos.

Metodologia

Tipo de estudo

A metodologia deste projeto foi realizada em três etapas: 1) um estudo do referencial teórico acerca do tema violência; 2) uma pesquisa bibliográfica e documental. Utilizando abordagem quantitativa descritiva (GIL, 2010), para investigar as ocorrências com morte dos policiais militares, e; 3) a consolidação dos dados obtidos na pesquisa e apresentação do trabalho monográfico.

Sujeitos de pesquisa

As ocorrências com morte dos policiais militares do Pará do serviço ativo estando de serviço ou folga, não sendo contabilizados os casos de morte por fatores naturais, nem de policiais da reserva ou inativos.

Locus

O local da coleta dos dados foi no setor de arquivos pertencentes à Corregedoria da PMPA, situada à avenida Nazaré, N^o 209, bloco A, bairro de Nazaré na cidade de Belém, bem como no setor de inteligência da PMPA.

Instrumentos de coletas de dados

Foram analisados os inquéritos policiais (IPM) instaurados nos últimos 03 (três) anos para apurar as ocorrências com morte dos policiais, bem como os dados estatísticos do setor de inteligência da PMPA.

Análise de dados

A análise de dados foi realizada por categoria, na qual foram construídos gráficos e tabelas e subsequentemente a interpretação dos dados associando os mesmos aos referenciais teóricos descritos no trabalho, bem como geoprocessamento das informações.

Apresentação e análise dos resultados

A Tabela 1 apresenta a quantidade e o percentual de mortes ocorridas em municípios do Estado do Pará, no ano de 2011. Nela verifica-se que a maioria das mortes ocorreram em Belém, com 14,85%, e em seguida, Ananindeua e Marabá, ambos com 11,10%.

Tabela 1: Quantidade e percentual das mortes de policiais militares ocorridas no Estado do Pará, no ano de 2011, por município de ocorrências

Município	Quantidade	Percentual
Belém	4	14,85
Ananindeua	3	11,11
Marabá	3	11,11
Vigia	2	7,41
Abaetetuba	1	3,70
Altamira	1	3,70
Castanhal	1	3,70
Jacundá	1	3,70
Marituba	1	3,70
Moju	1	3,70
Parauapebas	1	3,70
São Geraldo do Araguaia	1	3,70
Vitória do Xingu	1	3,70
Xinguara	1	3,70
Outros	5	18,52
Total	27	100,00

Do total de vinte e sete mortes, em 2011, cinco foram mortes oriundas de doenças ou causas naturais. Deste universo dezenove estavam de folga e três estavam de serviço (sendo duas mortes em acidente de trânsito e um confronto armado).

Das ações que levaram à morte os dezenove policiais de folga, nove foram homicídios, três latrocínios e sete foram acidentes de trânsito. Do total geral de vinte e dois policiais mortos (folga ou serviço), das ocorrências estudadas apenas duas tiveram relação com o armamento dos policiais mortos.

A Tabela 2 apresenta a quantidade e o percentual de mortes em 2012. Nela verifica-se que a maioria das mortes ocorreram em Belém, com 21%, e em segundo lugar, com 9% o município de Ananindeua.

Tabela 2: Quantidade e percentual das mortes de policiais militares ocorridas no Estado do Pará, no ano de 2012, por município de ocorrências

Município	Quantidade	Percentual
Belém	7	21,21
Ananindeua	3	9,09
Marabá	2	6,06
Abaetetuba	1	3,03
Altamira	1	3,03
Capanema	1	3,03
Magalhães Barata	1	3,03
Marapanim	1	3,03
Moju	1	3,03
Portel	1	3,03
Rondon do Pará	1	3,03
Santana do Araguaia	1	3,03
Santa Izabel do Pará	1	3,03
São Miguel do Guamá	1	3,03
Tailândia	1	3,03
Outros	9	27,28
Total	33	100%

Deste total de trinta e três policiais militares os quais morreram no ano de 2012, 9 (nove) foram mortes oriundas de doenças, causas naturais, 20 (vinte) estavam de folga e apenas 4 (quatro) de serviço (uma em acidente de trânsito, um em confronto armado em serviço e duas caracterizadas como homicídios).

Das ações com morte dos 20 (vinte) policiais de folga, 06 (seis) foram homicídios, 06 (seis) latrocínios, 06 (seis) acidentes de trânsito, 01 (um) suicídio, 01 (um) eletrocutado. Dos 24 (vinte e quatro) policiais mortos (folga ou serviço), 11 (onze) eram cabos, 08 (oito) eram soldados e 04 (quatro) eram sargentos, tendo neste ano sido registrado a morte de um tenente por ocorrência de trânsito. Das ocorrências estudadas, apenas 4 (quatro) tiveram relação com o armamento dos policiais mortos.

A Tabela 3 apresenta a quantidade e o percentual de mortes ocorridas em municípios do Estado do Pará, no ano de 2013. Nela verifica-se que a maioria das mortes ocorreram em Belém, com 27,9%, e em seguida, Castanhal, Novo Progresso e Santarém, todos com 6,9%.

De 43 (quarenta e três) mortes, 05 (cinco) foram mortes por doenças, causas naturais ou policiais inativos/reserva. 32 (trinta e dois) estavam de folga e apenas 06 (seis) de serviço, sendo que destas 06 (seis) mortes, 01 (um) foi em acidente de trânsito, 01(um) confronto armado, 01(um) suicídio em serviço e 03 (três) homicídios.

Das ações que levaram à morte dos 32 (trinta e dois) policiais de folga, 13 (treze) foram homicídios, 07 (sete) latrocínios e 12 (doze) trânsito. Dos 24 (vinte e quatro) policiais mortos (folga ou serviço), 15 (quinze) eram cabos, 16 (dezesesseis) eram soldados, 05(cinco) eram sargentos, 01 (um) um era capitão e 01 (um) era major. Das ocorrências estudadas, 5 (cinco) tiveram relação direta com o armamento dos policiais mortos

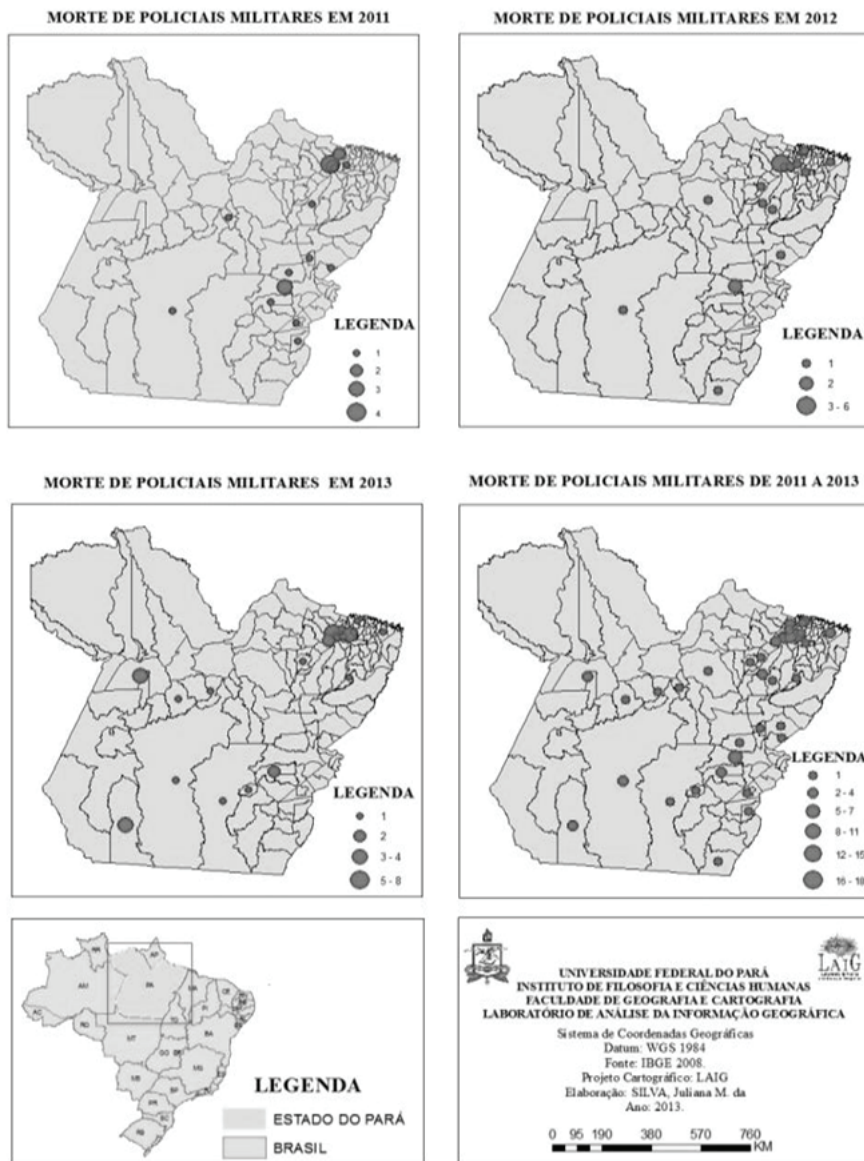
Comparando os dados existentes, pode-se compreender a evolução do percentual de crescimento de policiais da ativa mortos. De serviço ficou evidente o crescimento onde passaram de 3,5% (2011) para 4,7% (2012) e chegando a 7,1% (2013) no decorrer do intervalo de três anos. De folga, passaram de 22,6% (2011) para 23,8% (2012) chegando a 38% (2013). Esses dados são oriundos da comparação ao universo total de mortos.

Tabela 3: Quantidade e percentual das mortes de policiais militares de serviço e de folga ocorridas no Estado do Pará, no ano de 2013

Município	Quantidade	Percentual
Belém	12	27,85
Castanhal	3	6,98
Novo Progresso	3	6,98
Santarém	3	6,98
Altamira	2	4,65
Marituba	2	4,65
Parauapebas	2	4,65
Abaetetuba	1	2,33
Ananindeua	1	2,33
Bragança	1	2,33
Barcarena	1	2,33
Brasil Novo	1	2,33
Cametá	1	2,33
Paragominas	1	2,33
Santa Izabel	1	2,33
Santo Antônio do Tauá	1	2,33
São Félix do Xingu	1	2,33
Tucumã	1	2,33
Outros	5	11,63
Total	43	100,00%

A Figura 1 descreve um comparativo das regiões onde ocorreu um maior número de ações com morte dos policiais, no decorrer dos anos de 2011, 2012 e 2013, bem como os três anos agrupados. Fato que reafirma o maior número de ocorrências na Região Metropolitana de Belém. Vale destacar que não está ocorrendo uma comparação estatística levando em consideração a quantidade da população por área e sim uma amostragem direta dessas ações.

Figura 1: Comparação das regiões onde ocorreu maior número de mortes de policiais, no Estado do Pará, em 2011 e 2012

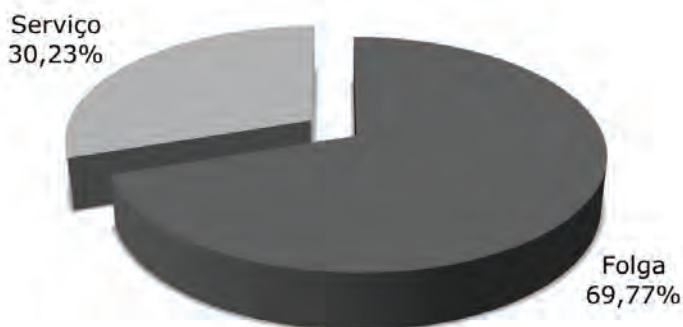


Verifica-se que a maioria (69,77%) dos policiais mortos no Estado do Pará vieram a falecer quando estavam de folga, em todos os anos estudados (Tabela 4 e Figura 2).

Tabela 4: Quantidade e percentual de policiais militares mortos no Estado do Pará, no período de 2011 a 2013, por ano e situação de trabalho

Ano	Situação				Total	
	Folga		Serviço		Qtd.	%
	Qtd.	%	Qtd.	%		
2011	20	86,96	3	13,04	23	100,00
2012	13	54,17	11	45,83	24	100,00
2013	27	69,23	12	30,77	39	100,00
Total	60	69,77	26	30,23	86	100,00

Figura 2: Percentual de policiais militares mortos no Estado do Pará, no período de 2011 a 2013, por situação de trabalho

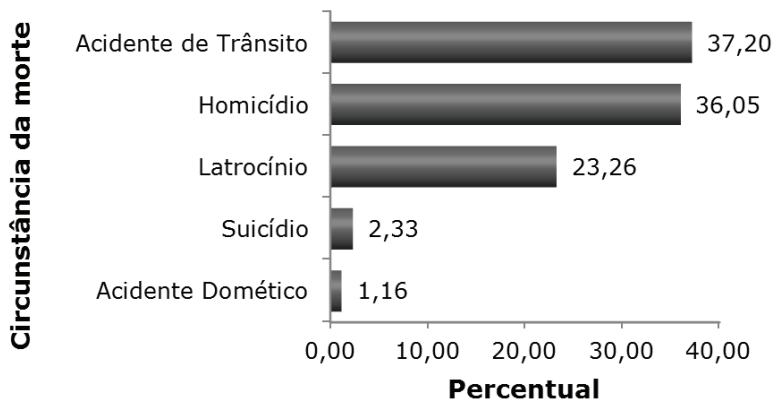


Verifica-se que, para os anos de 2011 e 2013, a maior parte dos policiais vieram a falecer por acidente de trânsito, com 43,48% e 41,03%, respectivamente. Já no ano de 2012, foi por homicídio (33,33%) e latrocínio (33,33%) (Tabela 5). De forma geral, a maior parte dos policiais faleceram devido a acidente de trânsito (37,20%), seguido de homicídio (36,05%) (Figura 3).

Tabela 5: Quantidade e percentual de policiais militares mortos no Estado do Pará, no período de 2011 a 2013, por ano e circunstância da morte

Circunstância da morte	Ano					
	2011		2012		2013	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Acidente de trânsito	10	43,48	6	25,00	16	41,03
Homicídio	8	34,78	8	33,33	15	38,46
Latrocínio	5	21,74	8	33,33	7	17,95
Suicídio	-	-	1	4,17	1	2,56
Acidente doméstico	-	-	1	4,17	-	-
Total	23	100,00	24	100,00	39	100,00

Figura 3: Percentual de policiais militares mortos no Estado do Pará, no período de 2011 a 2013, por circunstância da morte



Das ocorrências evidenciadas, pôde-se constatar que os meses de abril e junho foram os meses de maior ocorrência com mortes de policiais militares, bem como as ações oriundas de acidentes de trânsito superaram qualquer outro tipo de ações (Figura 4).

Figura 4: Percentual de policiais militares mortos no Estado do Pará, no período de 2011 a 2013, por mês e situação de serviço

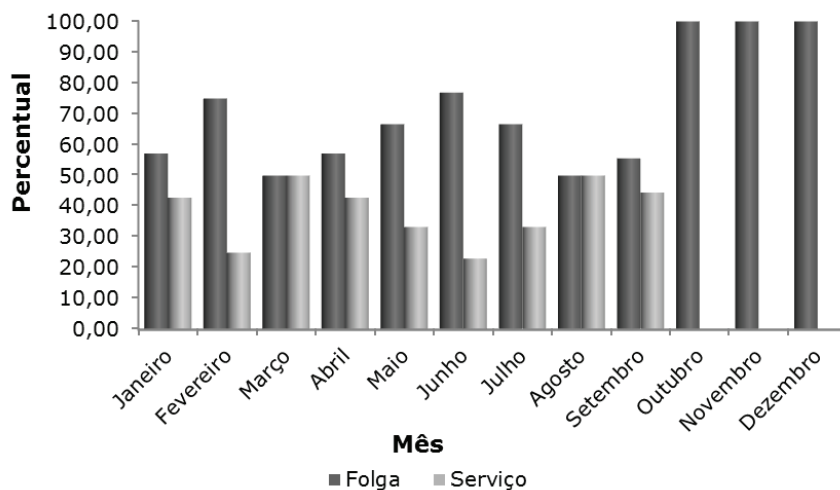


Tabela 6: Quantidade e percentual de policiais militares mortos no Estado do Pará, no período de 2011 a 2013, por ano e patente

Patente	Ano						Total	
	2011		2012		2013		Qty.	%
	Qty.	%	Qty.	%	Qty.	%		
Cabo	10	27,03	11	29,73	16	43,24	37	100,00
Soldado	8	25,00	8	25,00	16	50,00	32	100,00
Sargento	5	35,71	4	28,58	5	35,71	14	100,00
Capitão	-	-	-	-	1	100,00	1	100,00
Major	-	-	-	-	1	100,00	1	100,00
Tenente	-	0,00	1	100,00	-	0,00	1	100,00
Total	23	26,74	24	27,91	39	45,35	86	100,00

Conclusão

Nos anos de 2011 a 2013 observou-se um aumento gradativo de policiais mortos, fato o que permaneceu semelhante pelos mesmos motivos que geraram as referidas mortes em 2011 (vinte e duas mortes), 2012 (vinte e quatro mortes) e 2013 (trinta e oito mortes) de policiais militares.

Pôde-se constatar que um valor significativo de policiais de serviço e de folga morreram oriundos de acidentes de trânsito e o número inexpressivo foi por ocorrências onde os meliantes almejavam a arma de fogo do policial.

Dos dados levantados, observou-se que a Região Metropolitana de Belém é o local com maior índice de ocorrências com morte, independente do motivo. E ainda que os cabos e os soldados são os militares que mais morrem em comparação com sargentos e oficiais, fato que pode estar relacionado pela natureza das mortes e pelo número desproporcional entre classes.

Com a análise das ocorrências dos anos de 2011 a 2013, chegou-se à conclusão que este tipo de evento está em escala de crescimento por inúmeros fatores, os quais podemos hipotetizar. Entretanto, não ficou evidenciada uma relação direta entre a distribuição do *kit* policial e o aumento das mortes dos policiais, havendo uma necessidade de novos estudos onde pudessem analisar os dados de ocorrências com morte onde os policiais estivessem envolvidos e que não fossem as vítimas.

Segue enquanto sugestão para a instituição a necessidade de compreendermos que eventos de morte no trânsito podem ser inibidos por meio de campanha de conscientização e treinamento no nível de qualificação policial para atuar enquanto condutor, respeitando a doutrina de direção defensiva e preservação da vida.

Referências

- BRITO, D. C. Policiamento e dilemas da democracia: práticas autoritárias na formação da cidadania no Brasil. *Revista TOMO*, Aracaju, n. 23, p. 59-92, jul./dez. 2013.
- ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v. 1
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 5. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987. 288 p.
- GIL, A. C. *Como fazer projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2010.
- MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. (Org.). *Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

WEBER, M. Burocracia. In: _____. *Ensaio de sociologia*. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 230-281.

CAPÍTULO 23

O papel da Polícia Judiciária de Cabo Verde

Natal Eugénio Silva Bans de Portela e Prado

Universidade de Cabo Verde. E-mail: natalbanscv@gmail.com

Clay Anderson Nunes Chagas

Doutor em Planejamento Socioambiental (UFPA) e professor da UFPA e da UEPA. Belém – Pará – Brasil. e-mail: claychagas@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo do presente trabalho é dar a conhecer o papel da Polícia Judiciária Cabo-Verdiana como órgão de Polícia Criminal, a sua missão principal no contexto da segurança pública no país. Como metodologia, fez-se uma pesquisa documental, designadamente foram consultadas as legislações sobre a Lei Orgânica da Polícia Judiciária e seus Estatutos, assim como a consulta da página de internet da instituição para recolha de informações. A prevenção e a investigação criminal são as suas funções primordiais, dependendo administrativamente do Ministério da Justiça, mas funcionalmente do Ministério Público. Tem competência reservada para a investigação dos crimes mais graves e complexos, sob delegação do Ministério Público, embora pode atuar antes para a preservação da prova. Conta com dois Departamentos de Investigação Criminal nas Ilhas do Sal, São Vicente e um Núcleo de Investigação na Ilha Boa Vista e os Departamentos de Apoio à Investigação para auxiliar a investigação criminal, nomeadamente o Laboratório de Polícia Científica e a Polícia Técnica para a realização de perícias forenses. Encontra-se organizada de forma hierárquica e o ingresso na carreira de investigação criminal inicia na categoria de inspetor e exige o grau académico de licenciatura.

Palavras-chave: Ministério Público. Polícia Criminal. Investigação Criminal.

Introdução

A Polícia Judiciária foi criada em 1993, mas somente em 1995, depois do processo de recrutamento e formação dos funcionários, iniciaria na prática as suas atividades.

A prevenção e a investigação criminal são as suas funções primordiais, dependendo administrativamente do Ministério da Justiça, mas funcionalmente do Ministério Público, mantendo autonomia no planeamento e na execução tática. Atua principalmente na fase de instrução sob direção do Ministério Público e se necessário na fase contraditória mediante requisição do Juiz de Instrução.

Tem competência reservada para a investigação dos crimes mais graves e complexos, sob delegação do Ministério Público, embora pode atuar antes para a preservação da prova.

A PJ atua em estreita cooperação com outras forças de segurança, quer nacionais ou estrangeiras, e conta com um Gabinete Nacional da Interpol na sua sede na Praia. Conta atualmente com dois Departamentos de Investigação Criminal nas Ilhas do Sal e São Vicente, um Núcleo de Investigação na Ilha Boa Vista e os Departamentos de Apoio à Investigação para auxiliar a investigação criminal, nomeadamente o Laboratório de Polícia Científica e a Polícia Técnica para a realização de perícias forenses.

O ingresso na carreira de investigação criminal inicia na categoria de inspetor e exige o grau académico de licenciatura. A carreira de investigação criminal conta com os inspetores na base da cadeia hierárquica, os inspetores-chefe, os coordenadores de investigação criminal e os coordenadores superiores no topo. Conta ainda com a carreira de apoio à investigação sendo, as categorias de especialistas superiores, especialistas superiores adjuntos e especialistas auxiliares, seguranças e auxiliares administrativos.

O objetivo do presente trabalho é descrever a instituição Polícia Judiciária de Cabo Verde, analisar o seu papel como órgão de Policial Criminal por excelência no contexto do país e sua relação com outras forças de aplicação da lei.

Metodologia

A metodologia utilizada foi a consulta das legislações que constituem a Lei Orgânica e os Estatutos da Polícia Judiciária, bem como a análise de informações na página de internet da instituição e seus arquivos.

O papel da Polícia Judiciária Cabo-Verdiana

A Polícia Judiciária da República de Cabo Verde foi criada pelos Decretos Legislativos N^o 4 e 5/93, de 12 de maio de 1993. A partir dessa data a preocupação foi a seleção dos quadros mediante concurso público. Seleccionados os funcionários, seguiu-se a formação específica em investigação criminal e lofoscopia, que teve lugar na cidade da Praia, ilha de Santiago em Cabo Verde e em Portugal. A formação ministrada em Portugal teve lugar no Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais no ano de 1994. Regressados a Cabo Verde, os funcionários viriam a integrar as categorias de técnicos profissionais de lofoscopia, agentes, subinspetores e inspetores da Polícia Judiciária (PJ, 2013).

Todavia, somente em 1995 os funcionários das diferentes categorias tomaram posse, inclusive o pessoal de apoio administrativo.

A Polícia Judiciária, com competência para investigação criminal, iniciou as suas funções dando especial realce à investigação dos crimes mais complexos até então não investigados, nomeadamente, a criminalidade organizada, como o tráfico de cocaína, burlas e fraudes complexas, falsificação de documentos, tráfico e viciação de veículos, homicídios contra desconhecidos, entre outros crimes mais graves.

A Polícia Judiciária (PJ) é um órgão de polícia criminal de competência genérica, de prevenção e investigação criminal, auxiliar da administração da justiça e de coadjuvação das autoridades judiciárias. A PJ atua na fase de instrução do processo penal e na fase da instrução contraditória, mediante requisição do juiz para realização de diligências de investigação criminal.¹

A PJ depende hierárquica e administrativamente do Ministério da Justiça, mas funcionalmente do Ministério Público, que fiscaliza a sua atividade como Órgão de polícia criminal.²

¹ Conforme previsto no Decreto-Legislativo N^o 1/2008, de 18 de agosto.

² Nos termos dos Arts. 69. e 70. CPP e 12^o. Da Lei de Investigação Criminal - Lei N^o 30/VII/2008, de 21 de julho.

Todavia, a PJ goza de autonomia de planeamento operacional e execução técnica das ações de investigação tática e administrativa, ao contar com um orçamento próprio.

Tem competência reservada para a investigação dos crimes considerados mais graves³, nomeadamente: homicídios e roubos contra desconhecidos; falsificação de documentos; burlas e fraudes cometidas por via de informática; tráfico ilícitos, principalmente de estupefacientes, de armas ilegais e de pessoas; lavagem de capitais, entre outros.

Realça-se, ainda, que o Ministério Público por ser o titular da ação penal é o “dono” do processo-crime, pelo que a PJ intervém na instrução mediante delegação do Ministério Público. Porém, a PJ pode no âmbito da sua competência de prevenção criminal, atuar antes da delegação para cautelar e preservar a prova, conforme estabelece o Art. 226 do Código Penal de Cabo Verde.

A Policia Judiciária, no âmbito da cooperação pode constituir equipass conjuntas de investigação ou integrá-las, quer em nível nacional como internacionalmente, de acordo com a Lei de Investigação Criminal. No país, dentro da matéria da sua competência a PJ assume a liderança das equipass que vier a integrar. Citando alguns exemplos, para o combate ao tráfico de drogas por via aérea e marítima, a PJ lidera as equipass dos aeroportos e dos portos conhecidas por AIRCOP e SEACOP, de acordo com o memorando de entendimento assinado entre as forças de segurança em 2007. As equipass conjuntas são constituídas pela PJ, que lidera, a Polícia Nacional, a Alfândega, apoiadas pela Agência de Segurança Aeroportuária ou pela Empresa da Administração dos Portos, conforme for o caso de ser na área do tráfico ilícito por via aérea ou marítima. Da parte da Polícia Nacional, são membros das equipass conjuntas a Guarda Fiscal, a Direção de Emigração e Fronteiras e a Polícia Marítima, sendo esta pertencente somente às equipass conjuntas portuárias.

Salienta-se que Cabo Verde faz parte, como observador, do MAOC-N (*Maritime Operating Center-Narcotics*), composto por sete países europeus, nomeadamente Portugal, França, Itália, Holanda, Irlanda, Espanha e Reino Unido. A PJ é o ponto focal por excelência do MAOC-N em Cabo Verde.

³ Conforme o Dec.-Leg. N^o 1/2008, de 18 de agosto, e a “Lei de Investigação Criminal” - Lei N^o 30/VII/2008, de 21 de julho.

Para o combate aos tráficos ilícitos por mar, a PJ estabelece sinergias com outras forças com responsabilidade de aplicação da lei, por meio da criação de equipass conjuntas de atuação no mar, as chamadas LEDET CV (*Law Enforcement Detachments*), para abordagens às embarcações. Compõem essa equipas, além da PJ, a Guarda Costeira e a Polícia Marítima.

Considerando que a República de Cabo Verde, devido à sua composição geográfica, composta por dez ilhas, sendo nove habitadas a PJ conta com departamentos de investigação criminal descentralizados, mas todavia, somente nas três ilhas principais, mantendo um Núcleo de Investigação na ilha da Boa Vista, especificamente para o controle do tráfico de estupefacientes no aeroporto internacional.

A sede da Polícia Judiciária fica situada na Praia, cidade capital de Cabo Verde, que conta com uma direção nacional composta pelo diretor nacional, o diretor nacional adjunto e o diretor de recursos humanos, financeiros e patrimoniais. São dirigentes da PJ os membros da Direção Nacional e os diretores de Departamento de Investigação Criminal. Esses cargos são preenchidos em comissão eventual de serviço.

Para o preenchimento do cargo de diretor nacional, é necessário que o candidato tenha o grau acadêmico de licenciatura em direito ou uma área relacionada com a investigação criminal, de reconhecida competência e preferencialmente magistrado do Ministério Público.

Já para o cargo de diretor nacional adjunto é preenchido por nomeação do ministro que tutela a Polícia Judiciária, sob proposta do diretor nacional. O candidato é escolhido preferencialmente dentre os coordenadores de investigação criminal com mais de cinco anos de serviço. Só podem ser diretores de Departamento de Investigação Criminal os coordenadores de investigação criminal. Todavia, para o diretor de Departamento de Recursos Humanos Financeiros e Patrimoniais pode ser um técnico licenciado recrutado mediante concurso ou por escolha e proposta do diretor nacional, devidamente nomeado em comissão de serviço pelo titular do Ministério da Justiça.

Naturalmente como uma instituição policial, na PJ existem carreiras, uma de investigação criminal e outra de apoio à investigação criminal. Para ingresso na carreira de investigação criminal exige-se o grau de licenciatura ou equivalente em diferentes áreas do saber. Para carreira

de apoio à investigação criminal existem os cargos de especialistas, que podem ser auxiliares e superiores. Os auxiliares não exigem grau de licenciatura, mas para os especialistas o ensino superior é exigível. Existe ainda o corpo de segurança que também não exige o grau de licenciatura.

Na carreira de investigação criminal existem várias categorias, nomeadamente, no topo da carreira o coordenador superior, logo a seguir o coordenador de investigação criminal, o inspetor-chefe e o inspetor.

Na carreira de apoio à investigação criminal, aparecem os especialistas superiores, a seguir os especialistas superiores adjuntos e os especialistas auxiliares, os seguranças e o pessoal de apoio administrativo.

São dois os departamentos que realmente apoiam a investigação criminal: 1) o Departamento de Apoio à investigação criminal, composto pelo LPC (Laboratório de Polícia Científica), o Serviço de Armamento e Segurança, o Gabinete de Perícia Contabilística⁴ e o Gabinete de Disciplina⁵, a Perícia Informática, o Setor de Telecomunicações e Informática; 2) o Departamento de Informação, Polícia Técnica e Apoio Tecnológico, é constituído pelo Setor de Informação Criminal e a Polícia Técnica.

Na sede da PJ na Praia funciona a Direção Central de Investigação Criminal, que depende diretamente do diretor nacional adjunto que por inerência é o diretor central de investigação criminal, e é composta por seções de investigação criminal. Essas são por sua vez compostas por brigadas de investigação criminal.

As seções de investigação são chefiadas por coordenadores de investigação criminal, as brigadas por inspetores-chefes e integradas por inspetores.

A competência das seções encontra-se distribuída em razão dos tipos de crime. Existem na Direção Central de Investigação quatro seções; uma competente para a investigação do tráfico de estupefacientes e de armas e lavagem de capitais; outra para a investigação dos crimes contra o Estado,

⁴ Realmente não foi montado esse gabinete, mas está previsto na Lei Orgânica (LO) na Polícia Judiciária.

⁵ O gabinete de disciplina foi extinto apesar de existir na LO, mas os processos disciplinares são instruídos principalmente pelos coordenadores de Investigação criminal e os inspetores-chefes.

ou seja, de corrupção, económicos, falsificações e outras fraudes; uma seção para o combate aos crimes contra as pessoas; e por fim outra para a investigação dos crimes contra o património.

Os Departamentos de Investigação Criminal descentralizados encontram-se organizados à semelhança da Direção Central de Investigação Criminal e contam com um setor de polícia técnica especializada na recolha, preservação e revelação dos vestígios lofoscópicos. Embora estejam preparados para fazer a recolha e preservação de outros vestígios, nomeadamente os biológicos, devem remetê-los ao Laboratório da Polícia Científica na Praia para efeito de perícia. Quando o LPC não consegue realizar as perícias, no âmbito de cooperação existente com outros laboratórios requisita o serviço. Atualmente o Laboratório é composto somente por quatro áreas de especialidade, designadamente a balística para análise de armas e munições, as falsificações de documentos e grafologia, a toxicologia para a análise de estupefacientes e a área de ADN.

A área de perícia informática forense está ligada ao setor de telecomunicações e informática por razões operacionais.

O setor da polícia técnica é competente para a recolha, identificação e preservação de vestígios lofoscópicos, e é composto por inspetores e especialistas auxiliares especializados na área da datilosocopia.

Convém enfatizar que o papel da PJ no combate à criminalidade organizada em Cabo Verde, principalmente o tráfico internacional de estupefacientes, tem sido de relevante importância não só em nível nacional como internacionalmente. A cooperação com outras parceiras congêneres tem sido primordial principalmente trocando boas práticas, treinamentos e atuações conjuntas.

Conclusão

Em jeito de conclusão, constata-se que a Polícia Judiciária como órgão de polícia criminal de competência genérica a investigação dos crimes mais graves e possui jurisdição em nível nacional, tem desempenhado um papel importante na luta contra a criminalidade organizada transnacional e principalmente no combate ao tráfico de estupefacientes, trabalho devidamente reconhecido internacionalmente.

Encontra-se presente em todos os portos e aeroportos internacionais do país para o controle dos tráficos ilícitos, em estreita cooperação com

as outras agências de aplicação da lei, nacionais e estrangeiras, para levar a cabo a sua missão.

Desde o ano 1995 que praticamente iniciou as suas funções, a PJ já apreendeu mais de 10 toneladas de estupefacientes, nomeadamente cocaína e cannabis, bem como grandes valores financeiros e vem desmantelando redes de traficantes com tentáculos quer em nível nacional como internacional (Núcleo de Estatísticas da PJ, 2015).

Referências

CABO VERDE. Decreto - Legislativo N^o 1/2008 de 18 de agosto de 2008. *Boletim Oficial*, República de Cabo Verde, Praia, N^o 31, I Série, 18 ago. 2008.

_____. Decreto-Legislativo N^o 2/2008 de 18 de agosto de 2008. *Boletim Oficial*, República de Cabo Verde, Praia, N^o 31, I Série, 18 ago. 2008.

_____. Lei N^o 30/VII/2008 de 21 de julho de 2009. Lei de Investigação Criminal. *Boletim Oficial*, República de Cabo Verde, Praia, N^o 27, I Série, 21 jul. 2008.

_____. Decreto-Legislativo N^o 4/1993 de 12 de maio de 1993. *Boletim Oficial*, República de Cabo Verde, Praia, N^o 16, I Série, 12 mai. 1993

_____. Decreto-Legislativo N^o 5/1993 de 12 de maio de 1993. *Boletim Oficial*, República de Cabo Verde, Praia, N^o 16, I Série, 12 mai. 1993.

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. Decreto Legislativo N^o 5/2015, de 11 de novembro. *Boletim Oficial*, República de Cabo Verde, N^o 31, I Série, 18 ago. 2008.

POLÍCIA JUDICIÁRIA. Historial. Cabo Verde, 2013. Disponível em: <http://www.pj.gov.cv/index.php/instituicao/historial-teste>. Acesso em: 10 de novembro de 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abuso

Abuso de Autoridade, 27-28, 30
Abuso Sexual, 157-163, 165-166

Acusado, 28, 32, 166

Agente

Agente de Autoridade, 165
Agentes Públicos, 24, 27, 30, 201, 247

Agressão

Agressão, 88, 110, 112, 129, 212-214, 232-233, 236, 247
Agressão Física, 27-29, 30

Ameaça de Morte, 234

Análise

Análise de Correspondência, 72, 74, 76, 78, 82, 108, 112-113, 169, 171, 175, 176, 177
Análise Descritiva, 10, 87, 90, 101, 120, 181, 189, 192, 205, 208
Análise Estatística, 102
Análise Exploratória de Dados, 169, 171
Análise Multivariada, 114, 175

Arma de fogo, 24, 28, 40, 87, 94, 107, 110, 112, 174, 183, 197-198, 201, 259

Armamento, 121, 196-200, 248, 252-253, 266

Assassinados, 88, 92

Autoridade

Autoridade Administrativa, 24, 28, 30, 32
Autoridade Policial, 90
Autoridades Públicas, 200

B

Boletim de Ocorrência, 27

Briga, 211, 213

C

Cabo Verde, 35, 38-40, 42, 57-59, 62-64, 145-147, 149, 151-153, 157, 159-160, 163, 166, 169, 182-185, 187, 191, 261-265, 267

Cadeia, 19, 60, 169-170, 172-175, 177-178, 195, 210, 212, 262

Cidadania, 57-58, 61, 118

Cidade da Praia, 35, 157-158, 169-170, 178, 181-182, 184, 187-188, 191-193, 263

Código de Conduta, 29

Código Penal, 129, 160, 165, 206, 164

Corpo de Bombeiros, 218, 223

Corregedoria, 23-33, 51, 139, 250

Crime

Crime Organizado, 140, 198, 203

Crimes contra as Pessoas, 267

Crimes Sexuais, 103, 159-161, 166, 174, 176, 178

Criminalidade, 9-14, 16, 19, 35, 38, 40-42, 61-64, 107-108, 129-131, 134, 170, 177-178, 182-183, 185, 187, 192, 199, 201, 203, 263, 267,

D

Defensoria Pública, 232-234

Delegacia

Delegacia da Mulher, 208

Delegacia Especializada, 202, 206, 229, 231, 233

Delegacia Virtual, 140

- Direito**
 Direito penal, 130, 186
 Direitos Humanos, 29, 57-58, 60, 107, 128, 136, 158,
- E**
- Entorpecentes**, 14, 140, 197, 199, 200
- Espaço**
 Espaço Doméstico, 229
 Espaço Público, 185
 Espaço Territorial, 184
 Espaço Urbano, 183-184
- Estatísticas Criminais**, 88
- Exclusão Social**, 172
- F**
- Flagrante Delito**, 31-32, 103, 166
- Força**
 Força Policial, 202
 Força Pública, 23, 30
- Forças Armadas**, 59
- Furto**, 10, 13, 16-19, 28, 112-113, 174, 176-178, 183, 193, 199
- G**
- Gangues**, 36-41
- H**
- Homicídio**, 10, 13, 16-19, 28, 39, 87-95, 108, 127-131, 170, 174-178, 181-183, 185, 206, 236, 247, 252-253, 256-257, 263-264
- I**
- Indicadores Econômicos da Criminalidade**, 130
- Índice**, 10, 17-18, 67, 69, 71-74, 88, 108, 127-128, 131, 136, 145, 150-151, 203, 223, 234, 259
- Infração**, 186
- Infrator**, 31, 103, 184
- Inquéritos Policiais**, 233-234, 251
- Insegurança**, 39, 61-62, 149, 181-182, 209, 211, 215, 248
- Investigação**, 38, 54, 59, 64, 119, 130-131, 134, 136, 158, 164, 202, 207, 232, 239-240, 244, 261-267
- J**
- Justiça**
 100, 134, 158, 163, 196, 200, 210, 212-213, 215, 233, 235, 261-263, 265
- Juventude**, 37, 146-147, 186, 206
- L**
- Latrocínio**, 247, 252-253, 256-257
- Lesão**, 31, 131, 236
- M**
- Mandados de Prisão**, 32
- Maria da Penha**, 210, 229-232, 234, 236
- Medo**, 114, 136, 184, 208-215, 220, 222, 232
- Militares**, 23-26, 28-32, 48, 51, 60, 119, 134, 140, 197, 218-219, 247-254, 256-259.
- Ministério**, 68, 92, 129, 151-152, 196, 232-233, 240, 244, 261-265
- Mobilidade Urbana**, 84
- Mortes**, 19, 68, 87, 89, 94, 128-129, 151, 247-248, 250-255, 257-259
- Mulheres**
 Mulheres Revitimizadas, 207

Mulheres Vítimas, 233

N

Narcotráfico, 19, 40-41

O

Óbito, 68, 87, 89-90, 94-95, 129

Ofensa, 28, 176-177, 185, 213

Organização

Organização Criminosa, 198-201

Organização das Nações Unidas,
29, 231

Organização Mundial da Saúde,
68, 153, 239

Organização Policial, 63, 142

Organização Social, 36, 39, 186, 249

P

Poder Público, 10, 249

Polícia

Polícia Civil, 31, 53, 58, 133-142,
233

Polícia Criminal, 261, 263, 267

Polícia Judiciária, 59, 134, 141,
159, 161-163, 193, 261-267

Polícia Militar, 23-27, 31-32, 47,
51, 53, 54, 247-248, 250,

Polícia Montada, 48-49, 51, 53

Polícia Nacional, 59, 159, 161, 264

Polícia Rodoviária Federal, 69,
117, 119, 120-123

Prisão Preventiva, 32, 206

Processo

Processo Administrativo Disciplinar,
30-31, 33

Processo Penal, 30, 263

Processo Policial, 166

Processos Instaurados, 31

R

Risco, 13, 32, 59- 60, 84, 92, 110,
186, 212, 215, 217- 220, 223-224,
235, 241, 248, 250

Roubo, 10, 16, 18-19, 28, 107-108,
110, 112-114, 140-141, 174, 176-
178, 181, 183, 185, 192-193, 196,
199, 200-201, 264

S

Segurança Pública, 9, 13, 16, 19,
25, 47, 49, 57-64, 89, 98, 107, 108,
128, 134-136, 141, 181, 193, 196-
197, 200, 202, 218, 232, 247, 248,
250, 262

Sequestro, 108, 193, 199-200

Sistema

Sistema de Informação Sobre
Mortalidade, 92

Sistema de Polícias, 64

Sistema de Segurança e de justiça,
198

Sistema de Segurança Nacional, 60

Sistema de Trânsito, 77

T

Taxa

Taxa de Crimes, 16

Taxa de Criminalidade, 131

Taxa de Furto, 17-18

Taxa de Homicídios, 16, 39, 92, 131

Taxa de Roubo, 18

Taxa de Suicídio, 150-151

Taxas de Delinquência, 14, 184

Técnica Estatística, 120

Thugs, 35, 40-42, 169, 172, 181-
183, 187, 189, 191-193

Tráfico, 40, 142, 174, 176-178, 181-183, 191-193, 195, 197-198, 200, 203, 263-267

Tragédia, 211, 213,

V

Vingança, 30, 92, 193, 197, 209, 232

Violência

Violência, 10-11, 13-14, 19, 29, 38-42, 53, 55, 61-64, 67, 87-88, 91-92, 94-95, 97-98, 108, 114, 127, 129, 131, 134, 136, 142, 146, 160, 166, 181-183, 197, 205-213, 215, 230-235, 347-250

Violência Baseada no Gênero, 63

Violência Contra a Mulher, 206-207, 230-231, 236

Violência de Gênero, 212, 231, 237

Violência doméstica, 205, 207-213, 229-236

Violência no Trânsito, 68

Violência Policial, 128

Violência Sexual, 157, 166-167, 209

Violência Social, 38, 67, 85, 88

Violência Urbana, 70, 128, 169, 181-184, 186-187, 192, 247-249

Vítima

Vítima de Violência, 208, 229-230, 232, 233, 234, 235, 237

Vítima Fatal, 68-70

Vitimização, 88, 92, 94, 95, 114, 205, 206, 207

Z

Zona Urbana, 110, 187,

Autores

Os resultados das pesquisas demonstram ser extremamente necessária a adoção imediata de políticas que visem ao enfrentamento da violência, com o intuito de evitar que esta tome proporções ainda mais alarmantes.

Finalmente, esta obra é destinada aos gestores, pesquisadores, profissionais, aos estudantes de graduação e pós-graduação em Segurança e Defesa e a todos aqueles que se preocupam em encontrar soluções para os problemas relativos à temática.

Os Autores

Adriana de Aviz
Adrilayne dos Reis Araújo
Albernando Monteiro da Silva
Alyne Giselle Camelo Louzeiro
Amaury Suzart Farias da Silva
André Pedro Neto
Andréa Bittencourt Pires Chaves
Auricélia Costa de Aguiar Silva
Brenno Morais Miranda
Carlos André Viana da Costa
Catarina Gregório Gaspar
César Luiz Vieira
Clay Anderson Nunes Chagas
Cristiane Nazaré Pamplona de Souza
Daisy Valente
Edimar Marcelo Coelho Costa
Edson Marcos Leal Soares Ramos
Élida Maria Fortes dos Santos
Euclides Fernandes Correia
Flávia Siqueira Corrêa
Henrique Antonio Monteiro Lopes
Ineldo Ruiz Arcia
Irlando Ricardo Monteiro Lopes
Isabella Fonseca Torres Vilaça

Jaime Luiz Cunha de Souza
José Luiz de Carvalho Lisboa
José Maria Gomes Rebelo
Katia Cardoso
Kelly Serejo Fonseca
Luis Fernando Cardoso e Cardoso
Manuel António Alves
Maria Betânia Moraes Lisboa
Mikael António Robalo Tavares
Natal Eugénio Silva Bans de Portela e Prado
Redy Wilson Lima
Rosineide Moura Pessoa Costa
Samuelson Yoiti Igaki
Sílvia dos Santos de Almeida
Tainah Sousa do Nascimento
Thais Maia Carvalho Bezerra

ISBN

